PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FACULDADE AMAZONAS

FICHA TÉCNICA DA FACULDADE AMAZONAS

PRESIDENTE DO GRUPO IME

Wellington Lins de Albuquerque

REITORA DO GRUPO IME

Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

PRO-REITORA DO GRUPO IME

Cinara da Silva Cardoso

REPRESENTANTES LEGAIS

Maria Eugênia Seffair Lins de Albuquerque Catunda de Souza

Gabriela Bandeira de Melo Lins de Albuquerque

PROCURADORA INSTITUCIONAL

Irene Oliveira

COMISSÃO PRÓRIA DE AVALIAÇÃO

Luciano Pinho Martins – Presidente; Alcimar Marques De Araujo Martins – Representante Administrativo; Suelânia Cristina Gonzaga Figueiredo – Representante Docente; Cristiano Lucio Torrez Lira – Representante Da Comunidade

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO 13

1. 1 MANTENEDORA 13

1.2 Nome e Base Legal da Mantida 13

1.3 Perfil e Missão da Mantida: 13

1.4 Dados Socioeconômico e Socioambientais da Região: 14
1.4.1 Dados do Município 18
1.4.2 Etimologia 19
1.4.3 História 20
1.4.4 Formação Administrativa 20
1.4.5 História Recente 21
1.4.6 Geografia 21
1.4.7 Municípios Limítrofes 22
1.4.8 Clima 23
1.4.9 Hidrografia 23
1.4.10 Fauna e flora 23
1.4.11 Demografia 24
1.4.12 Religião 25
1.4.13 Cultura e Sociedade 26
1.4.14 Festival de Cirandas 26
1.4.15 Turismo 27
1.4.16 Futebol 28

2. SÍNTESE DA IES: 33

2.1 Breve Histórico da Mantenedora e da Primeira Mantida 33

2.2 Breve Histórico da Instituição: 33

2.3 Organograma 37

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO 38

3.1 NOME E ATOS LEGAIS DO CURSO: 38

3.2. Nome e Base legal da Mantida: 38

3.3 Relato do Processo de Construção/Implantação/Consolidação do PPC: 38

3.4 Endereço de Funcionamento do Curso 38

3.5 Atos Legais do Curso e Data da Publicação (Autorização/Reconhecimento/Renovação) 39

3.6 Conceitos do curso (CC, CPC, ENADE) 39

3.7 Número de Vagas do Curso e Turnos de Funcionamentos: 39

3.8 Carga Horaria Total do Curso e Tempo Mínimo e Máximo de Integralização: 39

3.9 Protocolo de Compromisso ou Termo de Saneamento de Deficiência, medidas Cautelares, Termos de Supervisão 39

3.10 PERFIL DO COORDENADOR: 39-

3.10.1 Nome, formação, titulação, tempo de experiência dentro e fora do magistério: 41

3.11 Disciplina em Língua Estrangeira: 40

3.12 Convênio 40

3.13 Quantitativo anual do corpo discente, desde o último ato autorizativo (ingressantes matriculados em TCC, participantes de projetos de pesquisa por ano, participantes em projetos de extensão por ano, participantes de financiamento por ano 40

3.14 Justificativa para a criação do curso e número de IES que ofertam o curso no Município: 39

3.14.1 Demandas de Natureza Econômica 40
3.14.2 Demandas de Natureza Social 44
3.14.3 Demandas Culturais 48
3.14.4 Demandas Políticas 52
3.14.5 Demandas de Natureza Ambiental 62
3.14.6 Número de IES que ofertam o curso no Município 64

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 65

1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO 65

1.1.1 Política de Ensino 65
1.1.2 Política de Pesquisa 85
1.1.3 Política de Extensão e Responsabilidade Social 89
1.1.4 Política Ambiental 93
1.1.5 Política de Direitos Humanos 96
1.1.6 Política de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica 97

1.1.7 Políticas Institucionais e Ações de Estímulo Relacionadas à Difusão das Produções Acadêmicas: Científica, Didático-Pedagógico, Tecnológica, Artística e Cultural 99
1.1.8 Políticas de Estímulo à Participação em Eventos 100
1.1.9 Política de Acompanhamento de Egressos 101
1.1.10 PAPEERI – Programa de Articulação, Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social 103

1.2 OBJETIVOS DO CURSO 119
1.2.1 Objetivo Geral 119
1.2.2 Objetivos Específicos 119

1.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO 119
1.3.1 Perfil do egresso em consonância com as DCNs 119
1.3.2 Competências e Habilidades Gerais 120
1.3.3 Competências e Habilidades Específicas 120
1.3.4 Planejamento para Ampliação do Perfil do Egresso para o Mundo do Trabalho 121

1.4 Estrutura Curricular (LIBRAS- obrigatória para licenciaturas e Fonoaudiologia) 1232
1.4.1 Elementos Inovadores da Estrutura Curricular 125
1.4.2 Matriz Curricular com Quadro de Optativas e Quadro Resumo do Curso 13129
1.4.3 Ementário e Bibliografias das Disciplinas Obrigatórias e Optativas 135

1.5 Conteúdo Curriculares 1963
1.5.1 Relação das Disciplinas da Matriz com os Conteúdos Curriculares Exigidos nas DCNs. 198

1.6 METODOLOGIA 199
1.6.1 Metodologia de Ensino da Educação a Distância e sua Acessibilidade 199
1.6.2 Metodologia das Atividades Presenciais Obrigatórias 203
1.6.3 Metodologia das Atividades Interdisciplinares 210
1.6.4 Metodologia das Atividades Transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial 21209
1.6.5 Metodologia da Educação para os Direitos Humanos 214
1.6.6 Metodologia da Articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão 216
1.6.7 Metodologia de Avaliação do ensino Aprendizagem. 222

1.7 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 241
1.7.1 Determinação das DCNS para o estágio supervisionado 241
1.7.2 Áreas de Estágio, Período Forma de Integralização da Carga Horária, Critério de Avaliação e Produto do estágio 242
1.7.3 Convênios Para Estágio Supervisionado 2431

1.7.4 Forma de Orientação e Planejamento para Acompanhamento pelo Docente Orientado do Estágio Supervisionado 2441
1.7.5 Forma de Supervisão do Estágio Supervisionado 244
1.7.6 Forma de Coordenação do Estágio Supervisionado 2442
1.7.7 Práticas do Estágio e Estratégias para a Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho 245
1.7.8 Gestão de Insumos para Atualização das Práticas do Estágio 266

1.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA 268

1.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA 268

1.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES 268
1.10.1 Carga Horária das Atividades Complementares do Curso 268
1.10.2 Forma de Aproveitamento das Atividades Complementares 269
1.10.3 Aderência das Atividades Complementares à Formação Geral e Específica do Discente 271
1.10.4 Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades Complementares. 272
1.10.5 Regulamento das Atividades Complementares 273

1.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 28179
1.11.1 Determinação das DCNS para o Trabalho de Conclusão do Curso - TCC 282
1.11.2 Áreas, período, carga horária e produto do TCC 282
1.11.3 Forma de Apresentação do TCC 282
1.11.4 Forma de Orientação do TCC 283
1.11.5 Forma de Coordenação do TCC 283
1.11.6 Forma de Divulgação de Manuais Atualizados de Apoio à Produção dos Trabalhos 283
1.11.7 Forma de Disponibilização dos TCC’s em Repositórios Institucionais 284
1.11.8 Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso 284

1.12 APOIO AO DISCENTE 294
1.12.1 Acolhimento ao Ingressante 296
1.12.2 Controle de Evasão 296
1.12.3 Acessibilidade Metodológica e Instrumental 296
1.12.4 Intermediação e Acompanhamento do Estágio Não Obrigatório 299
1.12.5 Apoio psicopedagógico e de acessibilidade- NAPA 299
1.12.6 Nivelamento 300
1.12.7 Representatividade Discente e Diretório Acadêmico 300

1.12.8 Internacionalização e Mobilidade Acadêmica 300
1.12.9 Ações Inovadoras 301
1.12.1 Projeto Formação de Lideres e Formação de Empreendedores 301
1.12.2 Workshop de Empregabilidade 301
1.12.3 Monitoria 301

1.13 GESTÃO DO CURSO E AS AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO CURSO 302
1.13.1 Objetivos do Processo de Auto Avaliação Institucional e de Curso 304
1.13.2 Planejamento da Avaliação Institucional e do Curso 304
1.13.3 Relatório Analítico do Resultado da Avaliação de Curso 308
1.13.4 Plano de Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso 309
1.13.5 Plano de Ação de Melhoria de Gestão Institucional 313

1.14 ATIVIDADES DE TUTORIA 314
1.14.1 Mediação Pedagógica junto aos Discentes em Momentos *Online* 316
1.14.2 Mediação Pedagógica em Momento Presencial 317
1.14.3 Domínio de Conteúdo, de Recursos e dos Materiais Didáticos 318
1.14.4 Acompanhamento dos Discentes no Processo Formativo 321
1.14.5 Planejamento de Avaliação Periódica por Estudantes e Equipe Pedagógica do Curso e Ações Corretivas e de Aperfeiçoamento das Atividades 322
1.14.6 Atividades Presenciais Obrigatórias 323

1.15 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DOS TUTORES 323
1.15.1 Alinhamento dos Conhecimentos, Habilidades e Atitudes dos Tutores ao PPC, às Tecnologias Previstas no Curso 323

1.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM 327
1.16.1 TICs Planejadas para o Processo de Ensino Aprendizagem 327
1.16.2 Viabilização Acessibilidade Digital e Comunicacional por Meio das TICs 327
1.16.3 Interatividades entre Discente, Docentes e Tutores e Acesso a Materiais e Recursos Didáticos por meio das TICs a quaisquer horas e lugar 328
1.16.4 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem Baseadas no uso das TICs 328

1.17 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM – AVA 329
1.17.1 Materiais, Recursos e Tecnologias do AVA para a Cooperação e Reflexão sobre Conteúdos entre Tutores, Discentes e Docentes 329
1.17.2 Acessibilidade Metodológica, Instrumental e Comunicacional no AVA 331
1.17.3 Avaliação Periódica do AVA documentadas e Ações de Melhoria Contínua 333

1.18 MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL 333
1.18.1 Planejamento da Elaboração e Validação pela Equipe Multidisciplinar do EAD do Material Didático das Disciplinas EAD, em termos de Abrangência, Coerência, Acessibilidade Adequação de Bibliografia, Linguagem Inclusiva e Recursos Inovadores 333

1.19 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM 335
1.19.1 Atendimento do Acompanhamento e de Avaliação para a Concepção do Curso 335
1.19.2 Avaliação do Ensino Aprendizagem e Autonomia Discente 337
1.19.3 Avaliação Diagnóstica 338
1.19.4 Avaliação Formativa 338
1.19.5 Avaliação Somativa 339
1.19.6 Disponibilização dos Resultados das Avaliações de Ensino Aprendizagem 340
1.19.7 Planejamento de Ações para Melhoria da Aprendizagem 341

1.20 NÚMERO DE VAGAS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO 342
1.20.1 Número de Vagas Pleiteado 342
1.20.2 Estudo Qualitativo e Quantitativo de Adequação do Número de Vagas e Adequação à Dimensão do Corpo Docente e à Infraestrutura Física e Tecnológica 315
1.20.3 Formas de Acesso ao Curso 318
1.20.4 Do Processo Seletivo 355
1.20.5 Da Transferência Externa 356
1.20.6 Transferência ex officio 356
1.20.8 Do Portador de Diploma de Curso Superior 357
1.20.8 Da Reopção 358
1.20.9 Do Enem 358
1.20.10 Matrícula 358

1.21 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO (Licenciaturas) 359
1.21.1 Convênios e ações previstas para integração com a rede pública de ensino 359
1.21.2 Ações e uso de tecnologias educacionais de desenvolvimento, testagem, execução e avaliação de estratégias didático-pedagógicas 359
1.21.3 Forma de documentação das experiências na rede pública de ensino 360
1.21.4 Resultados esperados/atingidos para discentes e para rede pública de escolas de educação básica 360
1.21.5 Planejamento/execução de ações inovadoras na integração com a rede pública de escolas de educação básica 360

1.22 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE - SUS 360

1.23 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DE SAÚDE 360

1.24 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS 360
1.24.1 Relação das atividades práticas de ensino da licenciatura com as DCNs da Educação Básica, da formação de formação de professores e da área de conhecimento da licenciatura 360
1.24.2 Distribuição das Atividades Práticas de Ensino para a Licenciatura Relacionando Teoria e Prática de Forma Reflexiva ao Longo de Todo o Curso 360

DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL 362

2.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE 362
2.1.1 Composição do NDE 363
2.1.2 Atribuições do NDE 363
2.1.3 Planejamento dos Estudos e Avaliação Periódica o PPC pelo NDE 363

2.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR 364

2.3 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO 367
2.3.1 Regime de Trabalho do Coordenador do Curso. 367
2.3.2 Atribuições do Coordenador de Curso 368
2.3.3 Relação do Coordenador com Docentes, Discentes, Tutores 369
2.3.4 Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores 369
2.3.5 Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento 370
2.3.6 Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicação 373
2.3.7 Planejamento da Administração do Corpo Docente 374

2.4 CORPO DOCENTE 375
2.4.1 Relação do Corpo com a Respectiva Titulação 375
2.4.2 Relação da titulação dos docentes com seu desempenho em sala de aula, capacidade de analisar conteúdos curriculares e fomentar o raciocínio crítico e relevância para atuação profissional e acadêmica. 376

2.5 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE 376
2.5.1 Relação do Corpo Docente com o Respectivo Regime de Trabalho 376
2.5.2 Atribuição dos Docentes e Forma de Registro das Atribuições Individuais Considerando a Carga Horaria por Atividade 377

2.6 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE 377
2.6.1 Relação do corpo docente com as respectivas experiências profissionais FORA do magistério superior. 377
2.6.2 Relação da experiência do corpo docente previsto e seu desempenho fora do magistério superior. 377

2.7 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA 378
2.7.1 Estudo que Demonstra e justifica a Relação entre a Experiencia no Exercício da Educação Básica do Corpo Docente 378

2.8 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE NA DOCÊNCIA SUPERIOR 348
2.8.1 Relação do Corpo Docente com as Respectivas Experiências no Magistério Superior 378

2.9 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA 378
2.9.1 Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiencia no Exercício da Docência na Educação a Distância do Corpo Docente e seu Desempenho na Identificação das Dificuldades de Aprendizagem, Contextualização dos Conteúdos, Avaliação diagnóstica, formativa e somativa, Liderança e Produção reconhecida. 379

2.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA 380
2.10.1 Relação da experiência no exercício da tutoria na educação à distância do corpo tutorial e a capacidade de fornecer suporte às atividades dos docentes, realizar mediação pedagógica, relacionar-se com docentes, incrementar processos de ensino aprendizagem, orientar e sugerir atividades e leituras complementares. 380

2.11 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO 382
2.11.1 Institucionalização do Colegiado com Representatividade dos Segmentos e Periodicidade e Registro das Reuniões. 383
2.11.2 Fluxo para Encaminhamentos das Decisões, Encaminhamento e Execução. 384
2.11.3 Avaliação Periódica do Desempenho das Decisões Colegiadas para Implementação ou Ajuste de Práticas de Gestão 384

2.12 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES PRESENCIAIS E TUTORES A DISTÂNCIA 385
2.12.1 Demonstração que todos os Tutores são Graduados na Área da Disciplina e da Titulação da sua Maioria 385

2.13 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES 385
2.13.1 Estudos que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência dos Tutores em Educação a Distância e seu Desempenho na Identificação de Dificuldades de Aprendizagem, Exposição do Conteúdo em Linguagem Aderente, Contextualização dos Conteúdos, Adoção de Práticas Exitosas ou Inovadoras 385

2.14 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADOR DE CURSO 387
2.14.1 Planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso 388
2.14.2 Avaliação Periódica para Incremento na Interação entre os Interlocutores 389

2.15 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA 390
2.15.1 Relação do Corpo Docente Previsto e suas Respectivas Produções 390

DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA 391

3.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL 391

3.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR 391

3.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES 391

3.4 SALAS DE AULA 392

3.5 ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA 392

3.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR 392

3.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR 393

3.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA 395
3.8.1 Laboratórios Básicos do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura) 395
3.8.2 Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança 395

3.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA 395

3.10 LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DE SAÚDE 396
3.10.1 Laboratório Específicos e Multidisciplinares em Conformidade com as DCNs

3.11 LABORATÓRIOS DE HABILIDADES 396

3.13 BIOTÉRIOS 396

3.14 PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO 396

3.15 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS 399

3.15.1 Regulamento do NPJ destinado à realização de práticas jurídicas simuladas e de arbitragem, negociação, conciliação, mediação, atividades jurídicas reais e oferta de visitas orientadas buscando interdisciplinaridade das matérias legais. 399
3.15. 2 Processo de avaliação periódica quanto ao atendimento da demanda do curso pelo NPJ em suas atividades básicas 413
3.15.3 Atividades Jurídicas Reais 414
3.15.4 Visita Orientadas 414
3.15.5 Interdisciplinaridade das Matérias Legais 414
3.15.6 Avaliação Periódica do Atendimento da Demanda 416

3.16 AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO 416
3.16.1 Atendimentos aos Objetivos do PPC para Complementação de Práticas Laboratoriais e/ou Profissionais 425
3.16.2 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem 425
3.16.3 Avaliação Metodológica documentada e ações de melhorias 425
EIXO 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA 426

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1. 1 MANTENEDORA

a) Nome e Base Legal da Mantenedora:

RAZÃO SOCIAL: FACULDADE AMAZONAS LTDA – EPP

b) Endereço da Mantenedora:

Endereço: Travessa Cristiane Azevedo, 2712 – Morada do Sol – Manacapuru – CEP69402-093 – Amazonas.

1.2 NOME E BASE LEGAL DA MANTIDA

Faculdade Amazonas – Código da mantida: 21592

Sociedade Empresarial Limitada

CNPJ: 24.373.640/0001-05

Atividade Econômica Principal: Educação Superior – Graduação e Pós-Graduação

Representante Legal: Maria Eugênia Seffair Lins de Albuquerque Catunda de Souza

a) Endereço da Mantida

Endereço: Travessa Cristiane Azevedo, 2712 – Morada do Sol – Manacapuru – CEP69402-093 – Amazonas.

1.3 PERFIL E MISSÃO DA MANTIDA:

Missão da IES: Formar profissionais no Ensino Superior com valores éticos, humanísticos e ambientais, capazes de contribuir para o desenvolvimento da Região Norte.

Valores: Qualidade no ensino; Ética; Humanização; Profissionalismo.

Perfil: IES tem um perfil que busca a excelência no ensino superior, e com uma

política de inclusão sócio educacional.

A Instituição tem como propósito promover ensino, focado na aprendizagem, que permita o desenvolvimento do indivíduo de modo integral, visando à autorrealização e à formação de profissionais com visão tanto generalista quanto multidisciplinar, conscientes do seu papel social de envolvimento com as mudanças.

1.4 DADOS SOCIOECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO:

O Amazonas é uma das 27 unidades federativas do Brasil, sendo a mais extensa delas, pouco maior que a Mongólia e pouco menor que a área da Região Nordeste brasileira, com seus nove estados. O estado está situado na região Norte do país e tem como limites a Venezuela e Roraima a norte, o Pará a leste, o Mato Grosso a sudeste, Rondônia a sul, o Acre a sudoeste, o Peru a oeste e a Colômbia a noroeste.

Desconhecida da maioria dos brasileiros, a Amazônia figura nos roteiros internacionais como um dos melhores lugares do mundo para o ecoturismo. Mesmo assim, ainda é incipiente o número de turistas que visita à região: apenas 6% (400 mil) dos turistas estrangeiros que visitam o país viajam para a Amazônia, e velando seu enorme potencial turístico.

A cidade de Manacapuru, fundada em 15/02/1786, originou-se de uma aldeia de índios muras, cuja pacificação teria ocorrido em 1785.
Nessa época existia, à margem do rio Solimões, pouco abaixo da foz do Manacapuru, uma Feitoria de Pesca denominada Caldeirão, cuja produção abastecia a guarnição militar sediada em Barcelos, sede da Capitania.
Em 1894, pela Lei Estadual n.º 83, Manacapuru é elevada à categoria de Vila e é criado o município, desmembrado do município de Manaus.

De acordo com a Formação Administrativa a Lei n.° 148, de 12 de agosto de 1865, criou a Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Manacapuru, com sede na povoação de Manacapuru. Elevado à categoria de vila, com a denominação de Manacapuru, pela Lei Estadual n.º 83, de 27-09-1894, foi desmembrada do município de Manaus. Instalado em 16-06-1895. A Comarca de Manacapuru foi criada pela Lei n.° 354, de 10 de setembro de 1901. Em divisão administrativa referente ao ano de

1911, o município aparece constituído de 13 distritos: Manacapuru, Aiapuá, Arara, Beruri, Caapiranga, Campina, Conceição de Manacapuru, Guajaratuba, Jaitenga, Manaquiri, Mundurucus, Paratari e Tamanduá.
Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920 o município aparece constituído de 5 distritos: Manacapuru, Aiapuá, Campinas, Manaquiri, Terra Preta. Por força da Lei n.° 1.126, de 5 de novembro de 1921, foi extinta a comarca de Manacapuru e restabelecida no ano seguinte, conforme Lei n.° 1 133, de 7 de fevereiro. Elevada à condição de cidade, com a denominação de Manacapuru, pelo Ato Estadual n.º 1.639, de 16-07-1932.
Pelo Decreto-lei Estadual n.º 176, de 01-12-1938, foram criados os distritos de Caapiranga e Beruri e anexados ao município de Manacapuru.
No quadro fixado apara vigorar no período de 1939 a 1943 o município é constituído de 3 distritos: Manacapuru, Beruri e Caapiranga. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1955. Pela Lei Municipal n.º 14, de 07-6-1957, é criado o distrito de Vila Rica e anexado ao município de Manacapuru. De acordo com a divisão administrativa vigente em dezembro de 1959 compõem o município três distritos: Manacapuru, Beruri e Caapinanga. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960 o município é constituído de 4 distritos: Manacapuru, Beruri, Caapiranga e Vila Rica. Pela Lei Estadual n.º 1, de 12-04-1961, é desmembrado do município de Manacapuru o distrito de Beruri, elevado à categoria de município.
Pela Lei Estadual n.º 7, de 09-04-1963, são desmembrados do município de Manacapuru os distritos de Caapiranga e Vila Rica, elevados à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-XII-1968, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014.

Estados Unidos, a Alemanha, a França, a China e o Japão são os alvos preferenciais o turismo sustentável da região. Destaca também que a Amazônia é vista como “marca própria” em diversos lugares do mundo. Atualmente, a demanda efetiva do Brasil é de 6 milhões de turistas e um lucro estimado de US$ 184 bilhões, fazendo com que a Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA) considere altamente relevante o mercado turístico da Amazônia. Para explorar esse potencial, a entidade vem desde 2009, implantando uma série de estratégias que tem como principal objetivo fazer crescer o potencial turístico local.

Segundo o Último Anuário Estatístico 2017 realizado pela Secretaria Estadual de Planejamento, tendo como fonte primária os dados do último censo do IBGE, o Amazonas tem uma população de 4.063.614 habitantes. Sua capital, Manaus, concentra em torno de 60% dessa população o que representa um total de 2.130.264 habitantes, distribuídos em uma área de 11.458 km² correspondente a cidade de Manaus.

Com baixa densidade demográfica no interior do Estado, a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos migratórios do interior do Estado e de outros estados da federação. Este contexto faz da cidade de Manaus a 7ª cidade do Brasil no ranking de população, e a projeção que temos é que até 2030, haverá no Estado do Amazonas 4.728.027 habitantes. A criação de uma Faculdade no Município do Estado do Amazonas, estará evitando este êxodo rural para capital e possibilitando a formação de uma mão de obra mais especializada, contribuindo para o desenvolvimento do próprio município.

Ainda segundo o IBGE, esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicaram e implicarão novas e volumosas demandas por serviços educacionais e pelo acesso a políticas públicas que possam contribuir para a qualidade de vida da população.

Nesse cenário ao pensarmos nas diferenças regionais que marcaram o Brasil nas últimas duas décadas e que aprofundaram as diferenças econômicas, sociais e culturais entre o Norte/Nordeste do país e as demais regiões, esse desafio assume grandiosa proporção.

As desigualdades educacionais são realidade no Brasil e podem ser constatadas com análises simples de estatísticas já públicas. No site do Todos Pela Educação estão reunidos dados sobre a Educação das cinco regiões brasileiras, que permitem o monitoramento e a comparação entre seus desempenhos educacionais.

Um dos dados disponíveis na seção “Educação no Brasil” do site é a taxa de distorção idade-conclusão. Ela marca o atraso dos estudantes para o término do ensino e a disparidade no País é alta: a Região Sul tem 37,9% dos alunos com a conclusão do Ensino Fundamental atrasada; já o Nordeste tem 71,4%. São 33,5 pontos percentuais de diferença entre a maior (Nordeste) e a menor (Sul) taxa de distorção no Brasil.

Percentual de alunos que terminam o Ensino Fundamental com atraso	
Norte	**69,8%**
Nordeste	**71,4%**
Centro-Oeste	**55,6%**
Sudeste	**56,9%**
Sul	**37,9%**

Pela Meta 4, verificamos que, na Região Sul, 60,5% dos jovens concluem o Ensino Médio até os 19 anos. Já no Norte apenas 36,6% terminam essa etapa até os 19 anos.

Meta 4 – Conclusão do Ensino Médio aos 19 anos	
Norte	**36,6%**
Nordeste	**37,1%**
Centro-Oeste	**49,5%**
Sudeste	**59,7%**
Sul	**60,5%**

Estas realidades da educação básica das regiões Norte e Nordeste, não constituem novidades, e não diferem com relação à realidade da Educação superior. O Estado do Amazonas num contexto de profundas modificações sociais e econômicas já experimentadas por outras regiões do país. Neste sentido, o desenvolvimento regional, desigual da Amazônia, como apontam os estudos de inúmeros sociólogos e economistas que se dedicam a pensar a região, faz emergir a necessidade de avançar na oferta de educação como estratégia prioritária de diminuição das diferenças regionais e como ferramenta de desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento mundial alcançado nas últimas três décadas explicita uma acumulação sem precedentes e um incremento do abismo entre incluídos e excluídos, as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são questões cruciais que devem ser debatidos pelas Instituições de Educação. É neste contexto que a pretende oferecer serviços educacionais, a fim de proporcionar condições de

ampliação das possibilidades de desenvolvimento, através da oferta de melhores condições de acesso ao ensino superior e da ampliação de todas as potencialidades dos municípios do nosso Estado.

Em várias áreas, a desigualdade regional ainda é uma das características mais marcantes do nosso país, Não existe qualidade sem equidade. Os países que estão no topo do *ranking* mundial da educação apresentam uma média alta de desempenho e baixa desigualdade entre alunos e redes. Um exemplo é o Canadá, país entre os cinco primeiros colocado no Pisa – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, que, apesar de abrigar um fluxo imigratório intenso de famílias de várias partes do mundo, tem uma das menores desigualdades educacionais.

Esta desigualdade no Estado do Amazonas é perceptível também entre a capital e os municípios, que precisam de investimento para o desenvolvimento dos municípios do Estado do Amazonas.

1.4.1 Dados do Município

Figura: Localização de Manacapuru no Amazonas

(Fonte: g1.globo.com)

Manacapuru é um município brasileiro localizado na Região Metropolitana de Manaus, no estado do Amazonas. É a quarta cidade mais populosa do estado com 97 377 habitantes, segundo estimativas do IBGE de 2019. Situada às margens do rio Solimões, a 93 quilômetros de Manaus via terrestre, o principal acesso à cidade é através da Rodovia Manoel Urbano, onde está a Ponte Jornalista Phelippe Daou, sendo fundamental para a integração e o desenvolvimento da Grande Manaus.

O município ocupa uma área de 7 329,234 km², representando 0.4666% da área do estado do Amazonas, 0.1902 % da Região Norte e 0.0863 % de todo

o território brasileiro. Manacapuru possui uma temperatura média anual mínima de 24 °C e de 35 °C como média máxima. A vegetação, típica da região amazônica é formada por florestas de várzea e terra firme, tendo ao seu redor um relevo composto por lagos, ilhotes e uma pequena serra.

Fundada em 1786, originou-se de uma aldeia de índios muras, cuja pacificação teria ocorrido em 1785, que se estabeleceram na margem esquerda do rio Solimões por volta do século XVIII, fazendo com que surgisse a localidade. Manacapuru é conhecida nacionalmente como a *Princesinha do Solimões*, apelido que ostenta desde meados do século XIX. Muitos de seus atrativos naturais são conhecidos nacionalmente, assim como sua tradicional festa popular, o Festival de Ciranda de Manacapuru, o que coloca o município entre os mais visitados por turistas na Amazônia.

Manacapuru possui o terceiro maior PIB do Amazonas, representando, isoladamente 1,35% de todo o PIB do estado. O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,614, sendo considerando inferior à média nacional e médio, comparando com o IDH apresentado pelo estado que foi de 0,674. O município contava, em 2009, com 24 estabelecimentos de saúde. Sua padroeira é Nossa Senhora de Nazaré e a Igreja Matriz é o principal cartão-postal da cidade.

1.4.2 Etimologia

Manacapuru é uma palavra de origem indígena, que deriva das expressões *Manacá* e *Puru*. Manacá é uma planta brasileira das dicotiledôneas, da família solanaceae. Em tupi-guarani, a palavra significa "Flor". Já a palavra "Puru" possui a mesma origem, sendo distinto apenas o significado, que quer dizer enfeitado ou matizado. Assim sendo, Manacapuru em tupi-guarani significa *Flor Matizada*.

Outra possível tradução do nome do município de Manacapuru vem do dialeto indígena mura e significa também "Flor Matizada". Mana: Flor. Capuru: Matizada. O nome Manacapuru faz referência a uma aguerrida cunha poranga que governava com mão de ferro, esta nação das margens esquerda do Rio Solimões onde hoje se encontra a cidade do mesmo nome.

1.4.3 História

Os índios muras, antigos habitantes da região, ocupavam a área que pertence ao atual município de Manacapuru, já no século XVII. Os muras eram conhecidos pelos portugueses como índios belicosos e hostis, motivo pelo qual foram alvos de guerras movidas pelo invasores portugueses, a partir de 1774, sob o comando de Matias Fernandes e do diretor da aldeia de Santo Antônio do Imaripi, situada no Japurá, muito distante da região.

Por conta da grande distância de Japurá à localização dos muras, por volta de 1785 já existia, à margem do rio Solimões, pouco abaixo da foz do rio Manacapuru, uma feitoria de pesca denominada Caldeirão, cuja produção era destinada ao abastecimento da guarnição militar sediada em Barcelos, que a essa época era sede da capitania. A feitoria de pesca era administrada por Sebastião Pereira de Castro.

Sebastião Pereira de Castro comunicou ao general Pereira Caldas a grande migração de índios muras vindos de outras regiões para a localidade. Segundo Castro, em 27 de setembro daquele ano, haviam chegado ali um *"grosso número de gentio mura"*, que desejavam estabelecer-se nas vizinhanças. Em resposta a essa comunicação, o general Pereira Caldas recomendou que os índios fossem deslocados para o povoado de Anamã - que mais tarde viria a ser um município - ou um outro lugar designado pelo administrador. O local escolhido para o estabelecimento dos muras foi a margem do lago Manacapuru. Ali, cerca de 290 indígenas muras se estabeleceram em 15 de fevereiro de 1786, edificando assim, a povoação que recebeu o nome de *Manacapuru*, nome este pertencente ao lago.

1.4.4 Formação Administrativa

A Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Manacapuru foi criada em 12 de agosto de 1865, a partir da lei n.º 148. A freguesia tinha sede no povoado de Manacapuru. Com a lei n.º 83, de 27 de setembro de 1894, criou-se o município de Manacapuru, com território desmembrado do município de Manaus. A instalação só ocorreu em 16 de junho de 1895.

A Comarca de Manacapuru foi criada pela lei n.º 354 de 10 de setembro de 1901. Através da lei n.º 1.126 de 5 de novembro de 1921, a comarca foi extinta, e só

restabelecida no ano seguinte, em 1922, por força da lei n.º 1.133 de 7 de fevereiro. Foi concedido ao município foros de cidade em 16 de julho de 1932, com o ato estadual n.º 1.639.

Com a divisão administrativa vigente em dezembro de 1959, três distritos formavam o município: Manacapuru, Beruri e Caapiranga, sendo que os três já foram emancipados.

Atualmente, o município possui apenas o distrito de Caviana, o qual também já teve proposta, em 2010, sua emancipação, juntamente com outros vinte e sete distritos no estado do Amazonas.

1.4.5 História Recente

Em decorrência do crescimento demográfico de Manacapuru, que atualmente ostenta a posição de quarta cidade mais populosa do Amazonas e uma das maiores em população da Região Norte, o município foi incluído à Região Metropolitana de Manaus em 27 de dezembro de 2007.

Possui atualmente área de 7,329 quilômetros quadrados. e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,663.

1.4.6 Geografia

O município de Manacapuru está situado à margem esquerda do rio Solimões, na confluência deste com o rio Manacapuru, a sudoeste da capital do Amazonas, a 93 km via terrestre da mesma. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 3° 18' 15" de latitude sul e 60° 37' 03" de longitude W. Gr.

Há um grande potencial aquático, florístico e faunístico em seu território. Foi o primeiro município do Amazonas a ter em sua área territorial um Sistema Municipal de Unidade de Conservação (SMUC) - a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Piranha - além da Área de Proteção Ambiental do Miriti e dos Lagos de Manutenção do Paru e Calado.

A vegetação da localidade caracteriza-se em quase sua totalidade por áreas de várzea e terra firme, do qual recebe intensa influência.

1.4.7 Municípios Limítrofes

Manacapuru limita-se com seis municípios, a saber: Iranduba e Manaquiri ao leste; Beruri ao sul; Anamã e Caapiranga ao oeste; e Novo Airão ao norte e noroeste.

Com o município de Iranduba: O limite de Manacapuru com Iranduba se inicia na cabeceira do Igarapé Açú, divisor de águas entre os rios Negro e Manacapuru. Este divisor se estende para sudeste, alcançando as cabeceiras do Igarapé da Anta, por sua linha mediana, até alcançar a confluência no lago Aracapuri. A partir daí, o Igarapé Açú, dividindo os dois municípios, estende-se até alcançar o lago Ubim. Na região norte do município, a linha divisória deste com Iranduba é a rodovia AM-070, que liga Manaus a Novo Airão. Também nesta região, o divisor do município é o Paraná do Ariaú, lago que desemborca no rio Solimões.

Com o município de Manaquiri: O limite entre Manacapuru e Manaquiri se inicia na margem direita do rio Solimões, subindo por essa margem até alcançar o lago Paraná do Barroso, na parte mais ocidental da ilha do Barroso. A partir daí, o limite entre os dois municípios se dá por uma linha atravessando o povoado de Paraná do lago Grande, até alcançar o lago Grande. A partir deste lago, o divisor entre os dois municípios torna-se novamente o rio Solimões, finalizando no lago Manaquiri e na nascente do Igarapé Sucuri.

Com o município de Beruri: Manacapuru inicia seu limite territorial com Beruri também na nascente do Igarapé Sucuri. Após o Igarapé Sucuri, o divisor territorial dos municípios passa a ser o Igarapé Pupunha, que divide os limites através de uma linha mediana, até alcançar os lagos do Acarituba, Papagaio e Baruri. A partir daí, o divisor territorial torna-se o rio Solimões.

Com o município de Anamã: Inicia-se na margem direita do rio Solimões, na parte mais ocidental da ilha do Iauara, descendo o rio pela margem ocidental. A partir daí o divisor territorial entre Manacapuru e Anamã torna-se uma linha mediana, até alcançar sua interseção com o paralelo de 3º 30' sul.

Com o município de Caapiranga: Começa no paralelo de 3º 30' sul. Este paralelo, para nordeste, alcança a nascente Igarapé Cuité. Outros divisores usados para os limites territoriais entre Manacapuru e Caapiranga são os lagos Cabaliana, Paraná do Anamã, Campina, Cláudio e Piraí e os rios Manacapuru e Solimões.

Com o município de Novo Airão: O limite entre os dois municípios se inicia no Igarapé Piraí e alcança o Igarapé Posto da Petrobrás. O rio Manacapuru é usado como limite entre os dois municípios, após o fim do Igarapé da Petrobrás. Por fim, o rio Negro finaliza o limite geográfico e territorial entre Manacapuru e Novo Airão.

1.4.8 Clima

Manacapuru possui clima tropical úmido, presente em toda a Amazônia. O clima é amenizado por alta pluviosidade e pelos ventos alísios que sopram do Atlântico. Quedas de temperatura são comuns no município e diminuem bastante os rigores de calor, acontecendo quase sempre à noite. Há duas estações distintas: inverno, que se inicia em dezembro, e verão, que se inicia em maio.

Entre abril de 1958 e dezembro de 1960, a maior temperatura registrada em Manacapuru foi de 35,8 °C, observada no dia 15 de outubro de 1958. A mínima foi de 18,1 °C, no dia 21 de julho de 1958.[24] Também durante este período, o maior acumulado de chuva ocorrido em 24 horas foi de 94 mm, em 29 de dezembro de 1958.

1.4.9 Hidrografia

Manacapuru está localizada junto à bacia hidrográfica Amazônica. Os rios que passam por Manacapuru são os rios Solimões e o Manacapuru, que dá origem ao nome da cidade. O rio Solimões começa no Peru e, ao entrar no Brasil, no município de Tabatinga, recebe o nome de Solimões. Além dos rios Solimões e Manacapuru, banham o município os rios Purus e Jará.

1.4.10 Fauna e flora

A fauna e flora da Amazônia é diversificada, sendo encontrada a mesma fauna da floresta tropical úmida presente na Amazônia em diversos municípios. É possível encontrar no município, inúmeras espécies de plantas e pássaros, inúmeros anfíbios e milhões de insetos.

Os grandes mamíferos da água, como o peixe-boi e o boto, são encontrados principalmente em regiões sem muita movimentação do rio Negro. A hidrografia do município é privilegiada, principalmente na divisa com Novo Airão, este conhecido por

ser a "terra do Peixe-boi". Algumas árvores de origem amazônica, como a andiroba e mafumeira (também conhecida como Sumaúma), são encontradas em algumas regiões da cidade, principalmente em áreas intactas. Na área urbana, pouco se encontra tais árvores. Répteis como tartarugas, caimões e víboras também ali habitam. Há pássaros e peixes de todas as espécies, plumagens e peles. Em algumas regiões ao longo dos rios, encontramos a planta vitória-régia, cujas folhas circulares chegam a mais de um metro de diâmetro.

1.4.11 Demografia

A população do município, de acordo com o Censo de 2019 promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) era de 97 377 habitantes, sendo o 4º mais populoso do estado e apresentando uma densidade populacional de 13,29 habitantes por km². Segundo o censo de 2010, 51,05% da população eram homens (43 461 habitantes), 48,95% (41 680 habitantes) mulheres, 70,68% (60.174 habitantes) vivia na zona urbana e 29,32% (24.967 habitantes) na zona rural.

O crescimento populacional de Manacapuru na última década foi de 15,54%. Em um período de nove anos, entre 1991 e 2000, a população de Manacapuru teve uma taxa média de crescimento anual de 2,97%, onde sua população se elevou de 57 173 habitantes em 1991 para 73 695 habitantes em 2000. Em contrapartida, a taxa de urbanização cresceu apenas 2,66% passando de 63% de urbanização no município, em 1991, para 64,67% em 2000. Em 2000, a população do município representava 2,62% da população do estado e 0,04% da população do país.

Ainda no período de 1991 a 2000, houve um declínio no quesito razão de dependência. Em 1991, a razão de dependência entre os habitantes era altíssima: 107,6%. Em 2000, com o declínio, este índice baixou para 85% dos habitantes.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Manacapuru é considerado médio pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). No ano de 2000, considerando apenas a educação, o valor do índice é de 0,761 enquanto o do Brasil é 0,849. O índice da saúde é de 0,684 (o brasileiro é 0,787) e o de renda é de 0,544 (o do Brasil é 0,723). Comparado aos

outros municípios do Brasil, Manacapuru apresenta uma situação intermediária, ocupando a 3.555ª posição no quesito IDH, sendo que 3.554 municípios (64,5%) estão em situação melhor e 1.952 municípios (35,5%) estão em situação pior ou semelhante. Comparando com os municípios do Amazonas, Manacapuru apresenta uma situação considerada razoável: ocupa a 15ª posição, sendo que 14 municípios (22,6%) estão em situação melhor e 47 municípios (77,4%) estão em situação pior ou semelhante. No período de 1991 a 2000 o IDH de Manacapuru cresceu 11,24% passando de 0,596 em 1991 para 0,663 em 2000. A Longevidade foi o que mais contribuiu para este crescimento, com 51,2%, seguida pela Educação, com 49,8%. Caso Manacapuru mantivesse esta taxa de crescimento de IDH, levaria 26 anos para alcançar São Caetano do Sul, o município com o melhor IDH do Brasil (0,919) e 12 anos para alcançar Manaus, o município com o melhor IDH do estado (0,774).

1.4.12 Religião

A variedade cultural em Manacapuru se faz presente e são diversas as manifestações religiosas presentes na localidade. Assim como diversos municípios brasileiros, o município se desenvolveu sobre uma matriz social eminentemente católica e é possível encontrar atualmente na cidade dezenas de denominações protestantes diferentes. Também é notório o crescimento dos sem-religião que, segundo dados de 2000, correspondem a 6,09 % da população religiosa da cidade. Manacapuru está localizada no país mais católico do mundo em números absolutos. A Igreja Católica teve seu estatuto jurídico reconhecido pelo governo federal em outubro de 2009, ainda que o Brasil seja atualmente um estado oficialmente laico.

De acordo com dados do censo de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população de Manacapuru é composta por: Católicos (65,68%), evangélicos (25,73%), pessoas sem religião (6,09%), budistas (0,01%) e 2,14% estão divididas entre outras religiões. Entre as igrejas protestantes, destacam-se a Assembleia de Deus (15,36%), Igreja Batista (2,09 %) e Igreja Adventista do Sétimo Dia (1,72 %). Entre as denominações cristãs restauracionista, destacam-se A Igreja de Jesus Cristo dos

Santos dos Últimos Dias (1,16 %) e as testemunhas de Jeová (0,40 %). O espiritismo, judaísmo, a umbanda e o candomblé não foram identificados entre a população religiosa.

1.4.13 Cultura e Sociedade

A cultura do município, assim como do Amazonas, foi largamente influenciada pelos povos nativos da região e pelos diversos grupos de imigrantes e migrantes que ali se estabeleceram, principalmente espanhóis. Manacapuru tornou-se uma cidade com ampla miscigenação cultural e diversificadas culturas. Os nordestinos que migraram para a Amazônia no fim do Século XIX e início do Século XX, atraídos pelo Ciclo da borracha, também contribuíram para a formação da cultura municipal. Tudo isso gerou na localidade e no estado uma cultura mestiça e com grande contribuição e permanência da cultura indígena.

A cultura manacapuruense é rica em tradições e festas folclóricas bastante apreciadas. Por conta do Festival de Cirandas, que nos últimos anos tem atraído grande número de turistas para a cidade, Manacapuru ficou conhecido como a "Terra das Cirandas".

Na música, os destaques são a ciranda e o forró. Manacapuru possui um projeto chamado "Caravana da Música", que conta com a participação de diversos artistas regionais e nacionais.

1.4.14 Festival de Cirandas

Assim como Parintins, Manacapuru também é conhecida por seu festival folclórico, porém, ao invés do característico boi-bumbá de Parintins, a cidade é conhecida por suas cirandas, agremiações que tocam um estilo de música típico local, e apresentam desfiles competitivos. Realiza-se todos os anos, o Festival de Ciranda de Manacapuru, no Cirandódromo da cidade, localizado no Parque do Ingá geralmente no último fim de semana do mês de agosto ou início de setembro.

O primeiro Festival de Cirandas competitivo aconteceu em 1997. A partir de então, a manifestação cultural recebeu status de manifestação folclórica e a cada ano apresentou mais qualidade e nível técnico nas noites da festividade.

São três as agremiações que compõem o festival do município: Flor Matizada, Guerreiros Mura e Tradicional. O Festival de Ciranda de Manacapuru é um dos maiores do estado do Amazonas e da Região Norte do Brasil, recebendo de 50 a 90 mil turistas todos os anos.

1.4.15 Turismo

Manacapuru é um dos maiores destinos turísticos no Amazonas, recebendo um elevado número de turistas que visitam as praias, lagos e igarapés das proximidades, que contam com diversos hotéis de selva.

O ecoturismo, também chamado de turismo de natureza, atrai milhares de turistas ao município. Entre as atrações naturais da cidade, destacam-se: Reserva Ecológica de Manacapuru, possuindo uma vegetação típica de várzea, com gigantescas árvores, como a Sumaúma. Caracteriza-se como uma área migratória e de produção de aves, sendo também um dos melhores locais para a pesca esportiva, pela variedade de peixes como a piranha e o aruanã. Possui um hotel flutuante e um observatório de pássaros, de jacarés e aves. Situa-se na margem esquerda do Rio Solimões.

A Comunidade Indígena Sahu-Apé também é um atrativo natural da localidade, onde se encontram especiarias indígenas. A Ilha de Santo Afonso, no rio Solimões, também é um atrativo natural muito visitado.

O Cais do Porto, no centro da cidade, é um dos principais pontos turísticos, sendo um porto histórico e regional.

A centenária Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré é o cartão postal mais conhecido de Manacapuru. Um marco, com grande presença na educação e na formação religiosa do povo manacapuruense, erguida com espírito de colaboração e solidariedade, é uma das 10 Paróquias da Prelazia de Coari.

O prédio passou por várias edificações, que melhoraram e ampliaram a estrutura ao longo do tempo. Antes da construção do templo atual, os ofícios religiosos

eram realizados em uma capelinha singela, construída no início do século XIX e situada onde, atualmente, é a praça 16 de julho . A capela era, a princípio, uma iniciativa da população local, que se responsabilizava pela manutenção e organização dos cultos religiosos. A construção da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré teve início em 1904 e foi concluída em 1907. A família Ventura se destacou pelo apoio dado à construção. O altar em forma de canoa que há na igreja foi usado na missa feita pelo Papa João Paulo II, quando visitou Manaus em 1980.

Na cidade há também o Terminal Fluvial Turístico e Centro de Atendimento ao Turista; Mercado Municipal, um dos mais antigos da cidade; Casa da Cultura; Parque do Ingá; Balneário do Miriti e Praça 16 de julho e entre outras atrações turísticas.

1.4.16 Futebol

No futebol, o principal clube de futebol de Manacapuru é o Princesa do Solimões Esporte Clube, tendo sido fundado no dia 18 de agosto de 1971. Sua sede é estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, no Centro Histórico de Manacapuru. O Princesa do Solimões fez a primeira partida Oficial do Primeiro Campeonato Amazonense de Futebol em 1987, sendo o terceiro clube de futebol do interior amazonense a participar de tal evento, sendo precedido pelos clubes Penarol, de Itacoatiara e Olaria, de Humaitá. Grande revelador de talentos, fez surgir uma gama de estrelas do futebol nortista, tais como Naílton, Zédvan e Alcimar. O "Tubarão do Solimões", assim como é comumente conhecido pelos amazonenses, tem como símbolo um "Tubarão". Conquistou vice-campeonatos estaduais, em 1985 e 1997, além da conquista do Torneio Início de 1997 e 2007. Em 1989, disputou seu único torneio nacional, ficando em sexto lugar no seu grupo, vencendo apenas dois clubes: O Mixto Esporte Clube, de Cuiabá, capital do Mato Grosso e o Dom Bosco Futebol Clube, da cidade de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul; este feito torna Manacapuru o único município do interior a ter sido representado na Segunda Divisão mais importante do futebol Brasileiro.

Outro clube de Manacapuru a chegar no futebol profissional foi o Operário, fundado em 10 de Junho de 1982 o clube profissionalizou-se em 2010 sagrando-se logo campeão da Série B do campeonato Amazonense, e em menos de dois anos chegando à Série A.

Planos de ação da IES

Vale destacar os **Planos de Valorização Profissional abordando Condições de Trabalho pretendidos pela IES**: a política de recursos humanos da IES prevê como descrita no PDI, no Item Plano de Cargos e Capacitação de Docentes, processos de ascensão profissional, considerando, produção acadêmica, titulação, publicação científica e inovação pedagógica. As condições de trabalho estão previstas em termos de acessibilidade, recursos técnicos, apoio ao desenvolvimento do trabalho pedagógico e todos os demais serviços, projetos e programas previstos no plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Destaca-se que a instituição terá como princípio a valorização do quadro interno para cargos de confiança, possibilitando a ascensão, haja vista que seus valores de comprometimento, como também terá a política de reintegrar seus egressos seja no quadro administrativo ou docentes, já que visa a excelência no ensino superior. Tem previsto a formação continuada e o apoio a formação contínua.

Quanto aos Processos de Gestão que possam identificar sobre a trajetória de melhorias ou não das instituições: não se aplica em atos de credenciamento em trâmite. Mas com a implantação da CPA, que irá realizar as avaliações internas, e cruzar com as avaliações externas será possível por meio de seus planos administrativo de curso e plano de gestão previstos realizar melhorias no processo.

Em relação a Política de Atendimento a Alunos Estrangeiros: A IES respeitando o princípio da diversidade, da inclusão social e da cooperação acadêmica e científica, terá uma política de acolhimento de alunos estrangeiros, devidamente regulamentada em documento próprio anexo a este.

Disciplinas ofertadas em Língua Estrangeira: A IES ofertará a todos os seus alunos em todas as suas matrizes como componente curricular em língua estrangeira a disciplina de Inglês e de Direitos Humanos.

Existência de Programas de Bolsas e Financiamento Estudantil e Número de Beneficiados: Não se aplica em aos atos de credenciamento em trâmite. Em processo de autorização em trâmite.

Existência de Projetos e Ações Para a Promoção da Sustentabilidade Socioambiental na Gestão da IES e nas Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão: a IES possui um Plano de Gestão de Logística Sustentável e uma Política de Educação Ambiental.

Ações de educação ambiental que deverão ser realizadas:

- Implantar a Política de Educação Ambiental envolvendo todos os segmentos institucionais (docentes; discentes e técnicos administrativos) tendo em vista a racionalização dos recursos para a promoção de uma gestão sustentável;
- Realizar ações comunitárias de Educação Ambiental a partir das atividades extensionistas;
- Incluir e Fortalecer os Conteúdos de Educação Ambiental numa abordagem continua e permanente a partir de um enfoque transversal;
- Promover ações de formação docente tendo em vista capacitar os professores para que os mesmos possam realizar ações pedagógicas relevantes em sala de aula.

Ações de inclusão, acessibilidade e de valorização da diversidade cultural para a acessibilidade deverão ser realizadas:

- A manutenção da adequação da rede física sem barreiras arquitetônicas, do mobiliário e dos equipamentos para atender a nova proposta; A promoção de estudos que visem sistematização e a adequação dos currículos para atender aos diferentes níveis de ensino, modalidades de atendimento e necessidades educativas dos novos alunos. Criação de um núcleo de apoio com sede na Instituição;
- Adequação dos procedimentos metodológicos e avaliativos em função de atender as necessidades educativas do aluno;
- Capacitação permanente para professores e técnicos administrativos para a acessibilidade atitudinal. Sensibilização da comunidade interna acerca dos direitos e deveres das pessoas com necessidades educacionais especiais;

- Garantia da permanência do aluno com necessidades educacionais especiais nas salas regulares de ensino, com atendimento das necessidades especificas nas salas de apoio e as devidas adaptações curriculares;
- Ofertar serviço de Saúde, de Psicologia, de Psicopedagogia quando necessário, atendimento individualizado;
- Realização de um trabalho conjunto com os professores para encaminhar o educando ao mundo do trabalho através do banco de dados mantido no núcleo;
- Oferta de formação inicial e continuada, visando à inserção dessas pessoas na sociedade e no mundo do trabalho. Acesso a níveis elevados de ensino e pesquisa e atividades artísticas de acordo com a capacidade de cada um.
- Flexibilidade, isto é, a não obrigatoriedade de que todos os alunos atinjam o mesmo grau de abstração ou conhecimento, num tempo determinado;
- Acomodação, ou seja, considerar que o planejamento de atividades para uma turma deve levar em conta a presença de alunos com necessidades especiais e, portanto, contemplá-los na programação;
- Trabalho simultâneo, cooperativo e participativo, entendido como a participação dos alunos com necessidades especiais nas atividades desenvolvidas pelos demais colegas, embora não o façam com a mesma intensidade, nem necessariamente com a mesma ação ou grau de abstração.

Para o desenvolvimento de ações no campo da diversidade cultural, pretende:

- Desenvolver um programa de Inclusão e Apoio a Diversidade por meio do planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão desses grupos; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros;
- Democratizar o acesso ao ensino superior por meio da ampliação de vagas para alunos em condição de vulnerabilidade social e econômica e membros

de grupos minoritários, a partir da concessão de bolsas de estudo parciais e ou integral.

A implantação de uma IES privada contribuirá via formação de recursos humanos, levando-se em consideração, a expressão regional e o desenvolvimento de todo o Estado. Busca-se atender à demanda pela formação específica, contribuindo para a capacitação de profissionais, aptos a ocupar os postos de trabalho, decorrentes do reflexo da configuração socioeconômica e socioambiental da região, oferecendo respostas mais ágeis e eficazes às necessidades específicas do setor produtivo e da sociedade.

Portanto, a presente proposta de implantação de uma nova IES se justifica não apenas pela necessidade social, que se apresenta nos dados estatísticos do Município, mas também pela importância social que a formação em nível superior tem para toda uma Região.

2. SÍNTESE DA IES:

2.1 BREVE HISTÓRICO DA MANTENEDORA E DA PRIMEIRA MANTIDA

Mantenedora: FACULDADE AMAZONAS LTDA – EPP, cadastrada no CNPJ 24.373.640/0001-05, sede na Endereço: Travessa Cristiane Azevedo, 2712 – Morada do Sol, Município de Manacapuru do Amazonas. CEP 69402-093, de Natureza Jurídica: Sociedade Empresa Limitada, com Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos – sociedade civil, com Atividade Econômica Principal: Educação Superior – graduação e pós-graduação, representada legalmente por Wellington Lins de Albuquerque Junior

Mantida: FACULDADE AMAZONAS – FAM Instituição de Ensino Superior Privada-IES, como código de Nº 21592, CADASTRO NO MEC EM: 04/04/2016, a IES está em processo de credenciamento de nº 201602124, ata Regulatório: Credenciamento, com sede no Endereço, Travessa Cristiane Azevedo, nº 2712, - Morado do Sol, Município de Manacapuru. Estado do Amazonas. CEP: 69.402-093 (onde funcionam as salas de aula e as demais dependências administrativas do curso).

2.2 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO:

A Faculdade Amazonas constitui-se uma empresa nova, com instalação no município de Manacapuru do Estado do Amazonas, com objetivo de possibilitar o acesso ao ensino superior a partir da sua atuação pretende realizar um trabalho contínuo de inserção social, através da democratização do acesso à educação superior favorecida por um Projeto Pedagógico Institucional (PPI) alinhado com as demandas sociais locais e as exigências do mundo do trabalho, um corpo docente altamente qualificado, estrutura de atendimento ao educando composta de unidades de ensino, pesquisa e extensão, laboratórios de aprendizagem, bibliotecas e preços competitivos, sem que haja comprometimento da qualidade dos serviços prestados.

O projeto surge a partir da experiência que as proprietárias já possuem na área educacional, com a Empresa Centro Metropolitano de Ensino – Cemetro, localizada

em Manaus, capital do Estado do Amazonas, que atua na educação básica abrangendo o ensino fundamental, ensino médio, Eja, e ensino técnico pós-médio.

Não deixa de ser um desafio a implantação de uma Instituição de Ensino Superior Privada, pois nos municípios só estão presentes Instituições públicas, e no caso de Manacapuru o município possui um campus da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Manacapuru é uma das sedes do Projeto Rondon, uma iniciativa do governo brasileiro, coordenada pelo Ministério da Defesa, em colaboração com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Manacapuru é um município brasileiro do estado do Amazonas. Pertencente à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Manaus, localiza-se a sul de Manaus, capital do estado, distando destes cerca de 84 quilômetros. Ocupa uma área de 7 329,234 km² e sua população, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2015, era de 94 175 habitantes, sendo assim o quarto município mais populoso do estado do Amazonas, superado por Manaus, Parintins e Itacoatiara, e o segundo de sua microrregião. Juntamente com outros sete municípios, integra a Região Metropolitana de Manaus, a maior região metropolitana brasileira em área territorial e a mais populosa da Região Norte do Brasil. Sua área representa 0.4666 % da área do estado do Amazonas, 0.1902 % da Região Norte e 0.0863 % de todo território brasileiro. Muitos de seus atrativos naturais são conhecidos nacionalmente, assim como suas festas populares que estão entre as mais visitadas por turistas na Amazônia

A realidade atual do município com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,614, sendo considerando inferior à média nacional e médio, comparando com o IDH apresentado pelo estado que foi de 0,674. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 4,90% estavam cursando o ensino superior (IBGE).

No último censo do IBGE considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 21,21% eram analfabetos, 34,35% tinham o ensino fundamental completo, 22,49% possuíam o ensino médio completo e 3,59%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 34,52% trabalhavam no setor agropecuário, 0,16% na indústria extrativa,

8,00% na indústria de transformação, 6,05% no setor de construção, 1,09% nos setores de utilidade pública, 16,44% no comércio e 30,85% no setor de serviços.

Desta forma, a criação de uma Faculdade irá contribuir para o desenvolvimento da região e do próprio município, que irá possibilitar mais pessoas terem acesso ao ensino superior, ou seja, a uma profissão.

As atividades de ensino não se restringem a preparar o indivíduo apenas para atender às necessidades da população, mas objetivam formar profissionais para atuar como agentes transformadores da sociedade, centrados em uma visão generalista e cidadã, assim no que se refere às Políticas Acadêmicas, a orientação central da Faculdade Amazonas será o ensino de graduação, sem desconsiderar, entretanto, as outras dimensões do ensino superior como a pesquisa e a extensão considerados aqui como indissociáveis.

Ensino, pesquisa e extensão articulados constituem no tripé que deve sustentar as práticas pedagógicas na perspectiva de garantir produção de conhecimento com benefícios ao conjunto da sociedade.

Administrativos da Mantenedora/Faculdade Amazonas

ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
Ensino médio	5
Graduandos	3
Graduados	2
Especialização	3
Mestre	4
Doutorado	1
Total	18

Número de cursos que ascenderam nos seus conceitos nos últimos três anos: não se aplica a atos de credenciamento de instituição. Não há cursos em

funcionamento, e sim 2 cursos que passarão por visita in loco e estão em processo de autorização, que são:

Planos de Melhoria Acadêmica, Protocolos de Compromisso, Termos de saneamento de deficiências, Medidas Cautelares e Termo de Supervisão, quando houver: **não se aplica** em atos de credenciamento da instituição. Não há processos em curso.

Planos de Valorização Profissional abordando Condições de Trabalho: Na Faculdade Amazonas, a política de recursos humanos prevê como descrita nesta PDI, no Item Plano de Cargos e Capacitação de Docentes, processos de ascensão profissional, considerando, produção acadêmica, titulação, publicação científica e inovação pedagógica. As condições de trabalho estão previstas em termos de acessibilidade, recursos técnicos, apoio ao desenvolvimento do trabalho pedagógico e todos os demais serviços, projetos e programas previstos no plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Destaca-se que a Faculdade Amazonas terá como princípio a valorização do quadro interno para cargos de confiança, possibilitando a ascensão, haja vista que seus valores de comprometimento, como também terá a política de reintegrar seus egressos seja no quadro administrativo ou docentes, já que visa a excelência no ensino superior. Tem previsto a formação continuada e o apoio a formação contínua.

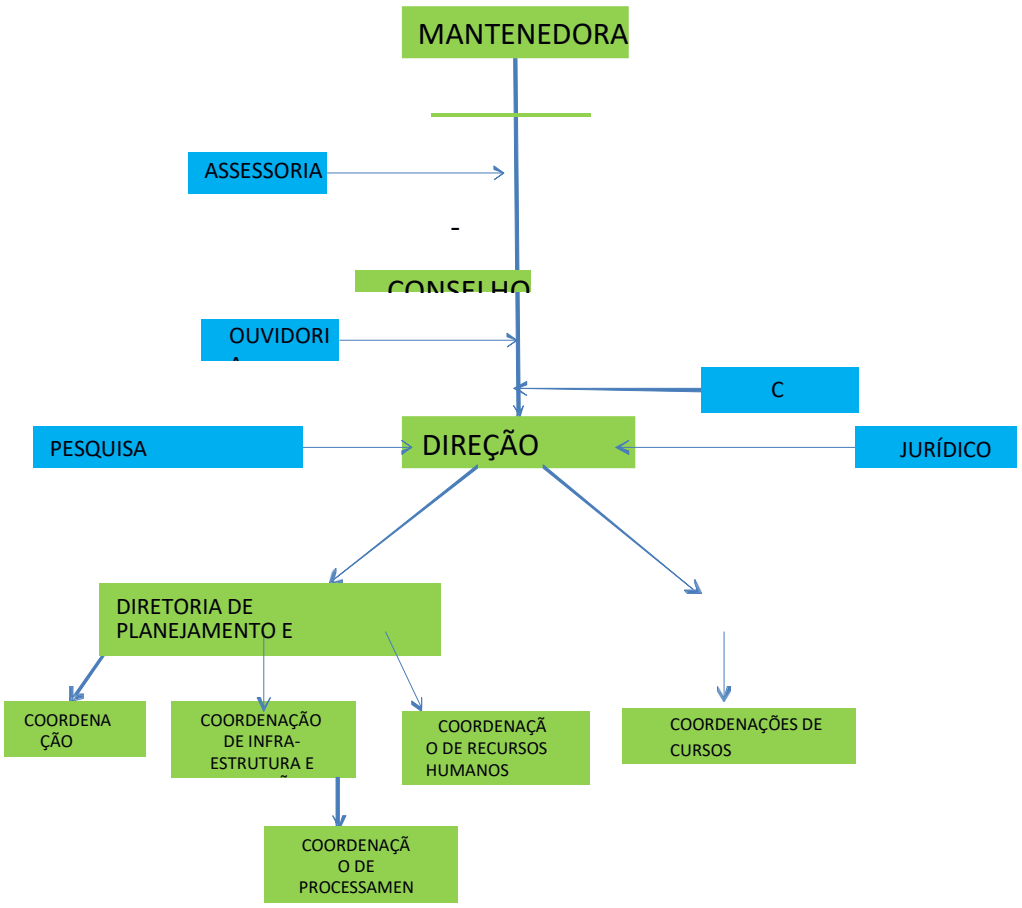
Processos de gestão que possam identificar sobre a trajetória de melhorias ou não das instituições: **não se aplica em atos de credenciamento da instituição**. Mas com a implantação da CPA, que irá realizar as avaliações internas, e cruzar com as avaliações externas será possível por meio de seus planos administrativo de curso e plano de gestão previstos realizar melhorias no processo.

Política de Atendimento a Alunos Estrangeiros: A Faculdade Amazonas respeitando o princípio da diversidade, da inclusão social e da cooperação acadêmica e científica, terá uma política de acolhimento de alunos estrangeiros, devidamente regulamentada em documento próprio anexo a este.

Quantidade de Alunos e Professores Estrangeiros na IES e Disciplinas Ofertadas em Língua Estrangeira: Por ainda não haver iniciado suas atividades, não possui alunos estrangeiros matriculados e, em seu corpo docente não possui docentes estrangeiros até seu ato de autorização. A Faculdade Amazonas ofertará a todos os seus alunos em todas as suas matrizes como componente curricular optativo, disciplinas de língua estrangeira.

Existência de Projetos e Ações Para a Promoção da Sustentabilidade Socioambiental na Gestão da IES e nas Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão: A IES possui um Plano de Gestão de Logística Sustentável.

2.3 ORGANOGRAMA



3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

3.1 NOME E ATOS LEGAIS DO CURSO:

a) Curso de Graduação em Direito

b) Portaria de Autorização: 201820213

c) Cadastrado no e-MEC em: 08/10/2018

d) Ato Regulatório:

Em Processo de Autorização

3.2. NOME E BASE LEGAL DA MANTIDA:

Nome da IES: Faculdade Amazonas – código da mantida: 21592

Ato Regulatório: Autorização

3.3 RELATO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DO PPC:

O PPC foi construído pelo NDE do curso observando-se as diretrizes curriculares nacionais do curso.

A implantação ocorre a partir da primeira turma do curso com o acompanhamento do NDE e do colegiado e a consolidação ocorre na medida em que se buscam melhorias para o curso com base na análise das avaliações internas e externas, e reuniões periódicas do NDE e colegiado, bem como, por meio da elaboração conjunta do Plano acadêmico-administrativo do curso nas Semanas Pedagógicas.

3.4 ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

TRAVESSA CRISTIANE AZEVEDO, 2712 – MORADA DO SOL – MANACAPURU – CEP 69402-093 – AMAZONAS

3.5 ATOS LEGAIS DO CURSO E DATA DA PUBLICAÇÃO (AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO/RENOVAÇÃO)

Curso em Processo de Autorização.

3.6 CONCEITOS DO CURSO (CC, CPC, ENADE)

Não se aplica

3.7 NÚMERO DE VAGAS DO CURSO E TURNOS DE FUNCIONAMENTOS:

200 vagas

3.8 CARGA HORARIA TOTAL DO CURSO E TEMPO MÍNIMO E MÁXIMO DE INTEGRALIZAÇÃO:

a) Carga Horária Total do Curso: 3866 h

b) Tempo Mínimo para integralização = 10 semestres; Tempo Máximo = 20 semestres.

3.9 PROTOCOLO DE COMPROMISSO OU TERMO DE SANEAMENTO DE DEFICIÊNCIA, MEDIDAS CAUTELARES, TERMOS DE SUPERVISÃO

Não se aplica

3.10 PERFIL DO COORDENADOR:

3.10.1 Nome, formação, titulação, tempo de experiência dentro e fora do magistério:

a) Nome: Roberta Karina Cabral Kanzler

b) Formação: Bacharel em Direito

c) Titulação:

- Doutorando em Direito – PUC - MG
- Mestrado em Meio Ambiente – UFPA - PA
- Especialização em Metodologia do Ensino Superior

d) Experiência dentro do magistério superior: 16 anos

e) Experiência fora do magistério superior: 9 anos e 9 meses

f) Tempo de gestão de curso de graduação: 11 anos

3.11 DISCIPLINA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA:

A matriz do curso possui a disciplina Inglês e Direitos Humanos e a IES, mantêm convênio com Centro de idiomas para descontos aos nossos alunos de todos os cursos de graduação e pós-graduação.

3.12 CONVÊNIO

Além dos convênios com empresas para Estágios Supervisionados a IES possui também convênios para intercâmbio e mobilidade acadêmica com as universidades de: Évora em Portugal, Bologna na Itália, Nihon Gakko no Paraguai, com o Santander Universidades que mantém convênio com 85 países e com a PUC/Minas para o DINTER em Direito.

3.13 QUANTITATIVO ANUAL DO CORPO DISCENTE, DESDE O ÚLTIMO ATO AUTORIZATIVO (INGRESSANTES MATRICULADOS EM TCC, PARTICIPANTES DE PROJETOS DE PESQUISA POR ANO, PARTICIPANTES EM PROJETOS DE EXTENSÃO POR ANO, PARTICIPANTES DE FINANCIAMENTO POR ANO

Não se aplica

3.14 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO E NÚMERO DE IES QUE OFERTAM O CURSO NO MUNICÍPIO:

Curso se justifica em função das demandas loco regionais de natureza econômica, social, política, cultural e ambiental.

3.14.1 Demandas de Natureza Econômica

A economia de Manacapuru é baseada na agricultura, extrativismo vegetal e pesca.

Caracteriza-se especialmente pela coleta de borracha e castanha, exploração de caça, pesca, pecuária extensiva nos campos naturais e incipiente agricultura itinerante nas terras firmes, salientando-se nos últimos anos a cultura da juta e da pimenta-do-reino. Com relação a Manacapuru, observa-se que, embora tenha nas indústrias extrativas animal e vegetal expressiva fonte de riqueza, é a agricultura, em particular a cultura da Juta, a base econômica do município.

Produção Agrícola	
Produtos	**Quantidade (t)**
Mandioca	31.622
Banana	1.666
Milho	1.344
Laranja	692
Feijão	17

O PIB Municipal em 2014 foi de R$ 1.307.005.000,00 Manacapuru representa o 3º PIB no Ranking da Região Metropolitana de Manaus.

O PIB por atividade econômica em 2012 no município de Manacapuru encontra-se assim representado:

Serviço	R$ 380.131.000,00	35,95%
Indústria	R$ 62.164.000,00	5,88%
Impostos	R$ 19.791.000,00	1,87%

Agropecuária	R$ 372.661.000,00	35,24%
Administração Pública	R$ 222.769.000,00	21,07%

Fonte: IBGE, 2014

No setor primário, a agricultura em Manacapuru é uma das principais fontes econômicas. O município é o maior produtor nacional de juta, tendo destaque também para outros produtos como a mandioca, banana, milho, laranja, feijão, café e hortaliças.

A pecuária e a pesca também constituem um forte empreendedor econômico do município, com destaque para a criação de bovinos equinos e suínos. Em 2009, foram registradas 20.568 bovinos efetivos no município, além de 639 bubalinos e 294 equinos. Na pesca, as espécies mais comuns são o pacu, sardinha, curimatá, branquinha, jaraqui, matrinxã, acari-bodó e outras espécies de peixes oriundos de água doce, sendo um Polo de piscicultura.

A avicultura também concentra uma representação econômica para a cidade, existindo uma granja com criação de galinhas de postura. O extrativismo vegetal ainda é uma atividade de grande significado para a economia local, através da exploração de produtos como a borracha, pupunha emadeira. Existem diversos viveiros de peixes na localidade, voltados à criação de espécies de peixes da Amazônia. Na fruticultura, produz-se município maracujá, cupuaçu, mamão, abacaxi, banana, abacate, laranja, limão e melancia.

O Extrativismo Vegetal ainda é uma atividade de grande significado para a economia local, através da exploração de produtos como borracha, pupunha e madeira. Manacapuru é o maior produtor nacional de juta.

No **Setor secundário, a** produção industrial no município está intimamente ligada à agricultura e à indústria extrativa local. Há indústrias voltadas a atividades agropecuárias, produção de minerais não metálicos, metalúrgica, mecânica, materiais elétricos, material de transporte, madeira, mobiliário, papel, borracha, couro, produtos farmacêuticos e veterinários, materiais plásticos, têxtil, vestuário, bebida, fumo, editorial e gráfica, calçados e construção.

No setor terciário, o município mantém transações comerciais com as praças de Manaus e Belém. Entre os produtos que importa aparecem em primeiro lugar gêneros alimentícios, tecidos, medicamentos, ferragens e material elétrico.

Quantos aos serviços pode-se encontrar profissionais como cabeleireiro, médico, dentista, oficinas de reparo, refrigeração, pintura, feiras, agências bancárias, hotéis e pensões.

Novas oportunidades vêm crescendo de acordo com o a evolução social, com o mundo moderno. O surgimento de novas questões sociais, novas lides, que surgem naturalmente nesse processo de evolução e dinâmica cultural e social geram uma nova gama de demanda para os profissionais do direito, que podem em funções essenciais à justiça, como Ministério Público, Advocacia, Defensoria pública, Procuradoria, com suas prerrogativas e funções, além da Magistratura, Delegado de Policia; atividades de consultoria e assessoria jurídica em empresas públicas ou privadas.

Sendo assim, os dados ora expostos demonstram a necessidade da oferta de um ensino de qualidade nos ramos do Direito Financeiro atuando nas atividades de arrecadação em geral, relativamente às receitas públicas, podendo ser de tributos (impostos, taxas e contribuições), ou de outras cobranças públicas; do Direito Empresarial, um campo de atuação bastante dinâmico, uma vez que natureza das atividades das empresas são bem diversas entre si; do Direito Tributário onde há uma reclamação recorrente no mundo corporativo como um todo quanto à complexidade da tributação no Brasil. Isso faz com que os advogados tributaristas ganhem uma posição de destaque no mercado, tornando a advocacia tributária uma área conhecida como bastante promissora. Como se trata de um profissional que tem como objetivo gerar caixa e cortar custos, no atual cenário econômico, o advogado tributarista é bastante valorizado; do Direito do consumidor cuida das relações jurídicas entre quem fornece produtos e serviços e seus consumidores. As relações de consumo no país ainda estão longe de serem as mais pacíficas. Afinal, são registradas frequentes violações de direitos, o que pode significar uma demanda de trabalho crescente para os especialistas na área. Por outro lado, faltam a muitos consumidores saber identificar essas violações e reclamar no âmbito da justiça as reparações cabíveis; do Direito do Trabalho em virtude das recentes mudanças advindas da reforma trabalhista (Lei 13.467), essa área ficou bastante movimentada. Alguns itens, como a

possibilidade de terceirização irrestrita da força de trabalho, mudaram por completo a relação entre capital e trabalho no país. Essas mudanças recentes do setor tem gerado muitas dúvidas por parte das empresas e esse cenário faz com que o direito do trabalho se torne bastante favorável para os advogados e escritórios que atuam com serviços consultivos.

3.14.2 Demandas de Natureza Social

A Região Metropolitana de Manaus, também conhecida como Grande Manaus, foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 52 de 30 de maio de 2007. A Região metropolitana foi formada por treze cidades: Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Silves. Inicialmente, o município de Manacapuru não foi acrescentado à região metropolitana da capital, porém, com a construção da Ponte Rio Negro, que ligar a capital ao interior do estado, Manacapuru foi incluído entre os municípios da Grande Manaus, aumentando o número de municípios.

A Região Metropolitana de Manaus, a qual pertence Manacapuru, é a maior Região Metropolitana do Brasil em área territorial, com 127.168, 682 km². Com 2.568.817 habitantes é a mais populosa da Região Norte do Brasil e gera um PIB a preços correntes de 73.130.837 mil reais de acordo com o IBGE em 2017, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Dados dos municípios da Região Metropolitana de Manaus			
Municípios	**Área (km2)**	**População (2016)**	**PIB (2014) *(em mil de reais)**
Autazes	7.623,268	37.752	230.288
Careiro	6.090,838	36.922	210.281
Careiro da Várzea	2.631,128	28.592	242.961
Iranduba	2.214,251	46.703	527.964

Itacoatiara	8.892,038	98.503	1.508.254
Itapiranga	4.231,152	9.040	82.197
Manacapuru	7.333,074	95.330	1.307.005
Manaquiri	3.975,276	29.327	208.386
Manaus	11.401,058	1.802.525	67.572.523
Novo Airão	37.796,238	18.133	109.866
Presidente Figueiredo	25.421,254	33.703	679.140
Rio Preto da Eva	5.813,224	31.274	377.104
Silves	3.748,833	9.147	74.867

Fonte: *cidades.ibge.gov.br, 2017*

Manacapuru é um município brasileiro do estado do Amazonas. Pertencente à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Manaus, localiza-se a sul de Manaus, capital do estado, distando desta cerca de 84 quilômetros. Ocupa uma área de 7.329,234 km². Sua área representa 0.4666 % da área do estado do Amazonas, 0.1902 % da Região Norte e 0.0863 % de todo o território brasileiro. E sua população, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2015, era de 94 175 habitantes, sendo assim o quarto município mais populoso do estado do Amazonas, superado por Manaus, Parintins e Itacoatiara, e o segundo de sua microrregião. Apresenta uma densidade populacional de 11,7 habitantes por km². Segundo o censo de 2010, 51,05% da população eram homens (43 461 habitantes), 48,95% (41 680 habitantes) mulheres, 70,68% (60.174 habitantes) viviam na zona urbana e 29,32% (24.967 habitantes) na zona rural.

Manacapuru juntamente com outros sete municípios, integra a Região Metropolitana de Manaus, a maior região metropolitana brasileira em área territorial e a mais populosa da Região Norte do Brasil.

O IDH é composto por 3 das mais importantes áreas de desenvolvimento humano: vida longa e saudável (longevidade), acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida (renda). E vai de 0 à 1 e quanto mais próximo de zero, pior o desenvolvimento humano.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Manacapuru representa o 2º maior IDH no ranking dos municípios da Região Metropolitana de Manaus. Manacapuru tem um IDH de 0,614 inferior à média nacional e médio, comparando com o IDH apresentado pelo estado do Amazonas que foi de 0,674 de acordo com dados Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Todavia, o IDH do Amazonas está entre os últimos estados brasileiros no ranking do IDH (19º lugar no Índice e Geral, 18º lugar em Educação, 22º em Longevidade, 16º em Renda).

Sendo o IDH de outras regiões é bem superior ao do Amazonas, IDH Renda (DF 0,852, SP 0,783, SC 0,783), o IDH Educação (DF 0,789, SC 0,765, SP 0,800), o IDH Longevidade (DF 0,876, SC 0,890, Alagoas 0,764).

A etimologia de Manacapuru. Manacapuru é uma palavra de origem indígena, que deriva das expressões *Manacá* e *Puru*. Manacá é uma planta brasileira das dicotiledôneas, da família *solanaceae*. Em tupi-guarani, a palavra significa “Flor”. Já a palavra “Puru” possui a mesma origem, sendo distinto apenas o significado, que quer dizer enfeitado ou matizado. Assim sendo, Manacapuru em tupi-guarani significa *Flor Matizada*.

Além dessas características, Manacapuru é conhecida nacionalmente como a *Princesinha do Solimões*, apelido que ostenta desde meados do século XIX.

A história de Manacapuru está fortemente ligada à aldeia dos Índios Mura, que se estabeleceram na margem esquerda do rio Solimões por volta do século XVIII, fazendo com que surgisse a localidade.

A Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Manacapuru foi criada em12 de agostode1865, a partir da Lei n.º 148. A Freguesia tinha sede no povoado de Manacapuru. Com a Lei n.º 83, de27 de setembrode1894, criou-se o município de Manacapuru, com território desmembrado do município de Manaus. A instalação só ocorreu em16 de junho de1895.

A Comarca de Manacapuru foi criada pela Lei n.º 354, de10 de setembrode1901. Através da Lei n.º 1.126, de5 de novembrode1921, a Comarca foi extinta, e só restabelecida no ano seguinte, em1922, por força da Lei n.º 1.133 de7 de fevereiro. Foi concedido ao município foros decidadeem16 de julhode1932, com o Ato estadual n.º 1.639. Com a divisão administrativa vigente em dezembro de 1959, três distritos formavam o município: Manacapuru, Berurie Caapiranga, sendo que

os três já foram emancipados. Atualmente, o município possui apenas o distrito de Caviana, o qual também já foi proposto, em2010, sua emancipação, juntamente com outros vinte e sete distritos no estado do Amazonas.

Segundo o censo de 2000 do IBGE, a população de Manacapuru está composta por: pardos (69,99 % ou 51 579 habitantes), brancos (22,21 % ou 16.371 habitantes), pretos (5,26 % ou 3.874 habitantes), indígenas (0,85 % ou 630 habitantes) e amarelos (0,18 % ou 129 habitantes). Há ainda, 1.113 pessoas que não declararam suas etnias, representando 1,51 % do total da população.

Manacapuru possui uma infraestrutura razoável. Em 2000 a cidade possuía 13 351domicílios entre apartamentos, casas, e cômodos. Desse total 11.608 eram imóveis próprios, sendo 11.545 próprios já quitados (86,47%), 63 em aquisição (0,47%) e 678 alugados (5,08%); 1 010 imóveis foram cedidos, sendo 326 por empregador (2,44%) e 684 cedidos de outra maneira (5,12%). 55 foram ocupados de outra forma (0,41%).Parte dessas residências conta com água tratada, energia elétrica, esgoto, limpeza urbana, telefonia fixa e telefonia celular. Em 2000, 50,56% dos domicílios eram atendidos pela rede geral de abastecimento de água; 57,26% das moradias possuíam coleta de lixo e apenas 9,16% das residências possuíam escoadouro sanitário.

No período entre 1991 e 2000 o acesso a bens de consumo era considerado baixo. Em 1991, apenas 34,6% das residências possuíam geladeira; 39,5%televisão; 8,3% telefone e nenhuma das residências possuía computador. Em 2000 o índice se elevou: 57,5% das residências possuíam geladeira; 62,6% televisão; 8,5% telefone e 0,9% computador.

Por força da Constituição Federal do Brasil, a Guarda Municipal de Manacapuru, juntamente com a Polícia Militar, possui a função de proteger os bens, serviços e instalações públicas. Ainda, atendendo o interesse público e no exercício do seu poder de polícia, atua na prevenção e repressão de alguns crimes, especialmente contra bens e serviços públicos, podendo inclusive prender em flagrante delito os infratores e conduzi-los até a presença de um delegado de polícia, de acordo com o disposto na lei processual penal.

A criminalidade em Manacapuru está em elevado crescimento, como nos demais municípios brasileiros. Em 2006 a taxa de homicídios no município foi de 9,7 para cada 100 mil habitantes, sendo que em 2005 a taxa era de 8,8. O índice de óbitos

por arma de fogo, após apresentar grande crescimento entre 2002 e 2005, caiu em 2006, sendo de 4,5 para cada 100 mil habitantes neste ano. A taxa de óbitos por acidentes de trânsito, que era de um em 2002, subiu para 12 por cada 100 mil habitantes em 2006.

Estes acontecimentos justificam uma necessidade em potencial de profissionais do Direito Penal, Processual Penal, Execução Penal e Direitos Humanos, atuando em todas as fases do processo, desde o acompanhamento da investigação criminal até o final do cumprimento da pena, uma vez que, o Código de Processo Penal e o Pacto São José da Costa Rica (Decreto 67/892) aduzem como obrigatória a presença do advogado nas ações penais para que seja assegurado ao acusado o direito ao contraditório e á ampla defesa.

Na área da saúde e educação município possui vinte e quatro estabelecimentos de saúde, sendo que todos são públicos e municipais. Não há estabelecimento de saúde particular. Dos vinte e quatro estabelecimentos de saúde, quinze prestam serviços odontológicos e atuam como unidades básicas de saúde.

Manacapuru possui escolas em todas as regiões do município. O município em 2009 contava com aproximadamente 22.429 matrículas, 727 docentes e 171 escolas nas redes públicas e particulares, sendo 19 escolas estaduais e 150 municipais. 23 escolas municipais atuavam em atividades pré-escolares.

No ensino superior, o município possui um campus da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Em Manacapuru está sediado o Centro Metropolitano de Estudos Superiores da UEA (CMESU-UEA). O Centro Metropolitano, que abriga os cursos de Engenharia Naval, Engenharia de Pesca, Produção de Alimentos, Produção de Fibras e Arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas, dá ênfase a tais cursos para atender as demandas específicas de Novo Airão, onde se encontra um centro de indústria naval regional, Iranduba, que possui grandes sítios arqueológicos, e Manacapuru, maior produtor brasileiro de fibra vegetal.

Manacapuru é uma das sedes do Projeto Rondon, uma iniciativa do governo brasileiro, coordenada pelo Ministério da Defesa, em colaboração com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Os rios amazônicos são ainda hoje, como no tempo do Brasil-Colônia, as únicas vias de penetração nessa região. A navegação fluvial é muito intensa no Amazonas, que possui o maior rio em volume de águas do mundo, o Rio Amazonas. Os rios de pequeno porte da região são navegáveis até o alto curso, como acontece nos rios juruá e Purus. Os tipos de embarcação hidroviária utilizadas na região variam desde pequenos barcos até navios de cruzeiro. São usadas ainda embarcações a vela, geralmente chamadas de “canoas”, “geleiras” ou “vigilengas”, que realizam grande parte do tráfego à capita, Manaus, e outras localidades rurais do município. O Terminal Hidroviário de Manacapuru, de responsabilidade da SNPH, é um dos maiores do Norte brasileiro.

3.14.3 Demandas Culturais

A cultura do município, assim como do Amazonas, foi largamente influenciada pelos povos nativos da região e pelos diversos grupos de imigrantes emigrantes que ali se estabeleceram, principalmente espanhóis. Manacapuru tornou-se uma cidade com ampla miscigenação cultural e diversificadas culturas. Os nordestinos que migraram para a Amazônia no fim do Século XIX e início do Século XX, atraídos pelo Ciclo da borracha, também contribuíram para a formação da cultura municipal. Tudo isso gerou na localidade e no estado uma cultura mestiça e com grande contribuição e permanência da cultura indígena.

A cultura manacapuruense é rica em tradições e festas folclóricas bastante apreciadas. Por conta do Festival de Cirandas, que nos últimos anos tem atraído grande número de turistas para a cidade, Manacapuru ficou conhecido como a “Terra das Cirandas”. Realiza-se todos os anos, o Festival de Ciranda de Manacapuru, no Cirandódromo da cidade, localizado no Parque do Ingá.

O primeiro Festival de Cirandas competitivo aconteceu em 1997. A partir de então, a manifestação cultural recebeu status de manifestação folclórica e a cada ano apresentou mais qualidade e nível técnico nas noites da festividade.

São três as agremiações que compõem o festival do município: Flor Matizada, Guerreiros Mura e Tradicional.

Na música, os destaques são a ciranda e o forró. Manacapuru possui um projeto chamado “Caravana da Música”, que conta com a participação de diversos artistas regionais e nacionais. Sua padroeira é Nossa Senhora de Nazaré.

Composição étnica, os traços culturais, políticos e econômicos herdados dos portugueses, espanhóis e holandeses marcam o município de Manacapuru. Cresceu assim, mas voltando um pouco atrás na história, não se pode esquecer a importância dos ameríndios no quesito contribuição étnica. Foram os ameríndios que iniciaram a ocupação humana na Amazônia, e seus descendentes, os caboclos, desenvolveram-se em contato íntimo com o meio ambiente, adaptando-se às peculiaridades regionais e oportunidades oferecidas pela floresta.

Na sua formação histórica, a demografia de Manacapuru é o resultado da miscigenação das três etnias básicas que compõem a população brasileira: o índio, o europeu e o negro, formando, assim, os mestiços da região (caboclos). Mais tarde, com a chegada dos imigrantes, especialmente japoneses e judeus vindos do Marrocos, formou-se um caldo de cultura singular, que caracteriza a população da cidade, seus valores e modo de vida. A cidade abriga uma notável comunidade marroquina, em sua maioria, judeus.

Manacapuru é um dos maiores destinos turísticos no Amazonas seus atrativos turísticos são outro destaque da região, seja em suas tradições culturais ou em sua beleza natural com visitação de praias, lagos, igarapés, cachoeiras, hotéis de selva. E passeio ao Mirante de Monte Cristo a 10 km do centro, com visão do encontro do Solimões com o Manacapuru.

O ecoturismo, também chamado de turismo de natureza, atrai milhares de turistas ao município. Entre as atrações naturais da cidade, destacam-se: Reserva Ecológica de Manacapuru, possuindo uma vegetação típica de várzea, com gigantescas árvores, como a Sumaúma. Caracteriza-se como uma área migratória e de produção de aves, sendo também um dos melhores locais para a pesca esportiva, pela variedade de peixes como a piranha e o aruanã. Possui um hotel flutuante e um observatório de pássaros, de jacarés e aves. Situa-se na margem esquerda do Rio Solimões.

A Comunidade Indígena Sahu-Apé também é um atrativo natural da localidade, onde se encontram especiarias indígenas. A Ilha de Santo Afonso, no rio Solimões, também é um atrativo natural muito visitado.

O Cais do Porto, no centro da cidade, é o principal ponto turístico, sendo um porto histórico. Além do Cais do Porto, há outros prédios e localidades históricas que servem como atrativos turísticos, como a Igreja Nossa Senhora de Nazaré, tendo sua construção iniciada em 1904 e concluída em1907.

A verba empregada na obra foi oriunda da colaboração de prósperos comerciantes do lugar e de recursos obtidos com realizações de arraiais. Os materiais destinados à edificação do templo foram adquiridos em parte na capital do estado, Manaus, e em Coari; Câmara Municipal, que abrigou durante a década de 1930 a sede do Poder Executivo, a Coletoria Estadual e o Fórum de Justiça. Em 1976 instalou-se definitivamente no prédio a Câmara Municipal de Manacapuru, fazendo com que este recebesse a denominação de Palácio Antero de Rezende; o Colégio Nossa Senhora de Nazaré, teve suas obras iniciadas em 1946 e concluídas em 1951. Seu desenho arquitetônico tem muito haver com o estilo europeu. Foi construído com recursos oriundos da própria missão e do governo brasileiro, além da contribuição da comunidade local, que ajudou com a mão-de-obra; Prédio Fórum de Justiça, construído no início da década de 1930, por Francisco do Couto Valle, e destinava-se a cadeia municipal. Serviu como hotel. De 1991 a 1993 o prédio passou a ser utilizado com sede da Secretaria Municipal de Saúde. Passou a hospedar a sede do Fórum de Justiça da Câmara de Manacapuru. Destacam-se ainda os prédios da Prefeitura Municipal, um dos mais antigos da cidade, e a sede da Maçonaria.

É notório ainda, o prédio da Restauração, um edifício centenário; Terminal Fluvial Turístico e Centro de Atendimento ao Turista; Mercado Municipal; Casa da Cultura; Parque do Ingá; Balneário do Miriti e Praça 16 de julho.

O século XX é marcado por movimento político mundial de preservação do Patrimônio Cultural de tal modo que é certo dizer, hoje, que a preservação da identidade popular é uma das funções do Estado e um dever de toda sociedade e sobretudo do profissional dos ramos jurídicos, vez que a maior ferramenta de proteção destes bens á a lei, motivo pelo qual se justifica a importância do profissional do direito no ramo.

Os fins estatais de preservação do patrimônio cultural são expressos, na Constituição Federal e legislação ordinária. O regime constitucional do Patrimônio Cultural estende-se por diversos artigos em que fica demonstrada a preocupação do constituinte em garantir a proteção desse bem jurídico social.

Com efeito, o Direito deve estar atento à diversidade cultural do povo brasileiro, de forma a abranger e concretizar os direitos culturais de todos os cidadãos.

3.14.4 Demandas Políticas

Existem vários programas, projetos e cenário atual que demonstram as potencialidades no município de Manacapuru como:

Investimentos na construção de portos em Manacapuru e Itacoatiara anunciado pelo Governo do Estado .

Foi anunciado pelo governo do Estado do Amazonas em agosto de 2015 que um porto será construído em Itacoatiara, para atender a indústria do Polo Indústria de Manaus – PIM, e o outro porto será construído em Manacapuru, voltado para receber e distribuir a produção das cidades das calhas do Purus, Juruá e Solimões, com o escoamento pela estrada para Manaus e outros mercados consumidores.

O projeto do porto de Manacapuru, como portal de escoamento da produção do interior do Estado será utilizado para se exportar a produção do Purus e Solimões e baratear a produção e, portanto terá como foco incrementar a economia, facilitar o escoamento e melhorar a qualidade de vida da população. Espera-se inclusive a expansão imobiliária entre o novo eixo econômico que se dará entre os municípios interligados pela AM-070 e o novo Porto de Manacapuru, haja vista que o governador afirmou que já existem 71 projetos de construção civil aprovados, de Manacapuru até a ponte Phelippe Daou.

Portanto, aquilo que foi concebido para uma região propensa ao desenvolvimento já está acontecendo. Já existem centenas de tanques (de piscicultura) escavados, um polo de cítricos.

Ademais a estrada Manoel Urbano terá 78 quilômetros duplicados, contemplando trecho da cabeceira da ponte Phelippe Daou, em Iranduba até Manacapuru. A obra inclui a construção de duas pistas com 7,10 metros de largura, acostamento e drenagem de 2,30 m para cada lado, em uma largura total de 18,80 metros, além da iluminação de toda a extensão da rodovia, a restauração com pintura, jateamento e a duplicação das pontes sobre o rio Miriti e o rio Ariaú. O empreendimento é no valor de R$ 224 milhões, com financiamento do Banco Nacional

de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e contrapartida do Governo do Estado.

A ampliação do polo de piscicultura em Manacapuru anunciado pela Secretaria da Produção Rural do Estado do Amazonas

Em 2015 foi anunciado pela Secretaria da Produção Rural do Estado do Amazonas a ampliação do polo de piscicultura em Manacapuru.

Já há no município uma estação de alevinagem que será responsável por aumentar a renda do local em R$ 100 mil ao ano. São 4 tanques com 600 m2 cada que produzirão 80 mil pós-larvas que se transformarão em 9.600 alevinos por ano, que pode chegar a uma produção de 10 mil peixes por ano.

Programa Zona Franca Verde no município de Manacapuru

A lei da Zona Franca Verde garante isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para produtos em cuja composição haja preponderância de matérias-primas regionais.

O Programa Zona Franca Verde está subordinado ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas – IDAM cuja finalidade é supervisar, coordenar e executar atividades de assistência técnica, extensão agropecuária e florestal, no âmbito das políticas e estratégias do Governo Estadual para os setores agropecuário, florestal, pesqueiro e agroindustrial.

O Programa visa o desenvolvimento autossustentado com melhorias na qualidade de vida da população e crescimento econômico e é responsável pelo aumento da renda dos produtores rurais e facilidade de aquisição de crédito para pequenos e médios produtores, através do cartão Zona Franca Verde cujo montante aplicado foi da ordem de R$ 53 milhões de reais dos quais R$ 20 milhões para capital e R$ 33 milhões para o interior.

Na geração de empregos foram obtidos resultados animadores com um desempenho social de 47.576 empregos gerados ou mantidos de 2003 a 2004 com percentuais de 32% para o setor primário, 43% para o setor secundário e 25% para o setor terciário.

A expansão dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus para os municípios da Região Metropolitana, colocou o município de Manacapuru no topo do ranking entre os fornecedores de fibra (juta e malva) do Brasil, respondendo por 72% da produção nacional.

O Projeto de Execução da Superintendência Regional de Manaus: “Materiais de Construção na Área Manacapuru-Iranduba-Manaus-Careiro – AM”, braço da pesquisa do Serviço Geológico do Brasil sobre Recursos Minerais do nosso país.

O objetivo do projeto é realizar o diagnóstico da situação atual da exploração, produção, níveis de oferta e demanda de minerais industriais (construção civil e cerâmica vermelha) no âmbito das regiões de Manacapuru, Iranduba, Manaus e Careiro no estado do Amazonas.

O crescente índice demográfico ocorrido nos últimos anos nas sedes municipais de Manacapuru, Iranduba e Manaus vem exigindo informações atualizadas no que diz respeito às áreas de ocorrência de bens minerais que possam constituir fontes de matéria-prima à aplicação na construção civil, tais como argila, areia e cascalho.

A necessidade desses materiais, principalmente a argila, é constatada por meio da existência de aproximadamente 40 olarias no trecho entre Manacapuru e Iranduba, as quais vêm produzindo tijolos e telhas aquém da demanda de mercado.

Na área em foco objetiva-se aprimorar o conhecimento quanto à distribuição das principais unidades sedimentares que constituem os ambientes geológicos para os referidos bens minerais.

Os estudos do referido projeto deverão se concentrar na Formação Alter do Chão (cretáceo superior) e principalmente em áreas de ocorrência dos sedimentos paleo a neogênicos (tércio-quaternários e holocênicos), que ocorrem em amplas faixas nas bacias dos rios Solimões e Amazonas.

A área do projeto engloba parte dos municípios de Manacapuru, Iranduba, Manaus e Careiro.

Tal projeto deve mostrar o potencial de Manacapuru como polo fornecedor de argila para a construção civil.

APL de base mineral – Polo cerâmico-oleiro

Na década de 70 o setor cerâmico-oleiro estava concentrado na região de Manaus. O setor produzia tijolos de dois, quatro e oito furos, tijolos maciços, combogó (elementos vazados), telha dos tipos “canal” e “Marselha”, tubos cerâmicos de variadas polegadas de diâmetro e conexões, porém, com a entrada de chapas de amianto, tubos plásticos e artefatos importados reduziram drasticamente a

diversidade do setor, restringindo a quase que unicamente, na produção de tijolos de oito furos para a construção civil.

Somente a partir da última década ressurgiu a indústria de telhas e tijolos maciços.

A partir dos anos 80 iniciou a migração das principais olarias existentes em Manaus, forçada pela expansão urbana para a região de Cacau-Pirêra (margem direita do rio Negro), hoje distrito de Iranduba, local onde já estavam instaladas algumas indústrias cerâmicas, porém, ainda permaneceram em Manaus apenas algumas olarias de pequeno porte.

Muitos outros fatores vieram contribuir para o deslocamento desse setor industrial: a) existência de extensos depósitos de matéria-prima argilosa os quais vêm sendo explorados desde o final do século XIX; b) manutenção de proximidade com o centro consumidor de Manaus; c) existência de incentivos fiscais para as vendas destinadas à Zona Franca de Manaus e instalação de empresas no interior; d) elevada oferta de mão de obra não especializada e barata; e) existência de incentivos financeiros através de financiamentos públicos de baixo custo; f) expansão da malha urbana de Manaus e consequente valorização dos seus imóveis, além do maior rigor do controle ambiental na capital.

Novos polos cerâmico-oleiros foram criados a partir de então, cuja expansão aconteceu na sede de Iranduba e margens do rio Ariaú, adentrando ainda o município de Manacapuru. A produção do polo cerâmico/oleiro de Iranduba/Manacapuru está estreitamente vinculada à demanda da capital Manaus, que concentra quase a metade da população e mais de 90% da renda do Amazonas, e a existência das reservas de argila localizadas nos Municípios de Iranduba e Manacapuru, conforme dados da CPRM – Serviço Geológico do Brasil e do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

As indústrias cerâmicas da região Manacapuru – Iranduba constituem Aglomerados Produtivos que juntos poderão evoluir para a formação de um único Arranjo Produtivo Local – APL. É composta pelos polos cerâmicos do Ariaú, Cacau-Pirêra e Iranduba, onde se encontram instaladas 27 empresas cerâmicas, das quais mais da metade está instalada no Polo de Cacau-Pirêra, na margem direita do rio Negro, frontal à sede municipal de Manaus. O segundo maior polo cerâmico é aquele

de Ariaú com 37% das empresas da região, e o menor deles, composto por duas empresas é aquele de Iranduba, único polo produtor de telhas do Estado.

A produção de Lenha para o polo oleiro na Região de Iranduba e Manacapuru

O polo oleiro dos Municípios de Iranduba e Manacapuru é o maior consumidor industrial de lenha no Estado do Amazonas, sendo responsável pelo atendimento quase que total da demanda por tijolos e telhas da construção civil da cidade de Manaus.

As linhas de produção do segmento cerâmico-oleiro de Iranduba e Manacapuru, composto por cerca de 32 empresas e produção da ordem de 100 milhões de tijolos por ano (25% produzidos em Manacapuru e 75% em Iranduba) consome em média 3,3 st de lenha por milheiro de tijolo produzido.

Entretanto, todo o recurso florestal utilizado como lenha provém de áreas de floresta primária ou secundária, sem que haja qualquer iniciativa por parte de empresários do setor primário ou dos agricultores para implantação de plantações racionais (Azevedo et al., 1998).

Programa Luz para Todos do Governo Federal

O Programa Luz para Todos é um programa do Governo Federal do Brasil que visa levar energia elétrica para a população do meio rural, seja ela com ou sem recursos financeiros, de forma gratuita.

Segundo depoimento de técnicos da Eletrobrás Amazonas Energia, em outubro de 2015, as comunidades rurais de Manacapuru que ainda não receberam o programa Luz Para Todos do Governo Federal, deverão ser prioridades na nova expansão do programa no município.

Tal fato demonstra a necessidade de investimento em infraestrutura no município.

Investimentos do PAC do Governo Federal para a elaboração de projetos de engenharia para ações de saneamento integrado na cidade – Manacapuru

Outro fato que corrobora para demonstrar a necessidade de investimentos em infraestrutura no município de Manacapuru é que o Ministério do Planejamento do Governo Federal aprovou o investimento de R$2.334.262,11 por meio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC em dezembro de 2015 para elaboração de projetos de engenharia para ações de saneamento integrado na cidade Manacapuru.

Manacapuru, a oitenta quilômetros da Capital, está situado no trecho final do empreendimento. Neste município encontram-se cinquenta comunidades afetadas pelo projeto – cinco delas são formadas por povos indígenas

Para efeitos de estudos de impactos ambientais e atividades compensatórias foi considerada, pelo projeto do gasoduto, inicialmente uma faixa de 5 km para cada lado a partir do eixo central da obra, somando 10 km, como recomenda a legislação ambiental brasileira, a área de influência de uma obra deste porte, deve ser a delimitação das bacias hidrográficas atingidas.

Na audiência pública realizada em Manacapuru com a finalidade de discutir os impactos do gasoduto naquele município, segundo Daniel Guedes, Secretario de Meio Ambiente do município da época, alguns setores da sociedade civil manifestaram suas preocupações com relação a esse tema, entretanto, as reivindicações pareciam ser no campo individual e não coletivo. “A maioria se preocupa em saber que benefício irá receber e imediatamente, se um emprego ou uma indenização”, ressaltou o secretário ao complementar que falta aos comunitários a cultura e a sensibilidade de pensar coletivamente, faltam-lhes um trabalho de educação ambiental.

Também houve manifestações cuja preocupação era com o bem estar coletivo, por exemplo, o possível aumento das demandas sociais. O possível crescimento da prostituição, sobretudo juvenil, foi outro tema abordado em especial pelos representantes da Igreja.

Contudo, o assunto mais incisivo e, defendido pelo então prefeito da época Afrânio Pereira Júnior, foi a construção de um ramal de dutos, levando o gás para a cidade de Manacapuru. Conforme a administração local, a chegada do gás natural em Manacapuru possibilitaria diversos investimentos tanto na cidade quanto na zona rural, visto que uma das grandes dificuldades para os empreendimentos no município tem sido a falta ou a irregularidade de energia elétrica.

Entretanto, o que se pode realçar é que apesar da iminente chegada do gás natural, a Prefeitura de Manacapuru não dispõe até o momento de uma equipe que busque pensar estratégias para melhor absorção das futuras mudanças no perfil produtivo do município. Isto é, não existe uma secretaria ou órgão específico que cuide dos assuntos do gasoduto Coari-Manaus, ou manifeste alguma proposta.

O gasoduto é o mais interessante e adequado dos empreendimentos para o Amazonas, do ponto de vista do desenvolvimento regional, pois visa a extração e

distribuição de uma riqueza usada na própria região, isto é, o recurso mineral explorado tem destino certo: o abastecimento local-regional.

Neste sentido, a sociedade seja nas comunidades rurais, seja na zona urbana, deveria organizar-se para não apenas receber as devidas indenizações ou benefícios das ações de compensatória ambiental. A sociedade deveria aparelhar-se para os futuros investimentos, possibilitados com a chegada da energia de baixo custo. Por exemplo, com a realização de cursos, ou ainda com a padronização de serviços, para a melhoria da qualidade no atendimento aos turistas, uma vez que se trata de um município onde todo o ano se realiza um dos maiores festivais do Estado – As Cirandas. Além disso, não pode ser esquecido – o famoso polo cerâmico que juntamente com o município de Iranduba – AM abastece o comércio do Estado e parte das construtoras do país vizinho – a Venezuela.

O poder público local (Prefeitura) deveria buscar parcerias com as escolas técnicas, com as instituições de ensino superior, a fim de oferecer cursos e treinamentos, não apenas para o recebimento das obras.

Com o gás natural em Manacapuru, sem as bases para o desenvolvimento, sem saneamento básico, sem uma boa rede de serviços para os moradores e visitantes, não se poderá afiançar o desenvolvimento no município. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, Isaque dos Santos Sousa Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – F APEAM).

Programa para a Formação de Desenvolvedores de Softwares no Interior do Amazonas

Como parte das ações do Pacto pela Educação no Amazonas. Manacapuru foi o local do lançamento do Programa para a Formação de Desenvolvedores de Software no Interior do Amazonas, que distribuiu em outubro de 2015 *tablets* para 400 estudantes no ensino médio do município e para 487 Professores da rede municipal de educação de Manacapuru (a 84 quilômetros de Manaus).

O programa, o Governo do Estado investe na formação de capital intelectual para atender o setor de tecnologia. Direcionado a estudantes de Manacapuru e também de Itacoatiara, o programa é coordenado pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc) em parceria com a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi).

O Programa Desenvolvedores de Softwares é coordenado pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc) em parceria com a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi).

Projeto Amazonas Digital do Governo do Estado

Projeto do Governo do Estado desenvolvido pela PRODAM, em parceria com a Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan), o Amazonas Digital está presente na capital e em 15 municípios do interior do Estado e tem como missão promover inclusão digital junto às populações sem acesso aos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Manacapuru foi selecionada no programa Cidades Digitais do Ministério das Comunicações. Disponibiliza sinal de internet gratuito em alguns bairros da área urbana.

Workshop “Ecossistemas de Inovação”, para microempreendedores em Manacapuru

Para potencializar o empreendedorismo e a inovação atrelada às vocações locais, o Governo do Estado, via Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), em parceria com a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), realizou, de 9 a 11 de dezembro de 2015, o workshop “Ecossistemas de Inovação”, em Manaus e no município de Manacapuru (a 68 quilômetros da capital).

O evento teve como objetivo apoiar a implantação de incubadoras de empresas no Amazonas, além de alavancar as potencialidades locais e traçar um plano para apoiar as incubadoras que agregarão valor aos produtos regionais.

Em Manacapuru, o workshop foi realizado na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) no município, com representantes da Anprotec, da prefeitura e de incubadoras no município, além de representantes dos Serviços Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Aprendizagem Comercial (Senac), Social do Comércio (Sesc), de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), das universidades e instituições de pesquisa e/ou Ensino.

A programação iniciou com uma palestra sobre os principais elementos do ecossistema de inovação do Amazonas e o papel de cada micro empreendedor neste cenário. Cada selecionado recebeu um aporte financeiro no valor de R$ 50 mil do governo do Estado para transformar ideias em negócios de sucesso.

A implantação do Banco do Povo no município de Manacapuru para micro e pequenos empreendedores do interior

A implantação do Banco do Povo nos municípios de Manicoré e em Manacapuru, em abril de 2015 foi a oportunidade que os micros e pequenos empreendedores interioranos precisavam para ampliar as oportunidades de renda.

Os empreendedores sempre contaram com o apoio da Agência de Fomento do Estado (Afeam), porém com a sede em Manaus e a burocracia do sistema, os pequenos comerciantes e profissionais liberais do interior não tinham a facilidade de acesso ao financiamento. A criação do Banco do Povo foi um acerto do governador do estado, porque descentraliza e dota cada um dos municípios de condições de patrocinar seus moradores com juros baixos.

Segundo município a receber o programa estadual de microcrédito Banco do Povo, Manacapuru passa agora a oferecer operações de crédito do programa, voltadas para trabalhadores autônomos, micro empreendedores individuais, profissionais liberais, produtores rurais e micro e pequenas empresas.

O Banco do Povo oferece condições facilitadas de acesso ao crédito, com juros de 3% ao ano para operações que variam de no mínimo R$ 500,00 e máximo R$ 15.000,00, valores a serem estabelecidos após análise da necessidade de investimento do negócio. Está previsto para este ano R$ 68 milhões em investimento. Prêmio de Gestor educador recebido pelo atual prefeito de Manacapuru

O Prêmio “GESTOR EDUCADOR” é considerado o maior mérito destinado a gestores que priorizam a educação no Brasil. Através de uma pesquisa rigorosa são eleitos os que se comprometem e assumem a grande responsabilidade de não só um conjunto de tarefa, mais de participar das conquistas e das dificuldades junto a suas equipes de educadores comprometidos com a qualidade da educação. Diante de rigorosos requisitos a Educação de Manacapuru têm pela quarta vez o reconhecimento Nacional.

Vale ressaltar que pontos que levaram a essa conquista foram os grandes investimentos na Educação como reformadas, climatização e ampliação de 54 escolas na cidade e na zona rural, além das capacitações de professores, salário educação mensal para manutenção das escolas, incentivo com entrega de mais de 300 tabletes para os alunos e professores nota 10, fardamento e material escolar para mais de 16

mil alunos, transporte escolar em dias, projetos educacionais desenvolvidos nas escolas com investimentos da Prefeitura Municipal de Manacapuru.

Em suma, as áreas estratégicas estão relacionadas ao turismo, ao porto, ao comércio e exportação de serviços e pesca. Os planos de ação direcionam-se ao plano de desenvolvimento turístico, a integração do porto à região, a otimização do trânsito e do transporte, à gestão ambiental, à demanda habitacional e à implantação do sistema integrado de informações municipais. Essas iniciativas, tanto do setor público quanto do setor privado, resultam de ações públicas de restauração e/ou revitalização de espaços públicos impactando em qualidade de vida e fomento turístico-cultural.

A implantação de uma IES privada contribuirá para maior atuação nestas áreas, via formação de recursos humanos, levando-se em consideração, a expressão regional e o desenvolvimento de todo o Estado do Amazonas. Busca-se atender à demanda pela formação específica, contribuindo para a capacitação de profissionais, aptos a ocupar os postos de trabalho, decorrentes do reflexo da configuração socioeconômica da região, oferecendo respostas mais ágeis e eficazes às necessidades específicas do setor produtivo e da sociedade.

Portanto, a presente proposta de implantação de uma nova IES se justifica não apenas pela necessidade social, que se apresenta nos dados estatísticos do Município de Manacapuru – desigualdade social, miséria, pobreza, deficiência na oferta de serviço tais como saúde, educação, dentre outros, mas também pela importância social que a formação em nível superior tem para toda uma Região.

Meio a tantas políticas públicas existentes no Estado, é crescente a necessidade da atuação de profissionais do direito nesta área, uma vez que a função das políticas públicas é servir de instrumento capaz de concretizar direitos constitucionalmente previstos, principalmente o direito social.

É indissociável hoje, tanto para a política como para o direito, que o Estado deve buscar meios pelos quais acompanhe o aprimoramento e evolução constante da sociedade. Para tanto, utiliza-se do direito como instrumento possível de materializar os objetivos políticos esperados por meio das normas jurídicas.

O paradigma dos direitos sociais, que proclamam a intervenção estatal mediante prestações positivas, demonstra, dessa forma, um modelo jurídico e social de políticas públicas.

Na análise do direito positivo brasileiro, as políticas públicas possuem distintas disposições legais. Ou seja, podem estar expostas em “normativas constitucionais, ou em leis, ou ainda em norma infralegais, como decretos e portarias e até mesmo em instrumentos jurídicos de outra natureza, como contratos de concessão de serviço público” (BUCCI, 2006, p. 11).

Dessa forma, compreende-se a importância de verificar o papel do direito na conformação e consolidação das políticas públicas, uma vez que “se teorizar juridicamente o entendimento das políticas públicas reside no fato de que é sobre o direito que se assenta o quadro institucional no qual atua uma política” (BUCCI, 2006, p. 37).

Nessa linha de pensamento, o direito é a ciência capaz de realizar a comunicação entre o Poder Legislativo, Poder Executivo e a Administração Pública, na medida em que estabelece e delimita o regramento pertinente aos objetivos desejados na respectiva política.

3.14.5 Demandas de Natureza Ambiental

O município de Manacapuru está situado à margem esquerda do rio Solimões, na confluência deste com o rio Manacapuru, a sudoeste da capital do Amazonas, Manaus, da qual dista em linha reta, 68 quilômetros. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 3° 18’ 15” de latitude sul e 60° 37’ 03” de longitude W. Gr.

Manacapuru limita-se com seis municípios, a saber: Iranduba e Manaquiri ao leste; Beruri ao sul; Ana mãe Caapiranga ao oeste; e Novo Airão ao norte e noroeste.

Há um grande potencial aquático, florístico e faunístico em seu território. Foi o primeiro município do Amazonas a ter em sua área territorial um Sistema Municipal de Unidade de Conservação (SMUC) – a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Piranha – além da Área de Proteção Ambiental do Miriti e dos Lagos de Manutenção do Paru e Calado. A vegetação da localidade caracteriza-

se em quase sua totalidade por áreas de várzea e terra firme, do qual recebe intensa influência.

A vegetação, típica da região Amazônica é formada por florestas de várzea e terra firme, tendo ao seu redor um relevo composto por lagos, ilhotes e uma pequena serra.

O município possui um projeto Ações de Educação Ambiental para o desenvolvimento de ações no campo da Educação Ambiental que pretende: Desenvolver um Programa de Educação Ambiental envolvendo todos os segmentos institucionais (docentes; discentes e técnico administrativo) tendo em vista a racionalização dos recursos para a promoção de uma gestão sustentável; Realizar ações comunitárias de Educação Ambiental a partir das atividades extensionistas; Incluir e Fortalecer os Conteúdos de Educação Ambiental numa abordagem continua e permanente a partir de um enfoque transversal; Promover ações de formação docente tendo em vista capacitar os professores para que os mesmos possam realizar ações pedagógicas relevantes em sala de aula;

O Direito Ambiental, é o ramo jurídico que se dedica a relação dos indivíduos, governos e empresas com o meio ambiente. Tudo isso com o objetivo de conciliar os aspectos ecológicos, econômicos e sociais com a melhoria da condição ambiental e bem-estar da população e assim, atua preventivamente. Não só para o meio ambiente como para o setor produtivo a ação preventiva é mais vantajosa e o benefício social é indiscutível.

Neste sentido, o advogado pode atuar no ramo do Direito Ambiental com objetivo de proteger o meio ambiente, evitando danos a ele e, assim, garantir que ele permaneça saudável para as próximas gerações.

E ainda, o profissional de Direito é fundamental para preservar e garantir os direitos aos recursos dos povos indígenas e para evitar a perda de culturas e de conhecimentos tradicionais e contribuir para a promoção dos Direitos Humanos. Em suas longas histórias de manejo do meio ambiente, os povos tradicionais acumularam grandes quantidades de conhecimentos que poderiam ser benéficos para a conservação ambiental e o uso sustentável de recursos naturais em todo o mundo.

O advogado ambientalista pode optar por prestar consultoria jurídica na área de meio ambiente, emitir pareceres, acompanhar processos administrativos de

licenciamento ambiental e infrações ambientais, além de participar de processos judiciais civis e criminais vinculados à legislação ambiental. Pode trabalhar como autônomo ou em sociedade de advogados e prestar serviços advocatícios para setor privado ou público. Os municípios têm grande demanda de assessoria jurídica para preservação do patrimônio natural, cultural e construído. O setor produtivo para obter licença de operação. A sociedade civil organizada e instituições financeiras carecem de assistência jurídica no cumprimento de suas finalidades, e, ainda, as instituições financeiras para realizar suas operações financeiras e empréstimos dentro da legalidade.

Isso justifica uma demanda em potencial ao futuro profissional do direito, uma vez que, o advogado ambientalista pode, também, trabalhar na área da certificação ambiental e, assim, atuar na implementação da identificação, atualização e monitoramento dos requisitos legais do Sistema de Gestão instituídos nos moldes das normas internacionais ISO 14001. Para fins de exportação e competição no mercado a certificação ambiental é imprescindível. Neste caso costuma trabalhar com equipe multidisciplinar, e, portanto, em sociedade civil ou comercial.

3.14.6 Número de IES que ofertam o curso no Município

Com base nos dados no E-MEC (2020), o município de Manacapuru não oferta nenhum curso de Direito na modalidade presencial

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

1.1.1 Política de Ensino

A Política de ensino da IES está fundamentada na construção de relações de ensino/aprendizagem com vistas aos melhores indicadores de qualidade da educação superior, no desenvolvimento de competências do perfil do egresso das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação e no Catalogo Nacional de Cursos Tecnológicos, bem como em uma formação ética e humanística prezando pela indissociabilidade entre *ensino, pesquisa e extensão* realizada por meio dos programas na graduação e na pós-graduação.

A Política de Ensino da IES considera as **diretrizes** abaixo:

- Atender aos requisitos legais educacionais e as orientações das diretrizes curriculares nacionais para a formação do perfil do egresso, considerando, as demandas da região norte, a missão e visão da IES;

- Promover a articulação permanente entre ensino, pesquisa e extensão, por meio do Programa de Articulação Pesquisa, Ensino e Extensão - **PAPEERI;**

- Desenvolver o Ensino para a formação de competências e habilidades prevista na DCN, considerando os aspectos de atualização curricular; utilização e desenvolvimento de material didático; oferta de componentes curriculares semipresenciais e promovendo a formação de profissionais capazes de atender as demandas econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais da região;

- Promover a disseminação de valores éticos, humanísticos, ambientais e socialmente responsáveis, por intermédio do Programa de Educação Ambiental e o Programa de Educação para os Direitos Humanos obedecendo ao que determina a legislação pertinente;

- Promover a qualidade do ensino e a inovação pedagógica estabelecidos no Programa de Qualidade de Ensino e no Programa de Inovação Pedagógica utilizando-se de metodologias ativas por meio da interação teórico prática, da pedagogia de

projetos e acessibilidade pedagógica e atitudinal, ensino interdisciplinar, transversal e flexível com processos de avaliação que tenham como foco a aprendizagem e que se dão de maneira somativa - com base na teoria de resposta ao item e, formativa - visando o desenvolvimento de competências;

- Atender os estudantes, ofertando apoio acadêmico, pedagógico e psicopedagógico necessários ao suporte de sua vida acadêmica e estudantil, tendo como meta o acolhimento ao ingressante, o nivelamento, a monitoria, atividades extracurriculares, a acessibilidade e a permanência do mesmo em condições excelentes de aprendizagem, bem como o acompanhamento de egresso, por meio do Programa de Apoio ao Discente; Programa de Acessibilidade e Programa de Acompanhamento do Egresso;

- Promover a gestão participativa por meio dos NDE's e colegiados docentes e discentes, garantindo inclusive a representatividade discente em órgãos colegiados;

- Desenvolver o Programa de Monitoria, como estímulo a formação de novos quadros docentes.

Focada nessas diretrizes norteadoras, a IES define os seguintes **princípios** que servirão como base de sua política de ensino:

- Princípio da proximidade: recomenda que o ensino e aprendizagem, sejam quais forem seus métodos e técnicas, inicie pelo conhecimento que seja o mais próximo possível da vida do aluno, partindo dos fatos mais imediatos para os mais remotos, do conhecido para o desconhecido;

- Princípio da direção: recomenda ao professor o planejamento, a previsão, a sequência lógica, estruturada, do conhecimento, a clareza de objetivos e o enfoque de questões essenciais do conteúdo, sem deter-se em questões periféricas;

- Princípio da adequação: recomenda que os métodos e técnicas sejam apropriados ao aluno, à natureza e tipo de conteúdo, ao contexto, às fases evolutivas do desenvolvimento e da aprendizagem;

- Princípio da participação: recomenda que se observem, nos alunos em formação, em todas as áreas, a atividade, o envolvimento, o estudo, a atenção, o trabalho com o conhecimento, a organização, a disposição, a conscientização do valor

do estudo, da aprendizagem e seus métodos;

- Princípio da diversidade: recomenda preservar, em qualquer método de ensino-aprendizagem, o valor de condutas que propiciem a livre manifestação de ideias, a qualificação e acolhimento das pessoas, a confiança, a iniciativa, a criatividade e criação, o respeito às diferenças e à pluralidade;

- Princípio da vivência: aplica-se à consideração ao conhecimento formado no cotidiano e nas práticas anteriores dos alunos, assim como suas experiências atuais, associando-os aos significados do conhecimento teórico e suas relações com fatos da realidade, da vida;

- Princípio da descoberta: aplica-se ao conhecimento tanto ao teórico e suas fontes, como ao conhecimento pessoal, de si e do outro, incluindo ainda o conhecimento dos fatos da realidade e a vivência do prazer de aprender;

- Princípio da construção do conhecimento: refere-se à sua integração, articulação, irradiação à vida, ao cotidiano, onde se encontram os seus significados concretos;

- Princípio da reflexão: recomenda incorporar aos métodos de ensino-aprendizagem os processos de análise, conclusões e avaliação do conhecimento;

- Princípio da Interdisciplinaridade e da Transversalidade: pretende-se abordar os conteúdos da formação de maneira a garantir o trânsito interdisciplinar e transversal, ou seja, os conteúdos devem ser abordados de maneira a evidenciar as relações interdisciplinares e transversais do conhecimento, superando a abordagem fragmentada e isolada o saber.

Uma política se constitui como um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras que garantem a direção de programas, projetos e ações que tem como finalidade executar e garantir o alcance dos objetivos institucionais, neste sentido, uma política deve ser sempre pensada em termos sistêmicos e em articulação com a Missão e os Valores, atribuídos.

Núcleos de apoio ao ensino

NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica- responsável por assessorar os projetos de inovação tecnológica dos cursos de graduação, com atribuições de:

- Analisar e emitir parecer sobre a viabilidade técnica e econômica do licenciamento e da transferência de produtos, processos e serviços oriundos da propriedade intelectual;
- Deliberar sobre propostas e indicações, representações ou consultas de interesse da Faculdade em matéria de inovação tecnológica e proteção da propriedade intelectual;
- Estabelecer regras e procedimentos para avaliação e classificação de resultados decorrentes de atividades e projetos acadêmicos da IES em atendimento às disposições da Lei nº 10.973/2004, da Lei nº 13.243/2016 e do Decreto nº 9.283/2018;
- Estabelecer regras e procedimentos para avaliação de solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma dos artigos 22 e 22-A da Lei nº 10.973/2004;
- Estabelecer regras e procedimentos para a execução, acompanhamento de pedidos de proteção e manutenção dos títulos de propriedade intelectual da IES;
- Estabelecer regras e procedimentos para a transferência, licenciamento e comercialização de tecnologias da IES.

NAPA - Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade: O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógica/administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente. O NAPA tem como objetivo geral de promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra anexo a este.

NADI- Núcleo de Apoio ao Discente: O apoio ao discente do NADI responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra anexo a este.

Programas de Ensino

Esta Política de Ensino se realiza por intermédio dos seguintes programas institucionais, em anexos:

- **PAPEERI** – Programa de Articulação de Pesquisa, Ensino e Extensão e Responsabilidade Social Institucional;
- **PEA** – Programa de Educação Ambiental;
- **PEDH** – Programa de Educação para os Direitos Humanos;
- **PQE**- Programa de Qualidade de Ensino e Inovação Pedagógica;
- **PAD** – Programa de Apoio ao Discente.

Os referidos programas estão disponíveis nos apêndices do PCC.

Estes Programas Institucionais por sua vez se desdobram no âmbito dos cursos de graduação nos seguintes Projetos institucionais:

- Projeto de Recepção de Calouros;
- Projeto de Nivelamento;
- Projeto de Monitoria;
- Projeto de Atividades Complementares;
- Projeto de Atividades Extracurriculares (Natal solidário; Workshop de Empregabilidade; Escola de Líderes; Escola de Empreendedores)
- Projeto de Acompanhamento do Desempenho Acadêmico;
- Projeto de Monitoramento da Evasão;
- Projeto de Atividade Interdisciplinar;

- Projeto de Atividade Transversal;
- Projeto Artístico Cultural;
- Projetos de Articulação de Ensino, Pesquisa e Extensão
- Projeto de Responsabilidade Social;
- Projeto de Acompanhamento de Egressos.

Os referidos projetos estão disponíveis nos apêndices do PCC.

Ações de Ensino

Desta maneira, a Política de Ensino da IES deve promover ações acadêmico-administrativas no âmbito do ensino que incentivem a produção do conhecimento com qualidade relacionada com o seu contexto regional e sem perder de vista a formação humana, ética e tecnológica integrada a partir das inovações metodológicas, tecnológicas da avaliação continuada, das relações teoria-prática e ensino-serviço, da interdisciplinaridade, transversalidade, da educação para os direitos humanos e do incentivo aos percursos curriculares mais abertos, contemplando as atividades complementares.

Nesta perspectiva se faz necessário relacionar um dos princípios que regem esta instituição, compreendendo estes como fundamentos das nossas ações de ensino, pesquisa e extensão tendo no horizonte a nossa missão que é formar profissionais para o mercado de trabalho, com princípios humanísticos e éticos. A IES estimula a permanência de seus discentes, mantendo vínculos institucionais, mediante a formação continuada, visando à sua atualização e desenvolvimento científico e profissional, e viabilizando a sua participação em diversas atividades acadêmicas, como:

- **Ensino** -O Ensino na IES é desenvolvido por meio de atividades acadêmicas curriculares e extracurriculares, que constituem a base da produção de novos conhecimentos a partir de saberes já produzidos mediante conhecimento científicos elaborados pelos docentes da instituição, como com a participação de discentes dos períodos mais avançados do curso, especificamente por meio de produção de artigos e participação em programas de iniciação científicas.

Privilegia-se também outros instrumentos tais como participação em eventos, congressos, seminários específicos de cada curso, culminando em produções

acadêmicas. Nesta perspectiva, a política de ensino da IES, propõe que o ensino deve pautar-se nos princípios de: Flexibilização de métodos e concepções pedagógicas; Equilíbrio nas dimensões acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão; Respeito à diversidade étnica ideológica, cultural; e Valorização dos profissionais envolvidos com os processos de ensino e aprendizagem. Nossa política de ensino e graduação pensa que os currículos oferecidos devem ainda demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização curricular dos cursos de graduação, a saber:

- **Flexibilização** - sistema integrado e flexível, articulado ao ensino, pesquisa, e ainda possibilidade de o aluno traçar um perfil formativo personalizado podendo cursar disciplinas em outros cursos e aproveitar as mesmas como disciplinas optativas ou atividades complementares. A flexibilidade também é um princípio a ser adotado pela IES, no que diz respeito a acessibilidade pedagógico para os alunos portadores de deficiência ou com dificuldades de aprendizagem, neste sentido são adotados critérios mais flexíveis de tempo para realização de atividades, progressão curricular para que o aluno possa ter seu tempo de aprendizagem considerado no seu percurso formativo.

- **Extensão** - a extensão possibilita ao acadêmico a imersão e de problematização da realidade social devendo este processo ser integrado sempre que possível com a pesquisa e com o próprio ensino.

- **Problematização** - processo pedagógico desenvolvido por meio de situações problemas, com vistas à elaboração de conhecimentos complexos.

- **Contextualização** - processo de articulação, diálogo e reflexão entre teoria e prática, incluindo a valorização do conhecimento extra escolar do aluno (práticas sociais e mundo do trabalho).

- **Competência**- capacidade do docente e do discente de acionar recursos cognitivos, visando resolver situações complexas.

- **Interdisciplinaridade e Transversalidade**- Processo de intercomunicação entre os saberes e práticas necessários à compreensão da realidade ou objeto de estudo, sustentando-se na análise crítica e na problematização da realidade. Esta se

desenvolve a partir de atividades e/ou aulas com conteúdo afins de diferentes disciplinas que se entrecruzam pelo viés da interdisciplinaridade, desta maneira estas ações se constituem com este enfoque. E na transversalidade pela discussão de temas de Educação Ambiental e Educação Étnica Racial por meio da Pedagogia de Projetos.

- **Educação para os Direitos Humanos**- com objetivo central na formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural. Baseada nos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental. Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa.

Por fim, a Política de Ensino do IES pretende realizar os seguintes objetivos:

Objetivo Geral

Promover a construção de relações de ensino/aprendizagem em sala de aula e demais espaços educativos com qualidade socialmente referenciada em índices de avaliações externas e internas, focadas no desenvolvimento de competências expressas no perfil do egresso estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, na modalidade presencial e a distância, a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Objetivos Específicos

- Elaborar e desenvolver Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, consonantes com as necessidades formativas e do mundo do trabalho para o alcance dos objetivos e da missão institucional, articulados com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- Melhorar continuamente os resultados institucionais;
- Ampliar a oferta nos cursos da IES, democratizando o acesso ao ensino superior, por meio da ampliação de vagas e oferta de cursos nos bairros da região;

Ações Acadêmicas Administrativas

Desta maneira, a Política de Ensino da IES deve promover ações acadêmico-administrativas no âmbito do ensino que incentivem a produção do conhecimento com qualidade relacionada com o seu contexto regional e sem perder de vista a formação humana, ética e tecnológica integrada a partir das inovações metodológicas, tecnológicas da avaliação continuada, das relações teoria-prática e ensino-serviço, da interdisciplinaridade, transversalidade, da educação para os direitos humanos e do incentivo aos percursos curriculares mais abertos, contemplando as atividades complementares. Dentre as ações:

- Sistemática de Atualização Curricular- A IES mantém como um dos elementos essenciais de sua política de ensino a elaboração, implantação e desenvolvimento de Projetos Pedagógicos de Curso pautados nos critérios e padrões de qualidade, nas diretrizes curriculares nacionais e demais documentos legais pertinentes, tais como Diretrizes Curriculares Nacionais, Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, Normativas dos Conselhos e Entidades de Classe. Também busca o direcionamento de sua política institucional para o ensino e nas aspirações, convicções e necessidades da comunidade interna e externa.

A IES mantém como princípio que os projetos pedagógicos facilitam os processos de articulação e orientação para as ações institucionais; possibilitam definições, quanto às prioridades para a gestão acadêmica; e contribuem para o alcance de maior nível de coesão interinstitucional.

Na construção dos projetos pedagógicos adota-se uma concepção que prioriza não só os conteúdos universais, mas também o desenvolvimento de competências e habilidades, na busca do aperfeiçoamento da formação cultural, técnica e científica do alunado. Os projetos pedagógicos dos cursos estão sintonizados com os novos paradigmas da educação e da sociedade, com isso garante-se uma formação global e crítica aos envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, bem como para se tornarem sujeitos de transformação da realidade, apresentando respostas aos grandes problemas da atualidade. Os Currículos serão ajustados trienalmente considerando o resultado da avaliação interna e externa dos

cursos, o resultado do ciclo avaliativo ENADE ou sempre que a legislação concernente tiver alteração.

As ações acadêmicas administrativas propostas para a sistemática de atualização curricular são:

a) Manter em pleno funcionamento com reuniões periódicas os Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos para acompanhamento e avaliação contínua dos projetos pedagógicos dos cursos, assumindo lugar de protagonista nesse processo conforme determina a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010, onde:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação são as suas principais funções.

b) Participação dos Colegiados na aprovação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos que são por excelência o espaço de discussão próprio das questões pedagógicas e acadêmicas afetas aos currículos. Os Currículos serão atualizados em periodicidade trienal, ou quando, alguma alteração de fundo e relevante se fizer necessária, advinda de uma determinação legal, normativa ou ainda por algum novo conteúdo surgido. Estas discussões, orientações e deliberações serão registradas em atas de reunião as quais servirão de documento e registro das alterações pretendidas, estas, por sua vez, doravante propostas pelos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos, e aprovadas em colegiado de curso devem primar por assegurar a qualidade dos currículos e consequentemente do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas, serão ações prioritárias dos NDE´s e Colegiados:

- A revisão contínua dos currículos;

- A atualização de programas ementas, bibliografias e planos de ensino, trienalmente;
- A criação de novos cursos;
- A revisão dos projetos pedagógicos dos cursos trienalmente;
- A auto avaliação visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.

c) Promover a participação dos docentes na elaboração dos projetos pedagógicos é condição primordial para a IES, uma vez que estará proporcionando a integração das equipes; efetivando a responsabilidade e o envolvimento de todos na consecução dos objetivos propostos; e caracterizando tanto o próprio projeto como as ações e metas neles contidas como parâmetro para o direcionamento de todas as atividades, como também para as necessárias avaliações dos respectivos cursos.

d) Elaborar os projetos pedagógicos dos cursos prevendo a articulação das atividades acadêmicas da Instituição, direcionando objetivos e metas destinadas a promover o desenvolvimento integral do aluno, de maneira a conter núcleos interdisciplinares e transdisciplinares e de Educação para os Direitos Humanos predispostos à flexibilização e integração, tendo o Núcleo Docente Estruturante, um papel fundamental nesse processo.

e) Projetar ações de ensino e extensão em estreita correlação com o ensino, para fortalecimento dos currículos de graduação, articulando programas, integrando professores e alunos e proporcionando dessa forma, o ambiente condutor e desafiador para o desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades, direcionando a qualidade das formações.

f) Realizar de ações de formação para melhoria dos processos pedagógicos, por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente.

g) Currículo voltado para o desenvolvimento de competências no sentido da orientação do ensino para a formação de competências cabe destacar que os conteúdos são considerados em seu aspecto tridimensional, ou seja, na sua face conceitual, atitudinal e procedimental. É claro que nos passa despercebido que tal divisão só é possível do ponto de vista didático, mas nos cabe ressaltar que compreendemos que ao tempo que um conteúdo é um todo unificado, a complexidade atribuída aos mesmos faz crê que devemos observar em que momento uma dimensão

de um conteúdo ressalta e exige do professor uma abordagem metodológica distinta.

Assim um conteúdo de natureza procedimental, que enseja um saber fazer, deve conter uma articulação entre uma atitude e um conceito, sem o que, um procedimento adquire uma faceta mecânica de simples reprodução do que já é feito, retirando assim a possibilidade de invenção ou de reinvenção de um saber fazer. Do mesmo modo um conceito sem um contexto que permita ao aluno localizar a aplicação do mesmo, torna-se um conteúdo desprovido de sentido e de significado

E por fim, a aprendizagem de um conceito e suas possíveis aplicações, a realização de uma prática, sua reelaboração e reinvenção deve pressupor que o aluno adquira um conjunto de atitudes compatíveis com a sua inserção social, compromisso cidadão, aliado ao desenvolvimento pessoal e profissional.

Além do princípio da competência, conforme apontam as diretrizes curriculares nacionais, entende-se que o processo educacional deve estar centrado nos conteúdos relevantes para a formação do cidadão, respeitadas as especificidades das diferentes disciplinas. O estudante deve ser avaliado quanto ao desenvolvimento de competências e habilidades, por meio da aprendizagem significativas daquele conteúdo. Além disso, o desenvolvimento metodológico dos conteúdos requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização etc. Ao selecionar os conteúdos, os professores trabalham conforme suas visões de mundo, suas ideias, suas práticas, suas representações sociais. Toda prática educativa apresenta determinado conteúdo, a questão maior é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de como estará o seu ensino e, para tanto, nas suas disciplinas os docentes irão:

- Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdo, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática;

- Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdo, procedimentos, avaliação, e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida;

- Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação;

- Interligar a formação baseada em competências com os princípios do ensino da IES e as necessidades do mercado.

No que compete os parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração de currículos nos Projetos Pedagógicos de Curso, a IES, considera que:

- A seleção de conteúdo é o resultado de um universo maior de conhecimentos e saberes conforme o objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos e que não priorizam a criticidade. Os Conteúdos são ainda considerados em seus aspectos cognitivos e técnicos, considerando a sua característica conceitual, procedimental, e atitudinal, estabelecidas nas diretrizes curriculares pertinentes.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos a serem desenvolvidos nos diferentes cursos, deve ter em perspectiva:

I. A análise da realidade e o foco nos aspectos da inserção regional da Instituição;

II. As dimensões:

- Sócio antropológica, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado. Visam despertar no aluno a consciência para os problemas brasileiros e mundiais, de modo que possa capacitá-los a exercer uma profissão na sociedade com respostas conscientes e livres para a construção de um mundo onde todos tenham oportunidades iguais, onde todos participem na produção consciente do espaço, exercendo a cidadania e, consequentemente, a democracia plena;

- Psicológica, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;

- Epistemológica, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;
- Orientada para o desenvolvimento de competências, os conteúdos a ser ensinados devem estar orientados para a construção das competências e habilidades que estruturam o perfil do egresso de cada curso.

A Política de Atualização Curricular da IES, prediz que os currículos se orientem por intermédio das seguintes premissas:

- Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia;
- Adequação da metodologia de ensino à fundamentação teórico-metodológica do curso;
- Inter-relação e integração entre as disciplinas;
- Dimensionamento correta e de acordo com a natureza dos conteúdos da carga horária teórico-prático dos componentes curriculares;
- Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas;
- Adequação, atualização e relevância da bibliografia;
- Currículos baseado na prática interdisciplinar e transversal;

h) As necessidades do mundo do trabalho e as emergências do mercado de trabalho;

i) A realidade local/nacional e global.

Desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico, onde material didático pode ser definido como instrumento e produto pedagógico utilizado em sala de aula, especificamente como material instrucional que se elabora com finalidade didática. Ou seja, o material didático tem a estrita finalidade de ensinar, fortalecendo o ensino. De natureza diversa, os materiais didáticos podem ser físicos ou virtuais e, podem se constituir em um número significativo de tipos e modelos. Considerando a complexidade

e amplitude deste conceito, serão considerados materiais didáticos na IES, em forma impressa e virtual em processo de elaboração:

a) Cadernos de Textos
b) Cadernos de Exercícios
c) Blogs e sites interativos
d) Livros
e) Manuais
f) Revistas Científicas

O desenvolvimento de material didático-pedagógico é muito importante para a análise e seleção dos conteúdos a serem desenvolvidos dentro dos componentes curriculares, e essa é uma atividade que envolve dedicação do corpo docente e da equipe de apoio técnico da Instituição.

A IES, compreende que o desenvolvimento do material didático deve ter critérios estruturados para que os projetos pedagógicos atendam aos requisitos de formação exigidos pelas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, e que também possam expressar o pensamento da Instituição quanto, à cultura, à ciência e à formação profissional cidadã.

A elaboração de materiais didático-pedagógicos exige uma concepção interdisciplinar, capaz de garantir ao mesmo tempo abrangência, atualização e fundamentação, reunindo conhecimento científico (clássico e contemporâneo) e também valorizar a experiência docente (magistério e profissional).

Como perspectiva de atendimento à dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, o desenvolvimento de materiais didáticos tem o foco na interdisciplinaridade, na aquisição de competências, habilidades e atitudes profissionais condizentes com as expectativas da sociedade e do mercado de trabalho, balizadas pela proposta curricular do curso.

São diretrizes para o desenvolvimento de material didático-pedagógico da IES:

a) Elaboração de referenciais de conhecimentos fundamentais para a compreensão crítica dos problemas e para a intervenção no contexto social, político e cultural a que se referem;

b) Desenvolvimento de materiais didáticos pelos autores, a interdisciplinaridade que deve ser alcançada na apresentação de problemas reais enfrentados pelos alunos em seu cotidiano e no desenvolvimento do seu processo de trabalho;

c) Fornecer conteúdos mínimos que possibilite a organização do conhecimento prévio trazido pelo aluno, indicar referências e, principalmente, estimular o próprio aluno a buscar novos conteúdos;

d) Fornecer ferramentas e informações necessárias à pesquisa qualificada de novos conteúdos, a partir das necessidades reais do aluno;

e) Facilitar a aquisição das competências técnicas específicas, como, também, estimular o desenvolvimento de competências necessárias ao trabalho em equipe, à atitude de liderança e à ética profissional;

f) Construir um material que amplie a visão do aluno, que permita o aprofundamento dos assuntos principais, fornecendo sempre uma vasta bibliografia de apoio, sugestões de sites para navegação, textos para complementação dos assuntos abordados etc.;

g) Estruturar o material de forma clara, que propicie fácil manuseio e identificação de cada uma de suas partes/elementos;

h) Prever a inclusão, no material didático, de seções especiais, como, por exemplo, de questões para reflexão, de dicas, de glossário etc., que se constituem recursos para maior interação do aluno com o material; para dialogar com o texto; e, ainda, para facilitar a navegação (em caso de material virtual) e articulação dos conteúdos. Estas seções, definidas principalmente em função dos objetivos e conteúdos do curso e do público a que ele se destina, devem ser apresentadas de modo a serem claramente identificadas/percebidas pelo aluno quanto ao que elas propõem, devendo estar em perfeita harmonia com o conteúdo e a estrutura do material;

i) Observação quanto à linguagem utilizada, privilegiando sempre a linguagem clara, objetiva e coloquial, adequada às características dos alunos, principalmente quanto a sua escolaridade, idade e interesses.

Em relação à estrutura de um material didático indicamos que deve conter:

- Sumário: o geral, abrangendo os grandes itens contemplados no material;
- Apresentação e/ou Introdução: traz considerações gerais dos autores; objetivos do material/curso, importância dos temas tratados, contexto em que a publicação se situa; agradecimentos (se for o caso);
- Unidades de Aprendizagem: cada unidade pode ter uma página especial de abertura (opcional), que traria, no mínimo, os seguintes elementos: título da unidade, seu respectivo número e os títulos dos subitens que ela compreende;
- Mapa Referencial da Unidade – vem logo após a página de abertura da unidade (caso exista), trazendo informações sobre os grandes blocos temáticos da unidade e os principais assuntos tratados em cada um deles. O desenvolvimento da Unidade propriamente dito, com as atividades ao longo e outras ao final, que necessariamente serão enviadas ao tutor para correção e aferição de nota/conceito.
- Referências bibliográficas: podem ser apresentadas para o material como um todo e, nesse caso, devem vir ao final de todos os textos e antes dos anexos; também podem ser específicas para cada Unidade de Aprendizagem do curso, sendo apresentadas ao final delas.
- Anexos: ainda em relação à estrutura do material didático, é necessário lembrar que existem critérios editoriais pré-definidos para os elementos que deverão compor as capas e as páginas iniciais do material, que antecedem o sumário.

Em relação ao formato, indicamos que em se tratando de um material didático impresso, o seu formato está diretamente relacionado ao seu feitio, às suas dimensões (largura e altura) expressas em centímetros. O formato é geralmente definido pelos autores em conjunto com o designer, não só em função da estética, mas, principalmente, do objetivo do material, do conteúdo que será veiculado, do público-alvo do curso e da economia de papel, tendo em vista o tipo de corte que será efetuado. São exemplos de formato de material didático impresso:

- Formato A4 – bastante usual, com dimensões de 21 x 29,7cm;
- Formato oblongo – aquele em que a largura da página é maior que a altura;
- Formato almaço – com dimensões de 33 x 44cm, peculiar ao papel almaço, e que, dobrado ao meio, produz o formato ofício;
- Formato tablóide – correspondente à metade do formato corrente de um jornal.

Em relação as fontes, parágrafo e entrelinhas: embora o projeto gráfico de um material didático impresso defina a fonte, o parágrafo e o entrelinhamento que serão adotados nos textos, nos títulos, nas legendas das figuras, nas notas de rodapé etc., é recomendável que o original entregue à empresa encarregada da produção gráfica seja digitalizado segundo alguns critérios, visando normalizar e, assim, facilitar a transposição do texto para o programa de edição apropriado. Dentre os critérios para a digitalização dos originais do material didático, em sua forma final, ressaltamos alguns mais relevantes:

- Editor de texto – Word
- Fonte – Times New Roman,corpo 11
- Parágrafo – justificado
- Entrelinhas – 1,5
- Caixa alta e baixa (Cab) – usar em todo o material, ou seja, nos textos, títulos,
- Legendas de figuras etc.

Com o objetivo de estimular os autores a fazerem uma autoavaliação do material didático produzido, nas suas diferentes etapas de elaboração, sugerimos algumas questões para problematização.

j) Os conteúdos estão dando suporte ao desenvolvimento das competências identificadas;

l) A linguagem está clara, compreensível, propiciando entendimentos e reflexões;

m)As estratégias pedagógicas propostas (atividades, questões para reflexão, uso de imagens, casos etc.) possibilitam que o aluno realize uma atividade consciente, reflexiva e crítica;

n) O material permite partir do contexto do aluno, de suas experiências e vivências para que, a partir delas, ele possa construir o seu próprio conhecimento;

o) As atividades de avaliação estão contemplando todo o percurso do processo educativo.

Programa de Monitoria

Na IES, o Programa de Monitoria visa favorecer a participação dos alunos na execução de projetos de ensino e na vida acadêmica universitária, além de incentivar a melhoria no processo de ensino e aprendizagem tanto do aluno monitor quanto dos alunos da disciplina. Vários são os compromissos de um Programa de Monitoria Acadêmica, dentre eles o desenvolvimento de autonomia do aluno monitor, o aumento do senso de responsabilidade e a ampliação do vínculo do professor, monitor, alunado.

Como parte da política de Ensino, o Programa de Monitoria na IES, tem os seguintes objetivos:

a) Fomentar no aluno o interesse pela carreira docente e pelas rotinas do trabalho de pesquisa.

b) Intensificar a cooperação do corpo discente e a interação entre estudantes de diferentes períodos letivos.

c) Aprofundar conhecimentos teóricos e práticos dentro da disciplina a que estiver ligado o Monitor (a), por meio do treinamento para transmissão do conhecimento acumulado.

d) Servir de campo de estágio, apenas aos alunos que estiverem sobre a tutela dos professores da sua área de ensino, tendo acompanhamento dos supervisores de estágio.

São competências atribuídas aos docentes participantes do Programa de Monitoria:

- Dar oportunidade ao aluno para que ele acompanhe as atividades didático-científicas da disciplina e/ou grupo de disciplinas, inclusive a preparação e seleção de material para aulas teórico-práticas e trabalhos escolares;

- Propiciar ao aluno oportunidade de auxiliar no preparo de trabalhos práticos e experimentais, compatíveis com seu nível de conhecimento e experiência na disciplina e/ou grupo de disciplinas;

- Planejar estratégias juntamente com o aluno-monitor para que o mesmo faça um efetivo acompanhamento das turmas;

- Elaborar juntamente com o aluno-monitor, o plano de trabalho. Neste plano deve-se pensar em todas as atividades a serem realizadas pelo aluno-monitor e a carga horária a ser dispensada para cada uma delas;

- Supervisionar as atividades realizadas pelo aluno-monitor;

- Fazer o acompanhamento efetivo do aluno-monitor e auxiliá-lo sempre que lhe for solicitado; reunir-se minimamente uma hora por semana com o monitor para planejar e avaliar os atendimentos aos discentes;

- Apresentar à Coordenação de Curso, ao final do semestre letivo, relatório das atividades exercidas, e assinar o formulário de acompanhamento referente às atividades em cada mês do aluno-monitor (ver modelo nos anexos).

São atribuições do aluno monitor:

a) Interagir com professores e alunos visando um melhor desempenho da aprendizagem, e um bom relacionamento entre docentes e discentes;

b) Participar de atividades que propiciem o aprofundamento de seus conhecimentos na disciplina objeto da monitoria, através de pesquisas, seminários, monografias, revisão de textos e resenhas bibliográficas;

c) Exercer suas atividades em consonância com o plano de trabalho elaborado em conjunto com o professor orientador;

d) Regularmente ou quando for solicitado, apresentar ao professor orientador relatório de suas atividades, envolvendo avaliação do seu desempenho, da orientação recebida e das condições em que se desenvolveram suas ações;

e) Entregar mensalmente frequência e relatório assinados pelo professor-orientador à coordenação responsável pela monitoria;

f) Preencher o cadastro e assinar termo de compromisso por 06 (seis) meses, podendo ser renovado por mais 06 (seis) meses.

Para a seleção de monitores é lançado, na periodicidade semestral, o Edital de Monitoria, dispondo das regras e critérios para seleção de pretensos monitores. No edital constam também as disciplinas disponíveis e ou as atividades educativas e projetos especiais que necessitam de monitores. Ao ser selecionado o monitor estará

submetido às normas e protocolos dispostos no Manual de Monitoria que se encontra em anexo a este documento.

1.1.2 Política de Pesquisa

A Política de pesquisa da IES visa o processo de formação científica, tecnológica, artística e cultural na geração de conhecimentos entre a faculdade e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social institucional por meio dos programas e projetos baseada nas DIRETRIZES.

A Política de Pesquisa e Iniciação Científica da IES, no nível da graduação e da pós-graduação, com vistas à inovação tecnológica, científica, artístico e cultural, se baseiam nas seguintes **diretrizes**:

- **Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão -** visando a responsabilidade social;
- **Interação dialógica** - por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e
- Setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e
- Exclusão;
- **Transformação social** - estando voltada aos interesses e necessidades das comunidades e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;
- **Pesquisa como processo educativo** - na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de direitos e deveres e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional.

ÁREA DE CONHECIMENTO: CIÊNCIAS DA SAÚDE

Grupo de Pesquisa 1: Saúde e Qualidade de Vida

Linhas de Pesquisa:

1 – Saúde, Prevenção, Qualidade de Vida e Abordagem Multidisciplinar

Programas da pesquisa

PAPREV

É um programa que visa estimular a produção acadêmica e divulgação de resultados das pesquisas dos projetos de iniciação cientifica de docentes e discentes da IES.

Os docentes que forem participar de apresentação de eventos dessa natureza, receberão uma ajuda de custo por titulação Especialista R$ 500,00 (quinhentos reais) Mestre R$ 800,00 (oitocentos reais). Doutor R$ 1.000,00 (mil reais) mediante o atendimento dos seguintes critérios:

- Submissão e aprovação do projeto de pesquisa ou de inscrição em evento científico, tecnológico, artístico ou cultural contemplando as linhas de pesquisa da IES ou eventos relacionados as áreas de formação do **PAPEERI** conforme edital da coordenação de pesquisa;
- Entrega de relatório com comprovação de participação em anexo;
- Deferimento da direção em Comunicação Interna C.I da Coordenação de Pesquisa de solicitando a inclusão da ajuda de custo no contracheque do docente;
- Parecer analisado pelo setor jurídico para aprovação e em seguida encaminhado para o setor de Recursos Humanos da IES.

O incentivo às publicações cientificas, tecnológicas, artístico e culturais serão estimuladas da seguinte forma aos discentes:

- O discente receberá uma ajuda de custo de R$ 500,00 (quinhentos reais) que sairá da arrecadação do CONCIFA- Congresso de Iniciação Científica, mediante os seguintes critérios:
- Submissão e aprovação da publicação ou de inscrição em evento cientifico, tecnológico, artístico ou cultural contemplando as linhas de pesquisa ou eventos relacionados às áreas de formação do PAPEERI conforme edital da coordenação de pesquisa;
- Entrega de relatório com comprovação de participação em anexo.

PAPEERI

É um programa cujo objetivo é promover a articulação entre o Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Institucional, para a promoção de práticas de ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social na perspectiva da transversalidade Trata-se de um projeto em que existe a inter-relação entre ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social de será realizado por docentes com titulação de mestres e doutores.

PROMICT

Este programa institucional de Iniciação Científica e Tecnológica visa a promoção da indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior. Para o PROMICT, a IES publica edital semestralmente para projetos de IC e de IT, com recursos próprios originados do setor de Extensão - cursos livres da Extensão, para bolsa para os discentes, e forma de desconto no valor de 15% da mensalidade de seu curso. Os projetos terão duração de 01 ano, podendo ser estendido por mais 01 ano.

Dentro do PROMICT, tem-se o convênio da IES com o Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, em que são disponibilizadas 04 bolsas de PIBIT e 02 bolsas de PIBIC, no valor de R$ 400,00 mensais (12 x 400,00 = 4.800,00 anual).

Para o discente, que desenvolve projetos de IC ou IT com duração de 12 meses, podendo se estender por mais 12 meses de acordo com a necessidade e justificativa do projeto com acompanhamento do orientador (com nível de doutorado e coorientador com nível de mestrado), recebe bolsas do CNPq.

PIBIC

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

PIBITI

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ações acadêmico administrativas para a pesquisa, iniciação científica, inovação tecnológica

As ações previstas para a Pesquisa, Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica são:

I. Apoio financeiro a discentes e docentes para participação em eventos científicos

II. Promovidos por outras instituições ou organizações;

III. Apoio financeiro a docentes para publicação de livros e produção de materiais

IV. Didático pedagógicos;

V. Realização do Congresso Científico, aberto a participação da comunidade acadêmica interna e externa, sobre temas emergentes;

VI. Eventos culturais e artísticos, geridos pela Coordenação de Extensão;

VII. Realização de Seminário de Iniciação Científica, por meio dos quais os alunos possam divulgar seus trabalhos científicos em anais;

VIII. Portal de Periódicos onde teremos revistas: para a publicação de artigos de docentes e discentes;

IX. Apoio aos Grupos de Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica - GPEDI que contribuam para promoção da melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento regional.

Iniciação científica: Objetivando contribuir para a formação na área de pesquisa, oferecendo programa de iniciação científica com bolsas concedidas mediante a apresentação de projetos de pesquisa orientados por professores da área; (Cf. o manual de pesquisa). O curso estimula a iniciação científica por meio de:

- Incentivar pesquisadores produtivos a envolverem os alunos de graduação no processo acadêmico, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa da instituição;

- Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre os alunos mediante suas participações em projetos de pesquisa;

- Aprimorar o processo de formação dos alunos visando sua qualificação profissional para o setor produtivo e empreendedor;

- Estímulo à formação de estudantes do ensino superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e informação;

- Os professores e os alunos dos cursos de graduação vistos como agentes vitais das atividades de Iniciação Científica;

- As atividades de Iniciação Científica desenvolvidas sob a orientação ampla de incentivar o envolvimento de alunos e professores de graduação nas atividades de pesquisa também de natureza extracurricular.

Coordenação de Pesquisa e Inovação é responsável pelo suporte ao desenvolvimento e estímulo de atividades de pesquisa e inovação da IES tendo como objetivo regulamentar a pesquisa institucional e estabelecer definições, critérios de avaliação e instrumentos de apoio à pesquisa.

Desta maneira, busca-se promover a pesquisa cientifica produzida pelo seu corpo acadêmico, baseado no saber local relevante a formação de uma sociedade sustentável com respeito aos princípios éticos e aprimoramento dos processos de ensino, aprendizagem e inovação.

1.1.3 Política de Extensão e Responsabilidade Social

A Extensão da IES é definida, como “prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da população”. Isso sugere que a formação profissional só será completa com a aplicação do produto da aprendizagem na sociedade e permite supor que a extensão da IES é fundamental para diminuir as desigualdades sociais existentes, por ser uma associação de processo educativo com as ações culturais e científicas aplicadas à realidade encontrada.

A Política de Extensão da IES visa o processo de formação de pessoas e serviços na geração de conhecimentos entre a faculdade e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social institucional por meio dos programas, projetos, cursos, eventos, visitas técnicas e prestação de serviços extensionistas baseada nas **diretrizes**:

- A indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, visando à responsabilidade social;

- A interação dialógica por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e exclusão;
- A busca pela transformação social, estando voltada aos interesses e necessidades da comunidade e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;
- Extensão como processo educativo na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de direitos e deveres e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional;
- Extensão como processo interdisciplinar;
- Extensão como processo solidário.

A indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:

- Relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;
- Relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.

Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo pedagógico.

Caráter interdisciplinar das ações extensionistas.

A extensão, como um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas, possibilita a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento e o desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais. Na medida em que investe numa nova forma do fazer científico, a extensão articula e integra

conhecimentos, constituindo-se como um dos profícuos caminhos para reverter à tendência de departamentalização do conhecimento sobre a realidade.

Compromisso social da IES na busca de solução dos problemas mais urgentes da maioria da população.

A extensão constitui-se em canal privilegiado para que a missão social das Instituições de Ensino Superior seja cumprida, visto que, em sendo a IES concebida como um espaço aberto às discussões que contribuem para a formação técnica, para o exercício da cidadania e para a superação das formas de exclusão, ratifica-se que as ações de extensão devem ser desenvolvidas em direção à autonomia das comunidades, evitando-se qualquer forma de dependência, assistencialismo ou paternalismo;

Reconhecimento dos saberes tradicionais e da grande relevância das suas interações com o saber acadêmico.

As interações entre os saberes tradicionais e o saber acadêmico potencializam a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à recíproca decodificação e sistematização dos resultados alcançados. Possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação das comunidades tradicionais em face da atuação da IES. Ou seja, ao articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a extensão viabiliza uma relação transformadora entre IES e sociedade;

Incentivo ao debate permanente em torno da realidade regional propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais.

O espaço das ações extensionistas oportuniza possibilidades impares de reflexão acerca da realidade sócio - ambiental da região, debruçando-se sobre questões que afligem as comunidades da região. Possibilita, ainda, a construção de alianças e parcerias em defesa dessas populações, contribuindo para o seu fortalecimento enquanto sujeitos de direitos.

Programas de Extensão

A política de extensão da **IES** se operacionaliza por meio dos seguintes programas:

- **PAPEERI** Programa de Articulação Ensino Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social;
- **PAPREV** Programa de Apoio a Participação e Realização de Eventos Internos e Externos e à produção Discente e Docente e da Publicação das revistas científicas da FA;
- **PEFC – Programa de Educação e Formação Continuada** de docentes, discentes e técnicos administrativos.

Projetos de extensão

Poderão ser encaminhados a coordenação de extensão da IES, propostas de ações de extensão nas modalidades descritas neste Guia de Orientação, em conformidade com as áreas de conhecimento, áreas temáticas e linhas de extensão.

Além desses quesitos, cada proponente deverá embasar sua decisão de encaminhamento nos seguintes aspectos, além de outros que julgar relevantes:

- Coerência com a missão e valores institucionais;
- Relevância acadêmica, manifestando relação de compromisso com as áreas constantes no projeto pedagógico do curso, bem como aos eixos temáticos de cada disciplina que compõem o currículo, contribuindo para estreitar a relação teoria/prática;
- Relevância social, assegurando ações comprometidas com as expectativas sociais, com o desenvolvimento local e regional e com a consolidação das diferentes manifestações culturais;
- Viabilidade econômica, sendo autossustentáveis ou com custos compatíveis com a disponibilidade de recursos da instituição e, quando possível, gerando receitas através da prestação de serviços;
- Caráter globalizante sistemático (continuidade temporal);
- Articulação com as linhas de pesquisa da graduação e pós-graduação;
- Previsão de parcerias internas e externas de mecanismos de colaboração interinstitucional que assegurem a efetividade das ações, sendo que as parcerias externas devem ser formalizadas através de contrato de risco para ambas as partes;

- Caráter interdisciplinar e/ ou multidisciplinar;
- Relação entre a formação acadêmico-profissional do proponente da ação de extensão e a natureza/área de conhecimento da atividade proposta.

Tramitação das Propostas de Extensão.

Para efeito de controle interno, as ações de Extensão poderão assumir as seguintes situações:

- Em tramitação (TR);
- Não iniciado (NI);
- Em andamento (AN);
- Interrompido temporariamente (IT);
- Interrompido definitivamente (ID);
- Encerrado (EN);
- Concluído (CO);
- Cancelado (CA).

1.1.4 Política Ambiental

A Política Ambiental da IES, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981), está orientada no disposto no Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, a Política Ambiental da IES e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos, tem por objetivo a conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, necessária à sadia qualidade de vida, visando assegurar condições para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico e cultural na região Amazônica,

numa perspectiva ética, humanista e preocupada com as questões ambientais atendidas os seguintes princípios:

- Ação institucional visando assegurar o equilíbrio do meio ambiente, necessário à sadia qualidade de vida, tendo em vista o uso coletivo;
- Planejamento e fiscalização do uso de recursos ambientais;
- Controle de atividades com potencial ou efetivamente causadoras de significativa alteração ambiental;
- Incentivo à pesquisa, ensino e extensão orientados para o uso racional dos recursos naturais, bem como compreensão da dinâmica socioambiental relacionada;
- Educação ambiental crítica em todos os segmentos acadêmicos, inclusive numa perspectiva extensionista, tendo a comunidade como alvo.

Para alcançar os princípios norteadores da presente Política Ambiental, a IES e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos visarão, cotidiana e rotineiramente:

- Compatibilizar as atividades institucionais com a manutenção do equilíbrio e da boa qualidade ambiental;
- Estabelecer critérios e padrões, normativos e procedimentais, para utilização de recursos ambientais;
- Estabelecer padrões e critérios, normativos e procedimentais, para o gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos, observado o disposto no texto da Lei nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Desenvolver pesquisa, ensino e extensão orientados para uso racional dos recursos naturais e resolução ou mitigação de questões e conflitos socioambientais;
- Desenvolver programas e projetos de educação ambiental, numa perspectiva crítica e participativa, transversal e interdisciplinar, contínua e permanente, observado o disposto no texto da Lei no 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Serão Instrumentos da Política Ambiental da IES:

- O Dia Mundial do Meio Ambiente;

- A Semana da Responsabilidade Social;
- Cadastro institucional de programas e projetos de educação ambiental;
- Cursos e oficinas de educação ambiental para a comunidade;
- Pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- A publicação e a divulgação científica de pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- Incentivo ao uso racional de água nos diferentes setores da instituição;
- Incentivo ao uso racional de energia nos diferentes setores da instituição;
- Uso racional da impressão em papel;
- Reutilização de papel para rascunho de documentos extraoficiais;
- A coleta seletiva dos resíduos;
- A utilização de lixeiras para coleta seletiva;
- A criação de postos de coleta de pilhas e baterias;
- A destinação e disposição final adequadas de resíduos sólidos e efluentes líquidos;
- O estabelecimento de critérios e padrões, normativos e procedimentais, de atividades institucionais causadoras de dano ambiental;
- O tratamento e, quando compatível, o reuso da água.

A preocupação da sociedade com o meio ambiente passou a ser uma questão de sobrevivência para as empresas que estão inseridas nesse ambiente e depende dele para se manterem competitiva no mercado em que atual.

Com isso a IES por meio do curso irá desenvolver os seguintes projetos transversais de educação ambiental.

Tabela - Projetos Transversais de Educação Ambiental previstos para os primeiros anos do curso

Semestre	ATIVIDADE TRANSVERSAL	Ações Desenvolvidas	Turmas envolvidas

2021/2	Os povos indígenas: A Raposa Serra do Sol.	Apresentação em seminário com divisão de equipes, na sala de aula ou no auditório na IES explicando como se deu a demarcação das terras indígenas na Raposa Serra do Sol?	todas
2022/2	4º semestre: Pesquisa: A poluição nos rios e igarapés	Fazer um documentário mostrando os rios e igarapés da cidade que passam pelo processo de poluição	todas

1.1.5 Política de Direitos Humanos

Vivemos em uma sociedade profundamente desigual que apresenta indicadores alarmantes de violência e violação de direitos. Os Mapas da Violência (2013, 2015 e 2016) apresentam dados de evolução dos homicídios por armas de fogo no país, dos homicídios de mulheres e revela indicadores gravíssimos de assassinatos de jovens negros.

Vários estudos brasileiros vêm sistematicamente denunciando essa situação, onde alguns elementos são persistentes: além das elevadas taxas de homicídios por armas de fogo e por violência de gênero (quase sempre doméstica, intrafamiliar e sexual) e racial, temos ainda elevadíssimos índices de mortes por acidentes de trânsito e as ocorrências continuadas de abusos, violências e maus tratos de crianças, jovens e idosos, travestis e transexuais, a violência agrária e contra indígenas, entre outras. Essa situação dramática, todavia, ocorre a partir de padrões históricos de opressão que revela a efetiva concentração destes eventos: na população jovem, negra e do sexo masculino, nas mulheres e nos pobres.

Sabemos também da complexidade e multideterminada que envolve esses fenômenos. Entre os principais fatores que caracterizam a violação de direitos no Brasil encontramos aspectos relacionados a fatores socioeconômicos, conjunturais e estruturais, a fraqueza e descrédito das instituições e a carência do Estado (que deveria ser o maior protetor da vida das pessoas e de seus direitos, mas é com

frequência um dos maiores violadores e promotores de mais violência) para administrar a repressão e propiciar a prevenção.

Na dimensão microssocial e da vida cotidiana, é importante destacar a presença de uma cultura naturalizada da violação de direitos em nosso país que se reproduz por meio das formas arraigadas de opressão de populações e segmentos socialmente e historicamente estigmatizados.

Uma forma de intervir nessa situação se encontra nas políticas educacionais, no investimento ostensivo e efetivo em educação, o que exige a restauração da autoridade do Estado para, no mínimo, atenuar essa realidade.

O Estado, além de se constituir como protetor legítimo e como árbitro entre os conflitos que dividem os cidadãos ou os grupos privados tem a competência de fomentar e construir um sistema educacional capaz de disseminar uma cultura dos direitos humanos, dessa forma, fará parte da matriz curricular do curso a disciplina de Direitos Humanos, assim como o tema será trabalhado em Projetos Transversais previstos para os primeiros anos do curso.

1.1.6 Política de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A Política de Internacionalização da IES consiste na inserção da IES no contexto internacional por meio da realização de convênios com instituições de ensino estrangeiras a fim de promover o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas. A IES conta com convênio com o Santander Universidades, com a Universidade de Évora em Portugal, com a Universidade de Bologna na Itália e com a Universidade NihonnGakko para intercâmbio docente e discente.

O intercâmbio para a internacionalização será coordenado por uma comissão nomeada e regulamentada, responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais e de atividades realizadas durante a mobilidade docente e discente.

A política de internacionalização da IES também consiste na oferta de disciplinas ministradas em língua estrangeira, a saber: disciplina de Inglês e disciplina de Direitos Humanos ofertadas em todas as matrizes curriculares da IES.

As ações para a internacionalização consistem na divulgação dos convênios com as universidades estrangeiras para docentes e discentes por meio de edital, e controle por meio dos formulários nos apêndices do PDI no regulamento de Internacionalização.

E compete à coordenação de ensino junto a Secretaria Acadêmica a responsabilidade de certificar que todas as matrizes constem a oferta das disciplinas em língua estrangeira.

Programa

A Política de Internacionalização e Mobilização Acadêmica da IES ocorre por meio do PROGRAMA DE MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAIS DA IES tem como objetivo oferecer oportunidade de estudo a discentes em universidades do exterior, permitir a atualização de conhecimento, interagindo com outras culturas e povos além de estimular iniciativas de internacionalização na IES.

O referido Convênio tem como objetivo a viabilização da participação das IES mantidas pelo IME, no Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidades, doravante PROGRAMA, de acordo com a fundamentação contida nos “Princípios Gerais do Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidades”, devidamente registrados sob nº 5.314.648, junto ao 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo/SP, que se regerá, ainda, pelas seguintes cláusulas e condições.

Liberar a realização no (s) campus (i) da IES de ao menos 04 (quatro) vezes ao ano, de ações de divulgação e apresentação de produtos e serviços bancários, inclusive distribuição de material proporcional, em local de grande fluxo de alunos, professores e funcionários, de acordo com o seguinte procedimento:

- O SANTANDER enviará comunicado à IES informando a data em que a ação de divulgação será realizada;

- A IES terá o prazo de 02 (dois) dias, contados do envio do comunicado pelo SANTANDER, para manifestar sua ciência e liberação quanto a realização da ação de divulgação no (s) campus (i).

Ao aderir a este PROGRAMA a IES se compromete a divulgar a logomarca do SANTANDER UNIVERSIDADES em espaço de destaque de sua *homepage,* durante a vigência deste contrato, com direcionamento automático *(link) ao site*www.santanderuniversidades.com.br.

Cumprir, rigorosamente, com o cronograma das atividades relativas ao PROGRAMA, em especial aos prazos estabelecidos no Edital deste convênio, sob pena de rescisão do presente instrumento e consequente cancelamento das bolsas ora concedidas.

Para acessar a plataforma disponibilizada pelo SANTANDER, mediante o uso de login e senha, e cumprir o disposto nos Princípios Gerais do Programa e no presente Convênio, a IES deverá indicar em até 5 (cinco) dias úteis após a data de assinatura do convênio, a pessoa que será responsável pelo PROGRAMA, encaminhando os dados (nome completo, CPF e e-mail) para a caixa universidades@santander.com.br. Após envio dos dados a pessoa indicada receberá via e-mail a notificação para acessar a plataforma e criar a senha.

A IES assegura o bom uso da senha e login de acesso e compromete-se a não divulgar ou emprestar a senha a terceiros, se responsabilizando por todos os dados inseridos no sistema e a devida adequação aos Princípios Gerais do Programa.

O valor total do presente instrumento é de até R$ 20.065,80 (vinte mil, sessenta e cinco reais e oitenta centavos), que corresponde ao fornecimento de 02 (duas) bolsas-auxílio no valor em Reais equivalente a €3.000 (três mil euros), no valor unitário de R$ 10.032,90 (dez mil, trinta e dois reais e noventa centavos), cada bolsa.

1.1.7 Políticas Institucionais e Ações de Estímulo Relacionadas à Difusão das Produções Acadêmicas: Científica, Didático-Pedagógico, Tecnológica, Artística e Cultural

A Política Institucional de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como: produções científicas, didático pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais envolve ações que serão executadas por meio de ações, o qual prevê auxílio financeiro em forma de ajuda de custo e bolsas a docente dos grupos de pesquisa institucionalizados, alunos e professores ligados ao PAPEERI - Programa de Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão e Responsabilidade Institucional mediante submissão e aprovação em editais anuais da coordenação de pesquisa e extensão.

O principal objetivo desta é: Ofertar ações de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como: as produções científicas, didático pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais que são executadas pela IES por meio Programa de apoio a

participação e realização de eventos internos e externos e à produção discente e docente, no qual prevê em ações de auxílio financeiro, apoio institucional, patrocínio e subvenções a grupo de pesquisa, a publicação de alunos e professores, a participação de sujeitos da comunidade acadêmica em eventos relevantes em âmbito local, nacional e internacional.

A Política de estímulo à difusão das produções acadêmicas será divulgada para a comunidade acadêmica.

1.1.8 Políticas de Estímulo à Participação em Eventos

A IES prevê na vigência desde PDI, a implantação do Programa de apoio a realização de eventos, com o objetivo de apoiar a realização de eventos científicos no Estado do Distrito Federal, sob a responsabilidade de professores e pesquisadores da nossa IES. O Programa será coordenado pela Coordenação de Pesquisa e Extensão mediante a publicação de um Edital anual interno para a seleção de propostas. O apoio previsto é destinado a pesquisadores e professores dos Cursos da IES, responsáveis pela organização de eventos científicos, de abrangência local, regional, nacional, ou internacional, a serem realizados no período especificado em edital. O apoio prevê a cobertura de despesas com aquisição de passagens aéreas nacionais, hospedagem, inscrição do evento, material de consumo e pagamento de pró-labore a professores convidados e aos discentes como forma de incentivo à produção científica.

Serão destinados às propostas selecionadas no âmbito da IES, valores a serem definidos posteriormente, mas que sejam adequados e suficientes para a realização de eventos de médio porte. E a apresentação de proposta deverá seguir rigorosamente as condições descritas por ocasião da publicação dos editais.

Poderão candidatar-se ao auxílio previsto no edital, pesquisadores e professores e coordenadores de curso em nível de graduação e pós-graduação, não sendo apoiados eventos que se configurem como reuniões, eventos profissionais, ou eventos de outra natureza, que não possuam as características de eventos científicos.

A avaliação das propostas será realizada por comissão designada pela Direção Geral, em fases que compreendem.

A análise técnica da proposta, observando-se a compatibilidade com as

exigências do Edital, bem como a suficiência da documentação apresentada.

A abrangência do evento, duração e público estimado.

A relevância da Temática do Evento para o Desenvolvimento Científico e Cultural da Região.

1.1.9 Política de Acompanhamento de Egressos

A Política de acompanhamento de egressos consiste numa pesquisa de acompanhamento de egressos dividida em duas etapas: a primeira levanta dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho ao ingressar na faculdade, e na segunda etapa, levanta dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho na situação de egresso. Ao comparar os dados levantados poderemos avaliar de que forma os cursos de graduação da IES estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

O PROAE – Programa de Acompanhamento do Egresso tem como objetivo geral o acompanhamento da condição do egresso dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da IES como forma de demonstrar a importância da IES para a sociedade amazonense na qualificação da mão de obra para o desenvolvimento da região.

Tendo ainda como objetivos institucionais e educacionais: proporcionar sólida fundamentação humanística, técnica e científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão, o programa de acompanhamento dos egressos dos respectivos cursos de graduação, licenciaturas e tecnológicos da IES será relevante uma vez que atenderá aos interesses do Ministério da Educação que recomenda este tipo de acompanhamento como forma de qualificar cada vez mais as IES privadas; para a própria IES que terá dados para avaliar seus cursos; para o mercado de trabalho local que poderá contar com uma IES preparando mão de obra alinhada com os requisitos atuais do mercado de trabalho e ainda; para os próprios acadêmicos que poderão ser beneficiados por meio de informações dos egressos que subsidiarão a melhoria contínua dos cursos oferecidos.

Afinal a IES entende que sua responsabilidade social é a contribuição com o desenvolvimento da região por meio não somente com a qualificação de mão de obra, mas com sua empregabilidade.

Atuação dos Egressos da IES no Ambiente Socioeconômico

A partir do acompanhamento do trabalho realizado com o acompanhamento do egresso, esperamos que os alunos formados por nossa instituição possam se inserir no mundo do trabalho de maneira crítica e consciente com dentro de princípios éticos e humanístico, com responsabilidade social, reconhecendo o valor das entidades de classe que lhe representarão. Espera-se igualmente que a formação ofertada possa formar egressos com competências éticas, pessoais, profissionais, sócio afetivas, cognitivas e de comunicação que possibilitem a compreensão de si mesmo e do mundo em que vive, através da formação adquirida, agir de forma crítica contribuindo para a vida em sociedade.

Portanto, é Requerida ao Egresso a Capacidade de:

a) Dominar conhecimentos que lhe favoreçam maior flexibilidade na sua atuação profissional; possuir capacidade de trabalhar em equipe;

b) Desenvolver e praticar atitudes que possibilite aprender a aprender aprendendo;

c) Exercer com ética e proficiência as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica de acordo com sua área de atuação;

d) Ter atitudes inovadoras e criativas;

e) Utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para construir/reconstruir conhecimento, em seu setor e, na medida do possível, em seu meio;

f) Saber intervir na realidade com consciência, espírito crítico positivo e autonomia, como indivíduo e como integrante de uma coletividade;

g) Integrar conhecimentos amplos e especializados, para aplicá-los em situações concretas;

h) Atuar para além dos preconceitos culturalmente herdados e/ou impostos pelas formas de organização estabelecidas;

i) Compreender a diversidade cultural para inserir-se no mundo internacionalizado, inclusive nas relações de trabalho;

j) Compreender a importância de ampliar e atualizar o conhecimento e a prática da vida, do mundo e da profissão, de forma permanente e desenvolver meios ou integrar-se nos que lhe são oferecidos para aprender ao longo de toda vida;

k) Desenvolver técnicas apropriadas à área de formação, visando ao acompanhamento e à avaliação constante, buscando interagir com o mercado de trabalho na perspectiva de continuidade de sua formação;

l) Atuar como empreendedor de ações inovadoras que promovam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, no contexto local, regional e nacional.

1.1.10 PAPEERI – Programa de Articulação, Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social

De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal.

Este programa dedica-se a promover a indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior em geral, o que exige, no nível mais abrangente de análise, sempre uma perspectiva ternária que inclua as atividades de ensino, pesquisa e extensão, igual importância e íntima unidade.

A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético. Ora, a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão.

Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do

conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, se ganha terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade).

Enfim, quando a - com frequência esquecida - articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Envolvidos nessa experiência, podemos refletir um pouco acerca das práticas universitárias, muitas delas isoladas ou, no máximo, duais. Defendemos assim, duas ideias centrais: a primeira delas é de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é levada em conta na prática de muitos docentes, seja porque na graduação a ênfase recai sobre o ensino ou porque na pós-graduação acentuasse a pesquisa. A segunda ideia, decorrente de nossa experiência é de que o estágio de docência na pós-graduação é uma excelente forma de investigação do conhecimento abordado em sala de aula.

A perspectiva de um conhecimento plural não beneficia apenas as comunidades que têm seus saberes levados em conta. Como bem mostram os autores citados, particularmente, Santos (2004), a própria universidade renova-se nesse processo. O ensino é, provavelmente, o melhor exemplo dessa renovação, à medida que, integrado ao conhecimento produzido através da pesquisa e aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária.

Desse modo, ensinar termina por ser uma atividade que, ao mediar a pesquisa e a extensão, enriquece e amadurece nesse processo: o professor universitário, ao integrar seu ensino à pesquisa e à extensão, mantém-se atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos

e comprometidos com a intervenção social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino.

Projetos de Responsabilidade Social Previstos para os Primeiros Anos do Curso

A proposta do Curso em promover as atividades de Extensão e Responsabilidade social é de integrar as atividades acadêmicas com a comunidade nas adjacências da Instituição na qual o aluno recebe orientações do docente para realizar as atividades extra institucionais e os atendimentos a comunidade.

Tabela - Ações de Responsabilidade Social Previstas para os Primeiros Anos do Curso

NOME DO PROJETO DO PAPEERI DO CURSO:	O direito à saúde do idoso, direito ineficaz? A ineficácia do direito á saúde previsto no art. 196 da Constituição Federal.

Objetivos do PAPEERI

Objetivo Geral

Promover a articulação entre o Ensino; Pesquisa e Extensão, na perspectiva de promover práticas de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da interatividade, por meio do desenvolvimento de projetos que tenham atividades nas três dimensões (Ensino, Pesquisa e Extensão).

Metodologia do PAPEERI

Os projetos desenvolvidos pelo PAPEERI atendem a um edital anual específico e devem ter como princípio:

Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social: O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:

a) Relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;

b) Relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.

Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo.

Projeto do PAPEERI do curso

Tendo como princípio os objetivos do PAPEERI da IES, o curso desenvolverá seus projetos da seguinte forma:

Projeto do PAPPERI do Curso:

NOME DO PROJETO DO PAPEERI DO CURSO:	O direito à saúde do idoso, direito ineficaz? A ineficácia do direito á saúde previsto no art. 196 da Constituição Federal.

Metodologia de Desenvolvimento do PAPEERI

Utilizará metodologia ativa com base na pedagogia de projetos e no paradigma epistemológico sócio construtivista com desenvolvimento de ações de intervenção na comunidade mediante a realidade local.

Etapas:

Etapa 1 Ensino - diagnóstico da situação da comunidade a priori utilizando como base conteúdos curriculares aprendidos em sala de aula e laboratórios;

Etapa 2 Extensão - intervenção na comunidade com aplicação de ferramentas e metodologias de melhoria;

Etapa 3 Pesquisa - resumo expandido com fundamentação teórica e análise dos dados comparativos do antes e do depois da ação de intervenção na comunidade.

O projeto abordará inclusive as providências tomadas em âmbito institucional curricular, visando atender as Diretrizes Nacionais de Educação Étnico-raciais e de Educação Ambiental.

Atendendo o que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais da lei nº 10.639/03 de 09 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica, alterando a LDB nº

9.394/96 nos seus artigos 26A e 79B, que reconhece a temática como uma política curricular fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e por isso se propõem a introduzir a temática nos estabelecimentos de ensino afins, de maneira a sensibilizar educadores e educandos da importância social e dos fundamentos da lei, pautados na reeducação das relações étnico-raciais.

Acrescido ainda a Educação Ambiental que é um processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino e aprendizagem pretendido. Participando ativamente dos problemas ambientais em busca soluções, através de uma conduta ética, condizente ao exercício da cidadania.

Para formalizar e institucionalizar tais ações a Coordenação e os professores do curso desenvolverá atividades que contemplem o espaço para o desenvolvimento das temáticas transversais nos dois temas em EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAIS E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, envolvendo todos os períodos em suas disciplinas que precisam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual.

Estes projetos terão como objetivos gerais desenvolver por meio de exposição de banners, trabalho em equipes de forma prática, desenvolvendo a comunicação e reflexão dispensando o plenário e a centralização do encontro em uma só pessoa de acordo com os temas de investigação e interpretação do estudo.

O projeto irá proporcionar inclusive aos acadêmicos do Curso, atividades interdisciplinares que promovam o diálogo entre as disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de garantir a formação integral para compreensão sistêmica e holística das relações entre diferentes conhecimentos que se comunicam na teoria e na prática.

Projetos Interdisciplinares previstos para os primeiros anos do curso (1º ano tecnológicos/ 1º e 2º ano bacharelados/licenciaturas)

O desenvolvimento dos Projetos Interdisciplinares adotará a metodologia ativa.

Metodologia Ativa com base na pedagogia de projetos - Requisitos de leituras e interpretação de livros clássicos e atividades integrando todas as disciplinas

do período. Requisitos: leitura individual e participação em oficinas de leitura e interpretação.

O processo de ensino e aprendizagem se dará por meio do envolvimento de cada docente na elaboração das estratégias específicas e inerentes ao livro designado para leitura.

Na tabela a seguir constam as atividades interdisciplinares previstas para os primeiros anos do curso.

Tabela 10 – Atividades Interdisciplinares Previstas para os Primeiros Anos do Curso

Semestre	ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR	Ações Desenvolvidas	Turmas envolvidas
2021/1	1º período - Estudo interdisciplinar da obra A Revolução dos Bichos. ORWELL, George,	Leitura e Fichamento fazendo uma analogia entre as disciplinas do período.	1º período
2021/2	1º período - Estudo interdisciplinar da obra: A Revolução dos Bichos. ORWELL, George. 2º período- Estudo interdisciplinar da obra: O Mercador de Veneza de SHAKESPEARE, William	Leitura e Fichamento fazendo uma analogia entre as disciplinas do período. Leitura e Resenha, extraindo o conteúdo das disciplinas do período sobre a obra	1º e 2º períodos
2022.1	1o período - Estudo interdisciplinar da obra: A Revolução dos Bichos. ORWELL, George. 2º período - Estudo interdisciplinar da obra: O Mercador de Veneza de SHAKESPEARE, William	Leitura e Fichamento fazendo uma analogia entre as disciplinas do período. Leitura e Resenha, extraindo o conteúdo das disciplinas do período sobre a obra Leitura e posterior apresentação de	1º , 2º e 3º períodos

	3º período – Estudo interdisciplinar da obra O Príncipe, de Nicolau Maquiavel	banner, na área de vivência da IES, dos conteúdos jurídicos relativos às disciplinas do período.	
2022.2	1o período - Estudo interdisciplinar da obra: A Revolução dos Bichos. ORWELL, George. 2º período - Estudo interdisciplinar da obra: O Mercador de Veneza de SHAKESPEARE, William 3º período – Estudo interdisciplinar da obra O Príncipe, de Nicolau Maquiavel 4º período - Estudo interdisciplinar sobre o **acidente ocorrido** no município de Mariana, após o rompimento de uma barragem da mineradora Samarco.	Leitura e Fichamento fazendo uma analogia entre as disciplinas do período. Leitura e Resenha, extraindo o conteúdo das disciplinas do período sobre a obra Leitura e posterior apresentação de banner, na área de vivência da IES, dos conteúdos jurídicos relativos às disciplinas do período. Leitura e posterior apresentação em seminário, na sala de aula ou no auditório da IES sobre o **acidente ocorrido** no município de Mariana, após o rompimento de uma barragem da mineradora Samarco,	1º , 2º, 3º e 4o períodos

		envolvendo as disciplinas do período.	

Projetos Transversais Previstos para os Primeiros Anos do Curso

A IES quer proporcionar aos acadêmicos do Curso, atividades transversais que promovam o a sensibilização para temáticas de Educação Ambiental e Educação Étnico racial como parte importante da formação do acadêmico.

O desenvolvimento dos projetos transversais adotará a metodologia ativa.

Metodologia: Ativa com base na pedagogia de projetos. Requisitos de leituras de artigos científicos de subtemas dos temas geradores Étnico racial e Educação Ambiental e atividades integrando todas as disciplinas do período. Para fins de desenvolvimento deste projeto, as seguintes disciplinas estão diretamente envolvidas, assim como seus respectivos professores. Projetos transversais sobre educação étnico racial e educação ambiental previstos para os primeiros anos do curso:

Tabela - Atividades Transversais do Curso: Educação Ambiental

Semestre	ATIVIDADE TRANSVERSAL	Ações Desenvolvidas	Turmas envolvidas
2021	Os povos indígenas: A Raposa Serra do Sol.	Apresentação em seminário com divisão de equipes, na sala de aula ou no auditório na IES explicando como se deu a demarcação das terras indígenas na Raposa Serra do Sol?	1os periodos
2022	4º semestre: Pesquisa: A poluição nos rios e igarapés	Fazer um documentário mostrando os rios e igarapés da cidade que passam pelo processo de poluição.	1º, 2º. 3º e 4º periodos

Tabela - Atividades Transversais do Curso: Educação Étnico-Racial

Semestre	ATIVIDADE TRANSVERSAL	Ações Desenvolvidas	Turmas envolvidas
2021.2	Combate ao Racismo	Pesquisa e produção de uma cartilha de Combate ao Racismo	1º e 2º . períodos
2022.2	Os refugiados da Venezuela para a região norte do Brasil.	Pesquisa e apresentação de banner sobre as ações tomadas pela ONU, pelo governo brasileiro e pelo governo de Roraima.Turmas do 1º período: pesquisar sobre as ações tomadas pela ONU. Turmas do 2º período: pesquisar sobre as ações tomadas pelo Governo de Federal . Turmas do 3º pesquisar sobre as ações tomadas pelo Governo de Roraima	1º , 2º e 3º e 4º períodos

Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica previstos para os primeiros anos do curso

O aluno será incentivado a realizar trabalhos científicos à medida que for ampliando o seu conhecimento teórico. O professor será corresponsável por este objetivo, inserindo artigos científicos e discussão de trabalhos e estando a disposição para orientar os alunos interessados a desenvolverem projetos acadêmicos.

Tabela - Atividades de I.C/I.T. Previstas para os Primeiros Anos do Curso

Ano	ATIVIDADE DE I.C./I.T.	Ações Desenvolvidas	Turmas envolvidas
2021/1		1.1 Composição da equipe docente 1.2 Colaboração com o IBGE para a organização de um mini	

	1. Primeira fase do Projeto PROJETO	curso que possa treinar os integrantes dos vários grupos de pesquisa quanto às técnicas apropriadas para a elaboração de um questionário e para a coleta de dados em campo. 1.3 Organização de seminários que possam dar o enquadramento interdisciplinar quanto à temática proposta.	1º período
2021/2	2. Segunda fase do Projeto	2.1 Realização do mini-curso ministrado por um membro do IBGE 2.2 Elaboração do questionário 2.3 Realização do Seminário interdisciplinar sobre “A ineficácia do art. 196 da Constituição Federal. Aspectos constitucionais, civis e administrativos”. O Seminário visa dar aos grupos de pesquisa o embasamento teórico relativo à temática abordada no projeto e será realizado pelos docentes membros do projeto. Prevê-se a participação dos discentes em painéis específicos. 2.4 Participação na ação global no Dia do Idoso, 1 de outubro, fornecendo assistência jurídica aos idosos do Parque do Idoso.	1º , 2º períodos
2022/1		3.1 Mesa Redonda sobre “A judicialização do direito à saúde do idosos”. Pretende-se organizar uma mesa redonda em que membros do Poder	1º , 2º e 3º. períodos

	3. Terceira Fase do Projeto	Judiciário possam dialogar sobre a temática. 3.2 Coleta de dados 3.1 Início da elaboração de artigo científico com o resultado do Projeto	
2022/2	4. Quarta Fase do Projeto (2/2019) - Elaboração do artigo científico		1º , 2º 3º e 4º . períodos

Projeto de Inovação Pedagógica do Curso

Tabela – Atividades de Inovação Pedagógica do Curso

Ano	INOVAÇÃO PEDAGÓGICA	Ações Desenvolvidas	Turmas envolvidas
2020	Diálogo Socrático	apresentação por parte do docente de uma refutação lógica de uma ideia apresentada como certeza e que não está totalmente sedimentada, onde os alunos irão se manifestar e questionar suas “crenças” e “valores” do mundo e da sociedade atual, da profissão de advogado, de suas decisões afetando pessoas, grupos e comunidades	1º e 2º períodos
2021	Simulação de audiências	Audiências simuladas onde serão debatidos e julgados casos concretos	3º e 4º períodos

Projetos de Extensão previstos para os primeiros anos do curso

A coordenação do curso junto com professores e alunos deverão apresentar e desenvolver projetos de Extensão baseados nas premissas da Política de Extensão e Responsabilidade Social.

Tabela - Atividades de Extensão Previstas para os Primeiros Anos do Curso

Ano	ATIVIDADE DE EXTENSÃO	Ações Desenvolvidas	Turmas envolvidas
2021/2	1. Primeira fase do Projeto PROJETO	1.1 Composição da equipe docente 1.2 Colaboração com o IBGE para a organização de um mini curso que possa treinar os integrantes dos vários grupos de pesquisa quanto às técnicas apropriadas para a elaboração de um questionário e para a coleta de dados em campo. 1.3 Organização de seminários que possam dar o enquadramento interdisciplinar quanto à temática proposta.	1º período
2022/1	2. Segunda fase do Projeto	2.1 Realização do mini-curso ministrado por um membro do IBGE 2.2 Elaboração do questionário 2.3 Realização do Seminário interdisciplinar sobre “A ineficácia do art. 196 da Constituição Federal. Aspectos constitucionais, civis e administrativos”. O	1º , 2º períodos

		Seminário visa dar aos grupos de pesquisa o embasamento teórico relativo à temática abordada no projeto e será realizado pelos docentes membros do projeto. Prevê-se a participação dos discentes em painéis específicos. 2.4 Participação na ação global no Dia do Idoso, 1 de outubro, fornecendo assistência jurídica aos idosos do Parque do Idoso.	
2022/2	3. Terceira Fase do Projeto	3.1 Mesa Redonda sobre “A judicialização do direito à saúde do idosos”. Pretende-se organizar uma mesa redonda em que membros do Poder Judiciário possam dialogar sobre a temática. 3.2 Coleta de dados 3.1 Início da elaboração de artigo científico com o resultado do Projeto	1º , 2º e 3º. períodos
2023/1	4. Quarta Fase do Projeto (2/2019) - Elaboração do artigo científico		1º , 2º 3º e 4º . períodos

Projetos de Atividades Complementares Previstos para os Primeiros Anos do Curso

A atividade complementar visa proporcionar a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com as fronteiras das disciplinas, conteúdo obrigatório e

complementador do perfil de egresso pretendido. Para isso, integrar conteúdos através de uma atitude que leve a postura interdisciplinar, atitude de busca, envolvimento, compromisso, reciprocidade diante do conhecimento é que se procura com estas atividades.

Atividades dinâmicas e voltadas a realidade em que o discente está inserido e com aderência ao curso. Percebe-se que são excelentes estimulantes para colocar em prática aquilo que aprendem com a teoria, dentro da sala de aula.

Tabela - Atividades Complementares Previstas para os Primeiros Anos do Curso

Ano	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	Ações Desenvolvidas	Turmas envolvidas
2021.2	Semana Pedagógica do Curso: “ O acesso do Idoso á justiça e à cidadania”	Palestras Apresentação dos resultados parciais do Papeeri, pelos alunos, realizado na comunidade. Mini cursos Oficinas	1º , 2º e 3º períodos
2021.1	Semana do Meio Ambiente: O Direito e a proteção do Meio Ambiente	Mini Cursos Palestras Oficinas Seminários	1º , 2º 3º e 4º períodos
2022.1	Semana do Meio Ambiente: “ O sujeito Ecológico e a sustentabilidade “	Mini Cursos Palestras Oficinas Seminários	1º período
2022.2	Semana Pedagógica do Curso: “As carreiras jurídicas sob uma perspectiva ética “	Palestras Apresentação dos resultados parciais do Papeerii, pelos alunos, realizado na comunidade. Mini cursos Oficinas	1º e 2º períodos

* demais atividades constam no Regulamento de Atividades Complementares

Projetos de Atividades Extracurriculares Previstos para os Primeiros Anos do Curso

Tabela – Projetos de atividades Extracurriculares Previstos para os Primeiros Anos do Curso

<table>
<tr><th>SEMESTRE</th><th>ATIVIDADES EXTRACURRICULARES</th><th>AÇÕES DESENVOLVIDAS</th><th>TURMAS ENVOLVIDAS</th></tr>
<tr><td>2021/2</td><td rowspan="4">- Workshop de Empregabilidade

- Palestras do NAPA
- Natal Solidário
- Escola de Líderes e Empreendedores</td><td rowspan="4">Serão desenvolvidas as seguintes atividades semestralmente:
- Workshop de empregabilidade: palestras de diferentes profissionais renomados e professores da área, mostrando as principais tendências do mercado;
- Palestras NAPA: por meio da equipe pedagógica e professores psicólogos diversos temas serão abordados como acessibilidade, depressão, ansiedade, dentre outros;
- Natal Solidário: por meio de uma palestra de um tema atual, os alimentos arrecadados serão doados para uma Instituição de Caridade selecionada semestralmente, com a entrega por meio dos alunos e coordenadores.
- A escola de Líderes e Empreendedores vista preparar lideranças e empreendedores na área.</td><td rowspan="4">Todos os períodos vigentes</td></tr>
<tr><td>2021/2</td></tr>
<tr><td>2021/2</td></tr>
<tr><td>2021/2</td></tr>
</table>

Projeto de Atividades Artísticas Culturais do Curso

Tabela – Projetos de Atividades Artísticas Culturais do Curso

Ano	ATIVIDADES ARTÍSTICAS CULTURAIS	Ações Desenvolvidas	Turmas envolvidas
2021	Julgamentos teatralizados	Realizar de forma teatral julgamentos de relevo para a História do Direito: o julgamento de Temístocles, a audiência do apóstolo Paulo, o julgamento das bruxas de Salém, o julgamento relativo ao caso Bushell.	1º períodos
2022	Documentário	Fazer um documentário sobre os patrimônios históricos do Estado.	1º , 2º 3º e 4º períodos

Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso

Tabela – Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso

ANO	PRÁTICAS EXITOSAS E INOVADORA DO CURSO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2021/2	Ciclo de Palestras	Durante o semestre a realização de Palestras Informativas e Educativas com abordagem dos temas e conteúdos atuais da área JURÍDICA e globais com especialistas e conhecedores das áreas e temáticas abordadas.	Todos os períodos vigentes
2021/2	Ciclo de Práticas/Simulações Realísticas	Definir em programação e calendário acadêmico que nas últimas semanas dos semestres sejam destinadas para a realização de ciclos de Práticas /Simulação Realísticas interligando as disciplinas do semestre.	Todos os períodos vigentes

1.2 OBJETIVOS DO CURSO

1.2.1 Objetivo Geral

De acordo com a RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018, o Curso de bacharelado em Direito objetiva formar bacharéis em direito com perfil generalista, que estejam preparados para o mundo do trabalho e que possuam uma postura crítica reflexiva frente aos desafios da sociedade, tendo sempre no horizonte as especificidades regionais dos saberes e da cultura local, estando a serviço da justiça compreendendo esta como um direito social, fundamental para o bom exercício da cidadania

1.2.2 Objetivos Específicos

Ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas; Interpretar e aplicação do Direito; Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e de outras fontes do Direito; Adequar a atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos; Utilizar corretamente a terminologia jurídica ou da Ciência do Direito; Utilizar o raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; Julgar e tomar decisões; Dominar as tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito

1.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

1.3.1 Perfil do egresso em consonância com as DCNs

Em acordo com o perfil profissional do egresso das Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Direito tem-se como perfil do egresso: O curso de graduação o em Direito deve assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

1.3.2 Competências e Habilidades Gerais

De acordo com a Diretriz Curricular Nacional do Curso de Graduação em Direito, a Resolução Nº 5, de 17 de dezembro de 2018, propõe que:

Art. 4º O curso de graduação em Direito deverá possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais, que capacitem o graduando a:

I - interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;

II - demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas teìcnico-juriìdicas;

III - demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;

IV - dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;

V - adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

VI - desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;

VII - compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

VIII - atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

IX - utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;

X - aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;

XI - compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;

XII - possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

XIII - desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e

XIV - apreender conceitos deontoloìgico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

1.3.3 Competências e Habilidades Específicas

E pretende desenvolver as seguintes competências e habilidades específicas:

I. Interpretar e aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, articulando o conhecimento teórico e o estudo de caso;

II. Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual e normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
III. Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídica com o objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do direito;
IV. Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de resolução de conflitos.
V. Compreender métodos interpretativos e da hermenêutica, com a necessária capacidade de pesquisa e de outras fontes do Direito;
VI. Ter competências para atuar em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
VII. Utilizar corretamente as terminologias e as categorias jurídicas, além do desenvolvimento das habilidades em idiomas estrangeiros, da aceitação da diversidade e do pluralismo cultural;
VIII. Possuir domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
IX. Desenvolver a capacidade para trabalhar em grupos formados por profissionais do direito ou de caráter interdisciplinar; e
X. Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

1.3.4 Planejamento para Ampliação do Perfil do Egresso para o Mundo do Trabalho

Nunca presenciamos em tão pouco tempo mudanças tão significativas na produção da vida material. Os modos de viver, de se comunicar, de estabelecer relações sociais, afetivas modificou-se de maneira substancial, com o advento de novas tecnologias que nos permitiram vencer distâncias sem sair do lugar.

Especialmente nas últimas duas décadas, toda essa mudança tem também alteraram de maneira bastante significativa as relações de trabalho e por consequentemente as maneiras de empregar a força de trabalho – o que chamamos de emprego ou empregabilidade foi aos poucos sendo substituído por uma nova terminologia, a saber - a trabalhabilidade. Estas mudanças contribuíram para alterar o mundo do trabalho, deslocando o foco do emprego para o trabalho, e os dados

estatísticos não nos deixam fugir a essa realidade, cada vez mais observamos a diminuição dos índices de emprego em escala mundial.

Assim, o que temos visto é uma nova configuração do mercado de trabalho, onde o mesmo se torna cada vez mais competitivo, exigente, flexível, adotando critérios e padrões cada vez mais altos para a seleção de pessoas, este novo momento testemunhado por todos, traz inúmeros desafios as instituições de Ensino Superior, pois se duas décadas atrás bastava quase que um diploma de graduação para que o emprego estivesse garantido, hoje, o porte de um diploma não é suficiente para a estabilidade de um posto de trabalho.

Nesta nova onda de mudanças também conhecida como a “terceira revolução industrial”, outras capacidades além do conhecimento técnico são necessárias para o ingressar e permanecer empregado, são estas competências novas e habilidades diversificadas que devemos observar no processo de formação dos nossos futuros egressos em todas as áreas do conhecimento.

O acompanhamento do egresso e sua condição de inserção no mundo do trabalho deve ser planejado prevendo a aceitação do nosso egresso a partir da oferta de cursos de graduação orientados para a formação de competências, de processos de avaliação da aprendizagem que sejam de captar a progressiva consolidação das mesmas na consolidação do Perfil do Egresso.

Todo esse esforço deve está aliado com um projeto de formação continuada que seja capaz de oferecer constantes formas de aprimoramento profissional, por meio dos cursos de aperfeiçoamento profissionais disponibilizados, além é claro de oportunidades de participar de oportunidade de novas graduações (segunda graduação) além de obter titulação em modernos cursos de pós-graduação, os quais deve estar alinhado as exigências formativas do mundo do trabalho.

Desta maneira se estabelece um cenário onde a formação teve necessariamente articular conceitos, habilidades e atitudes numa perceptiva prospectiva, ou seja, que o processo de formação inicial seja capaz de criar perspectiva de criação e de autonomia para cenários cada vez mais mutáveis e incertos.

Assim para o planejamento institucional que visa uma coerência entre o perfil do egresso e as necessidades do mundo do trabalho em uma perspectiva de

ampliação do mesmo em vista de novas necessidades emergentes, a instituição orienta que as atividades propostas no curso busquem:

- Tratar de atributos futuros do formando de um curso de graduação, ou seja – os perfis correntes referem-se a características de pessoas existentes em cujo desempenho se deseja espelhar;
- Observem os critérios de concretude, factibilidade e relevância, estabelecidos por MCLELLAND (1973) para que os descritores de comportamentos fossem realmente úteis ao mundo do trabalho;
- Relacionar-se com as atividades pedagógicas formativas, mormente comunicar-se com a taxonomia dos objetivos instrucionais de Bloom; e
- Descrever atributos complexos e flexíveis, exigência da competência intelectual da economia do conhecimento.

A partir destas orientações as atividades que serão planejadas deverão considerar:

- Projetos de formação continuada que permitam o contínuo aperfeiçoamento e ajuste do perfil do egresso com as necessidades emergentes do mundo do trabalho;
- Realização de pesquisas acerca da aderência dos nossos profissionais formados para identificar possíveis pontos de ajuste e/ou melhoria no perfil do egresso;
- Promover a continua interação entre os profissionais atuantes e referência em suas áreas, assim como conselhos fiscais e reguladores da profissão para que tenhamos uma maior integração entre as temáticas abordadas e as projeções profissionais que estes realizam.

1.4 ESTRUTURA CURRICULAR (LIBRAS- OBRIGATÓRIA PARA LICENCIATURAS E FONOAUDIOLOGIA)

1º período: Redação e linguagem jurídica – h; Metodologia do Trabalho Científico – 88h; psicologia jurídica – 66 h; Teoria do Direito – 88h; História do Direito – 88h. Subtotal – **352horas.**

2º período: Teoria Geral do processo 66 h; Direito Civil I- 66 h; Teoria Política e Fundamentos de Direito Eleitoral - 66h Direito Empresarial 66h; Direito Ambiental – h. Subtotal – **330 horas.**

3º Período: sociologia e Antropologia 88h**-**Direito Civil II 66h; Direito Direito Penal I 66h; Direito Administrativo I 66 h; Direito Constitucional I - 88h. Subtotal – **352 horas.**

4º Período: Filosofia e Ética aplicada 66h- Direito Administrativo II - 66h Direito Civil – II – Obrigações - 66h; Direito Penal II – 66h; Direito Processual Civil I – 66h Direito Constitucional II - 88h. Subtotal – **330 horas.**

5º Período: Direito Civil III – Contratos - 66h; Fundamentos de Economia 66h- Direito Penal III - 66h; Direito Tributário - 66h Direito Processual Civil II – 66h. Subtotal – **330 horas.**

6º Período: Direito Penal IV - 66h; Direito Civil IV - Contrato em Espécie - 66h; Direito Financeiro - 66h; Legislação Especial – 66h; Direito Processual Civil III - 66h. Subtotal – **330horas.**

7º Período: Direito Civil V – Direitos Reais **–** 66h; Direito Individual do Trabalho - 66h; Direito Processual Civil IV - 66h; Pratica Jurídica Simulada I – Civil - 66h; Direito Processual Penal I - 66h; Estágio Supervisionado I - 100h. Subtotal – **430horas.**

8º Período: Direito VI - Família - 66h; Direito Coletivo do Trabalho e Previdenciário – 66h; Direito Processual do Trabalho 66h; Prática Jurídica Simulada II – Penal - 66h; Direito Processual Penal II - 66h; Estagio Supervisionado II - 100h.Subtotal - **430 horas.**

9º Período: Direito Civil VII – Sucessões - 66 h; Direitos Humanos - 66h;Prática Jurídica Simulada III – Trabalho - 66h; Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - 66h; Trabalho de Conclusão de Curso I - 66h, Estágio Supervisionado III - 50h. Subtotal - **380 horas.**

10º período: Direito das Relações de consumo – 66h; Direito Internacional - 66h; Optativa - 66h; Direito Digital-66 h; Trabalho de Conclusão de Curso II – 66h; Estagio Supervisionado IV - 50h. Subtotal - **380 horas.**

Disciplinas Optativas: Direito Notarial e Registral – 66h; Linguagem Brasileira de Sinais – Libras – 66h; Relações Étnicos Raciais e Afrodescendência – 66h; Tópicos Especiais; English for the Job Market – 66h; Direito Urbanístico –88h; Direito Municipal 66 h; ; Direito Agrário- 66h ; Direito Cibernético – 66 Direito Portuário- 66 h Desafio Jurídicos Nacionais e loco regionais - 66h

Resumo do Curso de Graduação em Direito:

Disciplinas presenciais – 2640 h
Disciplinas em EAD 19,1% - 726 h
Atividades Complementares:200h
Estagio Supervisionado Obrigatório: 300h

Carga Horaria Total: 3800h

1.4.1 Elementos Inovadores da Estrutura Curricular

Quando falamos de elementos inovadores da estrutura curricular, estamos tratando sobretudo de currículo, e o currículo, na dimensão que assumimos, não representa apenas a sequência dos componentes curriculares, mas comumente chamados de disciplinas, dentro de uma organização hierarquizada de atendem ao modelo disciplinar. Para falar de inovação ou de elementos inovadores da estrutura curricular é preciso falar de currículo como uma articulação de conhecimentos, saberes e competências que incluem também as experiências, vivências e valores apresentados de maneira integrada, orientada para a formação de competências previstas no perfil do egresso.

Nesta perspectiva um fator fundamental nesta dimensão de inovação curricular, é a construção de uma prática curricular, onde professores especialistas saiam de dentro dos muros da sala de aula e comecem a incluir em seus programas temáticas de estudo que estejam articuladas com a realidade do seu entorno, como por exemplo: as mudanças que estão se operando, as necessidades atuais da população, o mercado de trabalho e as novas exigências das carreiras profissionais, bem como as

representações e os contatos com a realidade, principalmente por meio da curricularização da extensão.

Alguns avanços já foram produzidos em termos de inovação na estrutura curricular dos cursos de graduação da IES, assim algumas propostas já estão sendo implantadas no âmbito de todos os cursos de graduação do nossa Instituição.

Inserção de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, como mediadora do processo ensino-aprendizagem e Inserção de disciplinas ministradas a distância, além disso temos ofertado algumas disciplinas que abordam temáticas instrumentais e transversais na grade curricular, como por exemplo:

- Ethics, Sustentabilityand RigthsHuman
- Englishofthe Market Job
- Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS
- Tópicos Especiais

Outros processos tem sido incluídos como estratégias inovadoras na estrutura Curricular dentre elas podemos citar ainda novas e diversificadas formas de aproveitamento de competências desenvolvidas em contexto externos a academia, além da presença cada vez maior de elementos virtualizados de ensino, o que confere maior flexibilidade de tempo além de conferir a possibilidade de ampliação das oportunidades educacionais com inúmeras possibilidades de ampliação das maneiras de se construir conhecimento.

Tomando como referência os estudos de Daniel Romão da Silva, em seu texto Currículos Inovadores no Ensino Superior (2019), a figura abaixo inspira os movimentos de inovação curricular por mós adotados, a saber:

Figura 1 – Princípios para a inovação curricular

Fonte: adaptado de Gesser e Ranghetti (2011).

Nesta perspectiva, na IES algumas iniciativas de organização e trato da estrutura curricular vem sendo praticada, dentre elas destacamos:

- A Interdisciplinaridade e a Transversalidade como proposta epistemológica a partir do desenvolvimento de projetos.
- A inserção cada vez maior da interlocução dos conteúdos curriculares com o contexto profissional, de maneira precoce e permanente;
- A pesquisa como princípio educativo, articulada ao ensino e a extensão ´
- A articulação constante entre teoria e prática
- A flexibilização curricular por meio da assimilação e novas formas de aproveitamento de competências adquiridas fora da instituição e também a articulação entre presencialidade e virtualização por meio de componentes curriculares a distância ou incorporação de atividades virtuais no currículo presencial.

Políticas de ensino de pós-graduação lato sensu

Sendo a pós-graduação que subsidia mais proximamente o desenvolvimento das pesquisas, que devem ser ampliadas, qualificadas e internacionalizadas, assim, é fundamental a ampliação do financiamento de suas atividades. Outro desafio é aumentar a inserção docente nos programas ofertados.

Os projetos pedagógicos dos cursos de pós-graduação Lato Sensu devem ser aprovados pelo Colegiado de Curso, e homologado pelo Conselho Maior da

Instituição, garantindo aos Coordenadores de Curso e corpo docente a participação no planejamento da oferta de cursos de pós-graduação.

Os cursos de pós-graduação apresentam-se articulados ao ensino de graduação, tendo em vista estabelecer a possibilidade de aprofundamento de estudos dos nossos alunos em diferentes níveis (especialização, mestrado e doutorado).

Depois de implantados os Cursos de pós-graduação são acompanhados e avaliados sistematicamente pela Coordenação de pós-graduação, a qual promoverá a avaliação dos currículos e a atualização da proposta pedagógica dos mesmos, para o alcance de padrões excelentes de qualidade.

A relação de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, bem como a programação de oferta na vigência deste PDI, se encontra nos quadros apresentados a seguir, e seguirá a nota técnica 509/2015 e a resolução n. 1/2007.

A Política de Pós-Graduação Lato Sensu, deve ser executada por meio dos seguintes Programas:

- **PEFC:** Programa de estimulo à formação contínua, por meio de bolsas e descontos: Funcionários, egresso (10%), ENADE (50% a 100%), mérito acadêmico (50%, 75% e 100% por curso e semestre), consanguíneo (10%), grupo IME (10%).

- **Programa de Qualidade de Ensino e Inovação Pedagógica:** planejamento, atualização curricular, elaboração de material didático, avaliação formativa e somativa, acompanhamento e avaliação dos cursos, oferta de componentes curriculares à distância, oferta de pós-EAD.

- **Programa de Acompanhamento ao Egresso da Pós-graduação:** Onde serão acompanhados os egressos da pós-graduação nas suas conquistas no mercado a partir de reuniões anuais, bem como incentivar na formação continuada em busca do mestrado e doutorado.

- **Programa de Apoio ao Discente da Pós-graduação:** psicopedagógico, atividade extraclasse, representatividade discentes, apoio financeiro por meios de programas e descontos, internacionalização e mobilidade acadêmica, ouvidoria, portal acadêmico.

É objetivo da Pós-graduação Lato Sensu:

- Aprofundar o conhecimento em áreas determinada ou em áreas afins do saber, proporcionando o desenvolvimento de competências e habilidades que venham a contribuir para a adequação profissional às necessidades do mercado de trabalho, consolidando assim os estudos realizados em nível de graduação.

Políticas de ensino de pós-graduação stricto sensu

No que compete à modalidade *stricto sensu* a IES pretende passar a ofertar primeiro por meio de convênio interinstitucional e depois por processos próprios, cursos de Mestrado e Doutorado nas áreas de:

- Saúde;
- Educação;
- Gestão;
- Tecnologia;
- Humanas;
- Biológicas;
- Exatas.

Em acordo com o que determina a CAPES os Programas de Mestrado e Doutorado tem a sua importância apresentam como finalidades dos Programas de Pós-Graduação “stricto sensu”:

- Proporcionar o aprimoramento em diferentes áreas do saber, visando a oferecer ao aluno elevado padrão técnico, científico e profissional;
- Desenvolver um ambiente de incentivo à produção de conhecimento, através do ensino e da pesquisa na IES;
- Formar recursos humanos que atendam às exigências de qualificação e expansão do ensino superior e da pesquisa.

Estes Programas devem ainda se apresentar articulados a graduação, tendo em vista a verticalização e o aprofundamento das áreas de conhecimento onde a IES atua. Os cursos de mestrado e doutorado futuros da IES buscarão ser uma alternativa de aperfeiçoamento e de acadêmico do recém-graduado e dos próprios profissionais da instituição, haja vista a histórica escassez desse tipo de formação no norte do país.

Esta busca de ampliação de oportunidades de pós-graduação está, no nosso do Amazonas, ligada a criação de novos cursos stricto sensu para profissionais que demandam requalificação de alto nível, porque dela depende a manutenção do profissional no mercado, o desenvolvimento de todo um setor empresarial ou a prestação de melhores serviços ao segmento social correspondente à área do conhecimento.

O desafio de ter que atender ou buscar atender a uma demanda muito grande, que procura qualificação em Instituição de alto nível, envolve não apenas o profissional recém-formado, mas também o profissional que está atuando num mercado cada vez mais exigente. Esses profissionais sabem que precisam se qualificar para poder acompanhar as vertiginosas transformações da ciência e da tecnologia, o que nos faz acreditar que estaríamos dando uma grande contribuição para a nossa região ao nos lançarmos ao desafio de propor e ofertar este nível de formação.

Assim a Pós-Graduação *Stricto Sensu* da IES, tem como política, o fortalecimento da formação continuada por meio da pesquisa e aperfeiçoamento profissional, conforme as linhas de pesquisas institucionais, devendo ser operacionalizada mediante os seguintes programas:

Projeto:

- **PEFC:** Projeto de Estimulo a Formação Continuada, por meio de bolsas e descontos: Funcionários, egresso, consanguíneo, Grupo IME.

É objetivo da Política de Ensino para Pós-Graduação Stricto Sensu:

- Promover a formação continuada em nível de mestrado e doutorado acadêmico e profissional, para atuar na pesquisa e no ensino superior com finalidade didática, científica ou tecnológica, tendo em vista a produção, ampliação e difusão de

conhecimentos por meio de parcerias acadêmicas e científicas com programas congêneres oferecidos por instituições de ensino superior brasileira e estrangeiras.

1.4.2 Matriz Curricular com Quadro de Optativas e Quadro Resumo do Curso

MATRIZ CURRICULAR

DIREITO

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

DIREITO	
1° Período	**CH**
Redação e Linguagem Jurídica	66
Metodologia do Trabalho Cientifico (EAD)	88
Psicologia Jurídica	66
Teoria do Direito	66
História do Direito	66
Sub-Total	**352**
2° Período	**CH**
Teoria Geral do Processo	66
Direito Civil I – Parte Geral	66
Teoria Política e Fundamentos de Direito Eleitoral	66
Direito Empresarial (EAD)	66
Direito Ambiental	66
Sub-Total	**330**
3° Período	**CH**
Sociologia e Antropologia (EAD)	88
Direito Civil II – Obrigações	66
Direito Penal I	66
Direito Administrativo I	66
Direito Constitucional I	66
Sub-Total	**352**
4° Período	**CH**
Filosofia e Ética Aplicada (EAD)	66
Direito Administrativo II	66
Direito Penal II	66
Direito Processual Civil I	66
Direito Constitucional II	66
Sub-Total	**330**
5° Período	**CH**

Direito Civil III – Contratos	66
Fundamentos de Economia (EAD)	88
Direito Penal III	66
Direito Tributário	66
Direito Processual Civil II	66
Sub-Total	**352**
6° Período	**CH**
Direito Penal IV	66
Direito Civil IV – Contratos em Espécie	66
Direito Financeiro	66
Legislação Especial(EAD)	66
Direito Processual Civil III	66
Sub-Total	**330**
7° Período	**CH**
Direito Civil V – Direitos Reais(EAD)	66
Direito Individual do Trabalho	66
Direito Processual Civil IV	66
Prática Jurídica Simulada I - Civil	66
Direito Processual Penal I	66
Estágio Supervisionado I	100
Sub-Total	**430**
8° Período	**CH**
Direito Civil VI- Família	66
Direito Coletivo do Trabalho e Previdenciário(EAD)	66
Direito Processual do Trabalho	66
Prática Jurídica Simulada II – Penal	66
Direito Processual Penal II	66
Estágio Supervisionado II	100
Sub-Total	**430**
9° Período	**CH**
Direito Civil VII – Sucessões	66

Direitos Humanos	66
Prática Jurídica Simulada III – Trabalho	66
Métodos consensuais de solução de conflitos	66
Trabalho de Conclusão de Curso I	66
Estágio Supervisionado III	50
Sub-Total	**380**
10° Período	**CH**
Direito das Relações de Consumo (EAD)	66
Direito Internacional	66
Optativa	66
Trabalho de Conclusão de Curso II	66
Direito Digital	66
Estágio Supervisionado IV	50
Sub-Total	**380**
Optativas	**CH**
Direito Notarial e Registral	66
Língua Basileira de Sinais - LIBRAS	66
Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência	66
Tópicos Especiais	66
English for the Job Market	66
Direito Urbanístico	66
Direito Municipal	66
Direito Agrário	66
Direito Cibernético	66
Direito Portuário	66
Desafio Jurídicos Nacionais e locorregionais	66
RESUMO DO CURSO	
Disciplinas Presenciais	**2640**
Disciplinas em EAD 19,1%	**726**
Atividades Complementares	**200**
Estágio Supervisionado Obrigatório	**300**
Carga Horária Total	**3.866**

1.4.3 Ementário e Bibliografias das Disciplinas Obrigatórias e Optativas

1º PERÍODO

REDAÇÃO E LINGUAGEM JURÍDICA

EMENTÁRIO: Comunicação Jurídica. Características do discurso normativo: enunciação e discurso. Tipologias discursivas: descrição, narração e dissertação. O emprego textual do vocabulário jurídico. O discurso jurídico e a prática forense. Estruturas linguísticas das peças judiciais e dos instrumentos jurídicos. Retórica. Lógica Jurídica. Argumentação e discurso. O discurso judicial e ciência do direito. Eloquência e Oratória Jurídica. Estilística. A interpretação do Direito e o papel da linguagem. Regras de interpretação, leitura e linguagem dos textos legais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, Eduardo C. B. Linguagem jurídica. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PETRI, Maria José Constantino. Manual de linguagem jurídica. 3.ed. São Paul: Saraiva, 2017

SABBAG, Eduardo de Moraes. Manual de português jurídico. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RODRIGUES, Victor Gabriel. Argumentação jurídica: técnicas de persuasão e lógica informal. 6.ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2015

DAMIÃO, Regina Toledo. Curso de português jurídico. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Direito, retórica e comunicação: para uma pragmática do discurso jurídico. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2015

CAMPESTRINI, Hildebrando; FLORENCE, Ruy Celso Barbosa. Como redigir petição inicial. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. Português forense: língua portuguesa para o curso de direito. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2018

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

Ementário: A ciência e seu método. Introdução ao pensamento científico. A importância do ato de ler. O estudo de textos teóricos. A pesquisa científica: técnicas básicas, importância e tipos. O trabalho científico: tipos e elementos constitutivos. Normalização técnico-científica. O projeto de pesquisa. A Normatização de Trabalhos Acadêmicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24.ed. São Paulo: Cortez, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AQUINO, Italo de Souza. Como escrever: artigos científicos. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean von. Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: prática de fichamentos, resumos, resenhas. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2019

SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 12.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

PSICOLOGIA JURÍDICA

EMENTA: Características do desenvolvimento da personalidade e processo de socialização. Convivência em grupo e relações humanas. Motivação e exercício profissional. O fator humano dentro do contexto psicossocial. A psicologia e sua relação com o campo jurídico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. Psicologia jurídica. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2020.

JESUS, Fernando de. Psicologia aplicada à justiça. 4.ed. Goiânia: AB, 2016.

MIRA Y LOPEZ, Emilio. Manual de psicologia jurídica. São Paulo: Edijur, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PINHEIRO, Carla. Manual de psicologia jurídica. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2019

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; AYRES, Lygia Santa Maria; NASCIMENTO, Maria Livia do. (Orgs.) Pivetes: encontros entre a psicologia e o judiciário. Curitiba: Juruá, 2014.

GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo. Psicologia jurídica no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2014.

CRUZ, Roberto Moares; MARTINS, Simone; BEIRAS, Adriano. Reflexões e experiências em psicologia jurídica: no contexto criminal e penal. São Paulo: Vetor, 2012.

ZIMERMAN, David; COLTRO, Antônio Carlos Mathias; BIZI, Idete Zimerman. (Orgs.) Aspectos psicológicos na prática jurídica. 4.ed. São Paulo: Millennium, 2018.

TEORIA DO DIREITO

EMENTA: Introdução à epistemologia jurídica: do conhecimento ao conhecimento científico. Objeto e finalidade da introdução ao estudo do Direito. O Direito no Universo dos Valores e no Universo da Cultura. Direito no quadro das Ciências Afins. O Direito e a Moral. Zetética e Dogmática. Aproximação à ideia de Direito: Jusnaturalismo, Positivismo Jurídico e o Pós-Positivismo Jurídico.

Estrutura Tridimensional do Direito. Escola Crítica. Direito Alternativo. A Organização da sanção e o papel do Estado. Sanção e Coação. Teoria da Norma Jurídica. Estrutura, característica, atributos e classificação. Princípios como norma. Teoria das Fontes do Direito. Teoria da Relação Jurídica (Sujeitos de Direito; Direito Subjetivo e Objetivo; Fato, Ato e Negócio Jurídico; Dever Jurídico; Ilícito, responsabilidade jurídica. Sanção, Coação e Coercibilidade). Teoria do ordenamento jurídico. Teoria do Direito Intertemporal. Os Sistemas Jurídicos: Multiplicidade das Ordens Jurídicas. Teoria da Interpretação e Hermenêutica Jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MONTORO, Franco. Introdução à ciência do direito. 34.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 43.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

REALE, Miguel. Lições preliminares do direito. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARMELSTEIN, Curso de Direitos Fundamentais. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2019

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GARCIA, Gustavo Felipe Barbosa. Introdução ao estudo do direito. 6.ed. São Paulo: Método, 2018

VENOSA, Sílvio de Salvo. Introdução ao estudo do direito. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2019

DIMOULIS, Dimitri. Manual de introdução ao estudo do direito. São Paulo: RT, 2019

HISTÓRIA DO DIREITO

EMENTA: O A Pré-História do Direito: direitos arcaicos (fontes, características). O Direito e a História. O Direito nas Primeiras Civilizações: egípcios, babilônicos, hebreus, islâmicos, persas e hindus. O período Helênico e a Idéia de Justiça. Importância da Filosofia. Organização sócio-política. A Evolução e Declínio da

Democracia e seus legados. O Direito Romano. Evolução Constitucional. O Direito interno: a cidade e a família (status). O Direito Romano: Evolução das fontes do Direito. O Saber Prudencial. A formação do Direito como ciência prática. O Direito Medieval. Particularismo e Assistematização de fontes, o Medievo Europeu. O renascimento dos estudos do direito romano. O direito canônico. O Direito e o Estado Moderno: Constitucionalismo e Codificação civil. O Direito na sociedade capitalista. História do Direito do Brasil: período das ordenações e codificações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Moreira. Direito romano. 19.ed. São Paulo: Forense, 2019.

WOLKMER, Antônio Carlos. Fundamentos da história do direito. 10 ed. São Paulo: Del Rey, 2019.

PALMA, Rodrigo Freitas. História do Direito. 8.ed. São Paulo: Saraiva JUR, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SCALQUETTE, Rodrigo Arnoni. História do direito: perspectivas histórico-constitucionais da relação entre estado e religião. São Paulo: Atlas, 2013

WOLKMER, Antônio Carlos. História do direito no Brasil: tradição no Ocidente e no Brasil. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

BITTAR, Eduardo C. B. História do direito brasileiro: leituras da Ordem Jurídica Nacional. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2017

CASTRO, Flávia Lages de. História do direito geral e do Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017

PALAIA, Nelson. Noções essenciais de direito. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

2º PERÍODO

TEORIA GERAL DO PROCESSO

EMENTA: Noções introdutórias e históricas. Conceitos jurídicos fundamentais processuais. Jurisdição. Direito processual. Ação. Relação processual. Princípios processuais. Meios extrajudiciais de resolução de conflitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVIM, José Eduardo Carreira. Teoria geral do processo. 23.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

CINTRA, Antonio Carlos Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrine; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. 32.ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre; PEDRON, Flávio Quinaud. Teoria Geral do Processo. Salvador: JusPodivm, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SOUZA, André Pagani; CARACIOLA, Andrea Boari; ASSIS, Carlos Augusto de [et.al.] Teoria Geral do Processo Contemporâneo. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

FUX, Luiz. Teoria Geral do Processo Civil. 3.ed. São Paulo: Forense, 2019

LEAL, Rosemiro Pereira. Teoria Geral do Processo: primeiros estudos. 14.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

TESHEINER, José Maria Rosa; THAMAY, Rennan Faria Kruger. Teoria geral do Processo. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

RODRIGUES, Horácio Wanderley; LAMY, Eduardo de Avelar. Teoria Geral do Processo. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

DIREITO CIVIL I – PARTE GERAL

EMENTA: Teoria Geral do Direito Civil. Sistema do Código Civil Brasileiro: civil Law x common law. Relação Jurídica: elementos internos e externos. Sujeitos da relação jurídica: pessoa natural e pessoa jurídica. Do Domicílio. Objeto: dos bens e sua classificação. Dos Fatos, Atos e Negócios Jurídicos. Forma dos Atos Jurídicos. Prova dos Atos Jurídicos. Negócio Jurídico: elementos, defeitos, provas e modalidades. Negócio jurídico: teoria das invalidades. Atos ilícitos. Prescrição e decadência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil. v.1. 37.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil: parte geral. v.1. 22.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil: lei de introdução e parte geral. v.1. 16.ed. São Paulo: Forense, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TARTUCE, Manual de direito civil: volume único.10.ed. São Paulo: Método, 2020

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil esquematizado: parte geral, obrigações e contratos. v.1. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Manual de direito civil: volume único. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2020

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: introdução ao direito civil – Teoria Geral do direito civil. v.1. 33.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

VENOSA, Silvio de Sávio. Direito civil: parte geral. v.1. 20.ed. São Paulo: Atlas, 2020.

TEORIA POLÍTICA E FUNDAMENTOS DE DIREITO ELEITORAL

EMENTÁRIO: TGE e CP Conceitos Básicos. Ideia do político na História. Teorias Políticas sobre o Estado Moderno. Formas de Estado e Federalismo. Formas e Regime de Governo: Parlamentarismo e Presidencialismo. Partidos Políticos. A realidade do Estado no Brasil. Sistema econômico e formas de governo. O liberalismo, o socialismo moderno. A democracia. O Estado e a economia. Estado absoluto. Estado, Objetividade Científica e Positivismo. Direitos e Deveres Fundamentais dos Estados. Intervenção de Estados. Responsabilidade dos Estados. A República Federativa do Brasil. Noções de Cidadania. Tendências Atuais Sobre a Concepção e Função do Estado. Noções gerais de direito eleitoral. Os Regimes Políticos e a Participação Popular. A Teoria de Representação. Os Partidos Políticos. Os Partidos e a Escolha do Governante. Os Partidos e a Representação da Opinião Pública. Os Sistemas Eleitorais. O Voto e as Distorções. A Igualdade Eleitoral e o Acesso ao Poder. Propaganda Política. Elegibilidade e Inelegibilidade. Suspensão e Cassação dos Direitos

Políticos. Direito Eleitoral Comparado. O Direito Eleitoral no Brasil. A Justiça Eleitoral. Crimes Eleitorais. Os recursos em Matéria Eleitoral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Roberto Moreira. Curso de Direito Eleitoral. 14.ed. Salvador: JUSPODIVM, 2020.

MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. 35.ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

CUNHA, Paulo Ferreira. Teoria geral do estado e ciência política. São Paulo: Saraiva, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VELLOSO, Carlos Mário da Silva; AGRA, Walber de Moura. Elementos de direto eleitoral. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2020

BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado. 33.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

ALMEIDA, Roberto Moreira de. Curso de direito eleitoral. 14.ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

PINHEIRO, Igor Pereira. Legislação criminal eleitoral comentada: aspectos materiais e processuais. Salvador: JUSPODIVM,2018

DIREITO EMPRESARIAL

EMENTÁRIO: Conceitos Fundamentais da Empresa. Teorias. Histórico. Direito Societário. Sociedades não personificadas. Sociedades personificadas. Sociedades limitadas. Sociedades anônimas. Sociedade em comandita simples e por ações. Sociedade em nome coletivo. Microempresas e empresas de pequeno porte. Propriedade Industrial. Marcas. Patentes. Direito Cambiário. Títulos de crédito histórico. Princípios. Classificação. Aceite. Endosso. Aval. Protesto. Letra de Câmbio. Nota promissória. Duplicata. Conhecimento de depósito. Conhecimento de transporte. Títulos de crédito impróprios. Ação cambial.

Proteção ao crédito. Insolvência. Falência. Recuperação judicial e extrajudicial. Liquidação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAGAS, Edilson Enedito das. Direito empresarial esquematizado. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2020

SANTA CRUZ, André. Direito empresarial. Volume único. 10.ed. São Paulo: Método, 2020

COELHO, Fabio Ulhoa. Manual de direito comercial: direito de empresa. 31.ed. São Paulo: RT, 2020

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VENOSA, Silvio de Salvo; RODRIGUES, Cláudia. Direito empresarial. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2020

MAMEDE, Gladston. Direito societário: sociedades simples e empresárias. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2020 (Coleção Direito empresarial brasileiro).

_____. Títulos de crédito. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2019 (Coleção Direito empresarial brasileiro).

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. 21.ed. São Paulo: Atlas, 2020.

TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial. v.1 (Teoria geral e direito societário) 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2020

DIREITO AMBIENTAL

EMENTÁRIO: A crise ambiental e a formação do Direito Ambiental internacional e nacional. Princípios de Direito Ambiental. Proteção do meio ambiente na Constituição Federal. Repartição de competências em matéria ambiental. Política Nacional do Meio Ambiente. Instrumentos de Política Ambiental: Zoneamento Ecológico-Econômico. Padrões de Qualidade Ambiental. Avaliação de impactos ambientais – EIA/RIMA e licenciamento ambiental. Tutela do Risco. Responsabilidade civil ambiental: o dano ambiental e a sua reparação. Infrações administrativas e crimes ambientais. Termos de compromisso e ajustamento de conduta – TAC. Tutela jurídica da biodiversidade e florestas: o Sistema Nacional

de Unidades de Conservação – SNUC e o Código Florestal. Compensação Ambiental. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Direito de Águas. Ar e Atmosfera.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 21.ed. São Paulo: Atlas, 2020.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 20.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

THOMÉ, ROMEU. Manual de Direito Ambiental. 10.ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; FERREIRA, Renata Marques. Tutela jurídica do patrimônio cultural brasileiro em face do direito ambiental constitucional. São Paulo: Lumen Juris, 2018.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. Manual de Direito Ambiental. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Curso de direito ambiental. São Paulo: Forense, 2020

MILARÉ, Édis. Direito do ambiente. 12.ed. São Paulo: RT, 2019.

BRITO, Luis Antonio Monteiro D.; FONSECA, Luciana Costa da. Direito ambiental brasileiro. São Paulo: Lumen Juris, 2020

3º PERÍODO

SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

EMENTÁRIO: Estudo do Direito sob o ponto de vista antropológico: A natureza da ação jurídica. Análise de processos, resoluções, disputas e situações de conflito em diferentes sociedades e/ou contextos culturais específicos e diferenciados, a partir da perspectiva interpretativa. Fundamentos da Sociologia do Direito. Condição social do homem – contexto histórico da Sociologia. Sociologia como

ciência da sociedade industrial – estratificação social-mobilidade social – sociedade civil e sociedade política – fetiche da forma jurídica. Investigação do papel do direito como instrumento de organização, controle e direção social, mediante o exame de suas categorias, procedimentos e instituições.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SOARES, Ricardo Maurício Freire. Sociologia e antropologia do direito. São Paulo: Saraiva, 2019

SABADELL, Ana Lúcia. Manual de sociologia jurídica: Introdução à uma leitura externa do direito. 7.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

SCURO NETO, Pedro. Sociologia geral e jurídica: a era do direito cativo. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARNIO, Henrique Garbellini. Direito e antropologia. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2020

ROCHA, José Manuel de Sacadura. Antropologia jurídica geral e do Brasil. 5.ed. Salvador: Juspodvim, 2018

PALMA, Rodrigo Freitas. Antropologia jurídica. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2018

SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUEZ, José Rodrigo (Coords.) Manual de sociologia jurídica. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVA, Enio Waldir da. Sociologia Jurídica. 2.ed. Rio Grande do Sul: UNIJUI, 2017.

DIREITO CIVIL II – OBRIGAÇÕES

EMENTÁRIO: Introdução ao Direito das Obrigações. Noção, estrutura e função das obrigações. Modalidades das obrigações. Cumprimento da obrigação: pagamento direto e indireto. Transmissão das obrigações. Responsabilidade Civil contratual: Inadimplemento absoluto e mora (arts. 389 a 420 do CC). Cláusula penal, “Astreinte” e Arras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAGLIANO, Pablo Stolze-Pamplona Filho, Rodolfo. Novo curso de direito civil: obrigações. v.2 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

Azevedo, Álvaro Villaça. Curso direito civil: Teoria geral das obrigações e responsabilidade civil. v.2 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Tartuce, Flávio. Direito civil: direito das obrigações e responsabilidade civil. v.2. 15 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. v. 2. 35.ed. São Paulo: Saraiva, 2020

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. v.2. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

LOBO, Paulo Luiz Neto. Direito civil: obrigações. v.2. São Paulo: Saraiva, 2020

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: teoria geral das obrigações. v.2. 32.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: obrigações e responsabilidade civil. v.2. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2020.

DIREITO PENAL I

EMENTÁRIO: Direito penal: considerações gerais: conceito; nomenclatura; características; concepção da aplicação da Lei Penal: Interpretação. Princípios. .Lei Penal no tempo. Lei Excepcional ou Temporária. Tempo do crime. Territorialidade. Lugar do crime. Extraterritorialidade; Pena cumprida no estrangeiro Eficácia de sentença estrangeira. Contagem de prazo. Frações não computáveis da pena. Legislação especial. Do crime: Relação de causalidade. Crime consumado. Tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime Impossível. Tipicidade: fato típico. Classificação. Exclusão da conduta. Relação de causalidade. Crime consumado. Tentativa Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Antijuridicidade: conceito; sistemas; exclusão da ilicitude; Culpabilidade: conceito; sistemas; espécies; crime doloso; crime culposo; erro sobre elementos do tipo; erro sobre a ilicitude do fato; coação irresistível e obediência hierárquica. Da imputabilidade penal: conceito; espécies;

imputabilidade; inimputabilidade. Do concurso de pessoas: conceito;espécies; circunstâncias incomunicáveis; imputabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

QUEIROZ, Paulo. Direito penal: parte geral. v.1. 14.ed. Salvador: Juspodivm, 2020

GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte geral. v.1. 22.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito penal: parte geral. v.1. 4.ed. São Paulo: Método, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MASSON, Cleber. Direito penal: parte geral (Arts. 1 ao 120) v.1. 14.ed. São Paulo: Método, 2020

ZAFFARONI, Eugênio Raul; BATISTA, Nilo. Direito penal brasileiro: teoria geral do direito penal v.1. 4.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

GOMES. Luiz Flavio Gomes; BIANCHINI, Alice. DAHER, Flávio. Curso de direito penal: parte geral (arts. 1 ao 120) v.1. Salvador: Juspodivm, 2016

PRADO. Luiz Regis. Tratado de direito penal: parte geral. v.1. 3.ed. São Paulo: Forense, 2019.

SANTOS, Juarez Cirino dos. Direito penal: parte geral. 9.ed. São Paulo: Tirant Brasil. 2020.

DIREITO ADMINISTRATIVO I

EMENTÁRIO: Direito Administrativo: conceito e posição enciclopédica. Princípios norteadores. O ato administrativo: conceito, elementos, classificação, extinção, alteração, suspensão. O contrato administrativo: as licitações, concorrência pública, tomada de preços, convite. Concurso. Leilão. Conceito, formação, execução. Modificação, extinção e nulidade do contrato administrativo. Dos agentes administrativos. Agentes funcionários e não funcionários. Direito e processo disciplinar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 33.ed. São Paulo: Forense, 2020.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 34.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

MARINELA, Fernanda. Direito administrativo. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 28.ed. São Paulo: Método, 2020

CAMPOS, Ana Claudia. Direito Administrativo facilitado. São Paulo: Método, 2019

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

COUTO FILHO, Renaldo de Souza. Curso de direito administrativo. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2020

PESSOA, Robertônio. Direito Administrativo. 4.ed. São Paulo: Lumen Juris, 2020

DIREITO CONSTITUCIONAL I

EMENTÁRIO: Teoria do Poder Constituinte. Tipologia. História do Constitucionalismo Brasileiro. A Estrutura formal, material e principiológica da Constituição de 1988. A forma do Estado Brasileiro. Formas e Sistema de Governo. A Constituição de 1988 e os tipos de democracia. Direito Constitucional, Direitos Fundamentais. Panconstitucionalismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AFONSO, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 43 ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz (Coords.) Comentários à Constituição do Brasil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (Série IDP).

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 41. ed. São Paulo. Saraiva, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 35.ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os Conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional esquematizado. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

Constituição Federal (atualizada ate a EC n.105/2019). 12.ed. São Paulo: Manole, 2020

MASSON, Nathalia. Manual de Direito Constitucional. 8.ed. Salvador: Juspodivm, 2020

4° PERÍODO

FILOSOFIA E ÉTICA APLICADA

EMENTÁRIO: Ética como Filosofia. Ética como Moral. A Relação da Ética com a Moral e o Direito. Conceito. Objeto. Campo de Atuação. Senso Moral. Consciência Moral. Ato Moral. Moralidade, Imoralidade e Amoralidade. Conceito de Filosofia do direito. Tendências filosóficas atuais em Filosofia do Direito. Ética profissional aplicada. Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. Ética do Advogado: Legislações pertinentes. Ética e Magistratura. Ética e Ministério Público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADEODATO, João Maurício de. Filosofia do direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2019

SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

NADER, Paulo. Filosofia do direito. 27.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADEODATO, João Maurício. Ética e retórica: para uma teoria da dogmática jurídica. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ARISTÓTELES. Ética a nicômaco. São Paulo: Martins Claret, 2017.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Curso de filosofia do direito: o direito como prática. São Paulo: Atlas, 2021

BRAGA, Marino; PACHECO, José Ernani de Carvalho. Deontologia jurídica na pratica judiciária. Curitiba: Juruá, s.d.

NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 14.ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2020.

DIREITO ADMINISTRATIVO II

EMENTÁRIO: A responsabilidade civil na administração pública e a reparação do dano. O poder de polícia e as limitações administrativas: a polícia administrativa. Bens Públicos: Classificação. Formas de aquisição e alienação dos bens públicos. Utilização dos bens públicos. Os bens públicos em espécie. Dos serviços públicos: conceito e execução. Nacionalização, estatização, municipalização. Concessão de serviço público. Permissão de serviço público. Autorização de serviço público. Serviços executados por cooperação. Entidades estatais e paraestatais. Intervenção do Estado na propriedade e no domínio econômico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 33.ed. São Paulo: Forense, 2020.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 34.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

MARINELA, Fernanda. Direito administrativo. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 28.ed. São Paulo: Método, 2020

GOMES, Fábio Bellote. Elementos de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2013

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

COUTO FILHO, Reinaldo de Souza. Curso de direito administrativo. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2020

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. Direito

DIREITO PENAL II

EMENTÁRIO: Das penas. Da cominação das penas. Da aplicação das penas. Concurso de crimes. Suspensão condicional da pena. Do livramento condicional. Das medidas de segurança. Da ação penal. Da extinção da punibilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

QUEIROZ, Paulo. Direito penal: parte geral. v.1. 14.ed. Salvador: Juspodivm, 2020

GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte geral. v.1. 22.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito penal: parte geral. v.1. 4.ed. São Paulo: Método, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MASSON, Cleber. Direito penal: parte geral (Arts. 1 ao 120) v.1. 14.ed. São Paulo: Método, 2020

ZAFFARONI, Eugênio Raul; BATISTA, Nilo. Direito penal brasileiro: teoria geral do direito penal v.1. 4.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

GOMES, Luiz Flavio Gomes; BIANCHINI, Alice. DAHER, Flávio. Curso de direito penal: parte geral (arts. 1 ao 120) v.1. Salvador: Juspodivm, 2016

PRADO, Luiz Regis. Tratado de direito penal: parte geral. v.1. 3.ed. São Paulo: Forense, 2019.

SANTOS, Juarez Cirino dos. Direito penal: parte geral. 9.ed. São Paulo: Tirant Brasil, 2020.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

EMENTÁRIO: Propedêutica. Princípios. Da Competência. Sujeitos do processo. Dos Atos Processuais. Da Comunicação dos Atos Processuais. Negócios jurídicos processuais. Tutelas provisórias. Formação e Suspensão do Processo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo do conhecimento. v.1. 22.ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

HARTMANN, Rodolfo Kronemberg. Curso completo do novo Processo Civil. 6.Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2020.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Curso de Processo Civil v.2. 6.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. Práticas de recursos no processo civil. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2021.

ALVIM, Eduardo Arruda; GRANADO, Daniel Willian; FERREIRA, Eduardo Aranha. Direito processual civil. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2019

BARROSO, Darlan; LETTIÈRE, Juliana Francisca. Prática no processo civil. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2019

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil: volume único. 12.ed. São Paulo: Método, 2020.

THEODORO, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento, procedimento comum. v.1. 61.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

DIREITO CONSTITUCIONAL II

EMENTÁRIO: Afirmação da democracia participativo-deliberativa: os direitos políticos. A questão da nacionalidade. Visão geral sobre o sistema eleitoral e os partidos políticos. A organização político-administrativa do Estado Brasileiro. Escolas de Hermenêutica Constitucional. A Constitucionalização do direito brasileiro: ganhos e perdas – uma reflexão crítica. A organização dos poderes. Poder e processo Legislativo. Tipologia normativa constitucional. Constituição e o sistema brasileiro de tributação. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Poder Executivo e atribuições do Presidente da República. O processo de impeachment. O poder judiciário. Estrutura e características.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AFONSO, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 43 ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz (Coords.) Comentários à Constituição do Brasil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (Série IDP).

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 41. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 35.ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

Constituição Federal (atualizada até a EC n.105/2019). 12.ed. São Paulo: Manole, 2020

MASSON, Nathalia. Manual de Direito Constitucional. 8.ed. Salvador: Juspodivm, 2020

5º PERÍODO

DIREITO CIVIL III – CONTRATOS

EMENTÁRIO: Responsabilidade civil. Abuso de direito. Os elementos da responsabilidade civil: conduta do agente, culpa, nexo de causalidade e dano. As hipóteses de responsabilidade objetiva no ordenamento. Responsabilidade civil por ato de terceiro. Teoria Geral dos Contratos: Noção de contrato. Fontes. Contrato e operação econômica. Várias concepções acerca do contrato. Classificação dos contratos. Princípios dos contratos: tendências atuais do direito contratual. Contrato de adesão e contrato preliminar. Formação do Contrato. Vício oculto e evicção. Extinção do contrato: resolução, resilição e rescisão. Dos atos unilaterais: promessa de recompensa, pagamento indevido, enriquecimento sem causa e gestão de negócios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: responsabilidade civil. v.3. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: responsabilidade civil. V.4. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

Azevedo, Álvaro Villaça. Curso de direito civil. Teoria geral dos contratos. V. 3. 4 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. V. 3. 36 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

Bittar, Carlos Alberto. Reparação civil por danos morais. 4 ed. Revista, aumentada e modificada por Eduardo C.B. Bittar. São Paulo: Saraiva, 2015.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: contratos, declaração unilateral de vontade, responsabilidade civil. Revista e atualizada por Caitlin Mulholland. V.3. 22 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Martins-Costa, Judith A boa-fé no direito privado: critérios para a sua aplicação. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

DINIZ, Maria Helena. Tratado teórico e prático dos contratos. 5vols. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FUNDAMENTOS DE ECONOMIA

EMENTÁRIO: Concepções e Definições sobre Ciência Econômica. Métodos de investigação da Ciência Econômica. Objeto da Ciência Econômica. Problemas Fundamentais da Economia. A Escassez e a organização econômica. Funcionamento de uma economia de mercado: fluxo real e fluxo monetário, classificação dos bens e fatores de produção. A Economia e o Direito. Microeconomia: a hipótese Coeteris Paribus, o papel dos preços relativos, objetivos da empresa. Divisão do estudo microeconômico: Demanda, Oferta e equilíbrio de mercado, Interferência do Governo no equilíbrio de mercado. Elasticidade. Estruturas de mercado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MANKIW, N. Gregory. Introdução à Economia. 8.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

GIAMBIAGI, CASTRO, Lavínia Barros de; VILLELA, André Arruda; HERMANN, Jennifer. Economia brasileira contemporânea (1945-2015). 3.ed. São Paulo: Atlas, 2016

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Eriquez. Fundamentos de economia. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALÉM, Ana Cláudia. Macroeconomia: teoria e prática no Brasil. 2.ed. São Paulo: Elsevier, 2018

ALBERGONI, Leide. Introdução à economia: aplicações no cotidiano. São Paulo: Atlas, 2015

LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. Economia brasileira: fundamentos e atualidade. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2017

ROSSETI, José Pascoal. Introdução á economia. 20.ed. São Paulo: Atlas, 2014

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; OLIVEIRA, Roberto Guena de; BARBIERI, Fábio. Manual de microeconomia. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DIREITO PENAL III

EMENTÁRIO: Dos Crimes Contra a Pessoa: Dos Crimes Contra a Vida – Das Lesões Corporais – Da Periclitação da Vida e da Saúde – Dos Crimes Contra a Honra – Dos Crimes Contra a Liberdade Pessoal – Dos Crimes Contra a Inviolabilidade do Domicílio. Dos Crimes Contra o Patrimônio: do Furto – do Roubo e da Extorsão- do Dano – da Apropriação Indébita – do Estelionato e Outras Fraudes – da Receptação. Dos Crimes Sexuais Contra Vulnerável – do Lenocínio e do Tráfico de Pessoa para Fim de Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual – Do Ultraje Público ao Pudor. Dos Crimes contra a Paz Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MASSON, Cleber. Direito Penal: Parte especial. vol. 2. 13.ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020

CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal: Parte especial (volume único). 12.ed. Salvador: Juspodivm, 2020

BITENCOUT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. vols. 2 e 3. (Parte especial). 20.ed. São Paulo: Saraiva, 2020

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito Penal Esquematizado: Parte especial. Coord Pedro Lenza. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2020

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: parte especial. v.2. 17.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2020

ALVES, Jamil Chaim. Manual de Direito Penal: Parte geral e especial. Salvador: Juspodivm, 2020

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. 16.ed. Rio de Janeira: Forense, 2020

GUEIROS, Artur; JAPIASSÚ, Carlos Eduardo. Direito penal. (volume único). 2.ed. São Paulo: Atlas, 2020

DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTÁRIO: O Estado e o Poder de Tributar. Conceito e objeto do Direito Tributário. Fontes do Direito Tributário. Sistema Constitucional Tributário. O Direito Tributário como Direito Público. Legislação Tributária. Vigência e Aplicação da Legislação Tributária. Interpretação e Integração da Legislação Tributária. Obrigação Tributária. Tributos e suas Espécies. Fator Gerador. Crédito Tributário. Sujeito Ativo e Sujeito Passivo da Obrigação Tributária. Administração Tributária. Competência Tributária. Ilícito Tributário. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário. Impostos. Contribuições Sociais. Taxas. Contribuição de Melhoria. Políticas tributárias e globalização. Sistema Tributário Nacional na Constituição Federal. Limitações Constitucionais ao poder de Tributar: Imunidades Tributárias. Execução fiscal. Processo administrativo tributário: federal e estadual. Princípios de Direito Tributário. Tributos da União, Estados e Municípios. Reforma Tributária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 17. ed. Editora Forense: 2019.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 40.ed. Editora Malheiros: 2019.

SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2020

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 30.ed. São Paulo: Saraiva, 2019

SABBAG, Eduardo. Resumos gráficos de direito tributário. 2 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2017

_____. Prática Tributária. 11.ed. Rio de Janeiro: Método, 2018.

PONTALTI, Mateus. Direito Tributário: Sob o enfoque da doutrina e da jurisprudência dominantes. Salvador: Juspodivm: 2020

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 23.ed. São Paulo: Saraiva, 2019

DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

EMENTÁRIO: Processo de conhecimento. Procedimento comum. Petição inicial. Respostas do Réu. Do saneamento e da organização do processo. Do Julgamento conforme o estado do processo. Da extinção do processo. Do julgamento antecipado do mérito. Provas. Da prova e validade dos atos processuais. Da Teoria Geral da prova. Meios da prova do Direito Processual Cível. Da audiência: conciliação, instrução e julgamento. Sentenças. Coisa julgada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, teoria do precedente, decisão judicial, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. v.2. 14.ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Novo Curso de Processo Civil (Tutela de Direitos mediante procedimento comum). v.2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

HARTMANN, Rodolfo Kronemberg. Curso Completo de Processo Civil. 6.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Figueiredo Jones; MONTENEGRO FILHO, Misael. Manual das audiências cíveis. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. v.2. 23.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DONIZETTI, Elpidio. Curso didático de direito processual civil. 23.ed. São Paulo: Atlas, 2020.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil: processo de conhecimento e procedimentos especiais. v.2. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: processo de execução e cumprimento da sentença, processo cautelar e tutela de urgência. v.2. 64.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

6º Período

DIREITO PENAL IV

EMENTÁRIO: Dos crimes contra a administração pública: dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral. Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral. Lei dos crimes contra a administração da justiça. lei de crimes hediondos. lei de drogas. lavagem de dinheiro .

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MASSON, Cleber. Direito Penal: Parte especial. Vol. 3. 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020

CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal: Parte especial (volume único). 12.ed. Salvador: Juspodivm, 2020

BITENCOUT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Vol 4 e 5. Parte especial. 20.ed. São Paulo: Saraiva, 2020

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito Penal Esquematizado: parte especial. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2020

GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte especial. v.3 17.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2020

ALVES, Jamil Chaim. Manual de Direito Penal: Parte geral e especial. Salvador: Juspodivm, 2020

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. 16.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020

GUEIROS, Artur; JAPIASSÚ, Carlos Eduardo. Direito Penal. (volume único) 2.ed. São Paulo: Atlas, 2020

DIREITO CIVIL IV – CONTRATOS EM ESPÉCIE

EMENTÁRIO: Compra e venda. Permuta. Contrato estimatório. Doação. Empréstimos: comodato e mútuo. Locação do Código Civil e de Imóvel Urbano (Lei 8.245/91). Seguro. Empreitada. Mandato. Fiança. Jogo e Aposta. Constituição de renda. Transação. Compromisso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAGLIANO, Pablo Stolze-Pamplona Filho, Rodolfo. Novo curso de direito civil, Contratos. v.4. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil. Contratos. v.3. .20 ed. São Paulo: Atlas, 2020.

Nader, Paulo. Curso de Direito Civil. Contratos. v. 3. 9.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TARTUCE, Flávio. Direito civil: teoria geral dos contratos e contratos em espécie. v.3. 15.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: contratos e atos unilaterais. v.3. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

Schreiber, Anderson. Equilíbrio contratual e dever de renegociar. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

Azevedo, Álvaro Villaça. Curso de direito civil. Contratos Típicos e atípicos. v. 4. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

GAGLIANO, Pablo Stolze. O contrato de doação. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DIREITO FINANCEIRO

EMENTÁRIO: Noções Introdutórias. Princípios da atividade financeira do Estado. Patrimônio Público. Direito Financeiro. Conceito. Receitas Públicas. Conceito. Espécies. Repartição Constitucional de receitas. Despesas Públicas. Conceito. Classificação. Orçamento. Noções. Espécies. Dívidas Públicas. Responsabilidade Fiscal, Lei nº 101/2000. Controle da Execução Orçamentária, Lei nº 4.320/64. Políticas de Direito Financeiro. Atividade da Administração Pública. Dispêndio do Serviço Público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. v.2. 32.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. Direito financeiro. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário. 20. ed. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

PISCITELLI, Tathiane. Direito financeiro esquematizado. 2. ed. São Paulo: Método, 2012.

OLIVEIRA, Régis Fernandes. Curso de direito financeiro. 8. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2019.

RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. Curso de direito financeiro. São Paulo: Saraiva, 2012.

REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. v.2. 32.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

EMENTA: Lei de Execução Penal (Lei nº7210/84). Crimes de abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65). Crimes hediondos (Leis nº 8.072/90); Crimes de tortura (Lei nº 9.455/97). Crimes resultantes de preconceito (Lei nº 7.716/89). Crimes previstos Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03). Disposições penais da Lei de Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/13). Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Violência Doméstica (Lei nº 11.340/2006); Crimes previstos na Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/06); Estatuto da Criança e do Adolescente.

BIBLIOGRAFIA BASICA

AVENA, Norberto. Execução penal: esquematizado. São Paulo: Método, 2014.

FERREIRA, Carlos Lélio Lauria; VALOIS, L. C. Sistema penitenciário do Amazonas: história - evolução - contexto atual. Curitiba: Juruá, 2012.

FERREIRA, Carlos Lélio Lauria; MESQUITA NETO. T. M. Manual de Conduta do Preso. São Paulo, Juruá, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PORTOCARRERO, Claúdia Barros; FERREIRA, Wilson Luiz Palermo. Leis Penais Extravagantes. 5.ed. Salvador: Juspodivm, 2020

ROQUE, Fábio; TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Legislação Criminal para Concursos. 5.ed. Salvador: Juspodivm, 2020

JÚNIOR, José Paulo Baltazar; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Legislação Penal Especial Esquematizado. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2020

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. Legislação Penal Especial. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2019

DELMANTO, Roberto; DELMANTO JÚNIOR, Roberto; DELMANTO, Fábio M. de Almeida. Leis Penais Especiais Comentadas. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2019

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

EMENTÁRIO: Teoria Geral dos Recursos. Teoria dos precedentes. Recursos em espécie. Sucedâneos recursais. Ordem dos Processos nos Tribunais. Competência Originária dos Tribunais. Incidente de Assunção de Competência. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Incidente de Arguição de

Inconstitucionalidade. Homologação de Decisão Estrangeira. Concessão do Exequatur à Carta Rogatória. Ação Rescisória e Querela Nullitatis Insanabilis. Reclamação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Novo Curso de Processo Civil (Tutela dos direitos mediante procedimentos diferenciados) v.3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Recurso extraordinário e recurso especial. 13.ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2015.

MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso do direito processual civil. v.2. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSIS, Araken de. Manual dos recursos. 9.ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2017.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. v.3. 21.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NERY JÚNIOR, Nelson. Teoria geral dos recursos. 7.ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2014.

STRENGER, Guilherme. Direito processual civil: recursos e procedimentos especiais. São Paulo: Rideel, 2013.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: procedimentos especiais. v.3. 46.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

7º Período

DIREITO CIVIL V – DIREITOS REAIS

EMENTÁRIO: Teoria Geral dos direitos reais. Conceituação e taxinomia dos direitos reais. A constitucionalização dos direitos reais. Seqüela. Preferência. Distinção entre direitos reais e demais direitos patrimoniais. Classificação e enumeração dos direitos reais. Posse. Distinção entre detenção e posse. Aquisição, perda e classificação da posse. Efeitos da posse: direito aos frutos e

benfeitorias, indenização e retenção. Propriedade. Descrição. Histórico da propriedade, bem como sua funcionalidade social. Aquisição de propriedade móvel e imóvel. Limitações ao direito de propriedade. Direito de vizinhança. Condomínio voluntário e edilício. Direitos reais sobre coisas alheias de fruição, aquisição e garantia. Penhor e Hipoteca.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto. Curso de direito civil brasileiro: direito das coisas, v.5. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

TARTUCE, Flávio. Direito civil: direito das coisas. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Manual de Direito Civil (volume único) 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. Direito imobiliário: teoria e prática. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: direitos reais. v.4 27.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito das coisas. v.4. 34.ed.São Paulo: Saraiva, 2020.

NERY, Rosa Maria de Andrade; NERY JUNIOR, Nelson. Instituições de direito civil: direitos patrimoniais, reais e registrários. v.3. 2.ed. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2019.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil: reais. v.5. 6. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

EMENTÁRIO: Introdução: conceito de trabalho, evolução e ordenamento jurídico do trabalho. Fontes do Direito do Trabalho. Direito Constitucional do Trabalho. Princípios orientadores do Direito do Trabalho. Ato Jurídico Trabalhista. Direito Individual do Trabalho. Empregado e Empregador. Contrato de Trabalho. Suspensão e Interrupção do Contrato do Trabalho. A Estabilidade. O Fundo de

Garantia do tempo de Serviço. Salário e Remuneração. A Duração do Trabalho. Regulamentações Especiais de Trabalho. Flexibilização das normas trabalhistas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAIRO, José. Curso de direito do trabalho. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2017.

CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho: legislação complementar e jurisprudência. 43.ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 36.ed. São Paulo: Atlas, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASSAR,Volia Bonfim. Direito do trabalho de acordo com a reforma trabalhista.17.ed. São Paulo: Método, 2020.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. 19.ed São Paulo: LtR, 2020.

GARCIA, Roni G. Manual de rotinas trabalhistas: problemas práticos na atuação diária. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MANUS, Carla Teresa Martins. Direito do trabalho esquematizado. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Direito do Trabalho. 42.ed. São Paulo: LTR, 2019.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV

EMENTÁRIO: Teoria Geral da Execução. Título Executivo. Exigibilidade da Obrigação. Responsabilidade Patrimonial. Liquidação e cumprimento da Sentença. Das diversas espécies de execução. Execução Por Quantia Certa. Execução contra a Fazenda Pública. Execução Fiscal. Execução de Alimentos. Execução por quantia certa contra devedor insolvente. Defesa do Executado e de terceiros. Suspensão e Extinção do Processo de Execução. Teoria Geral dos Procedimentos Especiais. Procedimentos Especial correlatos à tutela satisfativa: Ação de Consignação em Pagamento; Ação de Exigir Contas; Ação Monitória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABELHA, Marcelo. Manual de Execução Civil. 7. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo Curso de Processo Civil. Vol. 3. São Paulo: Saraiva. 2019.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Novo Curso de Processo Civil (Teoria do Processo Civil) v.1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAHIA, Alexandre Melo Franco; NUNES, Dierle; PEDRON, Flavio Quinaud [et al.]. Novo CPC – Fundamentos e sistematização. 2.ed. São Paulo: Método, 2015.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Processo de execução e cautelar. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2015 (Coleção Sinopses jurídicas, 12).

_____. Direito processual civil esquematizado. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

LOPES FILHO, Juraci Mourão. Os precedentes judiciais no constitucionalismo brasileiro contemporâneo. Salvador: Juspodvm, 2014.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de processo civil: processo cautelar. v.3. 7.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

PRÁTICA JURÍDICA I – CIVIL

EMENTA: Aplicação dos institutos processuais civis: ação, defesa, processo e jurisdição. Processos de conhecimento e execução.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. Manual de prática civil. 15.ed. São Paulo: Forense, 2020.

BARROSO, Darlan; ARAÚJO JUNIOR, Marco Antonio [et. al.] Prática civil. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

CHACON, Luis Fernando Rabelo. Manual de prática forense civil. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIRRE, João Ricardo Brandão; SÁ, Renato Montans de. Prática civil. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

VIANA, Joseval Martins. Prática forense em processo civil. 3.ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

LUZ, Valdemar P. da. Manual do advogado. 32.ed. São Paulo: Manole, 2020.

SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antonio. Modelos de peças no novo CPC. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

ROCHA, Marcelo Hugo Da; THAMAY, Rennan Faria Krüger; GARCIA JUNIOR, Vanderlei. Prática Civil: Col. Passe na OAB - 2ª Fase. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

DIREITO PROCESSUAL PENAL I

EMENTÁRIO: Do processo em geral: disposições preliminares. .conceito. .aplicação. .eficácia. Do inquérito policial: .disposições preliminares. conceito .procedimentos. da ação penal: disposições preliminares. conceito. espécies. regras. Da competência. conceito. .espécies. .disposições gerais. Das questões e processos incidentes. questões prejudiciais. das exceções. da incompatibilidades e dos impedimentos. do conflito de jurisdição.do incidente de falsidade. da insanidade mental do acusado.

.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. Vol. Único. 8.ed. Salvador: Juspodivm, 2020

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Novo Curso de Direito Processual Penal. 15.ed. Salvador: Juspodivm, 2020

LOPES JR., Aury Celso Lima. Direito Processual Penal. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2020

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Processual Penal. 17.ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020

NICOLITTI, ANDRÉ. Manual de Processo Penal. 10ªed. Belo Horizonte: Ed. D'Plácido, 2020

AVENA, Noberto. Processo Penal. 12.ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020

BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. 8.ed. São Paulo: Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2020

ARAÚJO, Fábio Roque; KLAUS, Negri Costa. Processo Penal Didático. 3.ed. Salvador: Juspodivm, 2020

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

EMENTÁRIO: Atividades práticas desenvolvidas nas áreas: civil, família, trabalhista, previdenciário e criminal e assim definidas: prática de atividades jurídicas simuladas e reais, visitas técnicas, palestras/simulações orientadas por profissionais das áreas de mediação, arbitragem, negociação e conciliação (práticas de resolução consensual de conflitos) e práticas de tutela coletiva, participação em atividades jurídicas reais no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica, participação em atividades jurídicas reais conveniadas, elaboração de relatórios de atividades jurídicas reais, análise de autos findos, elaboração de textos legais e prática de atuação jurídica oral, realização de audiências obrigatórias, conciliações extrajudiciais, mutirões jurídicos e simulados referentes aos exames da ordem, bem como a prática do processo judicial eletrônico. Atuações essas que são acompanhadas mediante mecanismos efetivos de controle do cumprimento do Estágio Supervisionado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. Manual de prática civil. 15.ed. São Paulo: Forense, 2020.

AGUIRRE, João Ricardo Brandão; SÁ, Renato Montans de. Prática civil. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

Nucci, Guilherme de Souza. Prática Forense Penal. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Knippel, Edson Luz. Prática Penal. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARTINS, Sérgio Pinto. Prática trabalhista. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

CISNEIROS, Gustavo. Manual de Prática Trabalhista. 2.ed., Rio de Janeiro: Método, 2018.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. Arbitragem: mediação, conciliação e negociação. 9.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019

BARROSO, Darlan; ARAÚJO JUNIOR, Marco Antonio (Coords.)Prática civil. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

8º PERÍODO

DIREITO CIVIL VI - FAMÍLIA

EMENTÁRIO: A família: origem e evolução histórica. A família no Direito Romano. Diversas formas de constituição de família. O Código Civil e o modelo constitucional de família. Princípios e garantias constitucionais da família. Divisão do Direito de Família: Direito Parental, Direito Protetivo e Direito Matrimonial. Direito Matrimonial. Casamento: conceito, natureza jurídica e finalidade. Casamento civil e religioso. O processo de habilitação e celebração. Existência e validade do casamento: nulidade e anulabilidade. Casamento putativo. Regime matrimonial de bens. Efeitos jurídicos do casamento: direitos e deveres dos cônjuges. Dissolução da sociedade conjugal: morte, nulidade e anulação, separação judicial e divórcio. Separação judicial por mútuo consentimento e litigiosa: conceito, causas e requisitos. Princípios da culpa e da ruptura. Efeitos quanto aos bens e quanto aos filhos. A união estável. Características e pressupostos da união estável. O reconhecimento da união estável. Direitos e deveres dos companheiros. Dissolução da união estável. Efeitos quanto aos bens e quanto aos filhos. Outras uniões informais. Direito Parental. Relações de parentesco. Direitos de filiação. Formas de estabelecimento da filiação. O contencioso da filiação: investigação e contestação de paternidade. Adoção nacional e internacional. Posse de estado de filho. Autoridade parental: direitos e deveres entre pais e filhos. Guarda e visitas. Alimentos em decorrência de

parentesco e da relação conjugal (casamento ou união estável). Direito protetivo: da tutela, da curatela e da ausência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 13.ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Direito Civil. (Família) v.6. 12.ed. Salvador. Juspodivm, 2020.

TARTUCE, Flávio. Direito civil: direito de família. v.5. 10.ed. São Paulo: Método, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: direito de família. v.6. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

ROSA, Conrado Paulino da. Direito de Família Contemporâneo. 7.ed. Salvador: Juspodivm. 2020

MADALENO. Rolf. Manual de Direito de Família. 3.ed. São Paulo. Grupo Gen, 2020.

LÔBO, Paulo. Direito Civil: Famílias. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Direito das Famílias. São Paulo: Grupo Gen, 2020.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO

EMENTÁRIO: Prescrição e Decadência. Medicina, Segurança e Acidentes do Trabalho. Direito Coletivo do Trabalho. Origens históricas dos sindicatos. O Direito Internacional do Trabalho e a OIT. Conflitos coletivos de trabalho e suas formas de solução: convenções e acordos coletivos. A problemática da Justiça do Trabalho. O direito de greve e o lock-out. Organização Sindical. O Mercosul e o Direito Coletivo do Trabalho. Perspectivas do Direito Coletivo do Trabalho brasileiro e internacional. A Previdência. A previdência social como direito fundamental para o desenvolvimento da cidadania. Direito Previdenciário. O Instituto Nacional de Previdência Social. Beneficiários. Os serviços. Custeio da

Previdência Social. Previdência Social Rural. Acidentes do trabalho. Prestações devidas aos segurados e dependentes.

BIBLIOGRAFIA BASICA

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Meio ambiente do trabalho: segurança e medicina do trabalho. 7.ed. São Paulo: Editora Juspodivm; 2020.

LAZZARI, João Batista; CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. Manual de direito previdenciário de acordo com a Reforma trabalhista. 23.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

VIANNA, Cláudia Salles. Manual Prático das Relações trabalhistas. São Paulo: LTr, 13.ed 2017.

.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SANTOS, Marisa Ferreira dos. Direito previdenciário esquematizado. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

MARTINS, Sérgio Pinto. Manual de Direto do Trabalho. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

SALIBA, Tuffi Messias; CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos. 17.ed. São Paulo: LTr, 2019.

CASSAR, Volia Bonfim. Direito do trabalho de acordo com a reforma trabalhista. 16.ed. São Paulo: Método, 2018.

BARSANO, Paulo Roberto. Segurança do trabalho. 2ªed. São Paulo: saraiva,2018.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

EMENTÁRIO: Organização e competência da Justiça do Trabalho. Dissídios Individuais. Substituição Processual. Forma e ajuizamento da reclamação. Defesa direta e indireta. A prova no processo do trabalho. Ônus da prova. Meios de prova. A confissão. Indícios e presunções. Prova emprestada. Nulidades. A sentença. Recursos. Execução trabalhista. Aplicação subsidiária da LEF (Lei 6830/80). Procedimentos especiais: Ação Rescisória. Inquérito para apuração de falta grave. Mandado de Segurança. Ação de consignação em pagamento. Medidas cautelares. Tutela antecipada. Ação de cumprimento. Negociação

Coletiva. Conflitos: Conceito e classificação. Arbitragem e Mediação. Dissídios coletivos: Espécies, competência e procedimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAIRO, José. Curso de direito processual do trabalho. 7.ed. Salvador: Jospodivm, 13º. Ed. 2019.

DELGADO, Mauricio Godinho, Direito Processual do trabalho. 22 ed. São Paulo: Ltr, 2020.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho. 42.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SARAIVA, Renato; MANFREDINI, Aryanna. Curso de direito processual do trabalho. 16.ed. Salvador: Juspodvim, 2019.

SCHIAVI, Mauro. Manual de direito processual do trabalho. 16. ed. São Paulo: Ltr, 2018.

PEREIRA, Leone, Manual de Processo do Trabalho, 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2019

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Curso de direito processual do trabalho. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA II – PENAL

Ementa: Procuração. Inquérito policial. Prisão e liberdade .Ação Penal em geral. Jurisdição e competência. Habeas corpus. Procedimentos. Recursos em geral. Execução penal. Reabilitação. Revisão criminal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Nucci, Guilherme de Souza. Prática Forense Penal. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Silva, Márcio Alberto Gomes. Inquérito Policial - Uma Análise Jurídica e Prática da Fase Pré-Processual (2020). 5.ed. São Paulo: Juspodvim, 2020.

Badaró, Gustavo Henrique. Manual dos Recursos Penais.4 ed. São Paulo: edição, revista dos tribunais, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Knippel, Edson Luz. Prática Penal. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Ganem, Pedro Magalhaes. Prática Penal: recurso eletrônico. Porto Alegre: Canal de ciências criminais, 2019.

Novaes, Felipe; BELLO, Rodrigo. Manual de Prática Penal. 6. Ed. São Paulo: Metodo, 2020.

AHMAD, Nidal. Direito Penal: teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Riddel, 2020.

Miranda. Rafael de Souza. Manual de execução Penal: teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Jus Podium, 2020.

DIREITO PROCESSUAL PENAL II

Ementa: TEORIA GERAL DA PROVA: 1. Aspectos gerais.2. O direito à prova no processo penal: provas lícitas e ilícitas. 3. Ônus e sistemas de apreciação e valoração da prova. 4. Das provas em espécie: interrogatório do ofendido; ofendido e testemunhas; reconhecimento, acareação e documentos; busca e apreensão. DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DO ACUSADO E DEFENSOR, DOS ASSISTENTES E AUXILIARES DA JUSTIÇA. 1.Do juiz. 2.Do Ministério Público3.Do acusado e defensor3.Do acusado e defensor. 4.Dos funcionários da Justiça. 5.dos peritos e interpretes. ATOS PROCESSUAIS. DA PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA. DA SENTENÇA. PROCEDIMENTOS. Das nulidades. Teoria geral dos recursos. Ações autônomas de impugnação no processo penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. Vol. Único. 8.ed. Salvador: Juspodivm, 2020

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Novo Curso de Direito Processual Penal. 15.ed. Salvador: Juspodivm, 2020

BADARÓ, Gustavo Henrique. Manual dos Recursos Penais. 4.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Processual Penal. 17.ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020

NICOLITTI, André. Manual de Processo Penal. 10.ed. Belo Horizonte: Plácido, 2020

LEMOS, Vinicius Silva. Recursos e Processos nos tribunais. 4.ed. Salvador: Juspodivum

AVENA, Noberto. Processo Penal. 12.ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020

LOPES JR., Aury Celso Lima. Direito Processual Penal. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2020

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Ementa: Atividades práticas desenvolvidas nas áreas: civil, família, trabalhista, previdenciário e criminal e assim definidas: prática de atividades jurídicas simuladas e reais, visitas técnicas, palestras/simulações orientadas por profissionais das áreas de mediação, arbitragem, negociação e conciliação (práticas de resolução consensual de conflitos) e práticas de tutela coletiva, participação em atividades jurídicas reais no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica, participação em atividades jurídicas reais conveniadas, elaboração de relatórios de atividades jurídicas reais, análise de autos findos, elaboração de textos legais e prática de atuação jurídica oral, realização de audiências obrigatórias, conciliações extrajudiciais, mutirões jurídicos e simulados referentes aos exames da ordem, bem como a prática do processo judicial eletrônico. Atuações essas que são acompanhadas mediante mecanismos efetivos de controle do cumprimento do Estágio Supervisionado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROSO, Darlan; ARAÚJO JUNIOR, Marco Antonio (Coords.) Prática civil. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

VIANA, Joseval Martins. Prática forense em processo civil. 3.ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

LUZ, Valdemar P. da. Manual do advogado. 32.ed. São Paulo: Manole, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Ganem, Pedro Magalhaes. Prática Penal: recurso eletrônico. Porto Alegre: Canal de ciências criminais, 2019.

CAVALCANTE Jouberto de Quadros Pessoa, JORGE NETO Francisco Ferreira. Prática Jurídica Trabalhista, 11ª. Ed., 2019. Atlas.

SILVA Luis Claudio Pereira da. Principais Peças de Pratica Trabalhista. 3.ed. São Paulo: Freitas Bastos, 2019.

AHMAD, Nidal. Direito Penal: teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Riddel, 2020.

De Pinho, Humberto Dalla Bernardina; Mazzola, Marcelo. Manual de mediação e arbitragem. São Paulo: Saraiva, 2019.

9. PERÍODO

DIREITO CIVIL VII– SUCESSÕES

EMENTÁRIO: Noções introdutórias: saisine, legislação aplicável, aceitação e renuncia de herança e sua administração, da capacidade para suceder e dos que não tem legitimação para suceder: indignidade e deserdação. Sucessão legítima. Vocação hereditária - sucessão das seguintes classes: descendentes, ascendentes, cônjuge e companheiro, colateral. Herança jacente e vacante. Sucessão testamentária. Capacidade para testar. Formas de testamento. Codicilo. Existência, validade (nulidade absoluta e anulabilidade) e eficácia (caducidade e rompimento do testamento). Legados. Direito de acrescer e redução das disposições testamentárias. Inventário e Partilha. Colação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Direito Civil: sucessões. v.7. 6.ed. Salvador. Juspodivm, 2020.

TARTUCE, Flávio. Direito civil: direito de família. v. 6. 13.ed. São Paulo: Método, 2020.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: direito de família. v. 7. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROSA, Conrado Paulino da; RODRGUES, Marco Antônio. Inventário e partilha: teoria e prática. 2.ed. Salvador: Juspodivm. 2020

DIAS. Maria Berenice. Manual das Sucessões. 6.ed. Salvador: Juspodim. 2019.

LÔBO, Paulo. Direito Civil: Sucessões v.6 6.ed. São Paulo, Saraiva. 2020.

CARVALHO, Dimas Messias de. Direito das Sucessões: Inventário e Partilha. 5.ed. São Paulo, Saraiva, 2018

MADALENO, Rolf. Sucessão Legítima. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

DIREITOS HUMANOS

EMENTÁRIO: Definição de Direitos Humanos. Princípios. Características. Sujeitos. Objeto. Fontes. A Lei Mater e os Direitos Humanos. Sentido e Evolução dos Direitos Humanos. Classificação dos Direitos Humanos. Os Direitos Humanos como Princípios Gerais de Direito. O mínimo Existencial. A fundamentação do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Direitos Humanos e Justiça Social. A legitimação dos Direitos Humanos e os Princípios da Ponderação e da Razoabilidade. Os Direitos Humanos no ordenamento Jurídico Brasileiro. O Direito Internacional dos Direitos Humanos. Fundamentos da Proteção Internacional dos Direitos Humanos. A Constituição de 1988 e os Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos. Sistema Interamericano de Direitos Humanos. A Incorporação dos Direitos Internacional dos Direitos Humanos Pelo ordenamentos Jurídico Brasileiro. Política Nacional de Direitos Humanos. Conselho de Defesa da Pessoa Humana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MALHEIRO, Emerson. Curso de Direitos Humanos. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2016

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. 7 ed. Curso de Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020.

RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUCCI, Daniela; CAMPOS, José Ribeiro de; SALA, José Blanes. Direitos humanos: proteção e promoção. São Paulo: Saraiva, 2012.

GUERRA, Sidney. Direitos Humanos: curso elementar. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Manual de direitos humanos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e justiça internacional. 5.ed. São Paulo: 2014.

PIOVESAN, Flávia. Temas de direitos humanos. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA III – TRABALHO

Ementário: Institutos processuais trabalhistas: aplicação. Dissídio individual: fases de conhecimento e de execução. Recursos. Dissídio coletivo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARTINS, Sérgio Pinto. Prática trabalhista - 9ª edição de 2019. Saraiva.

CAVALCANTE Jouberto de Quadros Pessoa, JORGE NETO Francisco Ferreira. Prática Jurídica Trabalhista, 11ª. Ed., 2019. Atlas.

OLIVEIRA Aristeu de, Manual de Prática Trabalhista, 52ª. Ed. 2019. Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CISNEIROS, Gustavo, Manual de Prática Trabalhista, 2ª. Ed., Ed. Método, 2018.

DA SILVA Luis Claudio Pereira, Principais Peças de Pratica Trabalhista, Ed. 3ª. 2019, Freitas Bastos Editora.

STUCHI Victor Hugo Nazário, Prática Trabalhista, 6ª. Ed., 2018. Ed. Método.

GARCIA, Roni Genicolo, Manual de rotinas trabalhistas: Problemas práticos na atuação diária, 10ª. Ed., Atlas, 2020.

REDINZ, Marco Antônio, Passo a passo para elaboração de petições trabalhistas - 7ª edição de 2019: Noções Sobre Cálculos Trabalhistas, Saraiva.

MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Ementa: Mediação: princípios e conceitos fundamentais. Mediação, jurisdição e jurisconstrução. Mediação, negociação, conciliação e transação. O papel e a atividade do mediador. Perspectivas na mediação. Arbitragem: princípios e conceitos fundamentais; fundamentos históricos e teoria geral. Arbitragem e jurisdição. A arbitragem no Brasil. Análise da Lei nº 9.307/96.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA; Paulo Eduardo Alves da [coord.]. Negociação, mediação, conciliação e arbitragem: curso de métodos adequados de solução de controvérsias. – 3. ed. – Rio de Janeiro: 2020.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. Manual de mediação e arbitragem. – São Paulo: Saraiva, 2019.

SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antonio. Manual de arbitragem: mediação e conciliação. – 9. ed. – Rio de Janeiro: forense, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ZANETTI JUNIOR, Hermes; CABRAL, Trícia Navarro Xavier [coord.]. Grandes temas do novo CPC – v. 9 – Justiça multiportas. – 2. ed. – Salvador: Juspodivm, 2018.

FERREIRA, Olavo Augusto Vianna Alves; FERNANDES, Débora Cristina; FERREIRA, Ananias Alves; ROCHA, Matheus Lins. Lei de arbitragem comentada artigo por artigo. – Salvador: Juspodivm, 2019.

GORETTI, Ricardo. Gestão adequada de conflitos jurídicos: do diagnóstico à escolha do método para cada caso concreto: Mediação, negociação, conciliação, arbitragem, processo judicial, serventias extrajudiciais, orientação jurídica. – Salvador: Juspodivm, 2019.

FICHTNER, José Antonio; MANNHEIMER, Sérgio Nelson; MONTEIRO, André Luis. Teoria geral da arbitragem. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

FIGUEIRA JUNIOR, Joel. Arbitragem. – 3. ed. – Rio de Janeiro: forense, 2019.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

EMENTÁRIO: Projeto de pesquisa. Problema de pesquisa e problematização. Objetivo geral e específicos. Tipos de pesquisa: bibliográfica; documental e empírica. Coleta de dados. Instrumentos de coleta de dados. Relatório de pesquisa. Realização de Trabalho de Conclusão de Curso, sob orientação de um professor da área. Apresentação oral e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa.6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FERFEBAUM, Marina. (Coordenadores). Metodologia da pesquisa em direito. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Mário de Souza. Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva. São Paulo: Atlas, 2011.

CASTRO, Cláudio de Moura. Como redigir e apresentar um trabalho científico. São Paulo: Prentice Hall, 2011.

COSTA, Marco Antônio F da. Projeto de pesquisa: entenda e faça. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos quantitativo, qualitativo e misto. 3.ed. Porto Alegre, ARTMED, 2010.

DE SORDI, José Osvaldo. Pesquisa científica: seleção, leitura e redação. São Paulo: Saraiva, 2013.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

Ementa: Atividades práticas desenvolvidas nas áreas: civil, família, trabalhista, previdenciário e criminal e assim definidas: prática de atividades jurídicas simuladas e reais, visitas técnicas, palestras/simulações orientadas por profissionais das áreas de mediação, arbitragem, negociação e conciliação (práticas de resolução consensual de conflitos) e práticas de tutela coletiva, participação em atividades jurídicas reais no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica, participação em atividades jurídicas reais conveniadas, elaboração de relatórios de atividades jurídicas reais, análise de autos findos, elaboração de textos legais e prática de atuação jurídica oral, realização de audiências obrigatórias, conciliações extrajudiciais, mutirões jurídicos e simulados referentes aos exames da ordem, bem como a prática do processo judicial eletrônico. Atuações essas que são acompanhadas mediante mecanismos efetivos de controle do cumprimento do Estágio Supervisionado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHACON, Luis Fernando Rabelo. Manual de prática forense civil. – 7. ed. – São Paulo: Saraiva, 2020.

SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antonio. Modelos de peças no novo CPC. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Badaró,Gustavo Henrique. Manual dos Recursos Penais.4 ed. São Paulo: edição, revista dos tribunais, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Novaes, Felipe; Bello , Rodrigo .Manual de Prática Penal. 6. Ed. São Paulo: Metodo, 2020.

OLIVEIRA Aristeu de, Manual de Prática Trabalhista, 52ª. Ed. 2019. Atlas.

STUCHI Victor Hugo Nazário, Prática Trabalhista, 6ª. Ed., 2018. Ed. Método.

Miranda. Rafael de Souza. Manual de execução Penal: Teoria e Prática. 2.ed. São Paulo: Jus Podium, 2020.

Guilherme , Luiz Fernando Do Vale Almeida. Manual de Arbitragem e Mediação - 5ª Edição , 2020, Editora Saraiva.

10º PERÍODO

DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

EMENTÁRIO: Noções introdutórias e conceitos básicos. Histórico das relações de consumo e do direito a elas pertinente. Panoramas nacional e internacional do direito das relações de consumo. Relação jurídica de consumo. O consumidor na sociedade de consumo. Princípios e diretrizes gerais do Código de Defesa do Consumidor. As relações de consumo em juízo. Os direitos do consumidor e do fornecedor e suas proteções. Direitos básicos do consumidor. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Das práticas comerciais. Instrumentos de proteção aos Direitos do Consumidor. Proteção contratual. Infrações penais. Sanções administrativas. Aspectos processuais: a Defesa do Consumidor em Juízo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARQUES, Claudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman V.; MIRAGEM, Bruno. Comentários ao código de defesa do consumidor. 6.ed. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2019.

TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito do consumidor: direito material e processual (volume único) 9.ed. São Paulo: Método, 2020.

NUNES, Rizzatto. Curso de direito do consumidor. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Fabricio Bolzan de. Direito do consumidor esquematizado. 8.ed. São Paulo: Saraiva: 2020.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Código brasileiro de defesa do consumidor: volume único. 12.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MIRAGEM, Bruno. Curso de direito do consumidor. 8.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Direito do Consumidor. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SOUZA, Sylvio Capanema de; WERNER, José Guilherme Vasi; NEVES, Thiago Ferreira Cardoso. Direito do consumidor. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

DIREITO INTERNACIONAL

EMENTÁRIO: Direito Internacional Público. Propedêutica: Ordem Jurídica Internacional, Fundamento do Direito Internacional, Direito Internacional e Direito Interno. Normas Internacionais: Tratado internacional, costumes internacionais, princípios gerais do direito, atos unilaterais e decisões das organizações internacionais. Personalidade Internacional: Estado, nacionalidade e condição jurídica do estrangeiro. Proteção Internacional dos Direitos Humanos. Organizações Internacionais. Responsabilidade Internacional. Domínio Público Internacional. Conflitos Internacionais. Direito Internacional Privado: Propedêutica. Direito Intertemporal e interespacial. Direito Comparado. Normas de Direito Internacional Privado. Fontes de Direito Internacional Privado. Aplicação Prova e interpretação do direito estrangeiro. Conexão e Reenvio. Qualificações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAZZUOLI, Curso de direito internacional privado. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

TEIXEIRA, Carla Noura. Manual de Direito Internacional Público e privado. 5.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020

REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: curso elementar. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RANGEL, Vicente Marotta. Direito e relações internacionais: legislação internacional anotada. 9.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

AMORIM, Edgar Carlos de. Direito internacional privado. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MALHEIRO, Emerson. Manual de direito internacional público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GUERRA, Sidney. Curso de direito internacional público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

TEIXEIRA, Carla Noura. Direito internacional público, privado e dos direitos humanos. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. (Coleção Direito Vivo)

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Ementário: Apresentação das Normas alusivas à confecção, entrega e defesa do Trabalho de Curso. Critérios de montagem das Bancas Examinadoras. Prazos e Calendário. Prazos e Calendário de Defesas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2018.

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica prática de fichamentos, resumos, resenhas. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. Redação de artigos científicos: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação. São Paulo: Atlas, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CARVALHO, Maria Cecília M. de. Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas. 27.ed. Campinas: Papirus, 2010.

CERVO, Amado Lutz. Metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

FERRAREZI JÚNIOR, Celso. Guia do trabalho científico: do projeto à redação final (monografia, dissertação e tese). São Paulo: Contexto, 2013.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010

DIREITO DIGITAL

EMENTÁRIO: Estudo sobre o desenvolvimento do direito digital e eletrônico. Investigação dos novos aspectos e relações jurídicas da sociedade da informação. Análise das principais manifestações do direito digital e eletrônico nos ramos do direito. Propriedade imaterial. Propriedade intelectual. Propriedade industrial. Responsabilidade civil e penal sobre a tutela da informação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PAESANI, Liliana Minardi. Direito e Internet – Liberdade de Informação, Privacidade e Responsabilidade Civil. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Riem , Wolfgang Hoffmann-. Teoria Geral do Direito Digital. Forense, 2021.

Godinho , Adriano Marteleto , Bonna ,Alexandre Pereira Responsabilidade civil e novas tecnologias. Ed. Foco, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. Processo Eletrônico e Teoria Geral do Processo Eletrônico: a Informatização Judicial no Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

FIORILLO , CELSO ANTONIO PACHECO . PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. Saraiva, 2017.

PAESANI, Liliana Minardi. O Direito na Sociedade da Informação II. São Paulo: Atlas, 2009. –

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede I. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV

EMENTÁRIO: Atividades práticas desenvolvidas nas áreas: civil, família, trabalhista, previdenciário e criminal e assim definidas: prática de atividades jurídicas simuladas e reais, visitas técnicas, palestras/simulações orientadas por profissionais das áreas de mediação, arbitragem, negociação e conciliação (práticas de resolução consensual de conflitos) e práticas de tutela coletiva, participação em atividades jurídicas reais no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica, participação em atividades jurídicas reais conveniadas, elaboração de relatórios de atividades jurídicas reais, análise de autos findos, elaboração de textos legais e prática de atuação jurídica oral, realização de audiências obrigatórias, conciliações extrajudiciais, mutirões jurídicos e simulados referentes aos exames da ordem, bem como a prática do processo judicial eletrônico. Atuações essas que são acompanhadas mediante mecanismos efetivos de controle do cumprimento do Estágio Supervisionado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Nucci, Guilherme de Souza. Prática Forense Penal. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Badaró,Gustavo Henrique. Manual dos Recursos Penais.4 ed. São Paulo: edição, revista dos tribunais, 2020.

VIANA, Joseval Martins. Prática forense em processo civil. – 3. ed. – Salvador: Juspodivm, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AHMAD, Nidal. Direito Penal: teoria e prática. 2. ed. Editora Riddel, 2020.

GARCIA, Roni Genicolo, Manual de rotinas trabalhistas: Problemas práticos na atuação diária, 10.ed. São Paulo: Atlas, 2020.

Miranda. Rafael de Souza. Manual de execução Penal: Teoria e Prática. 2.ed. São Paulo: Jus Podium, 2020.

REDINZ, Marco Antônio, Passo a passo para elaboração de petições trabalhistas. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2019

BARROSO, Darlan; ARAÚJO JUNIOR, Marco Antonio (Coords.) Prática civil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

EMENTÁRIO: Introdução ao direito notarial: conceito, importância e objeto. O Tabelião, a função notarial e competência. O notório na organização judiciária do Estado. Fé pública. Atos notariais. Escritas públicas em geral. Capacidade das partes, identificação, representação e assistência. Testamentos. Adoções, emancipações e reconhecimento de filho. Escrituras públicas de Compra e venda, compromisso, hipoteca, permuta e dação em pagamento. Usufruto, fideicomissão e cláusulas. Administração pública dos interesses privados. Foro extrajudicial. Histórico do Registro. Sistema do Registro. Fins do Registro. Efeitos dos Registros. Imóveis registráveis. Direitos Registráveis. Registro civil das pessoas naturais e jurídicas. Registros Públicos de interesse de empresários comerciais. Terminologia do Registro. Princípio da inscrição. Princípio de presunção e de fé pública. Princípio de prioridade. Princípio de especialidade. Princípio de legalidade. Princípio de continuidade. Princípio de instância. Livros de Registros. Responsabilidade civil dos oficiais de registros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GENTIL, Alberto [coord.]. Registros públicos. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

LOUREIRO, Luiz Guilherme. Manual de direito notarial. 4.ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

LOUREIRO, Luiz Guilherme. Registros públicos: teoria e prática. 10.ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIP, Ricardo Henry Marques; JACOMINO, Sergio (Coords.) Registros Públicos e legislação correlata. 4.ed. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2015.

DEBS, Martha El. Legislação notarial e de registros públicos comentada. 4.ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

COUTO, Marcelo de Rezende Campos Marinho. Usucapião extrajudicial. 3.ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

FERREIRA, Paulo Roberto Gaiger; RODRIGUES, Felipe Leonardo. Tabelionato de nota I: teoria geral do direito notarial e minutas. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FERREIRA, Paulo Roberto Gaiger; RODRIGUES, Felipe Leonardo. [coord. Cassettari, Christiano]. Tabelionato de nota II: atos notariais em espécie. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2018

LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS: LIBRAS

EMENTA: Retrospectiva histórica sobre os surdos, sua cultura, sua identidade, sua comunidade, suas conquistas legais e a legitimação da LIBRAS como língua oficial dos surdos no país. Ensino da LIBRAS no contexto de uma Educação Inclusiva. Noção básica de aspectos linguísticos da LIBRAS, quanto à estruturação e gramática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPAR, Priscilla [et.al.] Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

QUADROS, Ronice MILLER; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2011.

QUADROS, Ronice MILLER; CRUZ, Carina Rebello. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPOVILLA, Fernando César. Novo Deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira. 3.ed. 2vs. São Paulo: EDUSP, 2013.

FERNANDES, Eulália (org.). Surdez e bilinguismo. 6.ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 6.ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: EduFSCar, 2013.

RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E AFRODESCENDÊNCIA

Ementa: Os Fundamentos filosóficos nas perspectivas clássica, moderna e contemporânea. As principais questões filosóficas nas áreas da lógica, política, ética e epistemologia. A Filosofia enquanto método do pensar criativo, útil para o pensamento estratégico e para a solução de problemas. O estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LIMA, Ivan Costa. História da educação do negro (a) no Brasil. Curitiba: Appris, 2017

MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2016

MICHALISZYN, Mario Sérgio. Relações étnico-raciais para o ensino da identidade cultural brasileira. Curitiba: Intersaberes, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GALINDO, Monica Abrantes; NIGRO, Cláudia Maria Ceneviva; KLEIN, Ana Maria. Cultura afro-brasileira e racismo: reflexões e práticas a partir dos direitos humanos, literatura e questões de gêneros. Curitiba: Appris, 2017

OLIVEIRA, Diana Ramos de; BREDER, Débora; FILPO, Klever Leal. Relações étnico-raciais e outros marcadores sociais da diferença: diálogos interdisciplinares. Curitiba: Appris, 2020

PAIXÃO, Marcelo. 500 anos de solidão: estudos sobre desigualdades raciais no Brasil. Curitiba: Appris, 2013

PEREIRA, Amilcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria. Ensino da história e culturas afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Vozes, 2013

SANCHES, Cleber. Fundamentos da cultura brasileira. 3.ed. Manaus: Valer, 2009

TÓPICOS ESPECIAIS

Ementa: Processo civil I - Processos de conhecimento 2. Sentença (Noções). 3Liquidação (Noções) 4. Execução (Noções) 5. Teoria Geral dos Recursos. 6. Recursos. 7. Atos Processuais. 8. Decadência e prescrição. Direito Penal I - Teoria Geral do Crime; Excludente; Processo Penal I - Inquérito policial. Representação e Ação Penal. Administração Pública (Administrativo) . Processo do Trabalho - Procedimento. Estatuto da Ordem (Exercícios) . Processo Civil - Processo de Conhecimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

FUX, Luiz. Processo civil contemporâneo. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PACELLI, Eugênio; CORDEIRO, Nefi; REIS JÚNIOR, Sebastião dos (Coords.) Direito penal e processual penal contemporâneos. São Paulo: Atlas, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. Direito Civil Contemporâneo: estatuto epistemológico, constituição e direitos fundamentais. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

ROCHA, Marcelo Hugo da [coord.]. Manual passe na OAB: teoria sistematizada. – 3. ed. – São Paulo: Saraiva, 2020.

LEITE, Marcelo; TRONCOSO, Roberto; STRAUSS, Thiago. Direito constitucional em mapas mentais. – 5. ed. – Niterói, RJ: Impetus, 2018.

LÔBO, Paulo. Comentários ao estatuto da advocacia e da OAB. – 13. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2020.

GARCIA, Wander; GARCIA, Ana Paula. Como Passar na OAB: 1a Fase - 5.000 Questões Comentadas. – 16. ed. – Indaiatuba, SP: Foco, 2020

ENGLISH FOR THE JOB MARKET

Content: Development of communication skills in English with emphasis on disciplines focused on the work market. Focus on the vocabulary of the area. Coaching activities.

BASIC BIBLIOGRAPHY

BADGER, Ian. Flash on english for business conversation. (Book with MP3 audio files). London: ELI, 2016

COMFORT, Jeremy; MASCULL, Bill. Best parctice intermediate (Business english in a global context). Boston: Cengage Learning, 2007

GEFFNER, Andrea B. Business english: the writing skills you need for today's workplace. 5.ed. New York: Barrons Education, 2010

COMPLEMENTARY BIBLIOGRAPHY

Cambridge business english dictionary. São Paulo: Cambridge University Press do Brasil, 2011

DAY, Jeremy; SANDFORD, George. Cambridge english for human resources (Student's Book with 2 Audio CD). São Paulo: Cambridge University Press do Brasil, 2011

ELLISON, Patrícia T. Business english for the 21ST Century. 4.ed. New Jersey: Prentice Hall, 2006

LIVING LANGUAGE. Business english. New York: Living Language/Random House, 2009

ROSENBERG, Marjorie. Communicative business english activities. Newbury: Express Publishing, 2018

DIREITO URBANÍSTICO

EMENTÁRIO: Direito Urbanístico: Conceito e Princípios Vetores. O Estatuto da Cidade como Disciplina da Vida no Perímetro Urbano e melhoria de suas condições. Função Social da Propriedade e Instrumentos para a sua Efetivação. Instrumentos Tributários do Urbanismo. Direito Urbanístico e Participação Popular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito de Construir . São Paulo : Malheiros, 2006.

OLIVEIRA, Regis Pemandes de. Comentários ao Estatuto da Cidade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SILVA, José Afonso. Direito Urbanístico Brasileiro. São Paulo : Malheiros, 2006

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2006.

DALLARI, Adilson e outros - Estatuto da Cidade. São Paulo: Malheiros, 2005.

HARADA, Hiroshi. Direito Municipal. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Aluisio Pires e Paulo César Pires de Carvalho - Estatuto da Cidade, Curitiba: Juruá, 2002.

PORDEUS, Jussara. Ordenação das Cidades e o Papel do Direito Urbanístico.Manaus: Amazônia, 2014

DIREITO MUNICIPAL

EMENTÁRIO: Estado federal e autonomia municipal. Autonomia política, administrativa, financeira e metropolitana. Competência legislativa do Município.

Controle da administração pública municipal. Inconstitucionalidade da lei municipal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito de Construir. São Paulo: Malheiros, 2006.

OLIVEIRA, Regis Pemandes de. Comentários ao Estatuto da Cidade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SILVA, José Afonso. Direito Urbanístico Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2006

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2006.

DALLARI, Adilson e outros - Estatuto da Cidade. São Paulo : Malheiros, 2005.

HARADA, Hiroshi. Direito Municipal. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Aluisio Pires e Paulo César Pires de Carvalho - Estatuto da Cidade, Curitiba: Juruá, 2002.

PORDEUS, Jussara. Ordenação das Cidades e o Papel do Direito Urbanístico. Manaus: Amazônia, 2014.

DIREITO AGRÁRIO

EMENTÁRIO A questão agrária: histórico. Evolução do direito agrário. Terras devolutas, conceito e aproveitamento. Faixa de fronteira: histórico e aproveitamento. A reforma agrária: conceito e histórico. Legislação brasileira. INCRA. Conceito de imóvel rural, modulo rural, latifúndio, empresa rural, minifúndio e parceleiro. Propriedade privada da terra: função social. Reforma agrária: planos, zoneamento e cadastro. Tributação da terra. Colonização. Contratos agrários: arrendamento e parceria. Aforamentos. Sesmarias. Estatuto do trabalhador rural. Cooperativas. Áreas prioritárias. Justiça e processos agrários. Direito comparado. Direito agrário internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVARENGA, Octávio Mello. Política e Direitos Agroambientais. 2ª- edição. Rio de Janeiro: Forense, 1.997.

AVVAD, Pedro Elias. Direito Imobiliário: teoria geral e negócios imobiliários. 1. ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

FALCÃO, Ismael Marinho. Direito Agrário Brasileiro. 1ª- edição. EDIPRO: Bauru, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA PORTO. Estudo sobre o sistema sesmarial. Imprensa Universitária: Recife, 1965. FACHIN, Luiz Edson. Estatuto Jurídico do Patrimônio Mínimo. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

LOPES, Ana Frazão de Azevedo. Empresa e propriedade- função social e abuso de poder econômico. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

MARQUES, Benedito Ferreira. Direito Agrário Brasileiro. 7. ed., São Paulo: Atlas, 2007.

MARQUES JÚNIOR, William Paiva . Eficácia do Direito Humano Fundamental à Função Social da Propriedade Rural. In: João Luís Nogueira Matias. (Org.). Neoconstitucionalismo e Direitos Fundamentais. 1ed.São Paulo: Atlas, 2009, v. 01, p. 278-302. _____ . Direito Agrário. 01. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DIREITO CIBERNÉTICO

Reconhecimento do direito da informática como área de especialização (conceito, abrangência e método). O tratamento jurídico de questões postas pela ou sobre a informática e sua confluência com outros ramos do direito. Direito de informática e direito constitucional. A questão da propriedade intelectual. Teoria das obrigações e contratos eletrônicos. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor. Abuso do poder econômico. Proteção dos direitos da personalidade. Questões de natureza tributária. Aspectos da criminalidade informática. Direito do trabalho e direito da informática. Direito internacional privado: aspectos pertinentes à jurisdição e foro competente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LEMOS, Ronaldo. Direito, tecnologia e cultura.; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BAPTISTA, Luiz Olavo. Novas fronteiras do direito na era digital.; São Paulo: Saraiva, 2002.ALMEIDA, Gilberto Martins de.

Informática & direito coletânea de artigos na internet e na imprensa.; Rio de Janeiro: Armazém digital, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Wendt , Emerson ; Jorge , Higor Vinicius Nogueira. Crimes cibernéticos: Ameaças e procedimentos de investigação - 2ª Edição. Brasport, 2017.

LEMOS, Ronaldo. Futuros possíveis mídia, cultura, sociedade, direitos.; Porto Alegre: Sulina, 2012.

MATTE, Mauricio de Souza. Internet -- comércio eletrônico aplicabilidade do código de defesa do consumidor nos contratos de e-commerce.; São Paulo: LTr, 2001.

MONTENEGRO, Antonio Lindbergh C. A Internet em suas relações contratuais e extracontratuais.; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

PAESANI, Liliana Minardi. Direito de informática comercialização e desenvolvimento internacional do software.; São Paulo: Atlas, 2002.

DIREITO PORTUÁRIO

Aspectos gerais do direito portuário. O marco regulatório do setor portuário brasileiro. Evolução do marco regulatório do setor portuário no Brasil. Tendências do transporte marítimo mundial e sua contextualização para o planejamento portuário brasileiro. Poligonais e seus aspectos processuais. Esboço de guia jurídico para a revisão das poligonais de portos organizados. As consultas e audiências públicas no âmbito do direito portuário: validade e eficácia.Terminais portuários públicos e privados. A Lei de Portos e a valorização da concorrência nos serviços públicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Rafael Wallbach Schwind. Direito portuário brasileiro : lei 12.815, porto organizado, poligonal, arrendamento e autorização, arbitragem . 1. ed. - São Paulo : Marcial Pons, 2015.

CARLUCI, José Lence. Uma introdução ao direito aduaneiro. 2 ed. São Paulo: aduaneiras, 2000.

PASOLD, Cesar Luiz. Lições Preliminares de Direito Portuário. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007. 144 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BESERRA, Benjamin Gallotti. Ensaio para um compêndio básico de direito portuário. Brasília: Gráfica Alpha, 2005.

Castro Jr , Osvaldo Agripino de. Direito Marítimo Regulaçao e Desenvolvimento. Esd. Forum, 2017.

MENEZELLO, Maria D'Assunção Costa. Agências reguladoras de direito brasileiro. São Paulo: Atlas, 2004. NETO, Arnaldo Bastos Santos; VENTILARI, Paulo Sérgio Xavier. O Trabalho Portuário e a Modernização dos Portos. Curitiba: Juruá, 2000.

STEIN, Alex Sandro. Curso de direito portuário: lei n. 8.630/93. São Paulo: LTr, 2002.

VEIGA, Carolina Raquel da; SEIBEL, Nelci Terezinha. Portos e terminais marítimos do Brasil. 2. ed. Joinville, SC: Bela Catarina, 2009.

DESAFIOS JURIDICOS NACIONAIS E LOCORREGIONAIS

EMENTA: Transformações recentes ocorridas na esfera jurídica. Novos campos sociais. A Bioética e Sua Interface com o Direito em uma Sociedade Inclusiva. A Questão Racial. Desafio Brasileiro à Proteção Multinível de Direitos Humanos. Direitos Humanos de Grupos Vulneráveis: pessoas com necessidades especiais, crianças, adolescentes, idosos e outros. Populações Tradicionais: identidade e direitos territoriais. Direito à Saúde. sistema plural de proteção aos direitos humanos, concedendo especial ênfase à necessidade de aproximação do diálogo entre o Supremo Tribunal Federal, e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH). Neoconstitucionalismo. Pluralismo. Argumentação nas decisões judiciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Sá . Maria de Fátima Freire de; Naves , Bruno Torquato de Oliveira .. BIOÉTICA E BIODIREITO. Ed. Foco, 2021.

Almeida , Guilherme Assis de . Direitos humanos e não-violência. Atlas, 2015.

RAMOS, André De Carvalho Ramos.Teoria Geral Dos Direitos Humanos Na Ordem Internacional. Saraiva, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Valerio de Oliveira Mazzuoli. DIREITOS HUMANOS DAS MINORIAS E GRUPOS vULNERAVEIS. Ed. Arraes, 2018.

Duarte, Luciana Gaspar Melquíades; Vidal , víctor Luna. Direito À Saúde. Revista dos Tribunais, 2020

Bertúlio . Dora Lucia De Lima . Direito E Relações Raciais. Lumen Juris, 2019.

Edição Português por Eli Terezinha Henn Fabris (Compilador), Rejane Ramos Klein (Compilador)

CAMBI, EDUARDO. Neoconstitucionalismo e Neoprocessualismo. ED Almedina, 2018.

1.5 CONTEÚDO CURRICULARES

Segundo a RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018 o curso de graduação em Direito, priorizando a interdisciplinaridade e a articulação de saberes, deverá incluir no, conteúdos e atividades que atendam as seguintes perspectivas formativas:

I - Formação geral

II - Formação técnico- jurídica

III - Formação Prático-profissional

Formação geral	Formação técnico-jurídica	Formação Prático-profissional

1º período	2° período	3º período	4º período	5º período	6º período	7º período	8º período	9° período	10° período
Redação e linguagem jurídica	Teoria Geral do Processo	Sociologia e Antropologia	Filosofia e Ética Aplicada	Direito Civil III – Contratos	Direito Penal IV	Direito Civil V- Direitos reais	Direito Civil VI- Família	Direito Civil VII– Sucessões	Direito Das Relações de Consumo
Metodologia do Trabalho Científico	Direito Civil I	Direito Civil II	Direito Administrativo II	Fundamentos de Economia	Direito Civil IV– Contratos em espécie	Direito Individual Do Trabalho	Direito Coletivo Do Trabalho e Previdenciário	Direitos Humanos (EAD)	Direito Internacional
Psicologia Jurídica	Teoria Política e Fundamentos de Direito Eleitoral	Direito Administrativo I	Direito Penal II	Direito Penal III	Direito Finaneiro	Direito Processual Civil IV	Direito Processual Do Trabalho	Prática Jurídica Simulada III Trabalho	Optativa
Teoria do Direito	Direito empresarial	Direito Constitucional I	Direito Processual Civil I	Direito Tributário	Legislação Especial	Prática Jurídica Simulada I – Cível	Prática Jurídica Simulada II – Penal	Métodos consensuais de resolução de conflitos	Trabalho De Conclusão De Curso II
História do Direito	Direito Ambiental (EAD)	Direito penal I	Direito Constitucional II	Direito Processual Civil II	Direito Processual Civil III	Direito Processual Penal I	Direito Processual Penal II	Trabalho De Conclusão De Curso I	Direito Digital
						Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado III	Estágio Supervisionado IV

Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

A bibliografia básica e complementar presente no ementário do curso foi indicada pelos professores das respectivas disciplinas – especialistas da área, observando a pertinência da mesma e a adequada relação entre o que indica a ementa das unidades curriculares.

Ressaltamos que os conteúdos curriculares de educação ambiental, educação étnico-racial, de direitos humanos, artístico cultural, memória cultural e patrimônio cultural serão abordados de maneira transversal e interdisciplinar a partir de projetos de trabalhos organizados e desenvolvidos a partir da integração das disciplinas.

Além dos componentes curriculares obrigatórios (disciplinas, atividades complementares e práticas profissionais), são ofertadas disciplinas optativas, atendendo à parte flexível do currículo, com o objetivo de possibilitar ao estudante selecionar disciplinas que atendam a seus interesses e ampliem os conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento de sua autonomia. Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

1.5.1 Relação das Disciplinas da Matriz com os Conteúdos Curriculares Exigidos nas DCNs.

Segundo a RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018 o curso de graduação em Direito, priorizando a interdisciplinaridade e a articulação de saberes, deverá incluir no, conteúdos e atividades que atendam as seguintes perspectivas formativas:

I - Formação geral: Fundamentos de Economia – 88 H; Sociologia e Antropologia - 88 H; Metodologia do Trabalho Científico)- 88 H; História do Direito -88 H **;** Redação e Linguagem Jurídica - 88 H; Filosofia e Ética Aplicada -88; Teoria Política e Fundamentos de Direito Eleitoral - 88 H; Psicologia Jurídica 88 H; LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS: LIBRAS 88 h; RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E AFRODESCENDÊNCIA 88 h; English for the Job Market 88h

II - Formação técnico- jurídica: Teoria Política e Fundamentos de Direito Eleitoral - 88 H; Teoria do Direito -88 H; Direito Ambiental – 88H; Direito Civil I – Parte Geral - 88 H; Direito Empresarial – 88 H; Direito Penal I - 88 H; Teoria Geral Do Processo - 88H; Direito Constitucional I - 88H; Direito Civil II – Obrigações 88 H; Direito

Administrativo I 88H; Direito Penal II 88H; Direito Processual Civil I 88 H; Direito Constitucional II; Direito Civil III – Contratos 88 H; Direito Administrativo II - 88 H; Direito Penal III 88 H; Direito Tributário - 88 H; Direito Processual Civil II - 88 H**;** Direito Penal IV - 88 H; Direito Civil IV – Contratos Em Espécie - 88 H; ; Legislação Especial - 88 H; Direito Processual Civil III - 88 H; Direito Civil V – Direitos Reais – 88 H; Direito Individual Do Trabalho -88 H; Direito Processual Civil IV- 88 H; Direito Processual Penal I -88 H; Direito Civil VI- Família - 88 H; Direito Coletivo Do Trabalho e Previdenciário -88 H; Direito Processual Do Trabalho – 88; Direito Processual Penal II - 88 H; Direito Civil VII– Sucessões 88H; Direitos Humanos - H; Direito Digital-88 h Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - 88 H; Direito das Relações de Consumo 88 H; Direito Internacional - 88H; DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL 88 h; TÓPICOS 88h; Direito Financeiro 88 h; Direito Urbanístico 88h; Direito Municipal 88 h; ; Direito Agrário- 88h ; Direito Cibernético – 88 Direito Portuário- 88 h Desafio Jurídicos Nacionais e loco regionais 88h

III - Formação Prático-profissional: Estágio Supervisionado I – 100 H; Prática Jurídica Simulada I – Cível 88 H; Prática Jurídica Simulada II – Penal - 88 H; Estágio Supervisionado II – 100 H; Prática Jurídica Simulada III Trabalho - 88 H; Trabalho De Conclusão De Curso I 88H; Estágio Supervisionado III – 50 H ; Trabalho De Conclusão De Curso I – 88 H; Estágio Supervisionado IV – 50 H

1.6 METODOLOGIA

1.6.1 Metodologia de Ensino da Educação a Distância e sua Acessibilidade

A IES busca desenvolver os talentos e competências de seus estudantes para que se tornem profissionais éticos, críticos, empreendedores e comprometidos com o desenvolvimento social e ambiental. Para que esse objetivo seja atingido, incorpora as premissas apontadas pela Unesco como norteadoras da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser e apoia-se no referencial cognitivista das teorias de aprendizagem para fundamentar suas ações pedagógicas.

Os novos conhecimentos são, pois, construídos por meio da relação estabelecida entre o novo conhecimento e o pré-existente.

É esse movimento que torna a aprendizagem significativa. Quanto mais os novos conceitos se relacionam, de maneira substancial e não arbitrária, com aqueles que já estão na estrutura cognitiva do indivíduo, mais significativa é a aprendizagem. O que torna necessária a atenção do docente em relação ao levantamento de conhecimentos prévios, que são sempre o ponto de partida para a aprendizagem, já que as informações a que o estudante é exposto devem sempre adquirir significado para serem incorporadas a um repertório já existente.

Nesse contexto, a Educação a Distância – EaD surgiu como uma experiência de aprendizagem flexível, dinâmica e conectada, que permite utilizar multimeios de aprendizagem e recursos de interação, tratando-se de um aprendizado colaborativo e conectado com o conhecimento em rede. A concepção para modalidade EaD adotada pela Instituição é coerente com as bases legais, e encontra-se em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI), resultando da construção de um processo educativo fortemente baseado em novas tecnologias e metodologias apoiadas na modalidade web-based.

No modelo web-based o processo educativo é realizado com base na aprendizagem colaborativa e significativa mediada por docentes e tutores, por meio das TICs. O objetivo é proporcionar uma relação de aprendizagem que supere as dimensões de espaço/tempo e que desenvolva competências, habilidades e atitudes necessárias para a formação dos futuros profissionais. Com base nessa concepção foram estruturadas as metodologias de planejamento, design e acompanhamento de atividades de aprendizagem, tendo como valores essenciais a autonomia do estudante para estudar e o exercício constante de articulação entre teoria e prática, currículo e vida profissional.

É entendimento institucional que a melhor forma de garantir a qualidade dos processos pedagógicos depende de uma metodologia que sirva de referência para a construção paulatina de recursos de ensino e de aprendizagem. Alinhada com esse pressuposto, na Instituição a modalidade a distância está alicerçada nos seguintes pilares pedagógicos:

- **Estudo Individualizado**: apoiado no conjunto de materiais didáticos que permitem ao estudante ter acesso aos fundamentos necessários para pesquisar, estudar e resolver problemas com autonomia, tendo seu ritmo de aprendizagem respeitado;
- **Estudo Mediado:** a interação entre estudantes, docentes e tutores auxilia no processo de aprendizagem com trocas síncronas e assíncronas; Estudo Colaborativo: a interação e socialização de conhecimentos construídos nas disciplinas permitem uma troca constante entre estudantes, docentes e tutores;
- **Estudo Mobile:** dispositivos móveis ampliam as oportunidades de participação e interação na construção do conhecimento e, consequentemente, melhores resultados de aprendizagem e de pesquisa.

A metodologia apresentada ao estudante tem por característica principal a proximidade estrutural das disciplinas ofertadas no cotidiano presencial. Dessa feita, não há diversificação ou diferenças substanciais que possam causar estranheza por parte do estudante ao cursar tais disciplinas. O planejamento das atividades e experiências de aprendizagem que coloca o estudante no centro do processo de aprendizagem e utiliza a aprendizagem ativa não pode prescindir do uso de tecnologias. Nessa perspectiva são utilizadas inúmeras estratégias, adequadas ao desenvolvimento de profissionais das mais diferentes áreas, propiciando uma experiência segura e sobretudo, mais próxima da realidade.

A aprendizagem ativa implica ainda o desenvolvimento de atividades práticas realizadas nos laboratórios, oficinas, cozinhas e outros ambientes de experimentação, totalmente equipados com o que há de mais atual para cada curso. Neles os estudantes, com supervisão dos docentes especialistas, poderão desenvolver atividades práticas que garantam que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados. Essas perspectivas teóricas sobre aprendizagem se concretizam a partir do desenho do currículo de cada curso, que começam sempre a partir de um conjunto de competências que os profissionais egressos devem apresentar. Uma vez definidos os objetivos de aprendizagem do curso, passa-se a desenvolver os objetivos de cada disciplina, alinhando-os sempre com as competências finais e exprimindo-os em comportamentos, habilidades e atitudes observáveis e mensuráveis.

Tendo-se clareza de onde se quer chegar, o momento seguinte é desenvolver as avaliações necessárias para verificar o domínio de conhecimentos e habilidades. As metodologias ativas combinadas a diferentes esforços de diferentes áreas e setores da Instituição, permitem que se garanta a acessibilidade em sua magnitude, compreendendo a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas/metodológicas, atitudinais, comunicações e digitais.

Dentre as principais metodologias de ensino adotadas pela instituição destacamos: Estudo dirigido e exercícios de fixação; Mapas mentais e conceituais; Estudos de casos; Treino de Habilidades; Simulação; Práticas laboratoriais ativas com uso de estações de aprendizagem; Problematização; Aprendizagem baseada em problemas (ABP), dentre outras.

Tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação acadêmica, os estudantes participarão de experiências de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da área em atividades laboratoriais desenvolvidas internamente e estendem-se para as atividades de visitas técnicas e oficinas pedagógicas, além de estágio curricular supervisionado em campo de atividade profissional.

- As aulas práticas de laboratório, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, serão realizadas no pólo EAD sob tutoria e o estágio supervisionado, monitorado em campo por docentes e/ou supervisores que realizam o acompanhamento dos estudantes na realização das atividades e as orientações de Estágio e TCC ocorrerão no pólo EAD sob tutoria. Sendo, portanto, assim definidas:
- Aulas Práticas de Laboratório: realizam-se preferencialmente nos laboratórios, nas instalações da IES e atendem a diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas específicas do curso;
- Visitas Técnicas: consistem no propósito de levar o estudante ao local de uma atividade profissional relacionada à sua formação, para que o mesmo possa aprofundar sua percepção sobre as rotinas profissionais a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, desenvolvendo estudos, análises e avaliações;
- Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante

atividades orientadas por docentes capacitados ou profissionais convidados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

• Estágio Supervisionado: é considerado o momento em que as teorias aprendidas pelos acadêmicos são aliadas à prática bem como o momento em que o futuro profissional experimenta e atua efetivamente em seu campo de formação; TCC: um trabalho acadêmico para a avaliação final para contemplar os aspectos da formação universitária.

1.6.2 Metodologia das Atividades Presenciais Obrigatórias

Para a F.A a aprendizagem está relacionada com a atividade de pesquisa tanto do aluno quanto do professor, e a aprendizagem universitária está associada ao aprender a pensar e ao aprender a aprender. Acreditamos que o ensino universitário precisa hoje ajudar o aluno a desenvolver habilidades de pensamento e identificar procedimentos necessários para aprender.

Mais do que isto, pensamos que o ensino superior deve adotar outra lógica epistemológica que favoreça a ruptura com modelos disciplinares e fechados em si mesmos. Assim as metodologias de ensino, entendidas, como o caminho da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, devem favorecer a aproximação desses dois polos, a partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento, tendo em vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação.

Considerando que os métodos de ensino constituem um ponto fundamental do planejamento da disciplina e do planejamento das aulas, propomos que os mesmos devem conter uma visão dialógica do processo de construção do conhecimento.

Para garantir esse tipo de dinâmica, propomos a interdisciplinaridade e a transversalidade como modos de integração do conhecimento a partir de uma pedagogia de projetos.

A metodologia de ensino aprendizagem assim delineada deve buscar:

- Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, onde se procurará estimular o aluno a atividades individuais e coletivas de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece;

- Conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;

- Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;

- Valer-se das Tecnologias da Informação como ferramenta de multiplicação do saber.

- Realizar a problematização para a elaboração dos projetos tendo em vista as temáticas de interesse do aluno e que estejam pertinentes ao momento da formação dos mesmos.

Há ainda que se considerar o trabalho com as temáticas voltadas para as questões étnico-raciais e aquelas relativas à educação ambiental, que devem ser incorporadas ao dia a dia da sala de aula de modo permanente e continuo como apregoa a legislação**.** Neste sentido é previsto que a abordagem desses temas se

realize de maneira transversal nos currículos da graduação promovendo discussões que ressaltem a importância da compreensão de tais temáticas no contexto geral da formação dos alunos.

Isto significa afirmar que tais abordagens dar-se-ão na oportunidade do desenvolvimento das disciplinas do curso, sendo contemplada, como mecanismo de reflexão e de sensibilização para as discussões sociais que essas implicam.

Neste sentido, como já afirmamos a opção pela Pedagogia de Projetos deve-se à orientação metodológica para o desenvolvimento das atividades de ensino/aprendizagem, que coloquem o aluno como sujeito ativo do seu processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista a necessidade de desenvolver o perfil do egresso do curso.

Neste sentido, outras técnicas de ensino devem ser incorporadas para que os objetivos, as competências e as habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico possam se consolidar.

Assim está indicado que o professor assuma o conhecimento dentro de uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, que incorpore técnicas e atividades variadas no dia a dia da sala de aula, que realize o **planejamento de projetos** que contenham situações didáticas que privilegiem o aluno como protagonista da construção do saber e que por fim demonstre a importância do papel social de todos na construção de uma sociedade mais justa a partir de uma inserção consciente e cidadã no mundo do trabalho.

Como técnicas de ensino, indicamos, dentre outros, o uso de:

- Aulas Expositivas Dialogadas: a aula expositiva dialogada deve permitir que a partir da exposição realizada o aluno possa interagir com o conteúdo sendo provocado, a partir das questões apresentadas pelo professor, mais do que expor um assunto numa perspectiva definida e acabada, o professor deve a partir do que apresenta indagar o aluno, para que a partir do que este já sabe, avançar na construção de um novo conhecimento. Neste sentido o professor deve sempre iniciar sua exposição a partir de uma pergunta problematizadora que tenha o poder de mobilizar o já sabido em direção ao não-sabido

• Aulas Expositivas dialogadas com uso de recursos audiovisuais: semelhante ao processo da aula expositiva está diferencia-se da primeira por incluir recursos audiovisuais na dinâmica da exposição. Esses recursos audiovisuais podem ser desde o uso do Datashow com projeções de imagens ou textos, até a apresentação de pequenos vídeos, ou trechos de filmes, músicas, manchetes de jornais, trechos de programas de televisão, telejornais, ou seja, as possibilidades do trabalho pedagógico são ampliadas pela quantidade significativa de informações que os professores podem acessar e apresentar, encontrando neste recurso os elementos problematizadores para a partir de então inserir os elementos teóricos necessários a reflexão.

• Atividades em grupo tais como seminário; painel integrado; grupos de observação e de verbalização: estas atividades além de favorecerem a construção do conhecimento e o aprendizado de conteúdos conceituais, são também excelentes fontes para o desenvolvimento de competências e conteúdos atitudinais, para que isso aconteça, estas devem ser muito bem preparadas, devendo ter seus objetivos e procedimentos claros e compartilhados com os alunos. Estas atividades conferem bastante dinamismo à sala de aula, além de serem excelente fonte de construção coletiva de conhecimento.

• Estudos Dirigidos: os estudos dirigidos privilegiam as habilidades destinadas fundamentalmente a capacidade de leitura e escrita, devendo também ser objeto de planejamento do professor, onde a partir de um texto ou conjunto de textos, localiza as informações pertentes ao estudo, sinalizando onde deseja que os alunos realizem o devido aprofundamento.

• Exercícios de Fixação de Conteúdos: realização de exercícios teóricos para a fixação de conteúdo, ou treino de habilidades específicas

• Estudos de Caso: realização de estudos como um problema que reproduz os questionamentos, as incertezas e as possibilidades de um determinado contexto mobilizando conhecimentos para a tomada de decisão. O processo de chegar a uma decisão, por meio da análise e discussão individual e coletiva das informações expostas no estudo de caso, promove o raciocínio crítico e argumentativo dos alunos.

Em função dessas características, o caso é considerado um valioso instrumento pedagógico, que desafia o aluno a raciocinar, argumentar, negociar e refletir – habilidades bastante demandantes do ponto de vista cognitivo e social.

• Elaboração de projetos de ação ou de investigação: elaboração, desenvolvimento e aplicação de ações ou ainda realização de pesquisas acerca de temas relativos as disciplinas do currículo que por sua relevância mereçam aprofundamento.

• Visitas Técnicas: visitas em espaços externos que promovam a integração entre conteúdos teóricos e práticos, possibilitando ao aluno a integração entre aquilo que se sabe sobre um determinado conhecimento e aquilo que se produz a partir desse conhecimento.

• Atividades de extensão: atividades que proporcionem a execução de atividades na comunidade externa a partir de conteúdos aprendidos e produzidos no transcurso da graduação, favorece a integração de conhecimentos em caráter interdisciplinar e transversa, além de proporcionar excelente articulação entre teoria e prática

•

• Atividades Práticas Supervisionadas em Laboratórios ou Espaços Externos: atividades de aplicação de conhecimentos ou de treinos de habilidades no sentido da integração entre teoria e prática que podem ser simuladas quando realizadas em laboratório, ou reais quando realizadas em espaços externos à instituição.

• Workshops ou oficinas pedagógicas: a partir de um conceito ou um problema, o professor proporciona a interação e a troca de experiências em sala de aula, tendo em vista a elaboração de um produto. Este produto pode ser desde um produto material, quando um produto conceitual. O sentido do Workshop e das Oficinas pedagógicas e o aprender fazendo, ou seja, integrando teoria e prática mediadas pelo professor com vista a alcançar um objetivo comum.

• Jogos; Gincanas; Feiras e Exposições Temáticas: realização das atividades em grupo que tenham como objetivo o exercício de algum conhecimento específico, o treino de uma habilidade ou a exposição do produto final de uma aprendizagem consolidada pelos alunos.

• Minipalestras: integração dos alunos com profissionais da área no sentido de atualização do conhecimento a partir da abordagem de temas atuais pertinentes ao exercício da profissão. As mini palestras devem ser realizadas em sala de aula, e deve priorizar conhecimentos atuais e inovadores.

• Círculo de debates ou discussões: atividades de sala de aula, orientadas e mediadas pelo professor que deve organizá-la de modo a favorecer a participação de todos os envolvidos. Estas atividades podem ser realizadas como forma de socialização do conhecimento a partir da leitura de textos, ou de qualquer outra atividade que tenham os conceitos teóricos como fundamento. Nestas atividades os

professores têm a excelente oportunidade de promover o desenvolvimento da autonomia do pensamento, da capacidade de argumentação e de negociação para a criação de consensos.

• Elaboração de paper/artigos científicos; resumos, resenhas e textos escritos argumentativos ou dissertativos: atividades que devem considerara a capacidade de integração conceitual dos alunos, além de excelentes oportunidades para o exercício da capacidade de articulação de conceitos e de treino das capacidades de leitura e escrita dos alunos.

Aulas Práticas em Laboratórios, tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação proporciona experiências acadêmicas de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da química, até aqueles referentes aos conhecimentos pertinentes ao exercício da docência, estas atividades aulas práticas são proporcionadas em espaços internos que são nossos laboratórios e estende-as as atividades de visita técnicas e oficinas pedagógicas além de estágio curricular utilizando instituições públicas e privadas conveniadas.

As aulas práticas, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, assim como os estágios, são atividades acadêmicas monitorada em campo por professores e/ou preceptores que realizam o acompanhamento dos alunos na realização das atividades em diferentes disciplinas do currículo. Sendo, portanto, assim definidas:

- As aulas práticas: nos primeiros períodos do Curso realizam-se nos laboratórios de química, nas instalações da F.A e atendem a diferentes componentes

curriculares, sobretudo das disciplinas básicas do curso. Nos laboratórios os alunos desenvolvem suas atividades acadêmicas deste as bases de teóricas e experimentais referentes aos conhecimentos específicos da área de química.

- As Visitas Técnicas: consiste no propósito de levar o aluno ao local de uma atividade profissional relacionada a sua formação, para que o mesmo possa a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, aprofundar o mesmo através de estudo, análise e avaliação. A mesma não deve ser encarada como um passeio, mas sim, com uma atividade formal, a qual precisa de planejamento prévio. Durante a Visita, o registro e as anotações devem ser atividades prioritários. As visitas devem ser realizadas com objetivos didáticos, sendo orientada e operacionalizada com técnica e discutida previamente. Os professores, na oportunidade, estarão avaliando: postura, pontualidade, conhecimento técnico e respeito com os colegas. O relatório final deverá ser elaborado e entregue para que o professor possa avaliar a efetividade da atividade na aprendizagem dos alunos.
- Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por professores capacitados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

Tanto as Aulas Práticas como os Estágios, ocorrem em instituições que possuam convênio ou termo de cooperação com a IES.

1.6.3 Metodologia das Atividades Interdisciplinares

No âmbito da IES, entendemos Interdisciplinaridade por uma abordagem de tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdo, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado. Na F.A, a interdisciplinaridade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de projetos interdisciplinares, os quais serão

realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração horizontal dos componentes curriculares de um determinado período.

Assim, o Projeto Interdisciplinar tem como objetivo geral a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos em situações ou problemas teórico-práticos, selecionados de maneira a permitir a integração entre disciplinas, aprofundamento da socialização dos alunos, contextualização dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, organização, pontualidade e desenvolvimento de habilidades. Além de promover e incentivar atividades de pesquisa e trabalho em equipe, identificar habilidades e aplicar conceitos.

O Projeto Interdisciplinar deve também contribuir para:

a) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre disciplinas;

b) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações;

c) Despertar nos discentes o gosto pela investigação científica;

d) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;

e) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;

f) Registrar as conclusões dos participantes do projeto expondo-as aos demais integrantes da série.

A interdisciplinaridade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, de uma situação problema, de necessidades de intervenção práticas, do desenvolvimento de novas técnicas, de soluções inovadoras para problemas pertinentes as disciplinas, os alunos desenvolverão atividades de teórico e práticas, utilizando como referência os conteúdos curriculares das disciplinas com a finalidade de compreender e analisar o tema, resolver o problema, ou desenvolver novas técnicas que os remetam a compreensão da interligação e da intercomunicação do conhecimento numa perspectiva integradora.

Este tema gerador, a situação problema, ou atividade teórico-prática a ser realizada deve necessariamente concorrer para a integração das disciplinas de um mesmo período letivo, prevendo a utilização dos conteúdos previstos para as mesmas em acordo com as suas ementas, sempre com foco na articulação temática com as necessidades do mundo do trabalho.

Os projetos interdisciplinares fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto, sendo planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando a integração horizontal das disciplinas de um mesmo período.

Já as atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso, com a finalidade de fortalecer o perfil do egresso, para seu pleno desenvolvimento O projeto interdisciplinar é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida, com descrição da atividade a ser realizada como projeto interdisciplinar deverá estar contido obrigatoriamente no plano de aprendizagem em espaço reservado para este fim.

1.6.4 Metodologia das Atividades Transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial

Por Transversalidade a IES entende ser à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). Assim, a Transversalidade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de Projetos Transversais, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração vertical e horizontal dos componentes curriculares de um determinado período em duas áreas temáticas específicas, a saber:

a) Educação Ambiental
b) Relações Étnico-Raciais

O Projeto Transversal tem como finalidade proporcionar aos alunos a compreensão da importância de debater esses temas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atuam e vivem, e para uma atuação cidadã dos futuros profissionais formados pela instituição.

O Projeto Transversal deve também contribuir para:

- Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações; debater e obter conhecimento acerca de temas contemporâneos relativos as áreas temáticas identificadas;
- Despertar nos discentes o gosto pelo debate, pela troca de experiência, pela intercomunicação de conhecimentos e vivência e pela tolerância na perspectiva da acessibilidade atitudinal e da consciência ambiental.

Neste escopo a Transversalidade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, os alunos desenvolverão atividades teóricas e/ou práticas, utilizando como referência temáticas pertinentes a Educação Ambiental e as Relações Étnico-raciais, com destaque para as temáticas culturais locais.

Este tema gerador, por sua vez, deve necessariamente concorrer para a integração da realidade refletida a luz de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos no percurso formativo dos alunos, nesta direção os projetos Transversais fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma reflexão acerca das questões ambientais e étnico-raciais, proporcionando aos alunos uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

Os projetos serão planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando à integração transversal dos conteúdos relacionados à Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais, e terão caráter permanente e contínuo, devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto, trazendo também, a indicação de quais temas serão abordados referentes às áreas temáticas indicadas neste regulamento. De caráter curricular o projeto transversal terá para sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, devem obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que

estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

1.6.5 Metodologia da Educação para os Direitos Humanos

Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa, cujo ementário trata dos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Direitos Humanos são modernamente, entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. O conceito de “Direitos Humanos” resultou de uma evolução do pensamento filosófico, jurídico e político da Humanidade. O retrospecto dessa evolução permite visualizar a posição que o homem desfrutou, aqui e ali, dentro da sociedade, através dos tempos.

Mas a ressalva maior está no que condiz ao sistema de ensino. Este deve ter uma responsabilidade de enquadrar-se na formação do Estado Democrático, pois o sistema de ensino deve contemplar a formação do cidadão, desenvolvendo uma visão moderna e bem fundamentada dos direitos civis, políticos e sociais, e também uma consciência mais abrangente dos direitos humanos.

Frente a pergunta de como abarcar o ensino e aprendizagem dos Direitos Humanos no sistema educativo, alinham-se diversas respostas, pois por um lado estão todas aquelas que podem denominar-se de incorporação dos conteúdos. Estas consideram que é suficiente a inclusão desta temática em alguma das disciplinas existentes, ou, no máximo, o estudo de uma disciplina específica, para que os acadêmicos logrem os objetivos que, sobre este aspecto, orientam a ação do sistema educativo.

Duas objeções podem ser formuladas a esta postura. Uma delas consiste em que atrás desta posição, existe uma concepção meramente declaratória, nominalista, dos Direitos Humanos, que os reduz a um conjunto de informações cuja formulação é

suficiente para assegurar sua existência real. Por outro lado, se fundamenta na difundida crítica que se faz dos sistemas educativos em relação ao enciclopedismo curricular. O conjunto de temas ou disciplinas reforça este enciclopedismo e torna mais questionável a ação das instituições de ensino.

O tema direito humanos e cidadania assume papel importante em nossa sociedade, principalmente através das transformações ocorridas nos últimos séculos. A noção de cidadania foi fortalecida, e ganhou novo significado a partir da Constituição Federativa de 1988 que reforçou a ideia de cidadãos como sujeitos sociais ativos que contribuem para o desenvolvimento de um Estado Democrático Social de Direito.

A educação está intimamente ligada à cidadania, desde o ensino primário até o superior, pois é neste cenário imbuído de significação que são apresentados aos estudantes o real valor em ser cidadão. Desta maneira trabalha-se para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser partícipe das transformações sociais. A educação torna-se o pilar para o desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, assim:

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola (SANTOS, 2001).

Os Direitos Humanos e Fundamentais constituem o pilar para a organização de um sistema constitucional e do próprio Estado. As normas constitucionais elaboradas pelo Estado para a organização da sociedade têm como alguns de seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. A consolidação de tais direitos eleva a condição do cidadão que vive em uma sociedade e zela pelo respeito mútuo. É de grande importância o reconhecimento, pelos cidadãos de seus direitos visto que desta maneira os mesmos podem lutar por melhorias na qualidade de vida.

Ao exercer o papel de cidadão na sociedade, o sujeito visa participar da efetivação dos direitos que o tutelam e da afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais. Desta forma a educação passa a ter um papel essencial no conhecimento e construção de tais Direitos.

Assim, se o conhecimento dos Direitos Humanos deve ser divulgado na sociedade, tanto mais se deve exigi-lo quando se trata de estudantes do ensino

superior pois estes, em face de sua posição privilegiada na sociedade brasileira, devem conhecer a fundo seus direitos e buscar seu reconhecimento na sociedade. Tratar da questão dos Direitos Humanos significa não apenas defender os direitos próprios, é também buscar a defesa dos direitos que envolvem a sociedade como um todo.

Certos desse propósito a IES, atendendo ao chamado de sua vocação institucional expressa na sua missão institucional, a Educação para os Direitos Humanos será ofertada como prevê os termos legais, conforme dispõe as Diretrizes Nacionais em Direitos Humanos CNE/CP No. 08 de 06/03/2012, em formato de uma disciplina “Educação e Direitos Humanos” em todas as matrizes curriculares dos cursos.

Ademais, a IES já vem desde 2017, trabalhará com a Temática das Relações étnico-raciais e indígenas no formato dos projetos transversais, fato que reafirma o compromisso institucional da IES com o desenvolvimento de competências atitudinais em nossos alunos como nosso contributo para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e tolerante para com as diferenças.

1.6.6 Metodologia da Articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão

SEGUEM ORIENTAÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA O **PAPEERI-PROGRAMA DE ARTICULAÇÃO PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL INSTITUCIONAL**, abaixo relacionadas:

MARCO LEGAL, METAS E ORIENTAÇÕES PARA CUMPRIMENTO:

Artigo 3º. da Resolução N 7/2018: “A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade **que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico,** que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

MET 01-Conforme o estabelecido nos Artigos acima, devem ser inseridas nas matrizes dos cursos 10% do total da carga horária de cada disciplina para desenvolvimento de atividades do Projeto PAPEERI;

Art. 5º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Art. 6º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:
I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;
V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

Art. 8º As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:
I - Programas;
II - Projetos;
III - Cursos e oficinas;
IV - Eventos;
V - Prestação de serviços

META 02-A Extensão da IES deve ser caracterizada por:

I-PROGRAMAS: a IES possui o PAPEERI;

II-PROJETOS: os cursos desenvolvem projetos interdisciplinares, (ENVOLVENDO

TODAS AS DISICIPLINAS DO PERÍODO) e multiprofissionais (COM PARTICIPAÇÃO DE OUTROS CURSOS/ÁREAS);

III-CURSOS E OFICINA: devem ser planejados e ministrados, na comunidade, por discentes acompanhados por docentes;

IV-EVENTOS: que devem ser planejados e realizados, na comunidade, por discentes acompanhados por docentes;

V-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: constituem as atividades desenvolvidas nos projetos dos cursos beneficiando a comunidade assistida.

Art. 11 A auto avaliação da extensão, prevista no artigo anterior, deve incluir:

I - a identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular;

II - a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógico dos Cursos;

III - a demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante.

Parágrafo Único. Compete às instituições explicitar os instrumentos e indicadores que serão utilizados no auto avaliação continuada da extensão.

META 03-A auto avaliação da IES será realizada através da Comissão Própria de Avaliação-CPA, com os objetivos

a) **Melhoria contínua**
b) **Identificação do cumprimento das diretrizes junto ao discente.**

Art. 12 Art. 12 A avaliação externa *in loco* institucional e de cursos, de responsabilidade do Instituto Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) deve considerar para efeito de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como para o credenciamento e recredenciamento das instituições de ensino superior, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação (SINAES), os seguintes fatores, entre outros que lhe couber:

I - a previsão institucional e o cumprimento de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação para as atividades de extensão tipificadas no Art. 8º desta Resolução, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;
II - a articulação entre as atividades de extensão e as atividades de ensino e pesquisa realizadas nas instituições de ensino superior;

Parágrafo único. Aos estudantes, deverá ser permitido participar de quaisquer atividades de extensão, mantidas pelas instituições de ensino superior, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados nas normas pertinentes.

Art. 13 Para efeito do cumprimento do disposto no Plano Nacional de Educação (PNE), as instituições devem incluir em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os seguintes termos, entre outros:
I - a concepção de extensão, que se ajuste aos princípios estabelecidos na presente Resolução, a ser aplicado na formulação dos projetos pedagógicos dos cursos superiores, quando necessários;
II - o planejamento E as atividades institucionais de extensão;
III - a forma de registro a ser aplicado nas instituições de ensino superior, descrevendo as modalidades de atividades de extensão que serão desenvolvidas;
IV - as estratégias de creditação curricular e de participação dos estudantes nas atividades de extensão;
V - a política de implantação do processo auto avaliativo da extensão, as estratégias e os indicadores que serão utilizados para o cumprimento das disposições constantes no art. 4º desta Resolução;
VI - a previsão as estratégias de financiamento das atividades de extensão.

META 04-METODOLOGIA DO PAPEERI

Os projetos do PAPEERI devem ter duração de um ano (1º. E 2º. Semestre de cada ano):

Atividade do projeto durante o 1º. Semestre:

I-CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMUNIDADE

- Perfil étnico racial na comunidade.
- Perfil de educação ambiental na comunidade.
- Direitos humanos e educação indígena (quando for o caso).

II-LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADE DA COMUNIDADE

- Com base em questionário previamente elaborado pelos cursos do envolvidos no projeto.
- Atividade interdisciplinar com base em PESQUISA BIBLIOGRÁFICA relacionando os conteúdos das disciplinas a serem trabalhados no projeto e contemplando os eixos ÉTNICO RACIAL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DIREITOS HUMANOS.

III-CONTIBUIÇÃO INTERDISCIPLINAR, na qual cada disciplina deve apresentar o conteúdo da ementa a ser trabalhado no projeto;

Cada disciplina tem que propor 1 objetivo especifico para contribuir com o projeto E relacionar com os resultados a serem alcançados para atender ao objetivo proposto;

Atividade do projeto durante o 2º. Semestre:

I-INTERVENÇÃO NA COMUNIDADE PELOS CURSOS ENVOLVIDOS NO PROJETO, RELACIONANDO TEORIA E REALIDADE.

-Responsável: colegiado dos cursos e coordenadores.

-Submissão do projeto e aprovação do Comitê de Ética.

II-INTERVENÇÃO

- Aplicar a proposta do projeto na comunidade.
- Responsáveis: Alunos e docentes (tutor).

III-PRODUTO FINAL DO PROJETO: ARTIGO

Deve ser elaborado pelos docentes tutores e mais os das outras disciplinas do período.

Apresentação dos resultados das atividades, **explicitando os benefícios na comunidade e o sentimento do discente como agente transformador da teoria e da realidade** no Seminário de Extensão e Iniciação Cientifica da IES.

Será organizada uma coletânea de todos os artigos do PAPEERI e publicados em e-book.

Art. 14 Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação.

META 05-As atividades de Extensão nos projetos devem ser informadas ao discente (NOTA E CARGA HORÁRIA) no início do período.

Art. 15 As atividades de extensão devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão, devidamente registrados, documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados.

Parágrafo único. As atividades de extensão devem ser sistematizadas e acompanhadas, com o adequado assentamento, além de registradas, fomentadas e avaliadas por instâncias administrativas institucionais, devidamente estabelecidas, em regimento próprio.

META 06-Deve constar no Regimento Interno da IES, a obrigatoriedade de registro no histórico do discente (NOTA E CARGA HORÁRIA).

Art. 17 As atividades de extensão podem ser realizadas com parceria entre instituições de ensino superior, de modo que estimule a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes.

META 07-Os cursos podem fazer parcerias com outras IES e empresas para desenvolvimento das atividades de Extensão.

1.6.7 Metodologia de Avaliação do ensino Aprendizagem

De acordo com a Portaria Normativa MEC n.22/2017, o PPC deve prever as atividades presenciais obrigatórias capazes de contribuir para a construção do perfil que atenda as competências e habilidades exigidas pelas DCNs do curso, informando quais serão as atividades presenciais obrigatórias, onde ocorrerão com qual carga horária e competências e habilidades a serem desenvolvidas.

O art.8º da Portaria Normativa MEC n. 11 de 20/06/2017, dispõe que as **atividades presenciais são**: tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais de laboratório, defesa de trabalhos, realizadas na sede da IES, nos pólos EAD ou em ambiente profissional. A **tutoria presencial é:** o momento em que o tutor presencial auxilia os alunos no uso dos materiais recebidos para as atividades presenciais, participa de momentos presenciais obrigatórios, tais como avaliações, aulas práticas em laboratórios, visitas técnicas, estágios supervisionados e defesa de TCC. Assim, descritas conforme tabela a seguir:

Atividades Presenciais obrigatórias ao longo de todo o Curso EAD (descrevê-las de modo objetivo, claro e determinado)	**Competências ou Habilidades do Perfil de Egresso abrangidas com as atividades presenciais**	**Local da atividade presencial obrigatória**	**Carga Horária destinada à atividade presencial**
Avaliações (descrever todas as avaliações presenciais) 1. Avaliação institucional de N1-	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida	PÓLO INTERMEDIADA PELOS TUTORES LOCAIS	3 horas para cada avaliação

2. Atividade Interdisciplinar Abordagem Interdisciplinar com promovendo a integração das disciplinas de um mesmo período por meio da pedagogia de projetos. Avaliação institucional de N2 Atividade Transversal Abordagem Transversal aplicada de acordo com as temáticas voltadas para as questões étnico-raciais e aquelas relativas à educação ambiental, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e as práticas da área de conhecimento do curso.	utilização das normas técnico-jurídicas; demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão; adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural; desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.	PÓLO INTERMEDIADA PELOS TUTORES LOCAIS INTERMEDIADA PELOS TUTORES LOCAIS DO PÓLO I INTERMEDIADA PELOS TUTORES LOCAIS	20h (Carga horária distribuída em planejamento, construção, organização e apresentação) 15 h (sendo 3 horas para cada disciplinas) 20h - (Carga horária distribuída em planejamento, construção, organização e apresentação)
Aulas práticas do curso (descrever todas as aulas práticas de laboratório que serão realizadas presencialmente)			

Não se aplica			
Visitas Técnicas (descrever as <u>todas</u> as visitas técnicas que são realizadas no curso) Considerando a possibilidade de visitas técnicas a serem realizadas no âmbito das práticas pedagógicas do curso, têm-se como propósito levar o aluno ao local de uma atividade profissional relacionada à sua formação, para que o mesmo possa aprofundar sua percepção sobre as rotinas profissionais a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, desenvolvendo estudos, análises e avaliações. Esta atividade deverá ser executada no 1º Semestre do Curso, possibilitando que o acadêmico faça a integração entre teoria e prática. 1.Visita Técnica no Tribunal De Justiça Conhecer e a dinâmica e funcionamento do judiciário nos procedimentos comum e Tribunal do Júri 2.Visita Técnica na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Conhecer a atuação do Conselho de Classe (OAB) in loco, assim como os	desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos; atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos; compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica; desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar;	NAS DEPENDENCIAS DOS ORGAOS	5h, distribuídas entre: Planejamento da Visita, Organização didático-pedagógica da Visita, Criação de instrumentais para a visita de observação, Execução da Visita, elaboração de Relatórios Técnicos da Visita como atividade parcial) 15h, distribuídas entre: Planejamento da Visita, Organização didático-pedagógica da Visita, Criação de instrumentais para a visita de observação, Execução da Visita, elaboração de Relatórios Técnicos da Visita como atividade parcial)

julgamentos no Tribunal de ética e Disciplina do Advoga			
Tutoria presencial (descrever <u>todas</u> as tutorias presenciais que serão realizadas com os discentes ao longo do curso) O tutor cumpre papel fundamental em todas as atividades do curso EaD, já que suas atribuições não se limitam ao acompanhamento das atividades dos alunos. Como parte da equipe acadêmica dos cursos, o tutor é aquela pessoa que o aluno toma como referência na condução do seu processo de aprendizagem, pois é ele que faz a mediação entre os conteúdos desenvolvidos pelos professores e as atividades realizadas pelos alunos, dando vida às propostas e princípios definidos nos projetos pedagógicos de curso. Elo importante entre a instituição e o aluno, o tutor tem como atribuição principal a orientação do aluno para que se conscientize de que estuda para seu próprio desenvolvimento profissional, por cujo sucesso é o principal responsável para isso, o tutor deve motivá-lo a agir de forma responsável quanto às tarefas, prazos e tempo de dedicação ao estudo e pesquisa. A atividade presencial será acompanhada por tutores. O tutor presencial é responsável pela condução, mediação e orientação das atividades desenvolvidas nas oficinas presenciais e pelo acompanhamento dos alunos nos plantões realizados nos polos de apoio presencial. O trabalho dos tutores presenciais será acompanhado pelo Supervisor dos Tutores, responsável pela orientação e supervisão das atividades. **Tutoria presencial 1.** Momento tira dúvidas no	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão; dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito; desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos; desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar;	PÓLO INTERMEDIADA PELOS TUTORES LOCAIS	Cada Atividade de Tutoria Presencial será realizada entre 2 e 3 encontros de 4h. Tutoria 1 – 3 Encontros de 4h (12h) Tutoria 2 – 2 Encontros de 4h (8h) Tutoria 3 – 2 Encontros de 4h (8h) Tutoria 4 – 2 Encontros de 4h (8h)

acompanhamento das disciplinas em cada semestre. Com a presença de tutor de disciplina. **Tutoria presencial 2.** Orientação acerca da estrutura e etapas das visitas técnicas. **Tutoria presencial 3.** Orientação na construção dos instrumentais das visitas técnicas. **Tutoria presencial 4.** Orientação para elaboração dos relatórios das atividades de visitas técnicas.			
Estágio supervisionado Não se aplica			
Defesa de TCC Não se aplica			

Metodologia das Atividades Interdisciplinares

Neste cenário há ainda que se considerar o trabalho transversal necessário com as temáticas voltadas para as questões étnico-raciais e aquelas relativas à educação ambiental, neste sentido é previsto que a abordagem destes temas se realize de maneira transversal nos currículos da graduação promovendo discussões que ressaltem a importância da compreensão de tais temáticas no contexto geral da formação dos alunos. Isto significa afirmar que tais abordagens dar-se-ão na oportunidade do desenvolvimento das disciplinas do curso, sendo contemplada, como mecanismo de reflexão e de sensibilização para as discussões sociais que essas implicam.

Metodologia das Atividades Transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial

Neste cenário há ainda que se considerar o trabalho transversal necessário com as temáticas voltadas para as questões étnico-raciais e aquelas relativas à educação ambiental. Neste sentido é previsto que a abordagem destes temas se realize de maneira transversal nos currículos da graduação promovendo discussões que ressaltem a importância da compreensão de tais temáticas no contexto geral da formação dos alunos. Isto significa afirmar que tais abordagens dar-se-ão na oportunidade do desenvolvimento das disciplinas do curso, sendo contemplado, como mecanismo de reflexão e de sensibilização para as discussões sociais que essas implicam.

Metodologia da Educação para os Direitos Humanos

Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa, cujo ementário trata dos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Direitos Humanos são modernamente, entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. O conceito de “Direitos Humanos” resultou de uma evolução do pensamento filosófico, jurídico e político da Humanidade. O retrospecto dessa evolução permite visualizar a

posição que o homem desfrutou, aqui e ali, dentro da sociedade, através dos tempos.

Mas a ressalva maior está no que condiz ao sistema de ensino. Este deve ter uma responsabilidade de enquadrar-se na formação do Estado Democrático, pois o sistema de ensino deve contemplar a formação do cidadão, desenvolvendo uma visão moderna e bem fundamentada dos direitos civis, políticos e sociais, e também uma consciência mais abrangente dos direitos humanos.

Frente a pergunta de como abarcar o ensino e aprendizagem dos Direitos Humanos no sistema educativo, alinham-se diversas respostas, pois por um lado estão todas aquelas que podem denominar-se de incorporação dos conteúdos. Estas consideram que é suficiente a inclusão desta temática em alguma das disciplinas existentes, ou, no máximo, o estudo de uma disciplina específica, para que os acadêmicos logrem os objetivos que, sobre este aspecto, orientam a ação do sistema educativo.

Duas objeções podem ser formuladas a esta postura. Uma delas consiste em que atrás desta posição, existe uma concepção meramente declaratória, nominalista, dos Direitos Humanos, que os reduz a um conjunto de informações cuja formulação é suficiente para assegurar sua existência real. Por outro lado, se fundamenta na difundida crítica que se faz dos sistemas educativos em relação ao enciclopedismo curricular. O conjunto de temas ou disciplinas reforça este enciclopedismo e torna mais questionável a ação das instituições de ensino.

O tema direitos humanos e cidadania assume papel importante em nossa sociedade, principalmente através das transformações ocorridas nos últimos séculos. A noção de cidadania foi fortalecida, e ganhou novo significado a partir da Constituição Federativa de 1988 que reforçou a ideia de cidadãos como sujeitos sociais ativos que contribuem para o desenvolvimento de um Estado Democrático Social de Direito.

A educação está intimamente ligada à cidadania, desde o ensino primário até o superior, pois é neste cenário imbuído de significação que são apresentados aos estudantes o real valor em ser cidadão. Desta maneira trabalha-se para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser partícipe das transformações sociais. A educação torna-se o pilar para o desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, assim:

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola (SANTOS, 2001).

Os Direitos Humanos e Fundamentais constituem o pilar para a organização de um sistema constitucional e do próprio Estado. As normas constitucionais elaboradas pelo Estado para a organização da sociedade têm como alguns de seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. A consolidação de tais direitos eleva a condição do cidadão que vive em uma sociedade e zela pelo respeito mútuo. É de grande importância o reconhecimento, pelos cidadãos de seus direitos visto que desta maneira os mesmos podem lutar por melhorias na qualidade de vida.

Ao exercer o papel de cidadão na sociedade, o sujeito visa participar da efetivação dos direitos que o tutelam e da afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais. Desta forma a educação passa a ter um papel essencial no conhecimento e construção de tais Direitos.

Assim, se o conhecimento dos Direitos Humanos deve ser divulgado na sociedade, tanto mais se deve exigi-lo quando se trata de estudantes do ensino superior pois estes, em face de sua posição privilegiada na sociedade brasileira, devem conhecer a fundo seus direitos e buscar seu reconhecimento na sociedade. Tratar da questão dos Direitos Humanos significa não apenas defender os direitos

próprios, é também buscar a defesa dos direitos que envolvem a sociedade como um todo.

Certos desse propósito a IES, atendendo ao chamado de sua vocação institucional expressa na sua missão institucional, a Educação para os Direitos Humanos será ofertada como prevê os termos legais, conforme dispõe as Diretrizes Nacionais em Direitos Humanos CNE/CP No. 08 de 06/03/2012, em formato de uma disciplina “Educação e Direitos Humanos” em todas as matrizes curriculares dos cursos.

Ademais, a IES já vem desde 2017, trabalhará com a Temática das Relações étnico-raciais e indígenas no formato dos projetos transversais, fato que reafirma o compromisso institucional da IES com o desenvolvimento de competências atitudinais em nossos alunos como nosso contributo para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e tolerante para com as diferenças.

Metodologia da Articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão

SEGUEM ORIENTAÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA O **PAPEERI-PROGRAMA DE ARTICULAÇÃO PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL INSTITUCIONAL**, abaixo relacionadas:

MARCO LEGAL, METAS E ORIENTAÇÕES PARA CUMPRIMENTO:

Artigo 3º. da Resolução N 7/2018: “A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade **que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico,** que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos

cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

MET 01-Conforme o estabelecido nos Artigos acima, devem ser inseridas nas matrizes dos cursos 10% do total da carga horária de cada disciplina para desenvolvimento de atividades do Projeto PAPEERI;

Art. 5º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Art. 6º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

Art. 8º As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:

I - Programas;

II - Projetos;

III - Cursos e oficinas;

IV - Eventos;

V - Prestação de serviços

META 02-A Extensão da IES deve ser caracterizada por:

I-PROGRAMAS: a IES possui o PAPEERI;

II-PROJETOS: os cursos desenvolvem projetos interdisciplinares, (ENVOLVENDO

TODAS AS DISICIPLINAS DO PERÍODO) e multiprofissionais (COM PARTICIPAÇÃO DE OUTROS CURSOS/ÁREAS);

III-CURSOS E OFICINA: devem ser planejados e ministrados, na comunidade, por discentes acompanhados por docentes;

IV-EVENTOS: que devem ser planejados e realizados, na comunidade, por discentes acompanhados por docentes;

V-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: constituem as atividades desenvolvidas nos projetos dos cursos beneficiando a comunidade assistida.

Art. 11 A auto avaliação da extensão, prevista no artigo anterior, deve incluir:

I - a identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular;

II - a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógico dos Cursos;

III - a demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante.

Parágrafo Único. Compete às instituições explicitar os instrumentos e indicadores que serão utilizados no auto avaliação continuada da extensão.

META 03-A auto avaliação da IES será realizada através da Comissão Própria de
Avaliação-CPA, com os objetivos

c) **Melhoria contínua**
d) **Identificação do cumprimento das diretrizes junto ao discente.**

Art. 12 Art. 12 A avaliação externa *in loco* institucional e de cursos, de responsabilidade do Instituto Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) deve considerar para efeito de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como para o credenciamento e recredenciamento das instituições de ensino superior, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação (SINAES), os seguintes fatores, entre outros que lhe couber:

I - a previsão institucional e o cumprimento de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação para as atividades de extensão tipificadas no Art. 8º desta Resolução, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

II - a articulação entre as atividades de extensão e as atividades de ensino e pesquisa realizadas nas instituições de ensino superior;

Parágrafo único. Aos estudantes, deverá ser permitido participar de quaisquer atividades de extensão, mantidas pelas instituições de ensino superior, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados nas normas pertinentes.

Art. 13 Para efeito do cumprimento do disposto no Plano Nacional de Educação (PNE), as instituições devem incluir em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os seguintes termos, entre outros:

I - a concepção de extensão, que se ajuste aos princípios estabelecidos na presente Resolução, a ser aplicado na formulação dos projetos pedagógicos dos cursos superiores, quando necessários;
II - o planejamento E as atividades institucionais de extensão;
III - a forma de registro a ser aplicado nas instituições de ensino superior, descrevendo as modalidades de atividades de extensão que serão desenvolvidas;
IV - as estratégias de creditação curricular e de participação dos estudantes nas atividades de extensão;
V - a política de implantação do processo auto avaliativo da extensão, as estratégias e os indicadores que serão utilizados para o cumprimento das disposições constantes no art. 4º desta Resolução;
VI - a previsão as estratégias de financiamento das atividades de extensão.

META 04-METODOLOGIA DO PAPEERI

Os projetos do PAPEERI devem ter duração de um ano (1º. E 2º. Semestre de cada ano):

Atividade do projeto durante o 1º. Semestre:

I-CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMUNIDADE

- Perfil étnico racial na comunidade.
- Perfil de educação ambiental na comunidade.
- Direitos humanos e educação indígena (quando for o caso).

II-LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADE DA COMUNIDADE

- Com base em questionário previamente elaborado pelos cursos do envolvidos no projeto.

- Atividade interdisciplinar com base em PESQUISA BIBLIOGRÁFICA relacionando os conteúdos das disciplinas a serem trabalhados no projeto e contemplando os eixos ÉTNICO RACIAL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DIREITOS HUMANOS.

III-CONTIBUIÇÃO INTERDISCIPLINAR, na qual cada disciplina deve apresentar o conteúdo da ementa a ser trabalhado no projeto;

Cada disciplina tem que propor 1 objetivo especifico para contribuir com o projeto E relacionar com os resultados a serem alcançados para atender ao objetivo proposto;

Atividade do projeto durante o 2º. Semestre:

I-INTERVENÇÃO NA COMUNIDADE PELOS CURSOS ENVOLVIDOS NO PROJETO, RELACIONANDO TEORIA E REALIDADE.

-Responsável: colegiado dos cursos e coordenadores.

-Submissão do projeto e aprovação do Comitê de Ética.

II-INTERVENÇÃO

- Aplicar a proposta do projeto na comunidade.
- Responsáveis: Alunos e docentes (tutor).

III-PRODUTO FINAL DO PROJETO: ARTIGO

Deve ser elaborado pelos docentes tutores e mais os das outras disciplinas do período.

Apresentação dos resultados das atividades, **explicitando os benefícios na comunidade e o sentimento do discente como agente transformador da teoria e da realidade** no Seminário de Extensão e Iniciação Cientifica da IES.

Será organizada uma coletânea de todos os artigos do PAPEERI e publicados em e-book.

Art. 14 Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação.

META 05-As atividades de Extensão nos projetos devem ser informadas ao discente (NOTA E CARGA HORÁRIA) no início do período.

Art. 15 As atividades de extensão devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão, devidamente registrados, documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados.

Parágrafo único. As atividades de extensão devem ser sistematizadas e acompanhadas, com o adequado assentamento, além de registradas, fomentadas e avaliadas por instâncias administrativas institucionais, devidamente estabelecidas, em regimento próprio.

META 06-Deve constar no Regimento Interno da IES, a obrigatoriedade de registro no histórico do discente (NOTA E CARGA HORÁRIA).

Art. 17 As atividades de extensão podem ser realizadas com parceria entre instituições de ensino superior, de modo que estimule a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes.

META 07-Os cursos podem fazer parcerias com outras IES e empresas para desenvolvimento das atividades de Extensão.

Metodologia de Avaliação do Ensino Aprendizagem

Atividades Presenciais obrigatórias ao longo de todo o Curso EAD (descrevê-las de modo objetivo, claro e determinado)	**Competências ou Habilidades do Perfil de Egresso abrangidas com as atividades presenciais**	**Local da atividade presencial obrigatória**	**Carg dest pres**

Avaliações (descrever <u>todas</u> as avaliações presenciais) 3. Avaliação institucional de N1- 4. Atividade Interdisciplinar Abordagem Interdisciplinar com promovendo a integração das disciplinas de um mesmo período por meio da pedagogia de projetos. Avaliação institucional de N2	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas; demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão; adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;	PÓLO INTERMEDIADA PELOS TUTORES LOCAIS PÓLO INTERMEDIADA PELOS TUTORES LOCAIS INTERMEDIADA PELOS TUTORES LOCAIS DO PÓLO I	3 horas para cada avaliação 20h (Carga horária distribuída em planejamento, construção, organização e apresentação) 15 h (sendo 3 horas para cada disciplinas)

Atividade Transversal Abordagem Transversal aplicada de acordo com as temáticas voltadas para as questões étnico-raciais e aquelas relativas à educação ambiental, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e as práticas da área de conhecimento do curso.	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural; desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.	INTERMEDIADA PELOS TUTORES LOCAIS	20h - (Carga horária distribuída em planejamento, construção, organização e apresentação)
Aulas práticas do curso (descrever todas as aulas práticas de laboratório que serão realizadas presencialmente) **Não se aplica**			
Visitas Técnicas (descrever as todas as visitas técnicas que são realizadas no curso) Considerando a possibilidade de visitas técnicas a serem realizadas no âmbito das práticas pedagógicas do curso, têm-se como propósito levar o aluno ao local de uma atividade profissional relacionada à sua formação, para que o mesmo possa aprofundar sua percepção sobre as rotinas profissionais a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, desenvolvendo estudos, análises e avaliações. Esta			5h, distribuídas entre: Planejamento da Visita, Organização didático-pedagógica da Visita, Criação de instrumentais para a visita de observação, Execução da Visita, elaboração de Relatórios Técnicos da Visita como atividade parcial)

atividade deverá ser executada no 1º Semestre do Curso, possibilitando que o acadêmico faça a integração entre teoria e prática. 1.Visita Técnica no Tribunal De Justiça Conhecer e a dinâmica e funcionamento do judiciário nos procedimentos comum e Tribunal do Júri 2.Visita Técnica na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Conhecer a atuação do Conselho de Classe (OAB) in loco, assim como os julgamentos no Tribunal de ética e Disciplina do Advoga	desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos; atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos; compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica; desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar;	NAS DEPENDENCIAS DOS ORGAOS	15h, distribuídas entre: Planejamento da Visita, Organização didático-pedagógica da Visita, Criação de instrumentais para a visita de observação, Execução da Visita, elaboração de Relatórios Técnicos da Visita como atividade parcial)
Tutoria presencial (descrever <u>todas</u> as tutorias presenciais que serão realizadas com os discentes ao longo do curso) O tutor cumpre papel fundamental em todas as atividades do curso EaD, já que suas atribuições não se limitam ao acompanhamento das atividades dos alunos. Como parte da equipe acadêmica dos cursos, o tutor é aquela pessoa que o aluno toma como referência na condução do seu processo de aprendizagem, pois é ele que faz a mediação entre os conteúdos desenvolvidos pelos professores e as atividades realizadas pelos alunos, dando vida às propostas e princípios definidos nos projetos pedagógicos de curso.	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão; dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito; desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos; desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por	PÓLO INTERMEDIADA PELOS TUTORES LOCAIS	Cada Atividade de Tutoria Presencial será realizada entre 2 e 3 encontros de 4h. Tutoria 1 – 3 Encontros de 4h (12h) Tutoria 2 – 2 Encontros de 4h (8h)

Elo importante entre a instituição e o aluno, o tutor tem como atribuição principal a orientação do aluno para que se conscientize de que estuda para seu próprio desenvolvimento profissional, por cujo sucesso é o principal responsável para isso, o tutor deve motivá-lo a agir de forma responsável quanto às tarefas, prazos e tempo de dedicação ao estudo e pesquisa. A atividade presencial será acompanhada por tutores. O tutor presencial é responsável pela condução, mediação e orientação das atividades desenvolvidas nas oficinas presenciais e pelo acompanhamento dos alunos nos plantões realizados nos polos de apoio presencial. O trabalho dos tutores presenciais será acompanhado pelo Supervisor dos Tutores, responsável pela orientação e supervisão das atividades. **Tutoria presencial 1.** Momento tira dúvidas no acompanhamento das disciplinas em cada semestre. Com a presença de tutor de disciplina. **Tutoria presencial 2.** Orientação acerca da estrutura e etapas das visitas técnicas. **Tutoria presencial 3.** Orientação na construção dos instrumentais das visitas técnicas. **Tutoria presencial 4.** Orientação para elaboração dos relatórios das atividades de visitas técnicas.	profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar;		Tuto de 4 Tuto de 4
Estágio supervisionado Não se aplica			
Defesa de TCC Não se aplica			

1.7 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

1.7.1 Determinação das DCNS para o estágio supervisionado

De acordo com a Resolução CNE/CES N° 5, de 17 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação Art. 6º A Prática Jurídica eì componente curricular obrigatório, indispensável aÌ consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus colegiados próprios, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º É obrigatória a existência, em todas as IES que oferecem o curso de Direito, de um Núcleo de Práticas Jurídicas, ambiente em que se desenvolvem e são coordenadas as atividades de prática jurídica do curso.

§ 2º As IES deverão oferecer atividades de prática jurídica na própria instituição, por meio de atividades de formação profissional e serviços de assistência jurídica sob sua responsabilidade, por ela organizados, desenvolvidos e implantados, que deverão estar estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo seu órgão colegiado competente;

§ 3º A Prática Jurídica de que trata esse artigo deverá ser coordenada pelo Núcleo de Práticas Jurídicas, podendo ser realizada, além de na própria Instituição de Educação Superior:

I - em departamentos jurídicos de empresas públicas e privadas;

II - nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais departamentos jurídicos oficiais;

III - em escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas.

§ 4º. As atividades de Prática Jurídica poderão ser reprogramadas e reorientadas em função do aprendizado teórico-prático gradualmente demonstrado pelo aluno, na forma definida na regulamentação do Núcleo de Práticas Jurídicas, até que se possa considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das diversas carreiras contempladas pela formação jurídica.

§ 5º As práticas jurídicas podem incluir atividades simuladas e reais e estágios supervisionados, nos termos definidos pelo PPC.

§ 6º A regulamentação e o planejamento das atividades de prática jurídica incluirão práticas de resolução consensual de conflitos e práticas de tutela coletiva, bem como a prática do processo judicial eletrônico.

1.7.2 Áreas de Estágio, Período Forma de Integralização da Carga Horária, Critério de Avaliação e Produto do estágio

Atendendo os preceitos legais, as práticas são consideradas como uma forma de complementar o ensino e a aprendizagem acadêmica subsidiando a formação profissional e devem ser: “planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano”. A prática profissional é estabelecida para o estudante qualificar seu processo de formação ao longo do curso.

Art. 35 - As atividades do NPJ são desenvolvidas nas áreas cível, família, penal, previdenciária e trabalhista, bem como outras necessárias à formação acadêmica e devem perfazer uma carga horária de 300 horas compreendendo as atividades reais e simuladas realizadas no NPJ bem como na disciplina de Prática Jurídica, conforme indicação da matriz curricular do curso e reais realizadas no Núcleo de práticas jurídicas, previstas na matriz curricular.

Denominada como Prática Profissional é estabelecida para permitir ao estudante qualificar seu processo de formação ao longo do curso. Nesse sentido, a prática profissional na IES pode ser realizada tanto no ambiente interno da Instituição, quanto na comunidade, mas de forma que estabeleça interação com essa comunidade. No Curso de Direito o Estágio Curricular Supervisionado deverá ser cumprido a partir do 7º. período letivo do curso.

Deverá ser observada, por parte do estagiário, a carga horária no Termo de Compromisso, documento obrigatório, firmado entre a Coordenação de Estágio, Entidade Concessionária e o Estagiário, de forma obrigatória. Além dessas atividades práticas, existe também a parte prática de elaboração de peças que são vivenciadas nas disciplinas Prática Jurídica I (Cível), Prática Jurídica II (Penal) e Prática Jurídica III (trabalhista) nos períodos 7º, 8º. e 9º. períodos do Curso.

Observa-se que o referido estágio realizar-se-á no Núcleo de Práticas Jurídicas, visando a incrementar as habilidades práticas. Outros locais de estágio poderão ser definidos considerando serviços de assistência jurídica de responsabilidade da Instituição de educação Superior por ela organizados, desenvolvidos e implantados,

ou ainda, nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da procuradorias e demais Departamentos Jurídicos Oficiais, celebrada parceria mediante convênio institucional,complementando desta forma as atividades referentes ao estágio.

A atividade de Estágio, tem como objetivo principal promover o processo educativo de aprendizagem e de formação profissional mediante atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante a participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizado sob a responsabilidade e coordenação do professor orientador. A Validação das atividades de prática profissional, desenvolvidas pelo estudante, se dará mediante autorização da Coordenação de Estágio, considerando a obrigatoriedade de orientação do professor orientador e ainda da supervisão do profissional onde irá realizar tais práticas quando do estágio externo. A atividade deve ser realizada dentro do período letivo, respeitando o calendário acadêmico da IES. O relatório de avaliação específico da pratica profissional curricular deve estar acompanhado dos documentos de atividades regulamentadas a ser entregue pelo estudante ao professor orientador, acompanhado da avaliação do responsável sendo o profissional supervisor e comprovante da carga horária efetivamente cumprida, resultando como critérios de avaliações divididos em quatro etapas, sendo a primeira etapa com a entrega do termo de compromisso; a segunda correspondente a participação semanal, o desenvolvimento de projetos e de tarefas inerentes ao próprio estágio; a terceira etapa exige a entrega das documentações que comprovem a frequência, declaração contendo as horas realizadas e atividade desenvolvidas pelo estagiário, mais o relatório final de atividades; e a quarta etapa a avaliação do supervisor. O regulamento da atividade prática profissional encontra-se nos anexos do Projeto Pedagógico do Curso. No anexo do PPC está disponível a regulamentação do Estágio Curricular Supervisionado.

1.7.3 Convênios Para Estágio Supervisionado

Conforme preconizado pela DCN, a Prática Jurídica do Curso de Direito será coordenada pelo Núcleo de Práticas Jurídicas, podendo ser realizada, além de na própria Instituição de Educação Superior, em departamentos jurídicos de empresas públicas e privadas; nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais departamentos jurídicos oficiais; em escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas.

1.7.4 Forma de Orientação e Planejamento para Acompanhamento pelo Docente Orientado do Estágio Supervisionado

O estágio curricular supervisionado, só será validado na existência de advogados ou profissionais da justiça que possam acompanhar o desenvolvimento das atividades do estagiário. A existência de orientadores é obrigatória tanto no âmbito do Núcleo de Práticas Jurídicas, quando no desenvolvimento de atividades de estágio externa a instituição.

Dessa forma, os professores-orientadores atuam orientando, supervisionando e avaliando os atendimentos aos clientes do NPJ, nas atividades simuladas e reais, nas visitas aos diversos órgãos do Poder Judiciário, Procuradorias, estabelecimentos penitenciários, e outras instituições que desenvolvam atividades jurídicas (Judiciárias e não Judiciárias), realizando o controle de frequência dos estagiários.

Os professores orientadores também responsabilizar-se-ão profissionalmente pelo acompanhamento de todos os processos patrocinado pelo Núcleo – Judicial e extrajudicial - inclusive praticando atos exclusivos de advogados;

1.7.5 Forma de Supervisão do Estágio Supervisionado

A supervisão do estágio curricular supervisionado, dar-se-á pela Coordenação do Núcleo de Praticas Jurídicas, que deverá supervisionar as atividades inerentes às questões pedagógicas e administrativas do estágio, a partir de um acompanhamento da execução das atividades dos professores-supervisores, alunos-estagiários e funcionários, no que tange a operacionalização das práticas simulada e real.

a supervisão baseia-se ainda em visitar os escritórios de advocacia, órgãos, entidades e empresas conveniadas, para supervisionar, avaliar e informar ao Coordenador do Curso como está se desenvolvendo o estágio de prática jurídica conveniada;

1.7.6 Forma de Coordenação do Estágio Supervisionado

Para o estágio será designado um Coordenador, pelo Coordenador do Curso de

Direito, responsável por coordenar as atividades do Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito inerentes às questões pedagógicas e administrativas do estágio, reportando-se ao Coordenador-Geral do Curso de Direito.

O coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas deverá tomar as providências necessárias para a apuração de fatos ocorridos no estágio, quer na esfera administrativa, quer pedagógica, comunicando- os à autoridade superior quando não for competente para solucioná-los.

A coordenação do NPJ deverá emitir pareceres, sem cunho decisório, objetivando preservar as normas contidas neste Regulamento e no Manual do Estágio, além das normas constantes do manual do aluno, assim como emitir circulares e portarias dentro de sua esfera de sua competência objetivando o fiel cumprimento das normas e da atividade fim praticada pelo NPJ.

No que tange á coordenação, deverá ainda desenvolver projetos que visem o aperfeiçoamento e melhoria dos serviços prestados pelo Núcleo de Prática Jurídica Curso de Direito e selecionar os professores que orientarão os estagiários do Núcleo, dando ciência de todos os seus atos à Coordenação Geral do Curso de Direito.

1.7.7 Práticas do Estágio e Estratégias para a Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho

O estágio é componente curricular obrigatório. Sendo assim, nenhum aluno, poderá eximir-se da prática jurídica, por se tratar de disciplina integrante do currículo pleno do Curso de Direito.

O Estágio de Prática Jurídica deverá ser cumprido pelo bacharelando do 7.° ao 10º período, compreendendo entre outros, pesquisa doutrinária e jurisprudenciais, e, constará, ainda, da análise crítica de autos findos, audiências, redação de peças profissionais (informações, pareceres), visitas programadas a órgãos judiciários e penitenciários e a órgãos de funções essenciais à justiça, bem como de outras atividades práticas e simuladas a critério do professor orientador.

De acordo com o artigo art. 5º. da resolução n. 5 de dezembro de 2018, o curso de graduação em Direito, deve priorizar a interdisciplinaridade e a articulação de saberes e a partir do eixo de formação prático-profissional, que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica.

Assim, as atividades de prática jurídica devem proporcionar ao estudante a participação em situações reais ou simuladas, bem como a análise crítica dos mesmos, de maneira que possa visualizar o contexto do universo de profissões jurídicas.

As atividades práticas devem buscar, em todas as variáveis, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, respeitado o campo de atuação do Núcleo de Pesquisa da Instituição.

As atividades da Práticas Jurídicas se desenvolverão, indispensavelmente, em duas vertentes: I. Seminários, mutirões jurídicos, trabalhos simulados das peças e práticas profissionais processuais e não processuais dos diversos agentes jurídicos, abrangendo as várias áreas do Direito, e desenvolvidas sob a supervisão prevista neste Regulamento e na legislação vigente. II. Atendimento a clientes, pesquisas e elaboração de peças processuais e acompanhamento dos respectivos processos no Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, bem como nos demais órgãos e Instituições.

A Prática Jurídica Simulada é desenvolvida em ambiente interno, nas dependências do Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, através de elaboração de peças processuais e profissionais, assim como a criação de processos simulados, bem como o Cartório Virtual; estudo e discussão da ética profissional e de casos simulados; análise de autos findos (processos cíveis, trabalhistas e criminais); prática de atividades de arbitragem; prática de atividades de negociação, conciliação e mediação; prática de atuação jurídica oral (sustentações orais em audiências, sessões e plenários – júri); elaboração de textos legais; visitas orientadas em órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, estabelecimentos prisionais, delegacias, etc. audiências e sessões simuladas.

Regulamento do Estágio Supervisionado

NÚCLEO JURÍDICO DO CURSO DE DIREITO

REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

O Coordenador do Curso de Direito

Faz saber que o Regulamento do Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito aprova o seguinte

Dos objetivos:

1.° São objetivos do Núcleo:

I- Tornar o estágio curricular de práticas jurídicas, consoante disposto na Lei n.11.788/08, o previsto na Resolução 005/18 do Conselho Nacional de Educação e o estágio extracurricular de caráter profissional, previsto no art. 9º, § 1º da Lei n.º 8.906/94, aos alunos matriculados no Curso de Direito da Instituição de Ensino;

II. Proporcionar aos discentes do Curso de Direito, através de atividades reais e simuladas, o contato com o universo das profissões jurídicas, tornando-o apto para inserção no mercado de trabalho;

III. Desenvolver no estagiário o senso ético-profissional com a compreensão da causalidade e finalidade das normas jurídicas.

IV. Desenvolver a formação humanística, técnico-jurídica e prática indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais.

V. Proporcionar assistência jurídica gratuita a quem dela necessite, observados os limites impostos pelo Regulamento do NPJ, no que tange aos parâmetros de gratuidade de justiça.

VI - Proporcionar oportunidade de estágio jurídico obrigatório para os acadêmicos do Curso de Direito;

VII - Prestar serviços de natureza jurídica à comunidade comprovadamente carente, da circunscrição da cidade

VII – Desenvolver uma concepção reflexiva, crítica e criativa priorizando o exercício interdisciplinar do fenômeno jurídico.

§ 1° Na Unidade acima referida haverá, em princípio, o Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito, de acordo com a disponibilidade de recursos materiais e humanos,visando a atender aos acadêmicos a partir do 7º. Período do Curso de Direito;

Dos princípios

Art. 2°- As atividades e os serviços prestados pelo Núcleo atenderão aos princípios fundamentais da:

I – Cidadania;

II – Urbanidade;

III – Ética;

IV – Responsabilidade;

V – Função social, inerente ao exercício das profissões jurídicas.

Parágrafo único – A prestação da assistência jurídica no núcleo pautar-se-á de forma: interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, buscando agregar acadêmicos da IES de

outros cursos/áreas, a fim de proporcionaruma prestação de serviço eficaz, integrando os diversos saberes acadêmicos.

Do Âmbito Material de Atendimento

Art. 3º O Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito atuará preferencialmente nas áreas cíveis, família, criminais, previdenciária, trabalhistas e outras a serem definidas oportunamente pela Coordenação de estágio, inclusive mediante convênios firmados entre o(s) outro(s) órgão(s)convenente(s) e a IES.

§ 1º Todas as modalidades acima descritas não excederão o limite de 60 salários mínimos para fins de valor de causa.

§ 2º Aos professores-orientadores, que atuam no Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito, é vedada a percepção de honorários, sendo lhes permitido a percepção da sucumbência, nos termos da legislação.

Da Distribuição de Vagas

Art. 4.º Serão oferecidas semestralmente por meio de edital vagas de estágio aos acadêmicos a partir do 7° período do Curso de Direito, distribuídas uma vez na semana, em dois turnos – manhã: 8 às 12 h, tarde: 14 às 18 h - de segunda a sexta, onde o estagiário cumprirá 4 horas semanais, limitando-se, criteriosamente as vagas ao espaço físico existente.

Art. 5.º Os estagiários serão distribuídos por grupo, de acordo com o número de professores orientadores, de acordo com o turno e dia da semana indicado no ato de efetivação da matrícula.

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO NÚCELO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

Art. 6º - O Núcleo de Prática Jurídica compreende:

I- Coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas;

II-. Professores-Orientadores;

III - Secretaria ;

IV-. Secretária;

V- Professor do Curso de Psicologia e do Curso de Serviço Social, indicados pela IES que atuem no NPJ;

Parágrafo Único – Os Serviços de Psicologia e Serviço Social serão realizados no NPJ por estagiários sob orientação dos professores que deverão apresentar a Coordenação do Núcleo, semestralmente, relação dos alunos que prestarão atendimento, bem como projetos a serem desenvolvidos no Núcleo, sujeitos ao deferimento da Coordenação do NPJ. Os professores e os estagiários de Psicologia e Serviço Social estarão subordinados pedagogicamente à Coordenação dos respectivos cursos e administrativamente a Coordenação do NPJ para os casos que forem originados no Núcleo. As questões disciplinares seguirão as disposições contidas no Regulamento geral da IES e por este Regulamento.

DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR

Art. 7º O estágio terá um Coordenador, designado pelo Coordenador do Curso de Direito, ao qual competirão as seguintes atribuições:

I - Coordenar as atividades do Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito inerentes às questões pedagógicas e administrativas do estágio, reportando-se ao Coordenador Geral do Curso de Direito;

II - tomar as providências necessárias para a apuração de fatos ocorridos no estágio, quer na esfera administrativa, quer pedagógica, comunicando- os à autoridade superior quando não for competente para solucioná-los;

III - emitir pareceres, sem cunho decisório, objetivando preservar as normas contidas neste Regulamento e no Manual do Estágio, além das normas constantes do manual do aluno da IES;

IV - emitir circulares e portarias dentro de sua esfera de sua competência objetivando o fiel cumprimento das normas e da atividade fim praticada pela NPJ;

V- desenvolver projetos que visem o aperfeiçoamento e melhoria dos serviços prestados pelo Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito;

VI - selecionar os professores que orientarão os estagiários do Núcleo;

VII - Prestar mensalmente ao Coordenador do Curso de Direito relatório acerca do número de atendimentos prestados, audiências realizadas e conteúdo prático ministrado.

VIII - Coordenar e acompanhar todas as atividades do estágio na forma deste regulamento e da legislação vigente;

IX- Implementar, coadjuvado pelos professores-orientadores, os objetivos elencados neste Regulamento;

X- Propor à Coordenação do Curso modificações neste Regulamento;

XI- Implementar as decisões da Coordenação do Curso, referentes ao estágio;

XI-. Enviar à Secretaria Acadêmica, sempre que solicitado, informações para expedição de certidões e declarações referentes ao Estágio Curricular, via Coordenação do Curso;

XIII- Propor ao Coordenador do Curso modificações nos diversos formulários utilizados no Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito;

XIV- Coordenar, orientar, supervisionar e acompanhar a execução das atividades dos professores-supervisores, alunos-estagiários e funcionários do NPJ, no que tange a operacionalização das práticas simulada e real;

XV- encaminhar, via Coordenação aos órgãos competentes da Faculdade, na formada legislação vigente, as propostas de convênios aprovados pela Direção do Curso, bem como os critérios e condições a serem apresentados para a celebração dos convênios;

XVI- Autorizar a atividade de práticas jurídicas conveniada com critérios estabelecidos pelo Coordenador do Curso, na forma do artigo 7º, § 1º, da Resolução 009 CNE/CES,de 29 de setembro de 2004;

XVII- Visitar os escritórios de advocacia, órgãos, entidades e empresas conveniadas, para supervisionar, avaliar e informar ao Coordenador do Curso como está se desenvolvendo o estágio de práticas jurídicas conveniada;

XVII- cumprir e fazer cumprir este Regulamento;

XIX- apresentar, semestralmente, relatório do trabalho desenvolvido no exercício da Chefia do Núcleo de Prática Jurídica ao Coordenador do Curso de Direito.

Parágrafo Único - O Coordenador do NPJ deve dar ciência de todos os seus atos à Coordenação Geral do Curso de Direito.

Das atribuições do professor-orientador:

Art. 8.° Aos professores-orientadores compete:

I- orientar, supervisionar e avaliar os atendimentos aos clientes do NPJ, as atividades simuladas ou reais das equipes de estagiários sob a sua responsabilidade;

II- efetuar o controle de frequência dos estagiários pertencentes às equipes pelas quais for responsável;

III- visitar os diversos órgãos do Poder Judiciário, Procuradorias, estabelecimentos penitenciários, e outras instituições que desenvolvam atividades jurídicas (Judiciárias e não Judiciárias);

IV- desempenhar todas as demais atividades decorrentes de sua função;

V- apresentar à Coordenação do NPJ, para análise, proposta de projetos inter, multi e transdisciplinares, alterações de pauta de pesquisas, seminários e trabalhos simulados, a serem desenvolvidos após aval da Coordenação do NPJ, devendo seguir a tramitação prevista neste Regulamento e na legislação vigente;

VI- preencher documentos necessários que atestem a frequência e comprovem as atividades realizadas;

VII- Selecionar, em conjunto com o Coordenador do Núcleo e do Curso de Direito os estagiários que deverão representar a Instituição no Júri Simulado das diversas Instituições, bem como indicar professor da disciplina que seja do corpo docente da IES, cuja orientação será supervisionada pelo Coordenador do Núcleo;

VII - Os professores orientadores responsabilizar-se-ão profissionalmente pelo acompanhamento de todos os processos patrocinado pelo Núcleo - judicial e extrajudicial - inclusive praticando atos exclusivos de advogados;

VIII- Avaliar a triagem inicial do pretenso cliente, deferindo, ou não, o patrocínio. O deferimento do patrocínio implicará na assunção imediata da defesa dos interesses do assistido;

IX - Previamente a propositura de qualquer medida judicial deverá envidar esforços em prol da conciliação das partes e elaborar peça correspondente;

X - Fica vedada aos professores orientadores, funcionários e estagiários a prática de qualquer ato que implique captação de clientela, tal como a indicação de qualquer escritório de advocacia, sob pena de aplicação das sanções disciplinares ou exclusão.

Parágrafo único- Todas as atividades de orientação, supervisão, acompanhamento judiciais ou extrajudiciais, avaliação e coordenação atinentes ao NPJ, são consideradas atividades docentes.

Das Atribuições da Secretária do Núcleo de Práticas Jurídicas

Art. 9º. - A Secretária do NPJ tem como principal função prestar o apoio logístico e administrativo a Coordenação do Núcleo, Professores-Orientadores e alunos estagiários, possibilitando otimizar o funcionamento do NPJ;

Art. 10º - São atribuições específicas da Secretária do NPJ:

Atender o cliente/usuário dos serviços do NPJ com presteza;

manter os arquivos de toda a documentação e legislação atinentes ao NPJ;

manter o controle da agenda de audiências e de todas as correspondências recebidas e expedidas pelo NPJ;

manter a pasta de registro do estagiário com consignação das observações e avaliações realizadas pelo professor-orientador, bem como das horas de estágio acumuladas;

gerir os recursos materiais para o bom funcionamento do NPJ;

desempenhar as demais atividades decorrentes de suas atribuições;

Não permitir a entrada de alunos e pessoas estranhas nas dependências da secretaria do NPJ;

Fica vedada a saída de qualquer documentação pertinente ao NPJ, salvo após autorização da Coordenação e ou professores orientadores, devendo sempre ser registrada em livro de protocolo.

Do arquivamento e controle de documentos

Art. 11.° O Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito contará com pessoa designada especificamente para se responsabilizar pelo arquivo de documentos, só podendo permitir a saída de documentos mediante carga em livro em nome do Estagiário, se autorizado pela Coordenação e ou professores orientadores.

Art. 12°. Os documentos somente poderão ser retirados em carga na sua totalidade, sendo vedada a saída de documentos avulsos.

Art. 13°. Os estagiários estão proibidos de receber documentos originais dos clientes,devendo solicitar cópia reprográfica ou autenticada, quando necessário, devendo estes serem

entregues na sua totalidade de acordo com lista de documentos disponibilizadas no ato do atendimento;

Art. 14.° Os documentos recolhidos dos clientes serão listados, organizados, conferidos, numerados e arquivados pelo estagiário responsável pelo atendimento.

Da inscrição dos estagiários e preenchimento de vagas:

Art. 15º. As vagas são destinadas aos acadêmicos regularmente matriculados na IES a partir do 7.° período do Curso de Direito da IES.

Art. 16°. O acadêmico efetuará sua inscrição para matrícula de acordo com as normas vigentes na IES e o número de vagas existentes para cada dia e turno,disponibilizadas pela Coordenação do Núcleo Jurídico.

Art. 17. A inscrição de estagiários ocorrerá de forma semestral, obedecendo ao disposto em Edital, delimitando-se criteriosamente, as vagas ao espaço físico existente para cada turno.

Art. 18. Serão inscritos para estagiar no Núcleo de Práticas Jurídicas, tão-somente, acadêmicos que frequentem o Curso de Direito da IES, respeitando-se o número de vagas disponíveis para cada dia e turno.

Art. 19. O acadêmico inscrito deverá comparecer ao Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito no dia e turno de estágio, o qual se obrigou a cumprir, no ato de sua inscrição, não sendo permitida a troca de horários entre alunos, salvo solicitação deferida pela Coordenação do NPJ por meio de requerimento próprio.

Do Número de Vagas:

Art. 20. O número de vagas a serem ofertadas poderá variar em cada período, sendo previamente informadas quando da publicação do Edital;

Do atendimento ao usuário dos serviços do Núcleo de Práticas Jurídicas

Art. 21. O Núcleo de práticas Jurídicas do Curso de Direito prestará serviços à população carente do município que atendam os seguintes requisitos:

Residência fixa no Município, de acordo com os critérios de organização judiciária, salvo atendimentos em parcerias com Instituições ou órgãos em Municípios vizinhos.

II- Renda até o limite de 03 (três) salários mínimos, respeitados os critérios da Lei Nº 1.060, de 05 de fevereiro de 1950;

III- não possuírem amplo patrimônio, ainda que sob litígio.

Parágrafo único. Não haverá óbice ao atendimento de parentes de funcionários da Instituição ou estagiários desde que atendidos os requisitos do caput deste artigo.

Das Atribuições dos Estagiários

Art. 22. Para atuar junto ao Núcleo de práticas jurídicas do Curso de Direito, os estagiários serão divididos em grupos, de acordo com o número de professores orientadores.

Art. 23. Os estagiários deverão comparecer semanalmente aos plantões de estágio e desenvolver todas as atividades atribuídas pelo professor orientador necessárias ao andamento dos processos, respeitadas as diretrizes dos planos de ensino, disposições gerais, orientações circulares e portarias do Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito, devendo fornecer, quando solicitado, relatório dos processos que lhe forem atribuídos no plantão, sob pena de sanção.

Art. 24. Os estagiários inscritos deverão comparecer no dia da semana e turno designado para seu plantão, sob pena de exclusão por faltas injustificadas;

Art. 25. Dentre as atividades dos estagiários, estão compreendidas redação de peças processuais, comparecimento ao fórum ou outros órgãos públicos para acompanhamento de processos e inquéritos, cartório virtual, cumprimento de prazos e intimações, acompanhamento de audiências e outras atividades constantes das recomendações gerais e/ou necessárias ao impulso processual e a formação acadêmica.

Art.26. Ao final de cada semestre haverá integralização parcial das horas de estágio obrigatório e ao cumprimento das 300 horas os alunos deverão produzir e encaminhar relatório das atividades desempenhadas ao professor orientador, para fins de averbação, sob pena de não estar apto à colar grau.

Da Ética do Estagiário

Art. 27. Ao estagiário do Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito aplicam-se as normas previstas no Código de Ética do Advogado, a este Regulamento e ao regimento Geral do Curso de Direito.

Das demais obrigações dos estagiários:

Art. 28 - São obrigações do estagiário:

I - cumprir a carga horária de 300 horas de estágio obrigatório,a partir do 7º. período, sendo facultado a este o cumprimento de metade das 300 horas, ou seja, 150 h (cento e cinquenta) em Órgãos e ou Instituições, escritórios Jurídicos conveniados com a OAB/AM ou IES, entre outros, além das audiências de Instrução e Julgamento apresentadas em relatório próprio que deverá ser retirado nas dependências do NPJ.

II- O estagiário além das 300 horas de estágio obrigatório deverá apresentar ao professor orientador, no decorrer do estágio, cópias de atas de audiências de Instrução e ou Instrução e Julgamento, constando nome e assinatura do estagiário e partes litigantes, num total de: 2 audiências Cíveis; 2 audiências Criminais; 2 audiências Trabalhistas; 1 Tribunal do Júri ou 1 Câmara Cível, sob pena de não ter seu relatório final avaliado e por consequência estar inapto a colar grau.

III – proceder com responsabilidade e diligência no desenvolvimento das atividades práticas simuladas e reais.

IV – comparecer às visitas e ou mutirões assistenciais agendados pelo professor- orientador;

V – comparecer ao estágio, às audiências, sessões e julgamentos, devidamente trajados.

VI – apresentar certidões e relatórios das atividades extraclasse;

VII– atender com presteza as orientações dadas pelo professor-orientador;

VIII – elaborar, em ambiente interno, as peças judiciais e extrajudiciais solicitadas;

IX – analisar os autos de processos findos, apresentando os relatórios pertinentes para fins de arquivamento;

X – Participar das atividades que simulem atos processuais, cartório virtual, audiências, sessões simuladas de Júri realizadas pela IES ou outros órgãos.

XI- Atender os clientes usuários do serviço do NPJ, sempre com urbanidade, ética e sigilo, respeitando os acessos restritos ao decoro da profissão, estendendo o mesmo tratamento aos funcionários, professores e demais estagiários do NPJ

Das Infrações e Das Penalidades

Art. 29. Em caso de descumprimento deste Regulamento, o estagiário será submetido ao devido processo disciplinar e estará sujeito às penas de advertência, suspensão ou exclusão do quadro, conforme a gravidade de sua infração disciplinar, observado este Regulamento e o Regimento Geral da IES. Devendo ainda, o Coordenador após a aplicação da penalidade interna encaminhar cópia à subseção da OAB, onde o estagiário esteja inscrito para que o órgão cientificado do ocorrido tome as medidas cabíveis.

Art. 30. O estagiário será automaticamente excluído do Núcleo de Práticas Jurídicas se não obtiver 75% (setenta e cinco por cento) de frequência no semestre, sob pena de não poder realizar nova inscrição no mesmo semestre, caso haja disponibilização de vagas.

Parágrafo único. O acadêmico ocupante de vaga remanescente será automaticamente excluído se não obtiver 75% (setenta e cinco por cento) da frequência, a ser computada do início de suas atividades no NPJ, ficando sujeito a penalidade transcrita no caput do artigo.

Art. 31 É vedado aos professores orientadores, funcionários e estagiários, sob pena de desligamento por justa causa ou automática exclusão dos quadros do NPJ,respectivamente, sem prejuízo de ação civil ou penal eventualmente cabíveis:

I - o fornecimento de informações processuais, de caráter sigiloso, por qualquer meio que não seja pessoalmente ao respectivo cliente;

II- fornecimento de informações e/ou documentos sobre as causas patrocinadas pelo Núcleo de Práticas Jurídicas do curso de Direito a pessoa estranha ao serviço, inclusive professores e alunos não pertencentes ao respectivo quadro;

III - prática de qualquer ato que implique captação de clientela

IV - É vedado aos professores orientadores, funcionários e estagiários a cobrança pelos serviços executados ou pela orientação jurídica. Sendo vedado ainda : receber qualquer ajuda espontânea oferecida pela parte e indicar advogados ou desviá-los do Núcleo de Práticas Jurídicas para escritórios particulares, sob pena de punição;

Art. 32. Ao estagiário do NPJ do Curso de Direito, que cometer infração disciplinar, são aplicáveis as normas estabelecidas neste Regimento e no Regimento Geral da IES.

Art 33. Fica vedado o uso dos equipamentos da SECRETARIA (incluindo materiais de expediente) ou SALA DE DESENVOLVIMENTO, para qualquer fim, salvo se houver autorização expressa da pessoa responsável pelo NPJ.

Art. 34. Fica vedado deixar qualquer documento (petições, relatórios, trabalhos) sobre a mesa dos Orientadores, Coordenação, Secretaria do NPJ ou Recepção da IES, sem prévia autorização.

Parágrafo único. Além das infrações disciplinares definidas neste Regulamento e no Regimento da IES, constitui infração disciplinar a prática de qualquer conduta definida como tal no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Das atividades do Núcleo de Práticas Jurídicas

Art. 35 - As atividades do NPJ são desenvolvidas nas áreas cíveis, família, penal, previdenciária e trabalhista, bem como outras necessárias à formação acadêmica e devem perfazer uma carga horária de 300 horas compreendendo as atividades simuladas realizadas no NPJ bem como na disciplina de Prática Jurídica, conforme indicação da matriz curricular do curso e reais realizadas no núcleo de práticas jurídicas, previstas na matriz curricular.

Art. 36 - Consoante disposto no art. 7º da Resolução 009/04 CNE/CES o estágio é componente curricular obrigatório. Sendo assim, nenhum aluno, mesmo os impedidos de exercer a advocacia por força do dispositivo legal inserto no art. 28 e incisos da Lei 8906/94, poderá eximir-se da prática jurídica, por se tratar de disciplina integrante do currículo pleno do Curso de Direito. Contudo, não se confunde com o Estágio Profissional da Advocacia, este sim, regido pela supramencionada Lei Federal e de caráter optativo.

Art. 37- O Estágio de Prática Jurídica deverá ser cumprido pelo bacharelando a partir do 7.° período, compreendendo entre outros, pesquisa doutrinária e jurisprudenciais, e, constará, ainda, da análise crítica de autos findos, audiências, redação de peças profissionais (informações, pareceres), visitas programadas a órgãos judiciários e penitenciários e a órgãos de funções essenciais à justiça, bem como de outras atividades práticas e simuladas a critério do orientador respectivo.

Art. 38 - O Estágio de Prática Jurídica é cumprido por alunos a partir do 7.°período, que poderão inscrever-se na OAB como estagiários, salvo a hipótese prevista no § 3º da Lei nº 8.906/94, e abrange todas as áreas de estudo adotadas pelo bacharelando.

Da prática jurídica

Art. 39 - As atividades de práticas jurídicas devem proporcionar ao estudante a participação em situações reais ou simuladas de vida e trabalho, bem como a análise crítica dos mesmos, de maneira que possa visualizar o contexto do universo de profissões jurídicas.

Art. 40 - As atividades práticas devem buscar, em todas as variáveis, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, respeitado o campo de atuação do Núcleo de Pesquisa da Instituição.

Art. 41- O estudo da ética profissional e sua prática devem perpassar todas as atividades vinculadas ao estágio obrigatório no NPJ.

Art.42 - As atividades de Práticas Jurídicas se desenvolverão, indispensavelmente, em duas vertentes:

I. Seminários, mutirões jurídicos, trabalhos simulados das peças e práticas profissionais processuais e não processuais dos diversos agentes jurídicos, abrangendo as várias áreas do Direito, e desenvolvidas sob a supervisão prevista neste Regulamento e na legislação vigente;

II. Atendimento a clientes, pesquisas e elaboração de peças processuais e acompanhamento dos respectivos processos no Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, bem como nos demais Órgãos e Instituições.

Da prática jurídica simulada e real :

Art. 43 - A Prática Jurídica que compreende a Simulada e a prática real, serão desenvolvidas no NPJ a partir do 7.° (sétimo) período do curso de Direito, com a carga de 150 horas para integralização das 300 horas de práticas jurídicas.

Art 44 - A Prática Jurídica é desenvolvida em ambiente interno, nas dependências do Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, tendo como atividades principais:

I – prática de atividades jurídicas,através de elaboração de peças processuais e profissionais, assim como a criação de processos simulados denominados de cartório virtual;

II – estudo e discussão da ética profissional e de casos simulados;

III – análise de autos findos (processos cíveis, trabalhistas e criminais);

IV – prática de atividades de arbitragem;

V – prática de atividades de negociação, conciliação e mediação;

VI – prática de atuação jurídica oral (sustentações orais em audiências, sessões e plenários – júri);

VII – elaboração de textos legais;

VIII – visitas orientadas em órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, estabelecimentos prisionais, delegacias, etc.

IX – audiências e sessões plenárias.

Art. 45 - As atividades de prática jurídica simulada são implementadas por professor orientador, que tem como atribuições, dentre outras:

I – executar com liberdade de cátedra atividade de prática simulada, observando a carga horária prevista;

II – distribuir casos ou questões simulados para serem examinados e desenvolvidos pelo estagiário, prestando as orientações coletivas e individuais necessárias;

III – com base em situações simuladas, orientar o estagiário na elaboração de petições, defesas, recursos, memoriais e outras peças processuais;

IV – orientar a análise e a elaboração de pareceres próprios da advocacia consultiva;

V – instruir acerca da implementação do processo simulado, com tramitação no cartório simulado, a partir da apresentação de situações ou casos hipotéticos;

VI – orientar a análise de autos de processos findos;

VII – desenvolver técnicas de mediação, conciliação, negociação coletiva e arbitragem;

VIII – orientar a sustentação oral em audiências, sessões do Tribunal do Júri e plenários;

IX – realizar a exegese das legislações cível e penal, orientando a elaboração de textos legais;

X – acompanhar o estagiário em visitas orientadas a órgãos do Poder Judiciário ,Ministério Público ou outros de interesse para a prática jurídica simulada;

XI – orientar os roteiros de audiências e sessões a serem presenciadas pelo estagiário;

XII – presidir e orientar as audiências e sessões no processo simulado, com a participação do estagiário;

XIII – certificar as atividades executadas, a freqüência e carga horária cumprida pelo estagiário;

XIV – promover constantemente a discussão sobre os aspectos éticos das profissões jurídicas.

Art. 46 - A Prática Jurídica Real é desempenhada no Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ, Órgão integrante do curso de Direito, onde há a prestação de serviços jurídicos prestados exclusivamente de forma gratuita à comunidade carente assim definida por Lei, de modo a efetivar a solução de conflitos e viabilizar o acesso à justiça, primando sempre pela conciliação dos litigantes.

Parágrafo Único - O NPJ, tem regulamento próprio, sendo responsável pela indicação de professores/advogados orientadores para acompanhar os procedimentos judiciais que lhe são inerentes.

Art. 47 – Os discentes realizarão a Prática Jurídica Real, devendo:

I – cumprir a carga horária no estágio com assiduidade e pontualidade;

II – proceder com responsabilidade e diligência no desenvolvimento das atividades Práticas reais ou simuladas apresentadas;

III – comparecer às visitas agendadas pelo professor- orientador;

IV – comparecer às audiências, sessões e julgamentos determinadas pelo professor orientador;

V – apresentar certidões e relatórios das atividades extraclasse;

VI – atender as orientações dadas pelo professor-orientador;

VII – elaborar, em ambiente interno, as peças processuais judiciais e extrajudiciais solicitadas;

VIII – analisar os autos de processos findos apresentados, apresentando os relatórios pertinentes;

IX – Participando dos atos processuais, das sessões e audiências realizadas no NPJ ou nos Fóruns da Capital.

Art. 48 - São obrigações do professor-orientador:

I – acompanhar, orientar e supervisionar o estagiário em suas atividades jurídicas;

II – assinar juntamente com o estagiário, dependendo das circunstâncias fáticas, as peças jurídicas necessárias;

III – elaborar a escala de plantão do estagiário;

IV – controlar a entrega do relatório final das atividades jurídicas executadas pelo estagiário, assim como as peças elaboradas;

V – acompanhar o desempenho do estagiário;

VI – elaborar relatório semestral das atividades realizadas, certificando a carga horária cumprida de forma parcial ou total pelo estagiário;

VII – desempenhar todas as demais atividades decorrentes de sua função.

Art. 49 - O relatório apresentado pelo estagiário para integralização (parcial ou total) das horas de estágio obrigatório deverá ser apresentado em duas vias contendo os controles de horas originais e demais documentos indicados pela Coordenação do NPJ nos casos de estágio em Órgãos, Instituições ou escritórios conveniados, sendo objeto de avaliação pelo professor-orientador, que ao final do semestre informará a Coordenação do NPJ o total de horas cumpridas pelo aluno e a respectiva integralização.

Da prática jurídica conveniada:

Art. 50- O Estágio de Prática Jurídica pode ser cumprido, também, por meio de programas de extensão e convênios com os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com escritórios de advocacia credenciados junto a OAB ou IES e órgãos de funções essenciais à Justiça ou com entidades públicas, empresariais, comunitárias e sindicais, desde que devidamente precedidas de convênio, ou de forma voluntária mediante critério de documentações comprobatórias indicadas pela Coordenação do NPJ.

§ 1º - Os convênios têm como objetivo propiciar aos alunos regularmente matriculados e que estiverem frequentando efetivamente, o desenvolvimento de experiências práticas relacionados com o direito, propiciando-lhes a complementação do ensino e da aprendizagem em termos de treinamento prático, com o aperfeiçoamento técnico jurídico necessário.

§ 2º - Os escritórios de Advocacia mencionados no caput deste artigo devem estar credenciados junto ao Conselho Seccional da OAB.

§ 3º - O estagiário assinará um termo de compromisso com o órgão ou o escritório convenente, sempre com a interveniência da Coordenação do NPJ, sob pena de não aproveitamento, devendo apresentá-lo, de forma original ou mediante cópia autenticada, quando da averbação das horas finais juntamente com no mínimo as 3 ultimas folhas de frequências originais ou autenticadas, declaração da unidade concedente indicando a quantidade de horas de estágio semanal/total e a atividade desenvolvida pelo estagiário (original), todas carimbadas e assinadas pelo supervisor da unidade concedente. Se for o caso o aluno deverá apresentar declaração de origem.

§ 4º - A duração do período do estágio observará o limite estabelecido em Legislação própria.

Art. 51 – Compete ao discente que realiza a complementação do estágio de prática jurídica sob a forma conveniada, além das atribuições previstas neste Regimento, cumprir as condições fixadas e as normas internas do órgão ou escritório convenente.

Parágrafo único - Fica desde já expresso que somente 50% (cinquenta por cento) da carga horária obrigatórias para o estágio supervisionado poderão ser aproveitadas de Instituições conveniadas. No que pertine aos 50% (cinquenta por cento) de horas restantes, estas deverão ser cumpridas no núcleo de práticas jurídicas da IES;

Da Avaliação e Da Frequência

Art. 52 - É considerado apto à colar grau o aluno que cumprir as 300 horas de estágio obrigatório, que deverão ser integralizadas mediante apresentação de relatório das atividades desenvolvidas e documentação necessária, obedecendo o disposto no Art 49 deste Regulamento.

Art. 53 - Nas atividades de Prática Jurídica a frequência do aluno é supervisionada pelo professor-orientador, que certifica as atividades executadas no plantão de estágio e a carga horária cumprida, devendo o estagiário atingir a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), sob pena de exclusão.

Parágrafo Único – Nos plantões de estágio obrigatório, o aluno deverá apresentar ao professor orientador as atividades atribuídas, devidamente cumpridas, sob pena de não lhe serem averbadas integralmente as horas correspondentes ao plantão. Todo o tempo despendido pelo aluno-estagiário em atividades de estágio deve ser comprovado por meio dos documentos hábeis, tais como relatórios de audiências feitos em documento próprio do NPJ, devidamente assinados e carimbados pelo juiz do feito, apontando a duração da audiência, certidões no caso de Tribunal de Júri ou Sessão da Câmara Cível, entre outros, não podendo exceder o limite total de 20 (vinte), e tampouco serem apresentadas como audiências obrigatórias.

Art. 54 - A avaliação das atividades no NPJ é efetuada de acordo com a legislação vigente, por este Regulamento e Regimento Geral da IES.

Art. 55 - A avaliação do estagio em órgãos conveniados deverá ser feita observando a formação cognitiva do aluno, sua atitude ética-profissional e as habilidades indispensáveis ao exercício das profissões jurídicas.

Das disposições gerais:

Art. 56.Após a constituição do patrocínio, antes de qualquer procedimento judicial, o professor orientador deverá primar pela via conciliatória entre as partes.

Art. 57 Os estagiários poderão comparecer às audiências dos clientes patrocinados pelo NPJ, sempre acompanhado do professor orientador responsável pela realização de cada audiência.

Art. 58. Os professores orientadores organizar-se-ão para a eventualidade de haver mais de uma audiência simultaneamente, devendo existir, para tanto, uma flexibilidade nas exigências de horários a serem cumpridos na função, competindo ao Coordenador do Núcleo ajustar eventuais trocas de horário, sempre que necessário.

Art. 59. A IES será responsável por todas as despesas necessárias ao bom funcionamento do Núcleo, tais como material de escritório, apoio logístico e de pessoal, fornecimento, manutenção de equipamentos, dentre outras necessidades a fim de otimizar o desempenho da atividade fim.

Art. 60. Os acadêmicos que ingressarem na IES por meio de transferência e desejarem aproveitamento das horas de estágio obrigatório cumpridas na IES de origem deverão solicitar o aproveitamento, por meio de requerimento próprio, junto à Secretaria Acadêmica desta IES, que o encaminhará à Coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas para análise e elaboração de parecer deferindo de forma total, parcial ou indeferindo o aproveitamento.

Parágrafo único. À Coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas cientificará a Coordenação do Curso de Direito do parecer emitido conforme art. 7º, parágrafo único deste Regulamento.

Disposições Transitórias

Art. 61. Os casos omissos serão solucionados pelo Coordenador do Núcleo de práticas Jurídicas, o qual providenciará a elaboração de Manual do Estagiário, com a finalidade de explicitar o presente Regulamento e orientar as atividades a serem desenvolvidas no estágio,competindo ao Corpo Docente do Núcleo Jurídico, em conjunto, dirimir dúvidas referentes à interpretação deste Regulamento, bem como suprir as lacunas, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

Art. 62. Este Regulamento poderá ser alterado a qualquer momento, pela Coordenação do Núcleo em harmonia com a Coordenação do Curso de Direito, após reunião de Colegiado da IES;

Art. 63. O presente regulamento entra em vigor nesta data, revogadas as disposições contrárias.

local, de de 2020.

Coordenação do Curso de Direito

ANEXOS:

A

NOME DA EMPRESA

A/C.: Sr. NOME DO RESPONSÁVEL

Prezado Senhor,

Estamos encaminhando, para sua seleção, o(a) discente _____que deseja pleitear uma vaga para estágio neste estabelecimento, salientando que o discente ora encaminhado está devidamente matriculado(a) sob o n.º _____ e frequentando o __º Período do Curso de Direito.

Atenciosamente,

_____

NOME DO COORDENADOR

Coordenador do Curso Direito

AUTORIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE CONVÊNIO DE ESTÁGIO

Conforme contato realizado anteriormente entre a Coordenação do Curso de Direito da IES, com esta Unidade concedente de estágio, autorizamos a preparação da documentação referente ao Estágio do aluno (a): NOME DO ALUNO

INÍCIO DO ESTÁGIO:			TÉRMINO:		
HORÁRIO DO ESTÁGIO:			CARGA TOTAL:		
SÁBADO E DOMINGO		SEGUNDA À SÁBADO		SEGUNDA À SEXTA	

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO ESTÁGIO	
ITEM	ATIVIDADES
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	

local, __ de _____ de 20__.

ASSINATURA E CARIMBO DA UNIDADE CONCEDENTE

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Ao ___ dia do mês de_____ de _____, na cidade de , neste ato, as partes a seguir nomeadas:

A FA, situada no _____, doravante denominada _____ , representada neste ato pelo Coordenador do Curso de Direito, Sra. _____, portador da Carteira de Identidade n°. _____.

UNIDADE CONCEDENTE

A NOME DA EMPRESA, situada a Rua ENDERECO DA EMPRESA na cidade de , representada pelo Sr.(a) RESPONSAVEL NA EMPRESA, CARGO.

ESTAGIÁRIO

O acadêmico _____, residente na _____, regularmente matriculado no Curso de Graduação em Direito, de nível superior, com o n.º _____.

As partes celebram entre si este Termo de Compromisso de Estágio, convencionando-se as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O Termo de Compromisso de Estágio tem por objetivo formalizar as condições básicas para a realização de estágio curricular obrigatório, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma, conforme projeto pedagógico do Curso de Direito, junto à Unidade Concedente e ao Estagiário.

CLÁUSULA SEGUNDA – O estágio é entendido como ato educativo escolar, que visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA - Em decorrência do presente acordo celebra-se um Termo de Compromisso de Estágio entre o estudante, a Unidade Concedente e a IES nos termos do Art. 3º da Lei 11.788/08, particularizarando a relação jurídica especial existente entre o Estagiário e a Unidade Concedente, caracterizando-se a não vinculação empregatícia.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam compromissadas entre as partes as seguintes condições básicas para a realização do Estágio:

Este Termo de Compromisso de Estágio terá vigência de PERIODO DO ESTAGIO, podendo ser cancelado a qualquer momento, unilateralmente, mediante comunicação escrita ou ser prorrogado através da emissão de Termo Aditivo;

As atividades de estágio a serem cumpridas pelo Estagiário serão desenvolvidas de segunda à sexta, e aos sábados de .....h às ....h HORARIO DO ESTAGIO (OBSERVAR QUE A JORNADA DIÁRIA DEVE SER DE, NO MÁXIMO 6 HORAS E DE 30 SEMANAIS), podendo existir alterações.

CLÁUSULA QUINTA - As atividades desenvolvidas pelo Estagiário, em caráter subsidiário e complementar, compatíveis com o contexto básico da profissão ao qual o curso se refere são:

CLÁUSULA SEXTA - As atividades descritas poderão ser ampliadas, reduzidas, alteradas ou substituídas de acordo com o desenvolvimento do estágio e do currículo, sempre dentro do contexto básico da profissão.

Parágrafo Único – O conteúdo das atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário deverá ser compatível com sua área de formação.

CLÁUSULA SÉTIMA - No desenvolvimento do estágio, ora compromissado, caberá a Unidade Concedente:

Celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

Enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

CLÁUSULA OITAVA - No desenvolvimento do estágio ora compromissado, caberá a Instituição de Ensino:

Celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

Indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

Exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas.

CLÁUSULA NONA - No desenvolvimento do estágio ora compromissado, caberá ao estagiário:

Cumprir, com todo o empenho e interesse, toda a programação estabelecida para seu Estágio;

Observar e obedecer às normas internas da Unidade Concedente;

Comunicar à Unidade Concedente e a IES, qualquer fato relevante ocorrido no seu estágio, inclusive e sobretudo se implicar na extinção ou suspensão do seu vínculo acadêmico;

Elaborar e entregar, semestralmente, a IES para análise e avaliação, os relatórios sobre seu estágio, na forma, prazo e padrões estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - Constituem motivos para a interrupção da vigência do presente Termo de Compromisso de Estágio:

A conclusão ou abandono do curso e o trancamento de matrícula;

O não cumprimento do conveniado neste Termo de Compromisso de Estágio;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os casos omissos neste Termo de Compromisso serão resolvidos pelas disposições da lei n° 11.788/08 e de seu regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – As partes elegem o foro da Comarca de ----, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Compromisso, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Em acordo inteiro e comum com as condições do Termo de Compromisso de Estágio, as partes assinam o referido termo em três (03) vias de igual teor.

local, ___ de _____ de 20__.

_____

NOME DO RESPONSAVEL NA EMPRESA

CARGO

NOME DO COORDENADOR DO CURSO

Coordenador do Curso de Direito

NOME DO ESTAGIARIO

CONTROLE DE FREQUÊNCIA DE ESTÁGIO

ALUNO:	MATRÍCULA:	MÊS:
EMPRESA:		
RESPONSÁVEL:		FONE:
CARGO:		

DIA	HORÁRIO				ASSINATURA	HORAS
	MANHA		TARDE			
	ENTRDA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA		

1.7.8 Gestão de Insumos para Atualização das Práticas do Estágio

Por se tratar do Curso de Direito o estágio realizado pelo aluno não requer de maiores insumos e o NPJ já dispõe de materiais de insumos necessários.

1.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Não se aplica

1.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

Não se aplica

1.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1.10.1 Carga Horária das Atividades Complementares do Curso

As atividades complementares são componente curricular obrigatório e terão por objetivo propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento ao Currículo Pleno, uma trajetória diversificada, autônoma e particular, com conteúdo extracurriculares que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo Curso. Elas serão sempre ajustadas entre o corpo discente e a Coordenação do Curso, a qual tornará público às modalidades admitidas, de sorte a permitir a sua livre escolha pelo aluno. O estudante deve apresentar 120 horas de atividades complementares como requisito para a conclusão do curso de graduação.

As atividades complementares devem se converter em oportunidades de atualização e de enriquecimento complementando o perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos

e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

1.10.2 Forma de Aproveitamento das Atividades Complementares

A realização de atividades complementares, vem se tornado cada vez mais comum entre os estudantes de graduação, por permitir o desenvolvimento de habilidade específicas, em muitos casos não trabalhadas em sala de aula e que não pelo mercado de trabalho, em recintos escolares que são exigidas pelo mercado de trabalho, tais como comunicação, criatividade, pro atividade, trabalho em equipe etc. Dentre essas atividades, as semanas acadêmicas possibilitam o crescimento profissional e pessoal de todas as partes envolvidas, desde a idealização até a sua concretização.

Nº	Atividade	Documento Requerido	Certificação Mínima	Certificação Máxima	Total Acumulado
1	Palestras relacionadas ao Curso	Certificado de participação	2h	20h	40h
2	Certificado de participação	Certificado de participação	2h	20h	40h
3	Minicursos online ou presenciais relacionados ao curso	Certificado de participação	2h	20h	40h
4	Monitoria em disciplina do Curso	Certificado de participação	2h	60h	60h
5	Participação em Pesquisas Institucionais	Declaração ou certificado de participação	2h	80h	80h
6	Atividades práticas relacionadas ao Curso	Declaração ou certificado de participação	2h	20h	40h
7	Artigos relacionados ao curso publicados em revistas acadêmicas indexadas ou como capítulos de livros	Artigo ou o capítulo publicado	10h	40h	40h
8	Apresentação em Eventos Científicos de Trabalhos relacionados ao Curso	Certificado de participação	2h	30h	30h
9	Membro de Diretoria de Associações Estudantis, Culturais e Esportivas (Associação atlética, Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico, Comissão de formatura)	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	4h	4h	8h

10	Participação em Atividades Socioculturais, Artísticas e Esportivas (coral, música dança, bandas, vídeos, cinema, fotografia, cineclubes, teatro, campeonatos esportivos etc. (não curriculares)).	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	2h	8h	8h
11	Participação em Projetos Sociais, trabalho voluntário em entidades vinculadas a compromissos sóciopolíticos (OSIPS, ONGS, Projetos comunitários, Creches, Asilos etc).	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	2h	12h	12h
12	Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC.	Declaração da realização ou termo de compromisso ou contrato	20h	100h	60h
13	Atividades realizadas como Agente Cívico.	Certificado de participação	30h	30h	30h
14	Disciplinas optativas e Estudos Dirigidos que constam nos Planos de Ensino realizadas de forma complementar.	Aprovação na disciplina	40h	80h	80h
15	Concursos de Monografias com trabalhos sobre temas da área de cada curso orientados por professores do curso.	Monografia elaborada e aprovada	4h	12h	12h
16	Cursos ou atividades de extensão.	Certificado de participação	2h	20h	40h
17	Seminários, Semana Acadêmica e Congressos.	Certificado de participação	2h	20h	40h
18	Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC.	Certificado de participação	20H	100H	60H
19	Outras atividades previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso como AC. Comprovante determinado pelo Colegiado do Curso. Cursos on-line.	Certificado de participação	2	20	40

Outras atividades previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso como AC. Comprovante determinado pelo Colegiado do Curso. Cursos on-line limitados a 40 h

1.10.3 Aderência das Atividades Complementares à Formação Geral e Específica do Discente

O Mundo no seu atual estágio de desenvolvimento nunca experimentou mudanças de maneira tão aceleradas, e de tanto impacto na vida das pessoas e das organizações. Novas abordagens técnicas, mídias e inovadoras formas de comunicação forçam o espírito humano a repensar suas práticas enquanto indivíduos membros da sociedade e como partícipes do mundo do trabalho. Nesta perspectiva, assim como mudam as relações humanas, se alteram também as relações organizacionais, tornando o mercado de trabalho um espaço muito mais dinâmico e flexível. O que outrora era mais duradouro, e podia se dá a partir de modelos fixos de formação está sendo substituído por formas mais flexíveis de caráter interdisciplinar e transversal.

Assim, embora as unidades curriculares de um curso ofereçam as bases teóricas e conceituais de uma formação e habilitem para o exercício da profissão, as atividades complementares ocupam uma significativa importância na direção de favorecer também a construção de itinerários próprios de formação que atendam os interesses, às necessidades e às vocações inerentes a cada aluno. Elas permitem a diversificação e ampliação do currículo formal por meio de experiências integradoras no âmbito da pesquisa, da extensão e formação cultural. Desse modo, considerando as habilidades previstas ao perfil do egresso dispostas no dispositivo legal das Diretrizes Curriculares, é fundamental ofertar este espaço ampliado de formação para além da sala de aula.

Os projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação contemplarão atividades complementares criando diversos mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, mediante estudos e práticas independentes, presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins.

A instituição fornecerá um conjunto significativo de oportunidades formativas, que ajude no conjunto do currículo a fortalecer o objetivo do curso e as competências e habilidades também previstas nas Diretrizes Curriculares, as quais estão detalhadas

no Projeto Político Pedagógico do Curso. Trata-se, assim, de um esforço para ofertar as condições mais favoráveis para o desenvolvimento de competências, quer sejam aquelas necessárias hoje quer sejam aquelas que nasceram no futuro próximo, o domínio destas no contexto da trabalhabilidade futura.

1.10.4 Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades Complementares.

As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação da Instituição, e devem ser desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico carga horária e ao longo dos semestres letivos, cabendo ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais.

Ressaltamos que estas poderão ser desenvolvidas na própria Instituição ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando a diversidade de enfoque e de espaços formativos para os alunos, quando ofertadas pela Instituição, devem ser ofertadas de modo a não comprometer a carga horária das atividades acadêmicas curriculares, não sendo, portanto, justificativa para faltas em outras disciplinas/componentes curriculares. Neste sentido para melhor organização delas, o Coordenador de Curso, o Colegiado de Curso e o Núcleo docente estruturante, possuem papel fundamental na identificação daquelas atividades promovidas pela instituição que contribuirão para o fortalecimento do perfil do egresso do curso.

Neste sentido para melhor organização delas, o Coordenador de Curso, o Colegiado de Curso e o Núcleo docente estruturante, possuem papel fundamental na identificação daquelas atividades promovidas pela instituição que contribuirão para o fortalecimento do perfil do egresso do curso.

Ao Coordenador do Curso compete:

I. coordenar a oferta e a divulgação das atividades complementares no âmbito de seu curso;

I. avaliar e realizar o registro de horas complementares dos alunos no âmbito do seu curso validando as mesmas;

II. supervisionar o desenvolvimento das atividades complementares quando organizadas pelo seu curso;

III. definir, ouvido o Colegiado de Curso, as atividades complementares que poderão ser ofertadas em calendário acadêmico do respectivo ano letivo.

IV. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da avaliação das Atividades Complementares, quando for o caso;

V. informar sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da Instituição que propiciem pontuações para atividades Complementares;

VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelos alunos, serão considerados:

a. A compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;
b. O total de horas dedicadas à atividade. As Atividades Complementares deverão possuir um importante portfólio de habilidades e competências que serão conquistadas pelos alunos do Curso de Graduação em consonância com as Diretrizes Curriculares no que compete ao perfil do egresso a ser construído.

1.10.5 Regulamento das Atividades Complementares

Art. 1º. As atividades complementares constituem atividades extracurriculares dos Cursos e compreendem uma carga horária de acordo com cada matriz curricular aprovada pelo Ministério da Educação, sendo desenvolvida no decorrer do curso.

Art. 2º. Os alunos podem realizar atividades complementares desde o 1º semestre do curso até o último semestre. Em virtude do sistema do e-mec não disponibilizar um processo para as atividades complementares à parte, as cargas do curso foram

distribuídas nos semestres sem a obrigatoriedade do aluno cursar as horas estabelecidas naquele semestre, mas durante o curso.

Art. 3º. Os alunos deverão cursar no mínimo 4 atividades diversificadas;

Art. 4º. As atividades complementares só serão contabilizadas a partir da entrada do aluno na IES.

Art. 5º. As atividades complementares têm como objetivos específicos: adquirir conhecimentos extracurriculares; participar ativamente, na qualidade de auxiliar, monitor ou estagiário, de atividades de pesquisa, extensão e ensino; produz e/ou apresentar trabalhos acadêmicos próprios. Desenvolver atividades relacionadas com responsabilidade social, cultural, artística e esportiva.

Art. 6º. O aluno pode escolher quaisquer atividades complementares dentre as listadas no artigo abaixo.

Art. 7º. Ficam estabelecidas as seguintes exigências para o aproveitamento das atividades complementares:

Art. 8º. Os casos omissos e as interpretações deste regulamento devem ser resolvidos pelo Colegiado de Curso, com recurso, em instância final, da FA.

Art. 9º. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES

Art. 1º - As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação.
§1º - As Atividades Complementares são desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico, sendo componente curricular obrigatório para a graduação do aluno.
§2º - Caberá ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades serão adicionais às demais atividades acadêmicas e deverão contemplar os grupos de atividades descritos neste Regulamento.

Art. 2º - As Atividades Complementares têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando:

I. atividades de complementação da formação social, humana e cultural;
II. atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;
III. atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

CAPÍTULO II - DO LOCAL E DA REALIZAÇÃO

Art. 3º - As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas na própria IES ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando o alcance dos objetivos previstos nos Artigos 1º e 2º deste Regulamento.

Parágrafo único - As Atividades Complementares deverão ser realizadas preferencialmente aos sábados ou no contra turno do aluno, não sendo justificativa para faltas em outras disciplinas/unidades curriculares.

CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES
SEÇÃO I
DO COORDENADOR DO CURSO

Art. 4º - Ao Coordenador do Curso compete:

I. indicar à Gerência de Ensino e Pesquisa o professor responsável por coordenar as ações das Atividades Complementares no âmbito de seu curso;
II. propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares;
III. supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares;
IV. definir, ouvido o Colegiado de Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de

Atividades Complementares em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

V. validar, ouvido o Colegiado de Curso, as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

VI. julgar, ouvido o Colegiado de Curso, a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO II
DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 5º - Ao Colegiado do Curso compete:

I. propor ao Coordenador do Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

II. propor ao Coordenador do Curso as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

III. propor ao Coordenador do Curso a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO III
DO PROFESSOR RESPONSÁVEL

Art. 6º - Ao professor responsável pelas Atividades Complementares compete:

I. analisar e validar a documentação das Atividades Complementares apresentadas pelo aluno, levando em consideração este Regulamento;

II. avaliar e pontuar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada;

III. orientar o aluno quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às Atividades Complementares;

IV. fixar e divulgar locais, datas e horários para atendimento aos alunos;

V. controlar e registrar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa atividade;

VI. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da matrícula e da avaliação das Atividades Complementares;

VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

SEÇÃO IV

DO ALUNO

Art. 7º - Aos alunos da IES, matriculados nos cursos de Graduação, compete:

I. informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da IES que propiciem pontuações para Atividades Complementares;

II. inscrever-se e participar efetivamente das atividades;

III. solicitar a matrícula e a avaliação em Atividades Complementares, conforme prevê este Regulamento;

IV. providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;

V. entregar a documentação necessária para a pontuação e a avaliação das Atividades Complementares, até a data limite estabelecida no Calendário Acadêmico; VI. arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada;

VII. retirar a documentação apresentada junto ao professor responsável em até 60 dias corridos após a publicação do resultado.

§1º - A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de avaliação e especificação de carga horária, período de execução e descrição da atividade.

§2º - A documentação não retirada no prazo estabelecido neste Regulamento será destruída.

CAPÍTULO IV
DO PROCESSO DE MATRÍCULA

Art. 8º - O aluno deverá protocolar junto ao professor responsável a entrega da documentação comprobatória para avaliação em Atividades Complementares, no momento que julgar ter os pontos necessários para avaliação.
§1º - A documentação comprobatória deverá ser entregue até a data limite prevista em Calendário Acadêmico.
§2º - Caso o aluno complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula será realizada, sendo o aluno considerado aprovado. §3º - Caso o aluno não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula não será realizada.
§4º - Caso o aluno tenha como único requisito faltante para conclusão do curso as Atividades Complementares e não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação, a matrícula será realizada e o aluno será considerado reprovado.
Art. 9º - A matrícula e a avaliação em Atividades Complementares deverão ser realizadas até a data limite para lançamento de notas estabelecida no Calendário Acadêmico.
Art. 10 - Não será aceita matrícula em enriquecimento curricular em Atividades Complementares.
Art. 11 - Não haverá dispensa ou convalidação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO V
DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 12 - Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelo aluno, serão considerados:

I. a compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o

Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;

II. o total de horas dedicadas à atividade.

Parágrafo único - Somente será considerada, para efeito de pontuação, a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso.

Art. 13 - Poderão ser validadas como Atividades Complementares:

Grupo 1 - Atividades de complementação da formação social, humana e cultural, estando inclusas:

I. atividades esportivas - participação nas atividades esportivas;
II. cursos de língua estrangeira – participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira;
III. participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras;
IV. participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;
V. participação como expositor em exposição artística ou cultural.

Grupo 2 - Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando inclusas:

I. participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição;

II. participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares;

III. participação em atividades beneficentes;

IV. atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade;

V. engajamento como docente não remunerado em curso s preparatórios e de reforço escolar;

VI. participação em projetos de extensão, não remunerados, e de interesse social.

Grupo 3 - Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional, estando inclusas:

- participação em cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão;
- participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
- participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
- participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso;
- participação como expositor em exposições técnico-científicas;
- participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico;
- publicações em revistas técnicas;
- publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional;
- estágio não obrigatório na área do curso;
- trabalho com vínculo empregatício, desde que na área do curso;
- trabalho como empreendedor na área do curso;
- estágio acadêmico;
- participação em visitas técnicas organizadas pela IES;
- participação e aprovação em disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular de interesse do Curso, desde que tais disciplinas/unidades curriculares tenham sido aprovadas pelo Colegiado de Curso e estejam de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.
- participação em Empresa Júnior, Hotel Tecnológico, Incubadora Tecnológica;
- participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares.

§1º - Os estágios previstos referem-se a estágios de característica opcional por parte do discente (estágio não obrigatório). O Estágio Curricular Obrigatório não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga

horária e registro de nota próprios.

§2º - Os projetos multidisciplinares ou interdisciplinares referem-se àqueles de característica opcional por parte do discente, não previstos no currículo do curso do aluno. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

CAPÍTULO VI
DA PONTUAÇÃO

Art. 14 - As Atividades Complementares serão avaliadas, segundo a carga horária ou por participação efetiva nas atividades, atendendo ao disposto no parágrafo 1º do Art. 7º deste Regulamento.

Parágrafo único - As atividades que se enquadram em mais de um item serão pontuadas por aquele que propiciar maior pontuação.

Art. 15 - O aluno deverá participar de atividades que contemplem os Grupos listados no Artigo 13 deste Regulamento, completando no mínimo 20 pontos em cada um dos grupos.

Art. 16 - O aluno poderá integralizar:

I. no grupo 1 o máximo de 30 pontos;
II.no grupo 2 o máximo de 30 pontos;
III. no grupo 3 o máximo de 40 pontos.

Art. 17 - Caberá ao Colegiado de Curso propor ao Coordenador do Curso a pontuação dos itens de cada Grupo, respeitados os Artigos 15 e 16.

Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

1.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

1.11.1 Determinação das DCNS para o Trabalho de Conclusão do Curso - TCC

De acordo com a DCN do Curso de Direito o TC está englobado no eixo de formação prático-profissional é componente curricular obrigatório.

As IES deverão emitir regulamentação própria aprovada por conselho competente, contendo, necessariamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Ao optar pelo TCC, a IES deve fazê-lo de forma regulamentada, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos de carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação.

1.11.2 Áreas, período, carga horária e produto do TCC

O TCC deve ser pautado por critérios científicos compatíveis com as exigências acadêmicas e a responsabilidade social do futuro profissional.

A linha de pesquisa contemplará temas do Direito Público e de Direito Privado, nas áreasde Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Constitucional, Direito do Consumidor, Direito Ambiental, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, observando-se na escolha e delimitação dos assuntos as orientações deste regulamento.

O TCC é realizado em dois períodos: 9º período com a disciplina TCC I e 10º período com a disciplina TCC II. Cada disciplina possui carga horária de 66 horas, totalizando assim 132 horas. O produto do TCC no Curso de Direito é um artigo científico.

1.11.3 Forma de Apresentação do TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Direito consistirá em um artigo científico individual, em áreas específicas do Direito Público e Privado, a ser avaliada e apresentada publicamente, submetida à banca avaliadora. Para a organização e normatização do Trabalho de Conclusão de Curso, são seguidas as normas da ABNT e os critérios de avaliação são definidos no regulamento interno do TCC, aprovado pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito.

1.11.4 Forma de Orientação do TCC

O processo de orientação se inicia no 9º. período do Curso na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I (TCCI) com 66 horas de carga horária, onde é elaborado o Projeto de Pesquisa que dará norte ao trabalho. No 10º. período do curso, na Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II (66H), os alunos dão continuidade ao processo de organização e elaboração de seus artigos científicos e além disso, contarão com a orientação individual de um professor especialista na área da sua temática.

1.11.5 Forma de Coordenação do TCC

O tema do TCC escolhido deverá passar por uma aprovação do professor orientador. Para a sua operacionalização o professor-orientador estabelecerá uma carga horária semanal, com o orientando para as orientações necessárias tendo em vista o cumprimento do plano de trabalho estabelecido à execução do projeto e a elaboração do texto final do trabalho e prestará contas com a coordenação de curso sobre o desenvolvimento dos seus orientandos. A estrutura do TCC está determinada pelo manual do regulamento do TCC. A avaliação do trabalho dar-se-á pelos critérios de desempenho estabelecidos no regulamento do TCC. Ainda acerca de sua operacionalização, o professor-orientador estabelecerá uma carga horária semanal, com o orientando para as orientações necessárias tendo em vista o cumprimento do plano de trabalho estabelecido à execução do projeto e a elaboração do texto final do trabalho. O Objetivo pedagógico é propiciar aos acadêmicos do Curso a oportunidade de compreender e desenvolver competências e habilidades determinadas no perfil do egresso, e tendo como objetivos específicos possibilitar ao estudante realizar síntese dos conhecimentos adquiridos no curso, por meio de um trabalho acadêmico original, caracterizando-se como elo de transição entre o curso de Direito e a atividade profissional.

1.11.6 Forma de Divulgação de Manuais Atualizados de Apoio à Produção dos Trabalhos

Os manuais são disponibilizados semestralmente aos alunos com as devidas atualizações na coordenação e site institucional. Os docentes das disciplinas são responsáveis em apresentar o manual aos alunos e deixar disponível de forma online, anexado no portal do aluno, e de forma física para cópia

1.11.7 Forma de Disponibilização dos TCC's em Repositórios Institucionais

A versão final e corrigida do TCC, após a sua defesa perante a Banca Examinadora, deverá ser entregue à Coordenação do Curso de Direito, uma via em formato impresso e encadernado em brochura na cor vermelha e outra via em mídia digital eletrônica (CD) salvo no formato de *.pdf, dentro dos padrões do regulamento para posterior arquivamento, em até 5 dias após a apresentação oral da mesma.

A mídia eletrônica é entregue e protocolada na biblioteca que fica responsável em transferir o conteúdo para a bibliotecal virtual, ficando assim acessível a todos os alunos da IES e á sociedade em geral.

.

1.11.8 Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este regulamento fixa normas para o Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, do Curso de Direito da IES.

Art. 2º. O TCC deve ser pautado por critérios científicos compatíveis com as exigências acadêmicas e a responsabilidade social do futuro profissional.

Art. 3º. A linha de pesquisa contemplará temas de Direito Público e de Direito Privado, observando-se na escolha e delimitação dos assuntos as orientações deste regulamento.

Capítulo II
DAS ETAPAS DO TCC

Art. 4º. A elaboração do TCC compreenderá etapas que serão desenvolvidas ao longo dos dois últimos semestres do curso de Direito, conforme a ordem seguinte:

I- Elaboração do projeto de pesquisa no 9º semestre.
II – Execução da pesquisa no 10º semestre.
III - Frequência obrigatória às orientações de conteúdo da monografia..
IV- Depósito do trabalho na data fixada no calendário do TCC.

Capítulo III
DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 5º. O TCC consistirá na elaboração de um artigo científico, produzido pelos acadêmicos por meio de pesquisa individual.

Art. 6º. O professor da disciplina TCCII será o responsável pela orientação da metodologia aplicada e pelo calendário de execução do trabalho.

Art. 7º. Observar-se-á na sua execução, as exigências das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT vigente e os modelos institucionais da IES.

Art. 8º. O acadêmico que não depositar o TCC ou que não obtiver a nota necessária para a aprovação não poderá colar grau.

Art. 9º. Em caso de plágio, integral ou parcial, o aluno será reprovado, devendo a Coordenação do TCC, com auxílio dos professores-orientadores, exercer controle rígido sobre tal conduta.

Art. 10. A versão final deve ser encadernada em espiral e depositada por meio de protocolo na Coordenação do TCC, de uma cópia impressa, acompanhada por uma cópia em CD (formato Word), em data definida no calendário das atividades.

Capítulo IV
DA ESCOLHA DO TEMA E DA BIBLIOGRAFIA

Art. 11. O tema será indicado pelo professor da disciplina TCC I, que terá a atribuição exclusiva de delimitá-lo, devendo o problema da pesquisa ser formulado de forma clara e objetiva.

Art. 12. A indicação do tema observará o cadastro de temas mantido pela Coordenação do TCC, evitando, sempre que possível, a repetição de assuntos dos semestres anteriores.

Art. 13. A definição prévia de temas, desde que o aluno tenha se submetido à orientação regular, poderá ser aproveitada no projeto de pesquisa desenvolvido em TCCI.

Art. 14. A pesquisa será elaborada com base em revisão bibliográfica principal (consulta a, no mínimo, dez obras sobre o tema) e bibliografia complementar (consulta por meio da internet a banco de teses, dissertações, artigos e outros periódicos científicos).

Capítulo V
DO PROJETO DE PESQUISA

Art. 15. A apresentação do projeto de pesquisa deverá conter tema, delimitação do tema, problema e hipótese, objetivo geral e objetivos específicos, justificativa da escolha do tema, referencial teórico, metodologia e referências bibliográficas, observando-se o modelo de projeto previamente definido pela Coordenação do TCC.

Art. 16. A orientação ficará a cargo do professor da disciplina TCCI, respeitando-se, quanto ao seu desenvolvimento, às normas institucionais da IES.

Art. 17. No desenvolvimento do projeto devem ser adotados critérios uniformes que permitam compatibilizar a estrutura da pesquisa inicial à futura execução do artigo.

Art. 18. As linhas de pesquisa contemplarão as seguintes áreas: Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Constitucional, Direito do Consumidor, Direito Ambiental, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho.

Art. 19. Fica vedada a modificação do tema, após a sua definição na forma do art. 11 deste regulamento.

Art. 20. Os critérios de avaliação dos projetos de pesquisa serão definidos no plano de ensino da disciplina, vinculando o calendário de execução do projeto.

Capítulo VI

DAS ORIENTAÇÕES DE CONTEÚDO DO TCC

Art. 21. As orientações de conteúdo serão feitas por um professor-orientador, indicado pela Coordenação do Curso de Direito.

Art. 22. O aluno deverá participar de, pelo menos, 5 (cinco) encontros presenciais com o seu orientador, conforme os horários disponibilizados, devendo o professor registrar o andamento dos trabalhos; o não cumprimento deste dispositivo implicará em reprovação, eliminando a apresentação do trabalho perante a banca examinadora.

Art. 23. O controle da orientação de conteúdo será realizado por meio de ficha padronizada, com o registro do desenvolvimento das atividades, das indicações bibliográficas e da correção dos artigos; o discente deverá assinar a ficha de controle em cada encontro presencial.

Capítulo VII

DA DEFESA PÚBLICA E DA BANCA EXAMINADORA

Art. 24. A defesa pública será realizada na sede da IES, perante banca examinadora composta por três professores do curso, cabendo ao professor da disciplina TCCII organizar o calendário das defesas e presidir os trabalhos.

Art. 25. O tempo de defesa será de 30 (trinta) minutos, sendo 15 (quinze) minutos para apresentação e 15 (quinze) minutos para arguições.

Art. 26. Ao final das arguições, os membros da banca reunir-se-ão, de forma reservada, para análise da defesa. Em seguida o presidente da banca proclamará o resultado; poderá a banca deliberar diretamente, dispensando as arguições, quando entender conveniente tal procedimento, porém, em hipótese alguma, haverá defesa suplementar.

Art. 27. Considerar-se-á aprovado o trabalho que obtenha, no mínimo, nota 5,0 (cinco), constando o resultado de ata, assinada por todos os examinadores. Integrará a ata, para todos os efeitos legais, um formulário padronizado no qual constarão os itens avaliados.

Art. 28. As propostas de alterações sugeridas pela banca examinadora serão de observância obrigatória e, enquanto não realizadas pelo aluno, o lançamento da nota ficará sobrestada.

Art. 29. A avaliação dos trabalhos por parte da banca examinadora será soberana e indivisível, não se admitindo pedidos administrativos de revisão de nota.

Art. 30. Será obrigatório a utilização de “data show”, mas nas projeções somente constará os principais tópicos da apresentação, vedada a leitura dos “slides”.

Capítulo VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. A Coordenação do TCC manterá um banco de dados atualizado com os temas dos projetos de pesquisa e dos artigos científicos aprovados pelas bancas examinadoras.

Art. 32. Dos trabalhos aprovados pela banca examinadora, a Coordenação do TCC selecionará três ou mais artigos, para fins de publicação.

Art. 33. Na hipótese os autores dos trabalhos selecionados, pela simples ciência a este regulamento, autorizam a publicação na revista jurídica da IES.

Art. 34. Para todos os efeitos de vinculação acadêmica, este regulamento foi aprovado pelo Núcleo Estruturante do Curso e pela Coordenação do Curso de Direito, na data abaixo indicada.

Art. 35. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso de Direito.

Local, de de 2020.

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR ORIENTADOR

Eu,_____ docente da Faculdade Amazonas - FA

Matrícula:_____CPF:_____RG:_____Professor orientador voluntário do aluno da disciplina de TCC _____

No Projeto: (tema do Trabalho de Conclusão de Curso):

_____

_____

Declaro estar ciente do regulamento que rege o TCC do Curso de Direito da F.A, que as horas destinadas para orientação não serão remuneradas por esta IES, tendo em vista o aceite

voluntário deste professor para orientação dos discentes vinculados ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Faculdade Amazonas, _____ de _____ de _____

_____

Professor Orientador Voluntário

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR COORIENTADOR

Eu, docente da Faculdade Amazonas _____

Matrícula: _____ CPF: _____RG: _____

Professor orientador voluntário do aluno da disciplina TCC

_____

No Projeto: (tema da monografia do TCC):

_____

_____

Declaro estar ciente do regulamento que rege o TCC do Curso de Direito do Faculdade Amazonas, que as horas destinadas para coorientação não serão remuneradas por esta IES, tendo em vista o aceite voluntário deste professor para orientação dos discentes vinculados ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Faculdade Amazonas, ____ de _____ de _____

_____

Professor Coorientador Voluntário

AVALIAÇÃO TCC (N1)

TRABALHO ESCRITO = TOTAL 10,0		
ITEM AVALIADO	VALOR	NOTA
Relevância e Contribuição Acadêmica do Tema.	1,0	
Redação clara e organizada, boa pontuação e uso correto de termos técnicos.	3,0	
Critérios básicos de formatação.	1,0	
Referências e citações, adequadas e atuais.	1,0	
Introdução clara, objetivos e descrição dos capítulos.	1,0	
Fundamentação teórica coerente, consistente e atual.	1,0	

Metodologia apropriada, explicitada e organizada.	1,0	
Considerações finais coerentes com os objetivos.	1,0	

_____

Nome completo - Examinador(a)

_____

Assinatura

AVALIAÇÃO TCC (N2)

TRABALHO ESCRITO = TOTAL 4,0		
ITEM AVALIADO	VALOR	NOTA
Relevância e Contribuição Acadêmica do Tema.	0,5	
Redação clara e organizada, boa pontuação e uso correto de termos técnicos.	0,5	
Critérios básicos de formatação.	0,5	
Referências e citações, adequadas e atuais.	0,5	
Introdução clara, objetivos e descrição dos capítulos.	0,5	
Fundamentação teórica coerente, consistente e atual.	0,5	
Metodologia apropriada, explicitada e organizada.	0,5	

Considerações finais coerentes com os objetivos.	0,5	

APRESENTAÇÃO ORAL = TOTAL 6,0		
ITEM AVALIADO	VALOR	NOTA
Domínio do Conteúdo.	1,0	
Organização da Apresentação e do banner.	1,0	
Habilidade de Comunicação e Expressão.	1,0	
Capacidade de Argumentação e Inovação.	0,5	
Uso de Recursos Audiovisuais.	0,5	
Linguagem Corporal, Vestuário e Comportamento.	1,0	
Uso Adequado do Tempo.	1,0	

Nome completo - Examinador(a)

assinatura:_____

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE DIREITO

Às_____horas do dia_____ do mês de _____do ano de _____, na sala _____, compareceu para defesa pública do trabalho de conclusão de curso, como requisito obrigatório à Colação de Grau no Curso de direito, o aluno(a):_____, tendo o trabalho o seguinte título: _____.

Constituíram a Banca Examinadora os professores abaixo indicados. Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, ficou definido que o trabalho foi considerado _____ com nota_____, de acordo com os itens avaliados constantes de formulário anexo, que integra a presente ata para todos os feitos legais. Eu,_____(Presidente da banca

Examinadora), lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais membros da Banca Examinadora.

Membros da Banca Examinadora:

_____
assinatura:_____

Nome completo - Examinador(a)

_____
assinatura:_____

Nome completo - Examinador(a)

_____
assinatura:_____

Nome completo - Examinador(a)

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO PARA INSERÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO NOS MEIOS ELETRÔNICOS E, OU, IMPRESSOS DE DIVULGAÇÃO DISPONIBILIZADOS E UTILIZADOS PELA FACULDADE AMAZONAS – FA

Eu,_____, _____ (RG), _____(CPF), aluno do Curso de Direito, matriculado sob número _____, venho, por meio do presente, AUTORIZAR, em caso de aprovação na respectiva disciplina, a inserção do meu Trabalho de Conclusão do Curso intitulado "_____nos meios eletrônicos de divulgação disponibilizados e utilizados pela universidade, bem como em qualquer outro meio eletrônico ou impresso de divulgação utilizado pela Instituição, para os específicos fins educativos, técnicos e culturais de divulgação institucional e não-comerciais. DECLARO, dessa forma, que cedo, em caráter gratuito e por tempo indeterminado, o inteiro teor do meu Trabalho de Conclusão do Curso acima identificado, cuja cópia, por mim

rubricada e firmada, segue em anexo, para que possa ser divulgada através do(s) meio(s) acima referido(s). DECLARO, ainda, que sou autor e único e exclusivo responsável pelo conteúdo do mencionado Trabalho de Conclusão do Curso. AUTORIZO, ainda, o Faculdade Amazonas- FA a remover o referido Trabalho do(s) local(is) acima referido(s), a qualquer tempo e independentemente de motivo e/ou notificação prévia à minha pessoa.

Faculdade Amazonas, _____ de _____ de _____

_____

Aluno do curso de Direito

CARTA DE ENCAMINHAMENTO DE ALUNO PARA BANCA DE DEFESA DE TCC

Eu, _____
docente do Curso de Direito da Faculdade Amazonas - FA
_____,
encaminho o aluno (a) _____,
para defender o seu Trabalho de Conclusão de Curso.

FICHA DE ORIENTAÇÃO DO ALUNO

1. IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO:

Curso: Direito
Disciplina: TCC
Nome do Aluno (a):
Professor (a):

Carga horária: 66 Período: 10º Semestre: Turno:

Dia da Orientação	Conteúdo Tratado na Orientação	Assinatura do Aluno Confirmando sua Presença na Orientação. Caso esse não tenha comparecido, constará assinatura do Professor.
/ /		
/ /		
/ /		

Faculdade Amazonas, ____ de _____ de _____

1.12 APOIO AO DISCENTE

POLÍTICA:

A Política de atendimento aos estudantes consiste no suporte acadêmico que a IES oferece por meio de uma gama de serviços como: acolhimento ao ingressante; atendimento extraclasse; nivelamento; monitoria; estímulo à representatividade discente; diretório acadêmico; ouvidoria; portal acadêmico; formação de escola de líderes; formação de empreendedores; apoio psicopedagógico e de acessibilidade; acompanhamento de egressos; internacionalização; e apoio financeiro.

E por meio do atendimento proporcionado aos discentes pelos núcleos: NAPA- Núcleo de apoio psicopedagógico e de acessibilidade responsável pelo atendimento de demandas espontâneas e dirigidas de alunos com dificuldade de

aprendizagem, relacionamento ou psicológica na qual o NAPA atende, orienta e acompanha, e ainda promove palestras sobre temáticas ligadas a questões como: suicídio, drogadição, respeito à diversidade, gênero entre outros, e do NADI- Núcleo de atendimento ao discente responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos.

PROGRAMA:

A política de atendimento aos estudantes se dá por meio dos programas (regulamento em anexo):

- **PAD** – Programa de Apoio ao Discente,
- **PROACESSO** – Programa de Acessibilidade e Inclusão Social

AÇÕES:

Tais programas ofertam melhores condições de continuidade acadêmica aos alunos de nossa instituição, a saber:

Programas de Bolsas e Financiamento Estudantil (NADI)

Serão concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolverem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob a orientação docente. Atualmente, a IES disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.

a. Bolsa Desconto de Iniciação Científica: A IES, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica –oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. É um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação.

b. Política de desconto: A IES mantém uma política de desconto de 10% para o vencimento e 10% para convênios. E para os colaboradores há um desconto de 50%. Convênios Empresa por Contratos.

Financiamento Estudantil:

- Programas Governo Federal: FIES E PROUNI;
- Programa Municipal: Bolsa Universidade
- Participação nos Programas: Quero Bolsa e Educa mais Brasil.

1.12.1 Acolhimento ao Ingressante

Para a chegada dos novos alunos, propomos ações de acolhida aos calouros, que vão desde as visitas guiadas às instalações da IES, palestras de esclarecimento sobre a vida acadêmica e serviços da IES, minicursos para orientação aos estudos, distribuição do manual do aluno e programa de nivelamento e atendimento psicopedagógico.

1.12.2 Controle de Evasão

O NADI - Núcleo de Apoio ao discente é o setor responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos, como forma de controlar a evasão. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra apensado a este documento.

As coordenações de curso também fazem acompanhamento da evasão e encaminham alunos para o NADI quando levantadas questões como necessidade de apoio financeiro ou de falta de adaptação ao curso para que o discente seja encaminhado para vagas de emprego ou estágio, setor de bolsa, ou para teste vocacional possibilitando a transferência interna para outro curso, e ainda, se tratando de alguma questão como conflitos interpessoais com colegas de classe ou docente a intervenção é feita via NAPA- Núcleo de Apoio Psicopedagógico.

1.12.3 Acessibilidade Metodológica e Instrumental

Outro aspecto relevante no campo metodológico está a acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão vale a pena destacar é o da **Acessibilidade.** O aumento crescente de estudantes com necessidades educativas

especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das IES, mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão. Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento *REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES),* publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior.

Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

> […] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a IES, concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da **acessibilidade atitudinal/pedagógica** para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

- adequação nos materiais didáticos e pedagógicos;
- adequação nos mobiliários e equipamentos;

- adequação de objetivos;
- adequação de conteúdos;
- adequação de métodos e didática;
- adequação nas avaliações;
- adequação de tempo.

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto n° 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. E também no conceito de a**cessibilidade como** a condição para utilização, com segurança e autonomia, **total ou assistida**, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por **pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida** presente no Decreto nº 5.296/2004.

Para a IES, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade acadêmica deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

I. altas habilidades e superdotação;
II. deficientes físicos, intelectuais, sensoriais e múltiplos;
III. transtornos mentais, distúrbios de humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;
IV. transtornos globais;
V. alterações orgânicas como insuficiências.

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando,

1) mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos

professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados;

2) orientação pedagógica aos coordenadores de cursos e professores;
3) encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas;
4) encaminhamento de adequações de materiais didáticos;
5) promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação de funcionários e docentes;
6) trabalho colaborativo com outros profissionais por meio de convênio com entidades e/ou associações que possam contribuir com o desenvolvimento de práticas de acessibilidade;
7) os estudantes e funcionários surdos são acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS;
8) empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebooks, gravadores, lupas e ampliadores eletrônicos, bengala;
9) formação em Libras para funcionários, alunos e professores.

1.12.4 Intermediação e Acompanhamento do Estágio Não Obrigatório

O NADI- é o setor responsável pela intermediação e acompanhamento do estágio não obrigatório para os alunos dos cursos da IES. O NADI faz a captação das vagas, prepara os alunos para o processo seletivo e acompanha estatisticamente os alunos com estágio não obrigatório.

1.12.5 Apoio psicopedagógico e de acessibilidade- NAPA

O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógico-administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente.

O NAPA tem como objetivo geral de promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais,

contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra apensado a este.

1.12.6 Nivelamento

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes da IES oferece aos seus alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso correto da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados cursos de gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são realizadas aos sábados, sem nenhum custo adicional aos alunos.

1.12.7 Representatividade Discente e Diretório Acadêmico

A IES compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos a partir do Colegiado Discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de maneira livre por seus pares. Este Colegiado possui um calendário de reuniões semestrais, além disso, os representantes discentes possuem assento no Colegiado de Curso com direito a voz e voto.

A IES ofertará infraestrutura para o funcionamento de seu Diretório Acadêmico e incentiva a organização estudantil, conforme prevê o seu Regimento Interno.

1.12.8 Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A IES mantém convênio com instituições de ensino estrangeiras a fim de disponibilizar o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas, bem como a oferta de disciplinas em língua estrangeira.

1.12.9 Ações Inovadoras

1.12.9.1 Projeto de Formação de Líderes e Formação de Empreendedores

Escola de Líderes: Oficinas de formação ofertadas gratuitamente e vinculadas à extensão para a formação de lideranças em especial para a qualificação da representatividade discente.

Formação de Empreendedores: Oficinas de formação ofertadas gratuitamente e vinculadas à extensão para a formação de empreendedores em especial para a qualificação da representatividade discente.

1.12.9.2 Workshop de Empregabilidade

A Instituição é rica também em virtude de seus paradoxos, que a fazem ao mesmo tempo criar o germe da mudança e resistir a mesmo. Por outro lado, pode assumir um papel importante na nova realidade econômica mundial em que empresas de conhecimento se transformam em uma das principais forças do desenvolvimento econômico (DOLABELA, 1999c).

O Workshop de Empregabilidade será ofertado a todos os alunos dos cursos de graduação e tecnológicos, beneficiando muitos alunos que tem o interesse em abrir seu próprio negócio ou se inserir no mundo do trabalho.

O Programa visa à preparação do universitário e surge em um momento muito importante tanto para a empregabilidade quanto para o desenvolvimento do Estado e municípios. As universidades estão diante de um desafio que é a adoção de uma nova postura pedagógica para formar pessoas preparadas não só no quesito técnico, mas também nos aspectos comportamentais, que são tão importantes, ou até mais, comparativamente aos conhecimentos de técnicas.

A IES, busca a geração de riquezas por meio da capacitação dos seus alunos para a aquisição do conhecimento, da comunicação e da criatividade, podendo conscientizar os seus alunos sobre a riqueza na forma de bens e na forma de capital (humano, social, intelectual, monetário, entre outros). Essa construção passa,

evidentemente, pelos processos de produção, concentração, distribuição e ampliação desses capitais (VOLKER, 2001).

O papel da universidade na formação ganha cada vez mais relevância no contexto do ensino formal. É necessário preparar o estudante para participar de um novo mundo do trabalho no qual a capacidade de iniciativa, flexibilidade e adaptação às mudanças são fundamentais para o êxito profissional.

1.12.9.3 Monitoria

Para o estímulo da atividade acadêmica e docente a IES, oferece o programa de Monitoria, como parte integrante de sua política de Ensino. Após a abertura do edital há uma seleção dos discentes interessados e os selecionados realizam a monitoria semestral tutoreados pelos docentes. O Manual de Monitoria se encontra apensado a este documento.

1.13 GESTÃO DO CURSO E AS AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO CURSO

O Projeto de Avaliação Institucional baseia-se em quatro nortes que serviram para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional:

a) conscientização e adesão voluntária - a avaliação deve ser algo conquistado e não imposto, a fim de que tenha legitimidade política, pois a imposição não produz absolutamente nada, ao contrário, faz do ato de avaliar algo punitivo e não construtivo;

b) avaliação total e coletiva - é preciso que a instituição seja avaliada como um todo e não fragmentada, ou seja, em todos os seus setores e com envolvimentos de todos os seus colaboradores;

c) unificação da linguagem – para que não haja ruídos na comunicação, é preciso que se unifiquem os conceitos, princípios e finalidades do projeto de avaliação institucional;

d) competência técnico-metodológica – deve-se ter uma base científica que direcione o projeto e que propicie legitimidade aos dados coletados.

Além destes parâmetros, a autoavaliação foi desenvolvida tendo em vista as seguintes características:

- processo democrático – possibilitou aos colaboradores envolvidos conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão utilizados;
- contextualizada – norteou a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida; respeitando as diversidades, a história e a cultura institucional;
- flexível – aberta as discussões e mudanças necessárias durante o processo, sem perder de vista a veracidade de seus objetivos;
- incentivadora – promoveu o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentivou, também, a veracidade, o livre arbítrio de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante;
- ética – pautou-se em valores morais e éticos, de acordo com a práxis acadêmica e de autoavaliação institucional das comunidades interna e externa à instituição;
- sistemática – o processo avaliativo foi contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo.

Nesta perspectiva, o processo avaliativo se constitui em uma oportunidade ímpar para a comunidade acadêmica refletir sobre suas ações e a possibilidade de conhecer e analisar de forma crítica a instituição com vista à qualidade das ações empreendidas acontecendo em dois momentos distintos, ou seja, no âmbito do próprio curso e no âmbito da Instituição, por meio da CPA - Comissão Própria de Avaliação.

A Avaliação de Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos, considerando, também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação *in loco* e no ENADE.

1.13.1 Objetivos do Processo de Auto Avaliação Institucional e de Curso

Objetivo Geral:

Promover a Cultura da Auto avaliação entendendo a mesma e seus resultados, como instrumento de gestão acadêmica e administrativa;

Objetivos Específicos:

- Realizar auto avaliação institucional em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;
- Realizar auto avaliação de curso em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;
- Analisar os dados coletados tendo em vista o subsídio das ações acadêmico/administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da instituição.

1.13.2 Planejamento da Avaliação Institucional e do Curso

O processo de auto avaliação é assumido dentro de duas dimensões:

a) a primeira se define como **avaliação externa**, ou seja, diz respeito aos índices alcançados pela IES (ENADE; IGC; CPC e Avaliação In Loco), o processo de avaliação desses índices é realizado a partir da ampla divulgação dos resultados e da análise detalhada dos indicadores aferidos pelos membros da CPA e do Conselho Maior da Instituição. Os relatórios emitidos pelos organismos oficiais de avaliação são também objeto de análise das instâncias colegiadas (NDE e Colegiado de Curso), os quais por meio de convocação extraordinária analisam, debatem e propõem soluções de melhoria que serão viabilizadas, por meio de ações previstas, planejadas e executadas nos Planos Acadêmicos Administrativos (semestrais) e Plano de Gestão (anual) da IES;

b) a segunda se define como **avaliação interna**, está dimensão se desdobra em dois níveis, a saber: O primeiro nível é o Macro institucional, onde a comunidade acadêmica e a sociedade civil avaliam os determinantes macro-institucionais da IES, incluindo a Infraestrutura. O segundo nível compreende os determinantes internos do curso identificados com os itens de natureza pedagógica e acadêmica.

A avaliação Interna é composta por duas avaliações:

Primeiro Nível: Avaliação Macro Institucional

Em acordo com a legislação vigente e atendendo o que preconizam os documentos que norteiam o processo de avaliação institucional, o primeiro nível de avaliação diz respeito à avaliação da instituição a partir de 10 dimensões, da lei 10.861, que institui o SINAES, a saber:

1ª Missão Institucional
2ª Política de Ensino/ Pesquisa e Extensão
3ª Responsabilidade Social
4ª A Comunicação com a Sociedade
5ª Política de Pessoal
6ª Gestão Institucional
7ª Infraestrutura
8ª Planejamento e Avaliação
9ª Atendimento ao Estudante
10ª Sustentabilidade Financeira

Focada nos aspectos macro institucional e protagonizada pela CPA, a avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os alunos, colaboradores e sociedade organizada percebem o conjunto de atividades que a instituição oferta. Esta avaliação terá como função a complementação da avaliação interna (curso) realizada pela IES. Desta avaliação é gerado o plano de gestão Institucional, o qual possui os seguintes eixos:

Eixo 1 - Políticas de Gestão:

1.1.1 Políticas de Pessoal;

1.1.2 Organização e Gestão da Instituição;

1.1.3 Sustentabilidade Financeira.

Eixo 2. Infraestrutura Física:

2.1.2 Melhorias das Instalações Físicas;

2.1.1 Equipamentos; Máquinas;

2.1.2 Plano de Manutenção.

Eixo 3. Políticas Acadêmicas

3.1 Ações de Estímulo ao Ensino;

3.2 Ações de Estimulo a Extensão;

3.3 Ações de Estímulo à Produção Científica e Inovação Tecnológica;

3.4 Ações de Apoio ao Discente;

3.5 Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna.

Este plano é elaborado mediante a análise e discussões dos indicadores obtidos pela IES, sendo elaboradas medidas corretivas e de melhorias dos aspectos críticos e estratégicos da IES. Com vigência de 12 meses essas medidas tomadas são reavaliadas em função de sua efetividade na obtenção de melhores resultados e podem ser revistas, ampliadas e ou substituídas por outras de maior eficácia.

Segundo Nível: Avaliação de Curso

A Avaliação de Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos considerando também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional:

As avaliações preveem as seguintes etapas:

Definição dos Instrumentos e Coleta de Dados: Nesta etapa serão definidos as técnicas e os instrumentos para coletar dados quantitativos e qualitativos. Com relação aos docentes, técnico-administrativos e integrantes da direção, toda a população preencherá o instrumento de avaliação. Enquanto, aos discentes a mostra corresponderá a 50% ou 100% do número de matrículas. Os instrumentos serão elaborados pela CPA, mas discutidos com o colegiado de curso e reformulados se necessário, conforme os parâmetros estabelecidos, a partir dos indicadores

selecionados pela comissão, dentre as relacionadas previamente pelos envolvidos no processo avaliativo.

Os questionários terão um campo comum que visará à avaliação dos Cursos da IES e um específico para a auto avaliação do discente, do docente, dos integrantes da direção e dos colaboradores da área técnica administrativa.

Eles serão constituídos, prioritariamente, de questões fechadas, embora se reserve o espaço para a expressão de opiniões pessoais que propiciem o aprofundamento qualitativo dos itens previamente construídos. Além do questionário, será utilizada a técnica de grupo focal, a fim de conhecer as concepções e posicionamentos dos discentes e docentes e técnicos - administrativos sobre questões que envolvem o curso, que vão desde a estrutura física a dimensão pedagógica e administrativa.

Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Técnica Administrativa: visando o envolvimento acadêmico, técnico e docente a uma participação efetiva de todos os níveis serão realizadas reuniões com todas as turmas dos diferentes cursos, com docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo. Este processo de sensibilização se dá também por meio da divulgação no site institucional, nas páginas oficiais das redes sociais e nos blogs´s dos cursos de maneira sistemática. É também realizado um calendário de atendimento aos cursos nos nossos laboratórios de informática, com um monitor disponível para orientações, a fim de garantir os meios de preenchimento online para alunos que não possuem acesso a equipamentos e informática.

Tratamento dos Dados e Comunicação dos Resultados: a comissão de avaliação encarregar-se-á de apurar os instrumentos e de interpretar os dados por meio do programa de Avaliação Institucional. Os resultados obtidos por meio de questões fechadas serão submetidos a estatísticas descritivas do programa. Enquanto, que os disponibilizados por meio de questões abertas serão categorizados por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações). Os resultados serão comunicados e divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de relatório que incluirá também conclusões e recomendações. A utilização dos resultados será motivo de discussão em reunião com a comunidade acadêmica, após a divulgação do relatório.

Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso: o plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES, e para a qualidade de ensino que está propõe. São objetivos do Plano:

- realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre;
- organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas;
- propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso;
- elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

1.13.3 Relatório Analítico do Resultado da Avaliação de Curso

O coordenador de curso receberá o resultado da autoavaliação de curso realizada pela CPA e elabora um relatório analisando os principais pontos positivos e negativos do curso com base na avaliação.

O relatório de autoavaliação apresentará resultados, análises, reflexões e proposições de forma excelente para subsidiar planejamento e ações. Ele constitui-se em um importante instrumento para a revisão das ações institucionais. Nesse sentido, deverá ser elaborado obedecendo à legislação vigente, incluindo a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N°. 065, a qual prevê um roteiro a ser seguido. Sendo assim, o Relatório será composto de:

- introdução - onde deve constar os dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação. Deverão ser informados o ano e o período ao qual o relatório se refere. Deve ser também informado se o relatório é parcial ou integral.
- metodologia - deverão ser descritos os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil, consultados e as técnicas utilizadas para a análise dos dados.

- desenvolvimento - nesse campo devem ser apresentados os dados e as informações relativas a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade da instituição.
- análise dos dados e das informações - devem ser apresentados os dados conclusivos obtidos no conjunto das avaliações, apontando para as medidas que serão tomadas com relação a eles.
- ações previstas com base na análise dos dados - deverá ser apresentado o planejamento das ações, no sentido de conferir sempre maior qualidade aos processos de gestão acadêmica, infraestruturas e de ensino da nossa instituição.

1.13.4 Plano de Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de auto avaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base no auta avaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

i) Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.

ii) Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.

iii) Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.

iv) Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria continua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a continua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da IES, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo, considerada como atividades complementares.

Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feito projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.

Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

Auto avaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.

Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos

Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

Plano Acadêmico Administrativo na documentação anexa.

1.13.5 Plano de Ação de Melhoria de Gestão Institucional

O Plano de Melhoria de Gestão Institucional é um instrumento decorrente do processo de auto avaliação institucional e que serve de planejamento de ação interno de gestão da IES, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na auto avaliação de curso. Após receber os resultados da auto avaliação institucional a direção da IES elabora o Plano de Melhoria de Gestão Institucional que tem como eixos de ação:

1.Políticas de Pessoal
1.1.2 Organização e Gestão da Instituição
1.1.3 Sustentabilidade Financeira
2. Infraestrutura Física:
2.1.2 Melhorias das Instalações Físicas
2.1.1 Equipamentos; Máquinas
2.1.2 Plano de Manutenção
3. Políticas Acadêmicas
3.1 Ações de Estímulo ao Ensino
3.2 Ações de Estimulo a Extensão
3.3 Ações de Estímulo a Produção Científica e Inovação Tecnológica
3.4 Ações de Apoio ao Discente

1.13.6 Divulgação dos Resultados para a Comunidade a Acadêmica

A divulgação dos resultados da auto avaliação conduzida pela CPA ocorre por meio de um Fórum permanente de discussão, que tem nas nossas instâncias colegiadas, o local privilegiado, os resultados dos processos internos e externos de avaliação e ainda os índices oficiais que dizem respeito aos resultados alcançados pelos alunos no ENADE, nos cursos pelas avaliações in loco, e ainda o CPC e o IGC, serão cuidadosamente analisados. Estes dados serão cruzados com os resultados obtidos pela CPA e servirão de base para o processo e tomada de decisão tanto no âmbito da gestão como no âmbito pedagógico, tendo em vista a constante melhoria de nossos processos institucionais e de nossas ações educativas.

1.14 ATIVIDADES DE TUTORIA

A comunicação com os estudantes envolve todos os atores partícipes do modelo pedagógico EaD adotado pela IES, porém, a assistência direta aos estudantes depende da boa mediação pedagógica, que ocorre com o apoio permanente de docentes, tutores EaD e tutores presenciais (tecnológicos).

O docente é responsável pelo planejamento e desenvolvimento das disciplinas, precisa criar estratégias de mediação pedagógica que sejam significativas para o estudante, responsabilizando-se por acompanhar o andamento dos estudantes, intervir quando necessário, contribuir, incentivar e somar esforços em prol da construção da aprendizagem, em consonância com a coordenação do curso e coordenação acadêmica e pedagógica do NEaD.

Nesse contexto os tutores EaD colaboram com as discussões no AVA, publicam os avisos, acompanham o programa de qualidade e estimulam a participação dos estudantes.

As atividades de tutoria garantem que o estudante tenha um acompanhamento permanente, auxiliado por meio de encontros midiatizados ao longo do processo educativo. A tutoria EaD garante a efetividade da interação, do atendimento, do suporte aos estudantes e do estímulo ao aprendizado, estabelecendo-se uma relação de proximidade aos docentes no que compete ao planejamento e à condução das disciplinas.

Para apresentação dos materiais instrucionais, organizados em referenciais e complementares, o docente e o tutor trabalham juntos na composição das trilhas de aprendizagem. Aos tutores EaD cabe apoiar a estruturação das trilhas de aprendizagem de acordo com o planejamento e orientação conferida pelo docente. Da mesma forma ocorre no desenvolvimento e compilação de materiais complementares convergentes aos materiais referenciais. Além disso, o tutor EaD apoia o docente nos eventos síncronos e assíncronos, mantém os estudantes informados sobre os eventos da disciplina e faz o acompanhamento dos fóruns e de outras atividades.

Conta-se ainda com a participação do tutor presencial, que é um interlocutor acadêmico presencial a quem cabe organizar, desenvolver e manter o devido registro

das atividades de acompanhamento pedagógico, dos encontros presenciais e das atividades que promovem a interação entre os estudantes.

O tutor EaD tem como atribuições:

- Prestar informações, sanar dúvidas dos estudantes, e registrá-las;
- Encaminhar ao setor competente os pedidos, as solicitações de informação e as dúvidas dos estudantes;
- Incentivar os estudantes a participarem dos encontros presenciais, dos eventos síncronos (*web* conferências), dos fóruns e das demais atividades;
- Auxiliar os estudantes na interlocução com o docente da disciplina;
- Mediar os recursos de interação, seguindo as orientações fornecidas pelo docente da disciplina;
- Alertar os estudantes sobre o cumprimento do cronograma de realização e sobre a entrega das atividades de aprendizagem;
- Orientar os estudantes na realização das atividades de estudo, de interação e de avaliação;
- Ter uma atitude proativa de estímulo à aprendizagem, ao sucesso escolar e à permanência;
- Ter participação ativa nas ações direcionadas ao sucesso acadêmico, à permanência acadêmica e à contenção da evasão;
- Sob orientação dos docentes, auxiliar na correção de avaliações e de outros materiais instrucionais quando solicitado.

O tutor presencial tem como atribuições:

- Organizar e desenvolver atividades e encontros presenciais, registrando-as;
- Planejar, desenvolver e orientar ações pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento acadêmico;
- Encaminhar ao setor competente os pedidos, as solicitações de informação e as dúvidas apresentadas pelos estudantes;
- Aplicar as avaliações presenciais;

- Dar suporte aos estudantes nas dúvidas de utilização do AVA e de seus recursos de aprendizagem.

1.14.1 Mediação Pedagógica junto aos Discentes em Momentos *Online*

A mediação pedagógica na EAD é feita a distância, presencialmente e por meio dos materiais didáticos. A distância, essas mediações ocorrem através do uso das ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e de ferramentas de interação *online* fora do AVA apropriadas para chats. São interações diárias, sistemáticas e de extrema importância para o desenvolvimento de uma consciência crítica e social em relação à formação pessoal e profissional.

Na EaD, a mediação pedagógica adquiriu papel de suma importância uma vez que o distanciamento físico sempre esteve a exigir recursos, estratégias, habilidades, competências e atitudes diferentes dos convencionais – pautados na exposição oral e no contato face a face. Com a inserção das tecnologias digitais de comunicação na EaD e o desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem, a função mediadora tomou um forte impulso, pelas possibilidades e também pelas exigências da configuração desse novo “espaço”. Em ambientes virtuais de aprendizagem, a mediação ocorre por meio de diversos dispositivos que viabilizam a comunicação, tanto síncrona como assíncrona, possibilitando a criação de diversas estratégias para favorecer o diálogo e a participação ativa dos estudantes.

A utilização dos dispositivos de comunicação implica tanto na aquisição de habilidades e competências comunicativas por parte de todos, docentes e discentes, quanto uma preocupação maior com a criação de momentos de interação e de possibilidades concretas da execução de trabalhos colaborativos, com os quais a aprendizagem ocorre de modo participativo. Para isso, o tutor conta com dispositivos de comunicação, como chats, fóruns, entre outros, e necessita planejar como cada um deles e em que momento serão utilizados e preparar-se para atuar conforme as características e peculiaridades de cada dispositivo para que a mediação aconteça. Cada um destes dispositivos exige habilidades mediadoras diferenciadas e propiciam diferentes estratégias pedagógicas, que exigem participação em tempo real ou diferida, possibilitando a expressão, a intervenção e a colaboração para a construção coletiva do conhecimento.

1.14.2 Mediação Pedagógica em Momento Presencial

A EaD caracteriza-se por ser um processo composto por duas mediações: a mediação humana e a mediação tecnológica, imbricadas uma na outra. A primeira pelo sistema de tutoria, a segunda pelo sistema de comunicação que está a serviço da primeira para viabilizar a mediação pedagógica. A mediação pedagógica, resultante da concepção planejada entre estas duas mediações, é potencializada pela convergência digital que disponibiliza acesso e portabilidade por meio de dispositivos de comunicação síncrona e assíncrona cada vez mais integrados, velozes e potentes. As tecnologias da comunicação utilizadas na EaD oferecem diversas linguagens que favorecem a aprendizagem. As linguagens oral, escrita, audiovisual e multimídica fazem-se presente de modo a facilitar a aprendizagem, tornando o processo mais desafiador, por um lado, e, por outro, sintonizado com a base sociotécnica de nossa sociedade, o que ativa matrizes culturais e abre perspectivas para a EaD. Além das perspectivas, impõe desafios que colocam a odos os atores envolvidos nesse processo em frente a diversas questões relativas à qualidade do ensino, às perspectivas dos alunos quanto à modalidade educativa que estão conhecendo e de novas possibilidades pedagógicas para a prática docente.

A mediação pedagógica em momento presencial, deverá ocorrer de forma planejada e sistemática para e provisionada para o apoio pedagógico necessário às atividades práticas do curso, a fim de se ampliar o papel pedagógico e formativo de tais atividades. Além disso será utilizado para ampliar as fontes de materiais e metodologias disponíveis aos alunos, além de propiciar sua interação e troca de experiências.

A mediação pedagógica em momento presencial, favorecerá um modo de interação entre o mundo interior e o exterior do sujeito de forma que esse indivíduo possa desenvolver e ampliar suas capacidades. O tutor presencial, nesse processo, será o propositor de atividades que agregam diferentes instrumentos, saberes culturais e ambientes diferenciados oferecendo uma possibilidade de maior desenvolvimento humano. A ele é dada a tarefa de, através da interação em sala de aula, despertar no aluno o interesse de resolver os desafios de cada nova etapa de seu aprendizado e ir aproximando-se cada vez mais de um nível mais elevado de aculturamento.

Essas considerações nos levam a refletir sobre a importância de uma ação pedagógica consistente devendo ser bem fundamentada teoricamente, na qual, o tutor possa exercer de forma mais satisfatória seu papel de mediador do conhecimento propondo indagações, questionamentos e desafios por meio de uma prática contextualizada rumo a uma aprendizagem significativa.

1.14.3 Domínio de Conteúdo, de Recursos e dos Materiais Didáticos

Para atuar como tutor na modalidade de Educação a Distância, é necessário que o profissional é necessário a este conhecer os fundamentos, estruturas, metodologias em EAD assim como o PPC dos cursos, ter experiência em docência, conhecimento em relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, habilidade em tecnologia, principalmente no que diz respeito à informática básica e uso de planilhas e documentos office, conhecimento básico sobre a disciplina e sobre o curso, habilidade para comunicação oral ou escrita, conhecimentos das rotinas de trabalho na modalidade de EAD, tem que ser proativo, ter equilíbrio emocional e habilidade para lidar com as dificuldades de entendimento dos alunos e assim trabalhar com a interação e valorização dos aprendizes, ter organização e planejamento em relação às suas atribuições, ser assíduo, ter comprometimento e saber trabalhar em equipe.

Os tutores, presenciais e a distância, devem apresentar, em seu perfil, as seguintes competências:

- Atuar como mediador: conhecer a realidade de seus alunos em todas as dimensões, pessoal, social, familiar, escolar etc.;
- Oferecer a possibilidade permanente de diálogo, saber ouvir, ter empatia e manter uma atitude de cooperação, assim como proporcionar experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- Possuir conhecimento dos fundamentos, metodologias e estrutura da educação a distância, a fim de sustentar as bases pedagógicas da aprendizagem;
- Possuir habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, liderança, dinamismo, iniciativa, entusiasmo, criatividade e capacidade para trabalhar em equipes;

- Oferecer experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- Saber lidar com os ritmos diferentes, individuais de cada aluno.

No caso do tutor a distância, deverá ter formação em curso no qual exercerá a tutoria ou em áreas afins e, preferencialmente, com experiência em EaD, como aluno ou professor. Receberão contínuo treinamento interno para melhoria de desempenho e para eventuais adequações na forma de condução do trabalho, que será avaliado semestralmente por alunos, professores e coordenadores

Todo o material didático da disciplina é disponibilizado com antecedência ao Tutor para que este possa se apropriar do conhecimento, dirimir suas dúvidas e fazer propostas de estudos, assim como o conhecimento dos recursos e ferramentas necessários às suas atividades na tutoria.

À tutoria ainda são evidenciados todos os fluxos de produção das referidas disciplinas.

O ponto de partida para a elaboração dos materiais instrucionais são os Planos de Ensino das disciplinas, alinhados ao projeto pedagógico do curso. A partir deles, uma equipe multidisciplinar, composta pelo(s) docente(s) autor(es) do Plano de Ensino, NDE do curso e equipe técnica de produção EaD (designers e profissionais de tecnologia de informação) definem os elementos basilares dos materiais referenciais e os validam, considerando uma linguagem inclusiva, área de abrangência, coerência teórica e, acessibilidade metodológica e instrumental, além das orientações e indicações para a organização dos materiais complementares disponibilizados aos estudantes.

De maneira objetiva o material didático institucional é composto de material referencial e complementar.

O material referencial é composto pelo conteúdo de referência da disciplina, desenvolvido por um Professor Autor (Professor Conteudista) com titulação e aderência especializado na área de conhecimento das disciplinas e disponibilizado em formato de livro eletrônico e objetos de aprendizagem.

A organização dos *E-books* respeita os conteúdos previstos nas ementas das disciplinas e seu respectivo Plano de Ensino, com adequação das bibliografias do material didático às exigências de formação, em consonância com o projeto

pedagógico do curso. Eles podem ser impressos ou visualizados em meios eletrônicos, e em sua elaboração predominam a linguagem dialógica e a concepção andragógica e significativa, relacionando os conteúdos ao cotidiano a partir de exemplos, exercícios e práticas.

Os objetos de aprendizagem destacam conceitos, reforçando ideias contidas no livro eletrônico. Eles podem ser apresentados em forma de ilustração, animação, vídeo, arquivo sonoro, e têm como objetivo principal proporcionar a interação.

O material complementar é composto por conteúdos criados ou selecionados pelos docentes e tutores para auxiliar os estudantes na compreensão do material referencial.

Trata-se de uma seleção de materiais de apoio, em diferentes formatos, reunindo sugestões de leituras complementares, arquivos sonoros, vídeos, softwares, ilustrações, entrevistas, indicações de sites, sugestões de filmes e softwares. Seu principal objetivo é contextualizar o tema de estudo, e estimular o aprofundamento no tema.

A elaboração de materiais é feita por docente com titulação na área de conhecimento. O docente além da parte escrita dos conteúdos e das vídeoaulas, é responsável também pela elaboração do banco de questões que será utilizado como exercício e avaliação. O material para ser inserido no AVA precisa passar pela aprovação de um revisor de conteúdo e gramatical, estar dentro dos padrões solicitados para materiais instrucionais em EAD, estar com todas as etapas concluídas e ter sido ajustado quando solicitado pelo revisor. Após passar por essas etapas, o material então é validado e inserido no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os materiais disponibilizados no AVA para estudo vêm acompanhados do plano de aprendizagem da disciplina, onde o estudante tem a possibilidade de verificar os objetivos do curso e da disciplina, a metodologia utilizada para o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Os estudantes têm acesso ao material no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, assim como das atividades de desenvolvimento pedagógico e fisicamente, baixando a versão em PDF para impressão.

O docente conteudista é orientado a utilizar como base bibliográfica para a elaboração dos materiais, fontes atualizadas e que estejam de acordo com o que pede a ementa e o PPC do curso. A estruturação do material é voltada para a interdisciplinaridade e com isso, para a formação profissional que o curso propõe.

1.14.4 Acompanhamento dos Discentes no Processo Formativo

O engajamento do aluno é de extrema importância para sua formação acadêmica. Esse engajamento é possível de ser acompanhado por meio da verificação dos acessos aos materiais didáticos, participação nos fóruns de debates, participação às vídeo conferências e em alguns momentos presencialmente por meio de agendamento com os tutores. Isso ocorre para que o aluno esteja sempre em comunicação com tutores e professores para melhor envolvimento e compreensão do que está sendo estudado.

O processo avaliativo, por meio de provas e outras atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, é uma maneira tanto dos tutores, como dos professores e dos alunos, verificarem o aproveitamento e o desenvolvimento em relação a sua aprendizagem. Serve como um parâmetro para perceber se precisa retomar o estudo de algum conteúdo e aprimorar a questão da prática em relação a esse conteúdo e para que tutores e professores revejam suas práticas e busquem diferentes processos didáticos que possibilitem ao aluno, sanar as lacunas que existirem em relação ao seu aprendizado.

A avaliação é composta por atividades de aprendizagem que são desenvolvidas em cada unidade e são formuladas em questões de múltipla escolha, relacionamento, lacunas, verdadeiro/falso, correspondência, ordenação;

Para o acompanhamento do processo educativo são utilizados os seguintes recursos: Acompanhamento das atividades do estudante: conjunto de recursos disponíveis no AVA que permitem acompanhar a evolução do estudante e auxiliam docentes e tutores a fazerem orientações pontuais; Avaliação do processo pedagógico: recursos oriundos do *Analytics* que permitem fazer o acompanhamento

processual dos indicadores de sucesso acadêmico, da permanência, da evasão, do êxito e do fracasso escolar.

1.14.5 Planejamento de Avaliação Periódica por Estudantes e Equipe Pedagógica do Curso e Ações Corretivas e de Aperfeiçoamento das Atividades

Todos os Componentes Curriculares voltados para a modalidade de EAD, assim como as avaliações, são trabalhados tendo como foco principal o aluno e sua aprendizagem. O planejamento pedagógico é elaborado tendo como base os parâmetros específicos da modalidade, atendendo as diretrizes curriculares, o perfil do aluno que irá fazer parte do curso e ao desenvolvimento das habilidades e competências destes. Uma das características da EAD é o acompanhamento sistemático ao aluno e o uso de instrumentos de avaliação que possibilitem a verificação do desenvolvimento do aluno periodicamente, com a finalidade de perceber as deficiências de aprendizagem e com isso fazer uso de outras estratégias que contribuam para que o aluno se sinta seguro em relação à sua formação acadêmica. Os tutores fazem o acompanhamento individual dos alunos, verificando seu desenvolvimento, atendendo às suas dificuldades que muitas vezes são expressadas por meio dos chats, verificando o rendimento desses alunos de forma a detectar os níveis de aprovação e reprovação e assim ter um parâmetro que mostre o nível em que este aluno se encontra individualmente e em relação à turma. Tendo como base esse acompanhamento e esses parâmetros, é feito um trabalho pela equipe pedagógica no sentido de buscar novas estratégias que atuem sobre as deficiências encontradas, com melhorias das atividades, com novas ferramentas se for o caso, mas que seja possibilitado a esse aluno ter suas deficiências supridas e sua aprendizagem efetivada. Os tutores, através das ferramentas síncronas e assíncronas buscam realizar o atendimento sistematizado aos alunos com o objetivo de acompanhar e desenvolver nestes as habilidades e competências necessárias à sua formação.

1.14.6 Atividades Presenciais Obrigatórias

As disciplinas ofertadas em EaD têm um grande diferencial no qual o aluno não precisa comparecer à instituição física para estudar e assistir as suas aulas, assim como para tirar as suas dúvidas. Mas há momentos, como para realizar avaliações, defender trabalhos de conclusão de curso, estágios curriculares, visitas técnicas e aulas práticas que o estudante deve comparecer à IES. As atividades presenciais devem ser provisionadas no calendário acadêmico e divulgadas amplamente à toda comunidade acadêmica para que estes possam se preparar para os encontros presenciais. O corpo tutorial precisa planejar as atividades para realizar a mediação pedagógica com objetivo de desenvolver as habilidades e competências dos alunos, estimular nestes a autonomia acadêmica e sobretudo assegurar a qualidade da relação ensino-aprendizagem.

1.15 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DOS TUTORES

1.15.1 Alinhamento de Conhecimentos, Habilidades e Atitudes dos Tutores ao PPC e às Demandas Comunicacionais e às Tecnologias previstas para o Curso

Para atuar como tutor na modalidade de Educação a Distância, é necessário que o profissional tenha titulações em programas de Pós-graduação. É necessário conhecer os fundamentos, estruturas, metodologias em EAD assim como o PPC dos cursos, ter experiência em docência, conhecimento em relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, habilidade em tecnologia, principalmente no que diz respeito à informática básica e uso de planilhas e documentos office, conhecimento básico sobre a disciplina e sobre o curso, habilidade para comunicação oral ou escrita, conhecimentos das rotinas de trabalho na modalidade de EAD, tem que ser proativo, ter equilíbrio emocional e habilidade para lidar com as dificuldades de entendimento dos alunos e assim trabalhar com a interação e valorização dos aprendizes, ter organização e planejamento em relação às suas atribuições, ser assíduo, ter comprometimento e saber trabalhar em equipe.

Os tutores, presenciais e a distância, devem apresentar, em seu perfil, as seguintes competências:

- Atuar como mediador: conhecer a realidade de seus alunos em todas as dimensões, pessoal, social, familiar, escolar etc.;
- Oferecer a possibilidade permanente de diálogo, saber ouvir, ter empatia e manter uma atitude de cooperação, assim como proporcionar experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- Possuir conhecimento dos fundamentos, metodologias e estrutura da educação a distância, a fim de sustentar as bases pedagógicas da aprendizagem;
- Possuir habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, liderança, dinamismo, iniciativa, entusiasmo, criatividade e capacidade para trabalhar em equipes;
- Oferecer experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- Saber lidar com os ritmos diferentes, individuais de cada aluno.

Os tutores deverão ter a titulação mínima de Especialista, em curso de Pós-graduação lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas, e serão selecionados por meio de um processo de análise curricular, entrevista, testes no ambiente virtual e dinâmicas de grupo. É pré-requisito para a contratação ter participado e ter sido aprovado na Oficina de Tutores oferecida e coordenada. No caso do tutor a distância, deverá ter formação em curso no qual exercerá a tutoria ou em áreas afins e, preferencialmente, com experiência em EaD, como aluno ou professor.

Os tutores serão incentivados a participar de congressos, fóruns, workshops e poderão receber bolsa parcial em curso ou programa de pós-graduação na área de EaD. Receberão contínuo treinamento interno para melhoria de desempenho e para eventuais adequações na forma de condução do trabalho, que será avaliado semestralmente por alunos, professores e coordenadores.

Avaliações Periódicas da Necessidade de Capacitação dos Tutores

A capacitação e preparação do tutor continuamente é primordial para o desenvolvimento de suas funções. Mesmo possuindo todos os pré-requisitos necessários para atuar com a tutoria, esse profissional passa por constante avaliação a fim de sejam verificados os pontos positivos de sua atuação e àqueles

pontos que precisam ser trabalhados para que sua atuação mediante a aprendizagem do aluno, leve aos resultados e objetivos traçados. Essas atualizações são feitas por meio de treinamentos virtuais através de sites voltados à EAD assim como presencialmente em momentos com a coordenação pedagógica, por meio de estudos de casos, análise de artigos e reflexão sobre as ações e desenvolvimento de habilidades e atitudes e estudo do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Para garantir a formação do corpo de tutores com o objetivo de formatar as atitudes e habilidades dentro das funções relacionadas, a define algumas características e perfis profissionais fundamentais para processo labutar do tutor. Para a garantia de cumprimento da qualidade e excelência já conhecidos desta IES políticas para a formação continuada de tutores são estas que fomentam as políticas de capacitação e formação continuada para tutores.

São elas:

POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA TUTORES			
Meta	Ações	2020	2
Ter o seu corpo de tutoria atendidos com projetos de qualificação; formação e capacitação docente.	Ampliar os incentivos para participação em eventos científicos/técnicos e culturais.	X	
	Promover Formação Continuada didático-pedagogicamente, no início de cada semestre com oficinas, palestras etc.	X	
	Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de tutores;	X	
	Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes.	X	
	Disponibilizar acervo bibliográfico online aos tutores.	X	
	Disponibilizar cursos de extensão realizados pela IES sem custo aos docentes.	X	
	Disponibilizar cursos de pós-graduação com descontos de 50% para atualização.	X	

	Criar programa de Inter formação entre os tutores EAD e professores da graduação presencial.	X	X
Garantir expansão de domínio dos tutores de novas tecnologias e ferramentas para uso na modalidade EAD.	Disponibilizar BLOGS e outras ferramentas sociais para aumento de interação com os alunos com a devida formação dos tutores para uso. Criação de fanpage (FACEBOOK) por disciplina.	X	X
	Promover Formação específica para criação de vide e audioaulas por meio digital.	X	X
	Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do ambiente virtual de aprendizagem.	X	X

Apoio Institucional para Adoção de Práticas Criativas e Inovadoras para a Permanência e Êxito dos Discentes

Para que haja a inserção de disciplinas e cursos na modalidade de EAD, há a realização de planejamento com a finalidade de organizar todo o desenvolvimento do curso. O desenvolvimento das habilidades e atitudes dos alunos é um dos pontos principais. A instituição atua dentro de um modelo pedagógico que é voltado para a prática por meio das metodologias ativas. As atividades que são desenvolvidas pelos professores fazem a relação entre a teoria e situações reais do cotidiano do aluno e do mercado de trabalho dentro da formação que o discente está recebendo.

A Instituição entende que teoria não alinhada com a prática não forma pessoas e não constrói profissionais capacitados. As atividades aplicadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, são elaboradas tendo sempre como ponto principal a aprendizagem do aluno e para isso, essas atividades têm o perfil voltado para o dinamismo, para atividades que desenvolvam a criatividade do aluno e que desafiem esse aluno à pesquisa e à inovação.

.

1.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

1.16.1 TICs Planejadas para o Processo de Ensino Aprendizagem

Entende-se por tecnologia da Informação os recursos tecnológicos utilizados para mediar a comunicação e mediar os processos de ensino e aprendizagem. Dessa forma, as ferramentas tecnológicas desenvolvidas para a EAD pela Instituição, tem uma característica, recursos voltados para o aprender a aprender e o aprender a fazer. São ferramentas que possuem uma característica intuitiva, de fácil manuseio, que permitem aos discentes utilizar sem dificuldade por meio do Ambiente Virtual Moodle, de todos os materiais didáticos disponibilizados para estudo assim como interagir com atividades, com professores e com tutores.

Por meio dessas ferramentas, o aluno tem acesso aos seus materiais didáticos e às suas atividades de fixação da aprendizagem. Todos os recursos utilizados por meio do AVA foram pensados com o objetivo de viabilizar aos alunos que o estudo por meio da modalidade de EAD ocorra de maneira tranquila e seja eficiente, que o aluno sinta segurança ao acessar seu ambiente de estudo.

1.16.2 Viabilização Acessibilidade Digital e Comunicacional por Meio das TICs

Atualmente os Ambientes Virtuais de Aprendizagem vem preparados para ser ferramentas de aprendizagem capazes de diminuir as barreiras e atender as necessidades de quem o utiliza como meio de estudo.

São ambientes que estão em constante atualização, facilitando o cesso a todas a pessoas, com ou sem deficiência. O Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela Instituição de Ensino, o Moodle possibilita aos discentes acessos a ferramentas diversificadas que permitem o elo entre a tecnologia e a aprendizagem, adotando formas inovadoras de relacionamento e interação.

1.16.3 Interatividades entre Discente, Docentes e Tutores e Acesso a Materiais e Recursos Didáticos por meio das TICs a quaisquer horas e lugar

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, a interação entre docentes, discentes e tutores é facilitado, tornado possível um elo entre todos os polos da Instituição que atuam com EAD. É um diferencial por possibilitar a troca de experiências, de informação e de práticas, que dão solidez na construção do conhecimento. Para a Região Amazônica que tem problemas de logística entre seus municípios, as TICs oportunizam acesso ao conhecimento e à formação acadêmica, abrindo assim, novas possibilidades a seus educandos, ao mercado de trabalho. É esse elo de comunicação que existe entre os educandos, os tutores e docentes que fortalece toda a prática pedagógica que o EAD possibilita, apesar da distância física existente.

O aluno que estuda por meio da modalidade de EAD na Instituição, tem acesso a materiais e recursos didáticos que estão disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Esses materiais podem ser utilizados para estudo no próprio AVA assim como possibilita ao aluno a impressão, para que ele possa fazer uso físico dos materiais. É uma forma flexível de viabilizar ao aluno estudar da maneira que melhor se adeque ao seu modo de aprendizagem.

Para ter acesso a esses materiais e aos recursos tecnológicos possibilitados pelo AVA, o aluno precisa acessar com o uso de um login e senha. Após esse acesso, o aluno passa a ter a sua disposição todos os recursos didáticos como material escrito, atividades de fixação da aprendizagem, avaliações, jogos, fóruns de debates, chats de interação, vídeo aulas, slides e caderno de anotações. Todos esses recursos didáticos são elaborados e disponibilizados aos alunos com o objetivo de atuar na sua formação acadêmica e profissional.

1.16.4 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem Baseadas no uso das TICs

As ferramentas de Tecnologia da Informação e do Comunicação, possibilita aos alunos da IES, a troca de experiência, ideias, visões diversificadas, dentre os diversos polos que a Instituição possui e os diversos cursos. Para a aprendizagem do

aluno, é uma forma de fazer a relação entre o conteúdo estudado e todas essas interações, possibilitando uma reflexão que o leve a aplicar esses conhecimentos à sua realidade de vida e à sua formação profissional. Dentre os diferenciais oferecidos pela IES por meio das TICs temos os momentos das videoconferências que possibilitam aos alunos um contato síncrono e ao vivo com os tutores, dando a eles a oportunidade de sanar dúvida e trocar informações e experiências.

1.17 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM – AVA

1.17.1 Materiais, Recursos e Tecnologias do AVA para a Cooperação e Reflexão sobre Conteúdos entre Tutores, Discentes e Docentes

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment), que é utilizado pela IES, foi preparado para receber materiais didáticos e recursos de aprendizagem adequados aos projetos pedagógicos dos cursos e à qualidade de ensino pela qual a Instituição preza. São materiais diversificados, escritos, de áudio, de vídeo, além dos recursos de interação, que possibilitam ao educando todo o suporte pedagógico necessário para sua aprendizagem.

O AVA implantado possui as seguintes características gerais, conforme os desenvolvedores e distribuidores da ferramenta:

- Promove uma pedagogia socio-construcionista (colaboração, atividades, reflexão crítica, etc.);
- Adequado para aulas 100% on-line assim como complementando a aprendizagem face-a-face;
- Simples, leve, eficiente, compatível, interface baseada em navegadores de tecnologia simples;
- Fácil de instalar em qualquer plataforma que suporte o PHP. Exige apenas uma base de dados (e pode compartilhá-la);
- Independência total da base de dados suporta todas as principais marcas de base de dados (exceto pela definição na tabela inicial);

- A lista de cursos mostra as descrições de cada curso existente no servidor, incluindo acessibilidade para convidados;
- Cursos podem ser categorizados e pesquisados – um site Moodle pode suportar milhares de cursos;
- Ênfase em total segurança o tempo todo. Os formulários são todos checados, os dados validados, os cookies codificados, etc;
- A maioria das áreas de entrada de texto (recursos, postagens nos fóruns, etc.) podem ser editadas usando um editor HTML WYSIWYG incorporado.

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, é possível a cooperação entre docentes, discentes e tutores o que possibilita um trabalho em equipe, com a finalidade de atingir a um objetivo comum. Academicamente essa cooperação é importante, porque tem o aluno como o objetivo principal de todo o processo ensino e aprendizagem.

Com relação à Administração do site pode-se relacionar a possibilidade de:

- O site é administrado por um usuário administrador, definido durante a instalação;
- A extensão (plug-in) Temas permite que o administrador ajuste as cores, fontes, aparência, etc. do site, para atender as preferências personalização;
- Extensões (plug-in) com módulos de atividade podem ser adicionadas a instalações existentes do Moodle;
- Extensões (plug-in) com pacotes de idioma permitem total compatibilidade com qualquer idioma. Estes podem ser editados usando um editor embutido baseado em web. Atualmente existem pacotes de idioma para mais de 60 idiomas;
- O código é PHP escrito de forma clara sob licença GNU General Public License (Licença Pública Geral GNU) – fácil de modificar para se ajustar às suas necessidades.

O administrador do ambiente pode, dentro de suas permissões e necessidade realizar os procedimentos de:

- Os objetivos são de reduzir o envolvimento do administrador ao mínimo, ao mesmo tempo em que assegura alta segurança;

- Suporta uma variedade de mecanismos de autenticação através de extensões (plug-in) com módulos de autenticação, permitindo fácil integração com sistemas existentes;
- Método padrão de email: os alunos podem criar suas próprias contas de acesso. Os endereços de email são verificados por confirmação;
- Cada pessoa necessita apenas de uma conta para todo o servidor – cada conta pode ter diferentes acessos.
- Uma conta de administrador controla a criação de cursos e cria professores através da inscrição de usuários aos cursos.
- A uma conta de criador de cursos somente é permitida criar e dar aula nos cursos.
- Os professores podem ter os privilégios de edição removidos de modo que não possam modificar o curso (por exemplo os tutores de tempo parcial).
- Segurança – os professores podem acrescentar uma “chave de inscrição” a seus cursos para manter fora os não inscritos. Eles podem fornecer essa chave diretamente ou através do e-mail particular de cada um, etc.
- Os alunos são encorajados a colocar um perfil on-line incluindo fotos e descrição. Os endereços de e-mail podem ser protegidos contra exposição, se solicitados.
- Cada usuário pode especificar faixas de horário, e cada compromisso no Moodle é ajustado a esses horários (por exemplo, datas de postagem, datas de cumprimento de tarefas, etc.

Os conteúdos instrucionais desenvolvidos pelos docentes, tem como base além da ementa da disciplina, um perfil reflexivo e crítico, por levar em conta o modelo de aprendizagem que embasa os cursos, o público alvo para o qual o material é desenvolvido, as habilidades e competências a ser desenvolvidas e os recursos motivacionais que esse material vai proporcionar.

1.17.2 Acessibilidade Metodológica, Instrumental e Comunicacional no AVA

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle é uma ferramenta de aprendizagem utilizado por meio das TICs, de fácil manuseio. A metodologia aplicada

pela IES, que é uma metodologia voltada para a construção do conhecimento, é facilmente percebida por meio dos materiais didáticos disponibilizados e das ferramentas de interação e interatividade. Todos os recursos são disponibilizados de maneira clara com o objetivo de não apresentar nenhum obstáculo ao aluno em relação aos seus estudos.

Alguns módulos usados em nossa ferramenta são: Módulo Tarefa, Módulo Chat, Módulo Pesquisa de Opinião, Módulo Fórum, Módulo Questionário, Módulo Recursos, Módulo Pesquisa de Avaliação e Módulo Laboratório de avaliação.

FERRAMENTAS SÍNCRONAS:

São ferramentas cuja principal característica é que todos os participantes iniciem e terminem suas atividades em datas e horários específicos simultaneamente. No AVA da IES as ferramentas síncronas disponibilizadas são:

- CHAT de suporte;
- CHAT de tutoria;
- VIDEOAULA Live com canal de retorno;
- Avaliação online.

Todas as atividades realizadas sob o aspecto síncrono quando se tratar de mídias digitais serão disponibilizadas em modo assíncrono no AVA e postadas no BLOG da disciplina.

FERRAMENTAS ASSÍNCRONAS:

Neste cenário as atividades são completadas de acordo com a disponibilidade do estudante. No AVA da IES as ferramentas assíncronas disponibilizadas são:

- FÓRUNS DE CURSO;
- FÓRUNS DE TEMAS;
- QUESTIONÁRIOS ONLINE;
- VIDEOAULA.

1.17.3 Avaliação Periódica do AVA documentadas e Ações de Melhoria Contínua

O Ambiente Virtual *Moodle*, é um software que passa por constantes atualizações, trazendo sempre inovações que facilitam cada vez mais o processo educacional. A Instituição, sistematicamente, atua na atualização de seus recursos didáticos e ferramentas para AVA que possibilitem ao aluno uma visão sempre atualizada de todos os mecanismos de aprendizagem. Um dos critérios utilizados como fonte dessas atualizações, é o resultado das pesquisas de satisfação que são aplicadas no decorrer do semestre letivo que possibilitam à IES entender as necessidades e dificuldades dos alunos e buscar então a solução e as atualizações e os pontos positivos apontados por eles em relação ao AVA. A IES realiza avaliação disponibilizada no AVA de forma periódica junto aos alunos e tutores com o propósito de oportunizar a estes atores a possibilidade de colaborar com a melhoria do espaço comum entre estes e sobretudo atuar nas fragilidades e potencializar os fortes apontados como fortes.

1.18 MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL

1.18.1 Planejamento da Elaboração e Validação pela Equipe Multidisciplinar do EAD do Material Didático das Disciplinas EAD, em termos de Abrangência, Coerência, Acessibilidade Adequação de Bibliografia, Linguagem Inclusiva e Recursos Inovadores

A elaboração de materiais é feita por professor da área de conhecimento, selecionado pela coordenação do curso, com título de mestre. É feita uma orientação em relação a todo o processo da parte escrita dos materiais e da gravação das vídeo aulas. Os materiais são elaborados dentro de 5 temas e cada tema em duas partes, para facilitar a organização dos alunos nos momentos de estudo. Para cada parte existe uma videoaula com as respectivas explicações.

O professor além da parte escrita dos conteúdos e das vídeo aulas, é responsável também pela elaboração do banco de questões que serão utilizadas

como exercícios e avaliações. O material para ser inserido no AVA precisa passar pela aprovação de um revisor de conteúdo e gramatical, estar dentro dos padrões solicitados para materiais instrucionais em EAD, estar com todas as etapas concluídas e ter sido ajustado quando solicitado pelo revisor. Após passar por essas etapas, o material então é validado e inserido no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os materiais didáticos elaborados para as disciplinas/cursos em EAD são elaborados com base na Ementa que compõe o PPC de cada curso. As ementas são elaboradas de acordo com as DCNs e os objetivos de formação profissional do curso. Todo o material didático precisa estar de acordo com o que propõe o Projeto do curso.

Os materiais disponibilizados no AVA para estudo, vem acompanhado do plano de ensino da disciplina, onde o aluno tem a possibilidade de verificar os objetivos do curso e da disciplina, a metodologia utilizada para o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Os alunos têm acesso ao material no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, assim como das atividades de desenvolvimento pedagógico e fisicamente, baixando a versão em PDF para impressão.

O professor conteudista é orientado a utilizar como base bibliográfica para a elaboração dos materiais, fontes atualizadas e que estejam de acordo com o que pede a ementa e o PPC do curso. A estruturação do material é voltada para a interdisciplinaridade e com isso, para a formação profissional que o curso propõe.

O curso produz material didático próprio para as disciplinas oferecidas na modalidade EAD. A produção do conteúdo ou cadernos de estudo segue regras de qualidade bem especificas para a garantia de qualidade e rastreabilidade de erros. Além de possuir design instrucional planejado de forma a garantir o cumprimento do contexto processual da aprendizagem.

Após a criação todo o material será exportado a um revisor que fará as devidas considerações quando à estrutura gramatical e normas pertinentes, assim como a verificação da coerência do material produzido frente à proposta didático-pedagógica da IES. E se houverem alterações serão realizadas pelo próprio produtor.

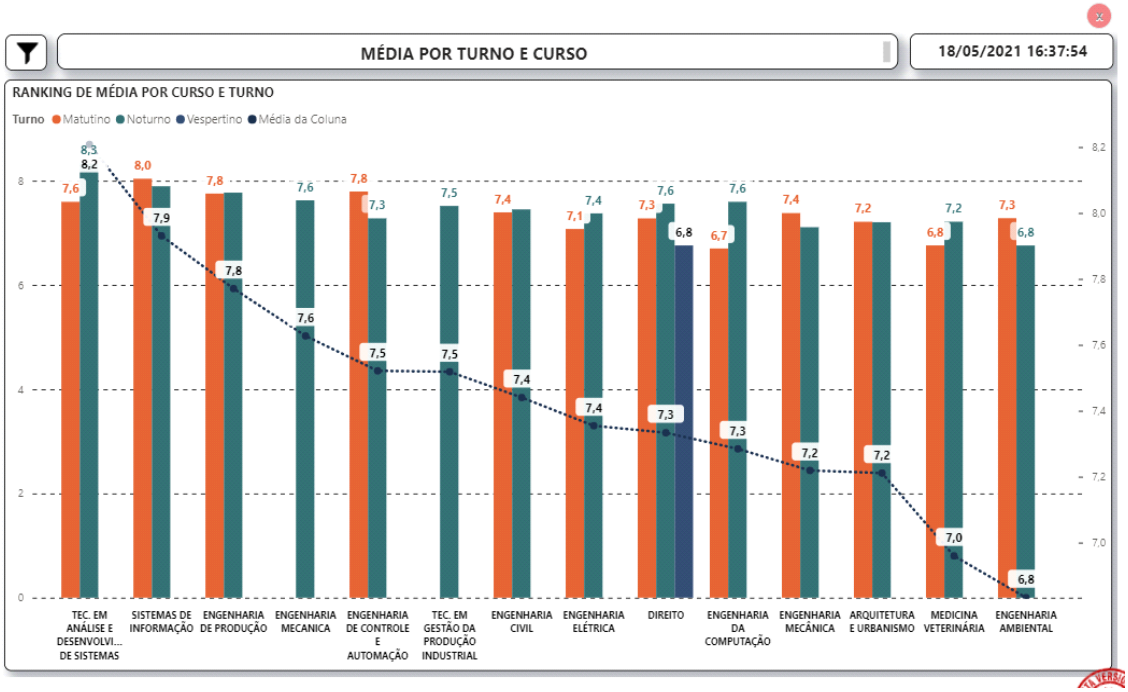
A etapa seguinte é a validação por parte da COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA para que sejam realizadas as devidas considerações em consonância com as diretrizes acadêmicas da IES.

Após o processo de validação pedagógica o conteúdo é diagramado e postado nos devidos repositórios digitais para compartilhamento e distribuição no ambiente virtual e para os alunos. Quando ao material produzido em estúdio, as videoaulas e audioaulas, após a sua produção e edição, realizada pela EQUIPE DE PRODUÇÃO, passa por um processo de validação de qualidade realizado pela EQUIPE DE APOIO DO NEAD. São verificados itens como qualidade de vídeo, qualidade de áudio, caracteres, edição entre outros indicadores. Após aprovação os arquivos de mídia são postados nos repositórios em nuvem para integração com o ambiente virtual de aprendizagem e disponibilização aos alunos.

1.19 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

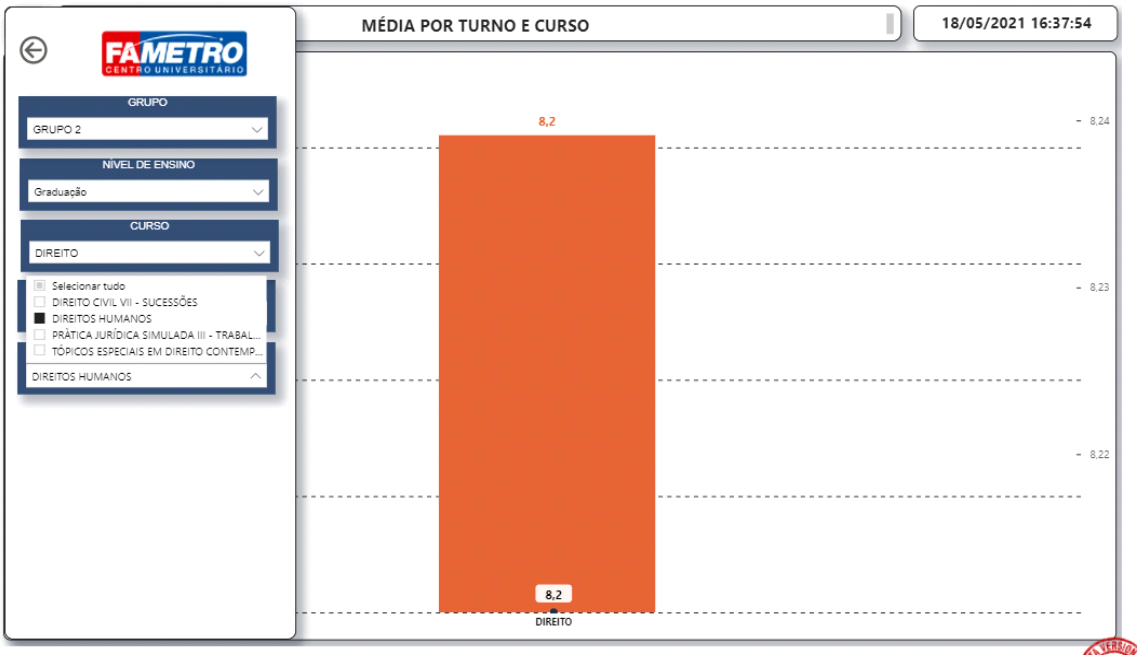
1.19.1 Atendimento do Acompanhamento e de Avaliação para a Concepção do Curso

As avaliações da aprendizagem são entendidas como ferramentas de interpretação e análise das condições de oferta dos cursos. Por meio dos resultados avaliativos implantados pelo curso o Coordenador e os professores poderão realizar quase que em tempo real os resultados através do acesso ao Portal de Serviços da IES, neste ambiente os coordenadores têm a visão completa das notas alcançadas pelos alunos com a visão do rendimento acadêmico por turma, por disciplina e por professor. Esta ferramenta, desenvolvida pelos especialistas em TI da instituição, ofertam indicadores que devem ser objeto de análise do colegiado de curso.

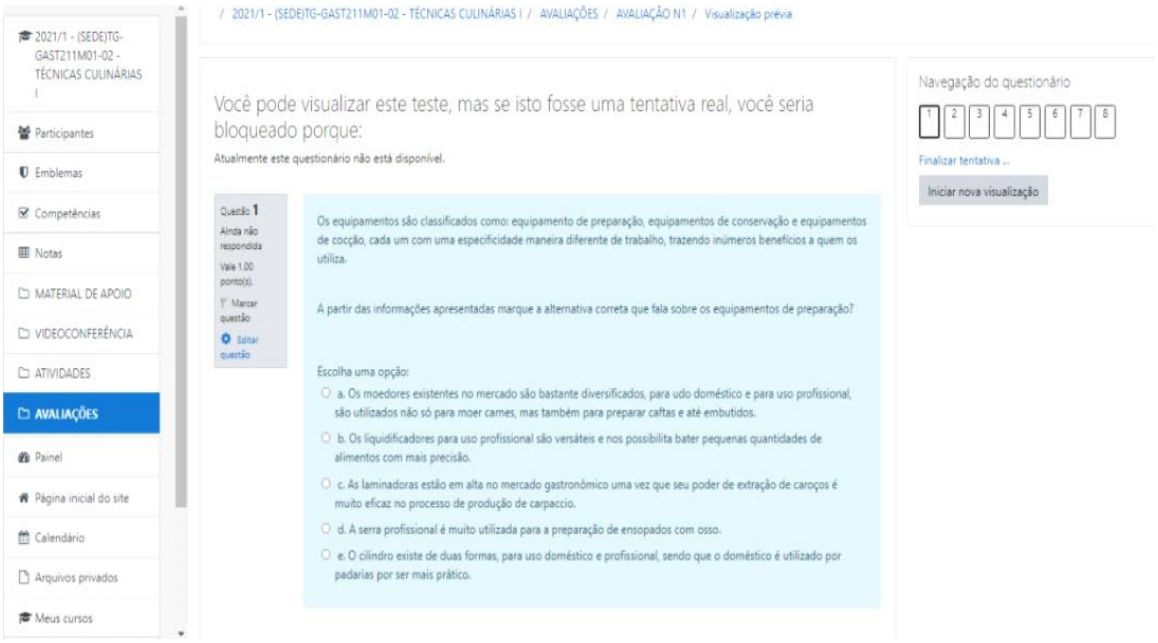


Exemplo: Gráfico de Rendimento Turno/Curso

Exemplo: Gráfico de Rendimento Disciplina/Curso



Outra estratégia de acompanhamento se dá pelo acesso ao *imput* de questões da avaliação institucional no ambiente digital, o coordenador de curso pode ajustar o nível dos itens avaliativos solicitados aos alunos, para que os mesmos contribuam no processo de formação visando o alcance do objetivo do curso, o perfil do egresso com as competências preditas no Projeto Pedagógico de Curso.



1.19.2 Avaliação do Ensino Aprendizagem e Autonomia Discente

A avaliação tem um significado muito profundo, à medida que oportuniza a todos os envolvidos no processo educativo momentos de reflexão sobre a própria prática. Através dela, direciona o trabalho, privilegiando o aluno como um todo, como um ser social com suas necessidades próprias e também possuidor de experiências que devem ser valorizadas na escola. Devem ser oportunizados aos alunos os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade.

Nesse sentido, faz-se necessário redimensionar a prática de avaliação no contexto escolar, onde o professor e o aluno, estão mutuamente implicados, portanto o acesso aos resultados de seu desempenho proporcionará um maior engajamento nas atividades formativas.

Isto posto é recomendável aos professores que procedam junto aos alunos um momento de reflexão acerca dos erros e também acerca do próprio desempenho ao final do semestre. Neste sentido o professor pode utilizar uma ferramenta de autoavaliação aberta onde se recomenda a abordagem dos seguintes pontos pelos alunos:

- Determine uma periodicidade.
- Liste seus pontos fortes e fracos.
- Identifique como você reflete os pontos fortes listados.
- Potencialize seus pontos fortes no dia a dia.
- Compreenda seus pontos fracos.
- Encontre meios para utilizar os pontos fracos a seu favor.
- Saiba aonde você quer chegar.

Ou ainda utilizar um instrumento com questões fechadas com um foco mais determinado em certas competências que sejam essenciais ao desenvolvimento do aluno, contudo, tanto em questões abertas, quanto em questões fechadas é fundamental compreender que esse processo de autoavaliação deverá ser incorporado as práticas pedagógicas, mostrando claramente as implicações positivas desse processo não só para a formação, como para a vida profissional em curso, ou futura.

1.19.3 Avaliação Diagnóstica

A avaliação diagnóstica é utilizada para melhor desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, com objetivo de compreender o estágio de aprendizagem em que se encontra o discente para ajustar e adequar o processo a realidade de cada turma. Se dá por meio de enquetes, questões ou testes realizados pelos docentes no início de cada semestre.

1.19.4 Avaliação Formativa

A avaliação formativa se dará no desenvolver do processo ensino-aprendizagem quando os sujeitos serão os próprios reguladores da ação educativa,

tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando o redirecionamento das atividades educativas planejadas, no sentido de adquirir as competências estabelecidas.

1.19.5 Avaliação Somativa

A avaliação somativa tem como objetivo conferir notas, tendo como referência as normas e exigências institucionais, acompanhará a avaliação formativa através da auto avaliação discente e avaliação do moderador da aprendizagem. A verificação do rendimento escolar se fará ao longo do ano letivo, em cada componente curricular, compreendendo:

i) Apuração de frequência às atividades escolares;

ii) Avaliação do aproveitamento escolar.

O rendimento escolar será aferido com base no cômputo da frequência e dos resultados do aproveitamento nas atividades didático-pedagógicas previstas na programação do componente curricular, sob orientação acadêmica.

A avaliação do aproveitamento escolar deve ser entendida como instrumento de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada.

Será considerado aprovado no componente curricular o aluno que obtiver:

- Frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) às atividades didático-pedagógicas programadas em cada componente curricular;
- Média aritmética das notas obtidas nos componentes curriculares, igual ou superior a 5 (cinco);

Aos componentes curriculares semestrais serão atribuídas 2 notas com no mínimo 2 atividades de avaliação. No final de cada semestre letivo, o aluno que obtiver média inferior a 5 (cinco) estará reprovado.

A média final em cada disciplina é obtida mediante a seguinte fórmula:

$$\frac{M\ (N1 + N2) + PF =}{2} \geq 5$$

Onde:

M = Média

N1 e **N2** = nota

PF = Prova Final

N1 = média da **N1** e **AV1** (média de 2 atividades avaliativas)

N2 = média da **N2** e **AV2** (média de 2 atividades avaliativas)

1.19.6 Disponibilização dos Resultados das Avaliações de Ensino Aprendizagem

Fica assegurado ao aluno o direito de revisão do resultado da avaliação, que será regulamentado em norma específica. Terá direito a matricular-se na série seguinte, o aluno aprovado nos componentes curriculares da série na qual está matriculado. O aluno reprovado em 50% (igual e superior) dos componentes curriculares fará matrícula na série seguinte em regime de progressão parcial. Em caso de nova reprovação, será vedado a matrícula na série subsequente, devendo o aluno cursar apenas os componentes curriculares que determinaram à progressão parcial.

A avaliação adotada em sala de aula tem impacto direto e indireto no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a IES busca um aperfeiçoamento constante de novas técnicas e metodologias mais eficientes e eficazes através do melhor planejamento e implementação cuidadosa.

Outro aspecto de extrema importância é a utilização constante de outros processos intelectuais de extrema relevância na formação profissional e acadêmica, como, por exemplo, debates, seminários, palestras e outros, que fornecem os mecanismos necessários para o raciocínio crítico, resolução de problemas e facilidade na transformação de informação em conhecimento. Além disso, a avaliação está aliada a um processo crítico e construtivo a serviço da aprendizagem dos alunos, no que diz respeito às suas capacidades cognitivas e sociais.

A avaliação integra as diversas práticas utilizadas como base do sistema de avaliação institucional. A disponibilização e analise dos resultados dos métodos avaliativos garantem o melhor caminho para garantir a evolução dos alunos. Assim podemos perceber uma ampla discussão sobre os resultados da avaliação, que se dá pela avaliação diagnóstica, formativa e somativa, podendo vir a ser transformada, para uma educação mais libertadora que tem em sua essência alguns ,pontos positivos e a partir de velhos elementos, fazer emergir novos, que contribuam, de fato, para a formação do educando de modo coerente com as exigências do atual contexto histórico.

1.19.7 Planejamento de Ações para Melhoria da Aprendizagem

O rendimento acadêmico será monitorado pelo Coordenador de Curso por meio dos relatórios de notas expedidos pelo sistema acadêmico, a partir daí o Coordenador poderá acompanhar o desenvolvimento das turmas e localizar problemas importantes que podem ser mitigados por uma ação preventiva e em tempo hábil. O rendimento das turmas deve ser objeto de discussão em Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante, este último para corrigir possíveis distorções no projeto Pedagógico do Curso, a análise do rendimento acadêmico deve contar também com apoio da CPA.

Por outro lado, a cultura da IES será a do reconhecimento do Mérito Acadêmico, assim uma vez ao ano a IES celebra em Cerimônia oficial o maior coeficiente acadêmico por curso e turno, colocando em relevo o esforço e a superação de nossos alunos. Para o acompanhamento, o aluno responde por aplicativo um questionário de percepção acerca da avaliação, o qual se encontra em anexo a este documento.

Em caso mais graves na questão do desempenho de turmas ou individual dos alunos, o Coordenador deve buscar elaborar um trabalho com NAPA, (Núcleo de Apoio Psicopedagógico Acessibilidade e Inclusão) para atendimento individual ou da turma.

1.20 NÚMERO DE VAGAS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

1.20.1 Número de Vagas Pleiteado

Matutino	Noturno
100 vagas	100 vagas.

1.20.2 Estudo Qualitativo e Quantitativo de Adequação do Número de Vagas e Adequação à Dimensão do Corpo Docente e à Infraestrutura Física e Tecnológica

Sob o ponto de vista da gestão, o estudo se justifica pela compreensão do planejamento envolvido na gestão escolar e seus desdobramentos, podendo subsidiar a IES, no sentido de propiciar à instituição conhecimento necessário para criação das vagas, procurando ensejar a formação de um maior número de profissionais qualificados, capazes de enfrentar os desafios do crescimento e desenvolvimento econômico e social do país e promovendo o avanço da produção científica brasileira.

A pretensão do referido estudo diz respeito ao estudo de viabilidade de um curso de graduação da IES, observando-se a documentação disponibilizada pela Diretoria Geral, principalmente os documentos “Conjunto de Normas relacionadas aos Cursos de Graduação”, “Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): Política Institucional 2017-2021”, bem como as respectivas portarias, resoluções e pareceres internos da IES, bem como a legislação pertinente do Ministério da Educação (MEC), com o intuito de verificar a possibilidade de ofertar à comunidade do município de Manaus/AM um curso superior de Administração.

É relevante compreender que a expansão dos cursos superiores não poderia se dar de maneira desordenada, sob pena de se perder a oportunidade do crescimento econômico, sendo de fundamental importância a elaboração de um planejamento e execução de ações que norteiem os passos a serem seguidos; no setor educacional é inadmissível práticas de atuação atrasadas e alheias às questões do planejamento. Em relação à relevância da pesquisa para a academia, o estudo de viabilidade se justifica, pois, devido ao aprofundamento de temáticas que o estudo se propõe –

Políticas Públicas de Educação, Gestão Escolar, Modelos de Gestão Escolar, Descentralização Escolar, Autonomia Escolar, - pesquisa documental sobre os documentos disponibilizados pela IES e MEC e entrevistas com a Diretora Geral, - fornecerão um panorama da atual realidade local, bem como a perspectiva futura, no que diz respeito à melhoria substancial do ambiente acadêmico da cidade e de outras próximas, contribuindo de forma significativa para o aprimoramento do conhecimento acadêmico, relativo à temática proposta.

A legislação federal do Ministério da Educação (MEC), bem como as resoluções e normas da Instituição foram analisadas, com o intuito de compreender toda a sistemática no processo de implantação de um curso superior na IES.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Inicialmente, analisando a documentação do Ministério da Educação (MEC), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, onde seus artigos preconizam:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Da Organização da Educação Nacional

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

[...]

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar,respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. (grifos do pesquisador).

Nesse diapasão, a União evoca para si elaborar a política nacional do ensino integral, a partir do apoio técnico, estabelecendo competências e diretrizes, normatizando os cursos superiores, entre outros, criando mecanismos de avaliação dos mesmos e avaliando em nível das instituições de ensino superior, autorizando, credenciando e fiscalizando todos os estabelecimentos componentes do sistema de ensino brasileiro.

Em linhas gerais, a LDB nº 9.394 estabelece as instituições que devem ministrar, trata sobre a tríade ensino, pesquisa e extensão, determinando sua autonomia sobre o funcionamento dos cursos e programas da educação superior.

Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.

[...]

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano [...]

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

- criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;
- fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;
- estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;
- fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;
- elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;
- conferir graus, diplomas e outros títulos;

[...]

Em relação à Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), destacam-se em seus artigos:

Art. 1° Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art 9º, VI, VIII e IX, da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1° O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

[...]

Art. 2° O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

- avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;
- o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
- o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;
- a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

A referida Lei destaca o caráter avaliativo das instituições de ensino superior em nível nacional, com objetivos bem definidos no tocante a eficácia, valores sociais, com

autonomia e promovendo o respeito às características locais e regionais, envolvendo todos os partícipes no processo educacional, na busca da “melhoria da qualidade do ensino superior”

Art. 4° A avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica
[...]
Art. 5° A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

Ainda na referida Lei, merecem destaque os objetivos da avaliação completa de toda a estrutura envolvida nesse processo, bem como a dos próprios interessados - os estudantes -, mapeando e corrigindo possíveis discrepâncias na educação superior no país.

PPC E AS DEMANDAS QUE JUSTIFICAM O CURSO

O PPC expressa o compromisso com a educação superior de qualidade pretendendo formar profissionais que conjugam a competência para o mercado de trabalho, tendo como missão a formação de profissionais comprometidos na sua área de atuação, com postura ética, contribuindo para sua inserção no contexto social como agente transformador, em consonância, com a Resolução CNE/CP No. 4 de 13 de julho de 2005, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento do curso.

O curso ofertado pela IES é um curso generalista voltado para a gestão com foco no desenvolvimento da região norte. No qual haverá diversas atividades de interação teórico-práticas com finalidade de aproximar o aluno da realidade local de forma crítica, reflexiva e de mobilização de habilidades e competências na solução ou proposição de melhorias.

O curso em questão irá atender as seguintes demandas:

Demanda Econômica:

Dados estatísticos do município que demonstram relevância econômica:

Território – A **capital Manaus**, dentre os 62 municípios do Estado do Amazonas é a que possui a maior densidade demográfica, com estimativa populacional, segundo IBGE, de 2.130.264 habitantes em uma área de 11.458 km², o que faz de Manaus a 7ª cidade mais populosa do país e a 1ª mais populosa da Região Metropolitana de Manaus, composta por 13 municípios (Manaus, Parintins, Alto Solimões, Madeira, Coari, Itacoatiara, Juruá, Rio Negro, Tefé, Purus, Rio Preto da Eva, Boca do Acre, Japurá).

PIB – O Produto Interno Bruto- **PIB do Amazonas** segundo o IBGE foi de R$ 86,56 bilhões em 2015, o penúltimo do ranking dos estados brasileiros. Sendo que mais de 70% destes recursos vão para União e o Estado fica com menos de 30% do que arrecada.

A **participação dos setores no PIB do Amazonas**, considerando a média dos últimos cinco anos para fazer o rateio do valor do PIB trimestral. Os índices utilizados para o cálculo foram: Agropecuária (5,53%), Indústria (32,34%), Serviços (45,05%) e Impostos (17,08%). Dados da Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação- SEPLANCTI (2017)

DEMANDAS DE NATUREZA SOCIAL:

Ao tomar como ponto de partida os dados educacionais da região, percebe-se que as matriculas do ensino fundamental em 2015/2016 (CENSO ESCOLAR) chegaram a 334.288 considerando escolas públicas e privadas. Ao analisar a série histórica disponibilizada pelo IBGE, verifica que o Ensino Médio pressionado pela universalização progressiva do Ensino Fundamental vem crescendo substancialmente. Em 2016 o número de matriculas no ensino médio que pressiona a demanda por ensino superior foi de 86.280 alunos em 2015 para 101.259 em 2016, totalizando aproximadamente 18% de aumento em números de alunos em uma década. A estatística educacional demonstra ainda que segundo a última PNAD, aproximadamente metade da população brasileira (49,25%) com 25 anos ou mais não tem ainda o ensino fundamental completo, e entre os jovens de 18 a 24 anos, 36,5% não tem ensino médio, o que somado aos dados populacionais dá uma dimensão da massa populacional com potencial demanda para o ensino superior. No Estado do Amazonas segundo a mesma pesquisa de 2010, além da realidade

descrida nos níveis fundamentais e médios, temos 108.753 freqüentando o ensino de graduação e por fim 144.851 com ensino Superior Completo. Em Manaus, no mesmo levantamento, dos 1.882.423 milhões de habitantes, apenas 7,5% tinham o ensino superior, e 5,7% freqüentavam o ensino da graduação, fato que encontra um complicador nos indicadores que apontam para a distribuição do nº de IES por região geográfica. Ainda na composição de um cenário em números, o Mapa do Ensino Superior Brasileiro publicado pelo SEMESP, tendo como fonte os dados oriundos dos Censos Anuais divulgados pelo MEC, afirmam que entre 2014/2015, no Brasil, havia 1.708 Instituições Mantenedoras de Ensino Superior, sendo 1.506 privadas e 202 públicas, responsáveis respectivamente por 2.070 IES privadas e 298 públicas. Destas mantenedoras, 67% são de pequeno porte (com até 2 mil alunos). Já o número de Instituições de Ensino Superior (IES) mantidas no país esteve em constante ascensão nos últimos 14 anos, com um crescimento total de 101%, sendo 106% nas IES privadas e 69% nas públicas, demonstrando a importância da iniciativa privada para o setor. Nesta distribuição a Região Sudeste é responsável por 47% de matrículas em cursos presenciais no ensino superior no Brasil, seguida pelas regiões Nordeste (21,2%), Sul (15,3%), Centro-Oeste (9,4%) e Norte (6,9%). No ranking de cursos com o maior número de matriculas, direito, administração, engenharia civil, ciências contábeis, pedagogia, enfermagem, psicologia, engenharia de produção, arquitetura e fisioterapia, aparecem, no mesmo estudo, com maior número de ingressantes e de concluintes na ordem apresentada, demonstrando que as carreiras tradicionais e os bacharelados continuam a ser uma necessidade.

. Os números de acesso a Justiça também não são animadores, segundo o Relatório do Conselho Nacional de Justiça publicado em 2016, a população do Amazonas possui um cenário de dificuldades, tendo uma das maiores proporções entre o número de habitantes e o de unidades judiciárias no país, no Estado são mais de 14.785 habitantes por unidade judiciária. Outros dados sociais justificam a oferta do curso de Direito como:

- No estudo combinado dos dados econômicos, educacionais, agregados com os dados sociais do IDH do Estado do Amazonas é de 0,674 que o coloca em 19º. lugar no índice geral. 18º. lugar em Educação. 22º. lugar em Longevidade e 16º. lugar em renda. E Manaus ocupa a penúltima colocação

entre as capitais pesquisadas. Enquanto São Paulo, com melhor IDH, apresenta 0,794 pontos, Manaus, aparece com apenas 0,720 (PNUD 2015). Os números de acesso a Justiça também não são animadores, segundo o Relatório do Conselho Nacional de Justiça publicado em 2016, a população do Amazonas possui um cenário de dificuldades, tendo uma das maiores proporções entre o número de habitantes e o de unidades judiciárias no país, no Estado são mais de 14.785 habitantes por unidade judiciária

DEMANDAS CULTURAIS

O Teatro Amazonas é um dos principais cartões-postais de Manaus, é um dos mais importantes teatros brasileiros. Foi construído em 1896 com recursos provenientes do ciclo da borracha. Trata-se de uma destacada obra arquitetônica. O teatro possui diversos ambientes, concebidos com diferentes materiais, daí ser considerado um espaço sobremaneira eclético. É, sem dúvida, o mais importante prédio da cidade, não somente pelo seu inestimável valor arquitetônico, mas principalmente pela sua importância histórica, uma prova viva da prosperidade e riqueza vividas na fase áurea da borracha. O teatro é referência para espetáculos regionais, nacionais e internacionais. Já passaram pelo palco do Teatro Amazonas: Margot Fonteyn, Christoph Schlingensief e Roger Waters.

A influência das culturas portuguesa e nordestina foi marcante no folclore amazonense que possui características indígenas. Tendo a natureza e o misticismo como expressões básicas, as manifestações populares acontecem na capital e em várias cidades do interior. Em junho a programação se concentra nos festivais folclóricos de Manaus e Parintins.

Na capital do Estado realiza-se há mais de 30 anos uma grande festa com os bumbás: Corre-Campo, Brilhante, Gitano, Tira-Teima e Tira Prosa. Há também as quadrilhas, cirandas e danças nordestinas apresentadas em espetáculos no Centro Cultural do Amazonas, um local com toda a infra-estrutura para abrigar milhares de pessoas. Em todo o mês de junho as festividades envolvem desde escolas, bairros e localidades no interior.

A culinária manauara é caracterizada pela utilização de uma grande variedade de peixes provenientes da própria bacia do rio Amazonas. Entre os destaques, podemos encontrar o pirarucu de casaca feito com o peixe pirarucu e banana pacovan,

o tambaqui grelhado, ou a famosa caldeirada de tambaqui, muito popular entre os manauaras. Outros peixes como pacu, matrinchã, curimatá, além do popular jaraqui, também não faltam na mesa do Manauara. Os peixes do Amazonas têm um sabor mais encorpado, sendo considerados como os melhores peixes da América do Sul. Manaus é uma das maiores cidades mundiais em consumo de proteína animal (peixe). Cerca de 14% de sua população consome proteína animal (peixe) por dia.

A diversidade cultural é assim, um ponto central para se entender a Região. O Amazonas representa ainda a maior congregação da diversidade étnica do país e consequentemente a linguística, perfazendo aproximadamente 300 etnias distintas, inclusive com grupos ainda sem contato com a civilização. Neste tocante em realidade tão diversa e complexa, e com o crescimento da consciência, por parte de grupos minoritários ou mesmo marginalizados, acerca dos seus direito, os conflitos sociais, que em muitas ocasiões ultrapassam os limites da negação ou exclusão de direitos, passando a gerar inclusive quadros de violência e tumulto social, requerem, em respostas, a estes antagonismos culturais, que aqueles que desempenham funções nas quais existe uma aplicação direta das leis, como juízes, promotores e advogados, que estes mediante uma formação técnica e ética possam adquirir conhecimentos acerca das peculiaridades dos grupos culturais minoritários que compõem a sociedade.

DEMANDAS POLÍTICAS

As políticas públicas do Estado estão voltadas para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável. Como exemplo, investimentos em Programas como a Zona Franca Verde e Bolsa Floresta; o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim); o gasoduto Coari-Manaus, que veio para mudar a matriz energética de oito municípios, incluindo a capital, e a Ponte do Rio Negro, que interligou a região metropolitana de Manaus à cidade de Iranduba e áreas adjacentes. Municípios que integram o setor agroindústria, produção rural, piscicultura, a indústria cerâmica e o setor de turismo com diversas opções de turismo que vão da visita de cavernas e cachoeiras, a prática do arvorismo, pesca esportiva, festivais folclóricos e patrimônios históricos.

Objetivos estratégicos da ação governamental: Ampliar a Capacidade de Gestão da Administração Pública, na formulação e aplicação de políticas de gestão

econômico-fiscal e de prestação de serviços essenciais (Segurança, Saúde, Educação , Habitação, etc.); produzir competitivamente no coração da Amazônia de forma sustentável.

Sendo duas as estratégias de desenvolvimento: a primeira seria a Ampliação e Consolidação do PIM por meio da Reforma do ICMS, da organização dos Processos Produtivos Locais e investimentos em Infraestrutura, Portos e Aeroportos, investimentos na Formação Capital Intelectual, Investimentos em Educação e P&D (rever marco legal), desenvolver o Polo Naval e o Pólo de Fertilizantes e segunda, a Diversificação da Matriz Econômica integrando as possibilidades da Biodiversidade (Fármacos, Cosméticos, Alimentos, etc.), Indústria do Turismo; Piscicultura; Exploração de Recursos Minerais (são mais de 75 tipos de minérios já identificados com viabilidade econômica definida); Petróleo e Gás, Exploração Racional da Floresta e da Economia do Conhecimento. Consolidação do Marco Legal

Manaus é o grande centro, pólo da economia do Estado, mercê, sobretudo, da Zona Franca, apesar das restrições decorrentes da crise mundial e dos efeitos da globalização, a cidade continua atraindo grandes investimentos.

Sediando uma Refinaria, a Isaac Sabbá, que recebe vultosos investimentos da PETROBRAS para sua ampliação, Manaus se transformará num pólo petroquímico, graças às jazidas de gás e petróleo da Bacia do Urucu, com gasoduto pronto até o porto de Coari, no Solimões, e a Bacia do Juruá, também já em exploração.

Em novembro de 2008 foi inaugurada a segunda casa de força da Usina Hidrelétrica Tucuruí, no Pará, a maior obra já realizada na Amazônia, um marco da engenharia mundial de barragens, pela sua magnitude, execução e operação. Hoje, com uma potência instalada de 8.370 MW, Tucuruí consolida a Eletronorte como a terceira maior geradora do País e representa aproximadamente 10% de toda a capacidade instalada no Brasil, fazendo chegar milhões de megawatts a praticamente todas as regiões brasileiras por meio do Sistema Interligado Nacional - SIN.

São atendidos também os grandes projetos minero-metalúrgicos, por meio dos maiores contratos de fornecimento de energia elétrica no mundo. Além de atender os mercados do Pará, Amazonas, Maranhão e Tocantins, com cerca de 3.500 MW médios mensais, a usina exporta energia para os sistemas Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste.

Um fato marcante para a economia da região foi a inauguração da Rodovia BR-174, ligando Manaus a Caracas e com os demais países da América Central, o que sem dúvida, marcará uma nova etapa na economia do Estado e, particularmente, de Manaus, pelo barateamento dos transportes e facilidade de acesso com o hemisfério norte da América.

Outra obra importante é a de recuperação do aeroporto de Parintins. O novo terreno, cedido pela prefeitura, tem uma área de quinze hectares e está situado na região do Macurani, a uma distância de pelo menos cinco quilômetros do aeroporto. As obras de recuperação da pista de pouso estão sendo feitas pela empresa WP Construções Ltda. De acordo com o que foi acertado entre o Governo do Estado do Amazonas, 7º Comando Aéreo da Região, VII COMAR .

Além disso, os onze portos de responsabilidade do governo do Estado estão passando por reformas. São eles: os terminais hidroviários dos municípios de Autazes, Borba, Boca do Acre, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Coari, Manicoré, Tabatinga, Tefé e o Porto de São Raimundo, em Manaus.

Outras ações de melhoria da infraestrutura estão sendo desenvolvidas e outras ainda permanecem sem solução. A BR 319 que liga o Estado a Porto Velho ainda continua em disputa sobre seu impacto ambiental. Algumas hidrelétricas como a do Rio Madeira também, embora já em andamento permanece em disputa acerca de seus impactos futuros.

DEMANDAS DE NATUREZA AMBIENTAL

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (www.mma.gov.br/biomas/amazônia) , a Amazônia é o maior bioma do Brasil, alcançando um território de 4,196.943 milhões de km2, crescem 2.500 espécies de árvores (ou um-terço de toda a madeira tropical do mundo) e 30 mil espécies de plantas (das 100 mil da América do Sul).
A bacia amazônica é a maior bacia hidrográfica do mundo: cobre cerca de 6 milhões de km2 e tem 1.100 afluentes. Seu principal rio, o Amazonas, corta a região para desaguar no Oceano Atlântico, lançando ao mar cerca de 175 milhões de litros d'água a cada segundo.

A Constituição Federal declara em seu artigo 225 § 4° que a floresta amazônica brasileira é um patrimônio nacional, se sujeitando a soberania do Estado brasileiro.

Assim, promover o desenvolvimento da Amazônia sem destruir esse valioso patrimônio é o desafio que vem sendo superado a partir do aproveitamento, economicamente viável e ambientalmente sustentável, das inúmeras potencialidades da região. Orientadas por ferramentas de gestão ambiental, atividades em áreas como agroindústria, turismo, bioindústria e piscicultura garantem produtividade e rentabilidade, evitando a devastação do meio ambiente amazônico.

Juntamente com outros temas como poluição, miséria e fome, os problemas que denominamos ambientais resultam da maneira como nos relacionamos com os demais elementos da natureza nas últimas décadas e, em especial, nos dias atuais (PEREIRA et al., 2013). Dar conta da complexidade relacional dessas questões impõe-se como um dos grandes desafios da sociedade.

Devido às pressões populacionais e de tecnologia, o ambiente biofísico está sendo degradado, por vezes de forma permanente. A proteção do meio ambiente é necessária devido às várias atividades humanas. A produção de resíduos, a poluição do ar e a perda de biodiversidade (resultante da introdução de espécies invasoras e da extinção de espécies) são algumas das questões relacionadas com a proteção ambiental.

Contudo, a Amazônia não se limita no contexto do equilíbrio ecológico uma vez que abriga inúmeras civilizações indígenas e populações tradicionais incluindo seringueiros, castanheiros, ribeirinhos entre outros, e constituem uma vasta e rica fonte de matérias primas e de valor natural e cultural dos povos brasileiros, tornando-se, primordial e urgentes medidas que tutelem a soberania do patrimônio nacional conjuntamente com a preservação da Amazônia.

Apesar da existência do Programa Bolsa Floresta- política pública do Governo do Amazonas que visa apoiar e potencializar respostas às demandas sociais e econômicas das populações ribeirinhas, por meio da valorização da floresta em pé, as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são questões cruciais que devem ser debatidos pelas Instituições de Educação.

Devido às pressões populacionais e de tecnologia, o ambiente biofísico está sendo degradado, por vezes de forma permanente. A proteção do meio ambiente é necessária devido às várias atividades humanas. A produção de resíduos, a poluição do ar e a perda de biodiversidade (resultante da introdução de espécies invasoras e

da extinção de espécies) são algumas das questões relacionadas com a proteção ambiental.

A proteção ambiental é influenciada por três fatores interligados: legislação ambiental, ética e educação. Cada um desses fatores desempenha o seu papel em influenciar decisões ambientais a nível nacional e os valores e comportamentos ambientais a nível pessoal.

A aplicabilidade dessa preservação, não ocorre de maneira isolada. É necessária uma interdisciplinaridade entre os institutos de direito penal, direito civil e direito administrativo para tornar efetivas as suas normas.

Pelo exposto, aufere-se que as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são questões cruciais que devem ser debatidos pelas Instituições de Educação e principalmente políticas públicas voltadas a utilização de praças tanto públicas quanto privadas que ofereçam ambientes propícios as práticas de atividades físicas no que concerne aos ambientes naturais e ao ar livre proporcionando tanto esporte quanto atividades de aventura e naturais, bem como conscientizando sobre a importância da conservação desses espaços públicos para a preservação da natureza. Neste particular é crescente dentre o meio jurídico, a necessidade de profissionais engajados nas causas ambientais, esta última extremamente estratégica para a Região.

1.20.3 Formas de Acesso ao Curso

O ingresso de alunos a qualquer curso ministrado pelo IMEse dá, conforme exigência da legislação em vigor, sempre através de um processo seletivo.

O ingresso em um curso de graduação se dará através de:

i) Processo Seletivo;
ii) Transferência;
iii) Transferência ex officio
iv) Portador de Diploma de Curso Superior;
v) Reopção;
vi) ENEM.

1.20.4 Do Processo Seletivo

O Processo Seletivo é um exame seletivo e classificatório a que se submetem aqueles que concluíram o ensino médio ou equivalente e que desejam ingressar em curso de graduação. O Processo Seletivo será aberto por edital e será elaborado em articulação com o ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade.

A classificação dos candidatos aprovados obedece a ordem decrescente de pontos obtidos, até o preenchimento das vagas definidas para cada curso e turno da preferência do candidato registrados no ato de sua inscrição. O Processo Seletivo, com validade exclusiva para o ano ao qual se destina, será realizado antes do início de cada ano letivo, sob a responsabilidade do Diretor Acadêmico.

Processo Seletivo Continuo

O Processo Seletivo Contínuo é um processo seletivo sequenciado destinado aos estudantes que ainda estão cursando o ensino médio e que pretendem, após sua conclusão, ingressar em curso de graduação.

O Processo Seletivo Contínuo, aberto por edital, só terá validade para o estudante que se submeter aos três exames correspondentes a 1ª, 2ª e 3ª ano do ensino médio e terá validade exclusiva para o ano imediatamente subsequente ao ano de conclusão do ensino médio.

A média final do aluno que se submeter ao Processo Seletivo Contínuo corresponde à média aritmética dos resultados dos três exames mencionados no parágrafo anterior.

A classificação dos candidatos para o preenchimento das vagas definidas pelo Conselho Maior para o Processo Seletivo Contínuo obedecerá à ordem decrescente das médias obtidas na forma do parágrafo anterior.

O Processo Seletivo contínuo será planejado e coordenado pelo Diretor Acadêmico.

1.20.5 Da Transferência Externa

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra Instituição de Ensino Superior - IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso afim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A IES, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva guia de transferência acompanhada da seguinte documentação:

i) Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;
ii) Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;
iii) Regime ou critério de aprovação.

1.20.6 Transferência ex officio

A Transferência *ex officio* a que se refere o Parágrafo Único do Art.49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 se opera independente de época e disponibilidade de vaga sendo assegurada aos servidores públicos efetivos federais e estaduais, civis e militares e/ou seu(s) dependente(s) estudante(s) que sejam removidos ou transferidos compulsoriamente implicando em mudança de domicílio. A Transferência deverá ser concedida para curso idêntico ao de origem, ou na inexistência deste, para curso afim.

O interessado deverá solicitar à SECAD, por meio de requerimento junto ao Setor de Protocolo Geral da IES, acompanhado dos seguintes documentos:

a – Histórico Escolar completo e atualizado, constando as notas do vestibular (doc. original);

b – Declaração de regularidade de matrícula na IES – Instituição de Ensino Superior de origem, no período letivo em exercício; (doc. original)

c – Programas das disciplinas cursadas; (doc. original)

d – Declaração de Reconhecimento do Curso pelo MEC e/ou Conselho Estadual de Educação, no caso de Instituição Estadual de Ensino Superior, onde conste o número do Decreto ou Portaria e data de publicação no Diário Oficial da União ou do Estado; (doc. original)

e – Portaria de remoção ou equivalente, de publicação em Boletim, Diário Oficial;

f – Comprovação de dependência, quando for o caso; (Certidão de Nascimento, Casamento, Sentença Judicial ou Declaração de IR.)

g – Documento comprobatório que indique a mudança de domicílio para a área de atuação da IES.

Após a conclusão do processo e aprovada a transferência compulsória, caso o período letivo regular da FA já tenha iniciado, a matrícula em componentes curriculares será autorizada.

A SECAD encaminhará o processo à coordenação do curso que deverá definir, conforme o aproveitamento de estudos, em qual período letivo o (a) requerente deverá ser matriculado (a)

A matrícula somente poderá ser efetivada após a confirmação do recebimento da Guia de Transferência do (a) requerente por parte da SECAD- Secretaria Acadêmica da IES.

1.20.8 Do Portador de Diploma de Curso Superior

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso afim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A IES, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva Guia de Transferência acompanhada da seguinte documentação:

i) histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;
ii) currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;
iii) regime ou critério de aprovação.

1.20.8 Da Reopção

Reopção é transferência interna de um curso de graduação para outro da mesma área permitida a alunos regulares da FA, através de seleção. Os critérios exigidos para o deferimento do pedido de re-opção são:

i) Existência de vaga no curso pretendido;
ii) Comprovação de regularidade de matrícula no curso de origem; e
iii) Comprovação de que o estudante já tenha cursado, pelo menos, dois semestres do curso de origem.

1.20.9 Do Enem

Através do resultado do ENEM, o candidato concorre às vagas sem precisar fazer o vestibular, desde que obtenha média igual ou superior a 450 (QUATROCENTOS E CINQUENTA PONTOS).

1.20.10 Matrícula

A primeira matrícula institucional é o cadastramento do candidato selecionado por uma das formas de admissão a um curso de graduação ou pós-graduação, tornando-se por este ato, um aluno regular vinculado ao Curso a FA.

Por ocasião do cadastramento o aluno recebe um número permanente no curso, o qual indica o ano de seu ingresso, o código da área de estudo e a sequência numérica do curso.

A matrícula institucional é feita pela secretaria Acadêmica no prazo fixado no calendário acadêmico, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado e aceito pelo Conselho Superior.

A não efetivação da primeira matrícula institucional, expirados todos os prazos de chamada, implica na perda do direito a vaga.

A solicitação de matrícula institucional é feita em formulário próprio pelo acadêmico ou seu representante legal, anexando a esta, a seguinte documentação:

I- certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente;

II- histórico escolar do ensino médio;

III- diploma do ensino superior;

IV- título de eleitor;

V- comprovante de estar quites com o serviço militar, para os homens;

VI- uma foto ¾.

Os itens I e II são exigidos para os cursos de graduação e os itens III e IV para os cursos de pós-graduação ou cursos de graduação com ingresso como portador de diploma de nível superior.

A solicitação de matrícula institucional, sem qualquer exceção só poderá ser feita à vista de toda documentação exigida. Será anulada a matrícula efetuada quando não tenham sido observadas todas as exigências legais e regimentais, o que deve ser notificado.

1.21 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO (LICENCIATURAS)

1.21.1 Convênios e ações previstas para integração com a rede pública de ensino

Não se aplica

1.21.2 Ações e uso de tecnologias educacionais de desenvolvimento, testagem, execução e avaliação de estratégias didático-pedagógicas

Não se aplica

1.21.3 Forma de documentação das experiências na rede pública de ensino

Não se aplica

1.21.4 Resultados esperados/atingidos para discentes e para rede pública de escolas de educação básica

Não se aplica

1.21.5 Planejamento/execução de ações inovadoras na integração com a rede pública de escolas de educação básica

Não se aplica

1.22 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE - SUS

Não se aplica

1.23 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DE SAÚDE

Não se aplica

1.24 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS

Não se aplica

1.24.1 Relação das atividades práticas de ensino da licenciatura com as DCNs da Educação Básica, da formação de formação de professores e da área de conhecimento da licenciatura

Não se aplica

1.24.2 Distribuição das Atividades Práticas de Ensino para a Licenciatura Relacionando Teoria e Prática de Forma Reflexiva ao Longo de Todo o Curso

Não se aplica

DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

2.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

As normas do NDE compreendem os seguintes itens:

- o NDE de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso;
- o NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso;
- são atribuições do NDE: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- a IES, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes: ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso; ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral; assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso;

O NDE constituído deverá se reunir no mínimo 2 vezes por semestre em reuniões ordinárias previstas em calendário acadêmico;

i) Caso haja necessidade de outras reuniões o Presidente do NDE, poderá convocar reuniões extraordinárias;

ii) As reuniões ordinárias e extraordinárias deverão ser registradas em ata aprovada por todos os membros;

iii) O presidente nato do NDE é o Coordenador de Curso de Graduação;

iv) O NDE não se constitui em instância deliberativa devendo suas propostas serem submetidas aos Colegiados de Curso.

2.1.1 Composição do NDE

Seguindo as novas diretrizes do MEC, em resposta ao novo instrumento de Avaliação de Cursos de graduação presencial, a Direção da IES designou os professores relacionados no quadro a seguir para, sob coordenação do curso, constituir o Núcleo Docente Estruturante (NDE), responsável pela formação, implementação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso e outras atividades pertinentes ao curso, que constam em regulamento próprio.

2.1.2 Atribuições do NDE

O Núcleo Docente Estruturante do Curso é formado por professores, contratados em regime integral ou parcial, que participaram efetivamente da construção do Projeto Pedagógico e juntos com o coordenador são responsáveis pela implantação do curso, os mesmos possuem formação *stricto sensu* e experiência na área. As reuniões do NDE ocorrem duas vezes ao semestre em caráter ordinário, convocadas pelo presidente do Núcleo. As demais reuniões ocorrem em caráter extraordinário, podendo também acontecer em conjunto com o colegiado de curso, devendo ser convocada pelo presidente do núcleo e o coordenador de curso.

2.1.3 Planejamento dos Estudos e Avaliação Periódica o PPC pelo NDE

Semestralmente serão realizadas ao mínimo duas reuniões do NDE para debate e discussão de melhorias do curso, assim como avaliação e adequação (se necessário) do PPC, o qual será levado para discussão e deliberação por parte do colegiado do curso.

2.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar atua na relação entre a coordenação do Curso e o Núcleo de Educação a Distância (NEaD), que é a unidade institucional responsável pela gestão dos processos acadêmicos e pedagógicos de cursos e atividades educacionais na modalidade a distância, o que inclui: organizar, implantar e gerenciar as atividades a distância nos cursos, inclusive orientando e supervisionando os docentes envolvidos nessa modalidade de ensino.

O NEaD é composto por um grupo de profissionais com grande experiência acadêmica e tecnológica na área, com passagem por renomadas instituições de ensino, que trabalham de forma sistêmica e colaborativa. O NEaD tem regimento próprio (Regimento da Graduação Modalidade a Distância), com *status* de uma Unidade com autonomia para gerir suas ações, bem como para garantir a implantação, implementação, e desenvolvimento do processo educativo utilizando a modalidade a distância, por meio de ações didático-pedagógicas, tecnológicas e administrativas adequadas.

Coordenação Pedagógica

Responsável pelo desenvolvimento dos projetos pedagógicos, manuais e regulamentos junto com os coordenadores de cursos, revisão, controle e acompanhamento do ambiente virtual do aluno; organização, planejamento e controle dos tutores e conteudistas. Tem conhecimento na área pedagógica, incluindo didática e metodologias, gestão educacional, técnicas de ensino-aprendizagem, docência e uso de mídias e tecnologias.

Composição:

- 01 Revisor: com conhecimento e formação na área de Língua Portuguesa;

- 01 Supervisor de Tutores: com formação e experiência na área de supervisão:
- Tutores (20 h) presencial (de polo): com formação de nível superior e atua na área de conhecimento de sua formação. Responsável por acompanhar os alunos no polo, preparar a sala de aula, passar as dúvidas dos alunos para os professores, via chat, aplicar as provas e as encaminhar ao Núcleo de Educação a Distância e auxiliar o aluno na utilização do AVA;
- Tutores (20 h) à distância: com formação de nível superior e atua na área de conhecimento de sua formação. Responsável por dar suporte às atividades dos docentes;
- 01 Psicopedagogo: com formação em Psicologia para atendimento aos alunos:
- 01 Professor por disciplina: 06 horas semanais.

Supervisor de Tutores

Tem como atribuições:

- Receber e emitir parecer sobre propostas de cursos de graduação, modalidade a distância, e enviá-los ao CONSUP da IES;
- Exercer a supervisão pedagógica dos cursos de graduação, modalidade EaD, observando as normas e desenho curricular do Projeto Pedagógico Institucional do NEaD;
- Supervisionar a observância das normas e qualidade exigida na produção dos materiais didáticos a serem elaborados pelos professores;
- Revisar os elementos que irão compor o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- Acompanhar o desempenho dos coordenadores e supervisionar o cumprimento de suas atribuições;
- Quando solicitado, representar o curso perante as instâncias superiores institucionais e órgãos avaliadores do Ministério da Educação.

Coordenação de Mídias e Tecnologias

Tem como atividades a escolha das tecnologias e mídias a serem utilizadas nas atividades e nos cursos oferecidos pelo NEaD e a operacionalização da construção do material didático.

Composição:

- 01 Analista de Sistema: esse profissional deve ter formação em análise de sistema e experiência técnica comprovada;
- 01 Analista Designer Web: esse profissional deve ter ótimos conhecimentos sobre softwares para design de recursos e páginas web; 01 Analista de Ambiente Virtual de Aprendizagem: o profissional dessa área deve ter ótimos conhecimentos nas áreas de programação e, em especial, sobre as especificidades do software escolhido para hospedar os cursos e as atividades;
- 02 Assistentes de Produção: acompanhamento das gravações de vídeo aulas, agendamento com os professores, controle e organização dos estúdios.

Tem como atribuições:

- Apresentar mídias e tecnologias apropriadas para atender à sociedade;
- Coordenar todos os processos que visam ao funcionamento do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- Coordenar a operacionalização dos materiais didáticos, o design institucional do AVA, o design institucional dos estúdios de gravações; o design dos materiais didáticos.

Coordenação de Produção

Setor responsável pela produção, gerenciamento e orientação aos docentes no processo de produção e gravação de vídeo aulas com vistas a garantir a qualidade técnica e pedagógica desse recurso didático.

Tem como atribuições:

- Produzir recursos para vídeo aulas;
- Gerenciar demandas relativas à vídeo aulas;
- Gerenciar demandas da agenda dos estúdios;
- Produzir locais para gravações externas e entrevistas;

- Orientar professores quanto ao conteúdo de vídeo aulas e sua relação com o conteúdo escrito.
- Orientar professores quanto à estrutura e recursos para a gravação de vídeo aulas;
- Recepcionar e dar apoio aos docentes durante sua estada no Núcleo de Educação a Distância;
- Acompanhar gravações;
- Acompanhar produção da locução e da tradução da Língua de Sinais;
- Criar, implantar e otimizar processos referentes à vídeo aulas e suas demandas; e
- Produzir relatórios sobre o andamento das gravações.

Secretaria Acadêmica (SEaD):

Setor responsável por todos os processos, registros e controles acadêmicos, e pelo relacionamento com alunos e com os polos de apoio presencial.

Sua composição inclui:

- 04 Assistentes administrativos acadêmicos para a secretaria: atendimento on-line e por telefone aos alunos;
- 01 Assistente administrativo acadêmico para logística: controle materiais didáticos e documentos;
- 02 Assistentes administrativos acadêmicos para apoio ao aluno: atendimento on-line e por telefone aos alunos;
- 01 Ouvidor: atendimento on-line e por telefone aos alunos.

2.3 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO

2.3.1 Regime de Trabalho do Coordenador do Curso.

O coordenador tem regime integral (40h) com carga horária dividida:

- 34h de Coordenação
- 03h de Núcleo Docente Estruturante
- 03h de sala de aula

2.3.2 Atribuições do Coordenador de Curso

A IES entende que coordenar um curso no Ensino Superior requer responsabilidades cada vez mais abrangentes dentro do processo de transformação pelas quais as instituições passam atualmente. Por isso tem definido claramente qual o perfil que deseja de seus coordenadores e por consequência as suas atribuições.

O perfil de atuação do coordenador que se deseja é de alguém que seja mais que um simples mediador entre alunos e professores, ou seja, deseja-se um gestor para promover as alterações e introduzir propostas inovadoras no ambiente universitário. Sendo capaz de transformar, diariamente, conhecimento em competência.

A atuação do coordenador de curso é definida pelas seguintes competências:

I. Reconhecer as necessidades da área em que atua;
II. Tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;
III. Atender as exigências legais do Ministério da Educação;
IV. Gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;
V. Operar novas tecnologias;
VI. Avaliar o trabalho dos docentes;
VII. Estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;
VIII. Estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;
IX. Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;
X. Colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança.

Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes sócio afetivo e cognitivo.

No que compete a representatividade do coordenador nas instâncias colegiadas institucionais, possuindo acento no Conselho Maior da Instituição, sendo

ainda, presidente nato do colegiado de curso e membro do Núcleo Docente Estruturante.

2.3.3 Relação do Coordenador com Docentes, Discentes, Tutores

O coordenador de curso, dentro das suas atribuições e de acordo com o regime de trabalho no qual atua, possui dentro da sua organização de trabalho, a disponibilidade necessária para dar suporte e atendimento aos seus discentes. Sua atuação é voltada para a formação dos discentes em relação a importância da modalidade em EAD relacionada à sua formação profissional e acadêmica, quanto aos conhecimentos do Ambiente Virtual de Aprendizagem, para o esclarecimento de dúvidas voltadas ao componente curricular em estudo.

Para que sua atuação seja eficaz, possui amplo conhecimento sobre a modalidade de EAD e conta com a participação dos docentes em momentos destinados à sua atuação. Essa parceria é de grande importância, uma vez que estes são os especialistas nos componentes curriculares e após também ter passado por formação, estão aptos a junto com os tutores, atuar como construtores e mediadores da aprendizagem. Esse elo entre a coordenação do curso e seu corpo de professores e de tutores é o que permite que o aluno por meio da modalidade e do componente curricular em estudo, tenha segurança em relação à sua aprendizagem e veja no seu coordenador, o suporte necessário para que seu desenvolvimento e sua relação com o copo docente e de tutores, ocorra sem dificuldades. Toda a atuação da coordenação está pautada no PCC do curso e nas suas atribuições enquanto coordenador.

2.3.4 Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores

Em acordo com a política institucional que promove a participação dos setores da instituição nos órgãos colegiados, os coordenadores dos cursos de graduação participam efetivamente do colegiado de curso do NDE do Comitê de Qualidade de Ensino e possui uma representatividade no Conselho Superior a partir de membro eleito pelos seus pares.

2.3.5 Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de auto avaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na auto avaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

iv) Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.

v) Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.

vi) Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.

vii) Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a continua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços

educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da F.A, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

i) Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo, considerada como atividades complementares.

ii) Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feito projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os

componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

iii) Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.

iv) Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

v) Autoavaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

vi) Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e

coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

vii) Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

viii) Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.

ix) Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos

x) Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

Plano Acadêmico Administrativo segue como documentação anexa.

2.3.6 Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicação

Para a definição dos indicadores, realiza-se um simples ciclo de especificação, implementação, acompanhamento e avaliação. A parte final (avaliação) é realizada por meio de observação e entrevista do coordenador. Por fim, é utilizado uma ficha padrão, que possibilite a clara avaliação do desempenho do coordenador.

A seguir, estão os indicadores para avaliação do desempenho do coordenador que são realizados semestralmente:

ESFERA 1 – ACADÊMICA		
ITEM	PARECER (SIM/NÃO)	OBSERVAÇÃO
O número de disciplinas com alto grau de reprovação é de acordo com a média?		
Realiza feedback com o corpo docente durante e ao final de cada semestre?		
Realiza e/ou disponibiliza treinamento para o seu corpo docente?		
Possui estratégias pedagógicas para minimizar a evasão de alunos?		
Possui boa relação com seu corpo docente?		

Possui boa relação com seu corpo discente?		
É pontual?		
Possui um alto índice de resolubilidade de protocolos?		
Detém um alto rendimento em avaliações de alta escala externa?		
ESFERA 2 - AVALIAÇÃO INTERNA		
Para as esferas 2 e 3, realizar parecer de acordo com a Escala Likert: PARECER — LEGENDA 1 — Discordo totalmente 2 — Discordo parcialmente 3 — Não concordo, nem discordo 4 — Concordo parcialmente 5 — Concordo totalmente		
ITEM	PARECER (1 a 5)	OBSERVAÇÃO
Média do curso de satisfação por disciplina básica;		
Média do curso satisfação por disciplina específica;		
Média de satisfação por docente em relação ao aluno;		
Quantidade de aulas práticas por semestre;		
Quantidade de visitas técnicas por semestre;		
Quantidade de atividades extensionistas do Curso;		
ESFERA 3 - AVALIAÇÃO EXTERNA		
Titulação docente;		
Estimulação ao corpo docente para educação continuada: cursos, palestras, congressos e treinamentos;		
Publicações do corpo docente em revistas científicas indexadas.		

2.3.7 Planejamento da Administração do Corpo Docente

O corpo docente dos cursos de graduação da Faculdade Amazonas encontra-se ligado hierarquicamente à Coordenação do curso. Esta, a partir de calendário interno e plano acadêmico administrativo, realiza o planejamento e administração das ações do corpo docente no âmbito do curso semestralmente. Este planejamento é revisto sistematicamente, tendo em vista os resultados alcançados no período anterior

e a prospecção de ações futuras que possam colocar o corpo docente, de maneira mais eficiente, alinhado aos objetivos do curso ao perfil profissional do egresso.

2.4 CORPO DOCENTE

O Corpo Docente é constituído por professores com titulação no mínimo de especialização e que tenham sido admitidos após banca de seleção de docentes organizada pela Coordenação de Ensino.

A F.A tem procurado contratar, preferencialmente, profissional com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos. Quanto à titulação dos docentes da IES incluem:

I- Doutores;

II- Mestres;

III- Especialistas

Os professores são contratados pela Entidade Mantenedora, conforme as normas do Plano de Cargos e Salários homologado no Ministério do Trabalho.

O processo seletivo de docentes incluiu os seguintes passos:

I. Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na "banca de currículos" da IES ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;
II. Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
III. Entrevista com o candidato;
IV. Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

2.4.1 Relação do Corpo com a Respectiva Titulação

Os professores que atuarão no curso foram contratados mediante a realização de processo seletivo, executado por comissão designada para esse fim, e que incluiu os seguintes passos:

- Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na "banca de currículos" da IES e ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;
- Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
- Entrevista com o candidato;
- Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

A IES tem procurado contratar, preferencialmente, profissional com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos.

Os professores previstos para o curso estão elencados no quadro em anexo na pasta da dimensão 2.

2.4.2 Relação da titulação dos docentes com seu desempenho em sala de aula, capacidade de analisar conteúdos curriculares e fomentar o raciocínio crítico e relevância para atuação profissional e acadêmica.

Entendendo que a análise crítica da realidade existente é imprescindível para sua transformação o nosso quadro de docentes analisam as competências dos componentes curriculares na fomentação do raciocínio crítico, reflexivo e dialógico. O conhecimento acadêmico do corpo docente traz contribuições para o alargamento da consciência crítica dos educandos nas práticas institucionais concretamente situadas na construção da democracia social e educacional.

A coordenação irá inserir o relatório na pasta da dimensão 2 do curso.

2.5 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE

2.5.1 Relação do Corpo Docente com o Respectivo Regime de Trabalho

O regime de trabalho do corpo docente possibilita o atendimento integral da demanda, considerando a docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, os documentos comprobatórios encontram-se no anexo na pasta da dimensão 2.

2.5.2 Atribuição dos Docentes e Forma de Registro das Atribuições Individuais Considerando a Carga Horaria por Atividade

Os professores horistas exclusivamente às atividades de sala de aula. Os professores que trabalham em regime parcial contratados para atuar com 12h ou mais horas semanais reservam ao menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes. E os docentes contratados em regime integral atuam 40h semanais na IES, sendo destas 20h semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.

2.6 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

2.6.1 Relação do corpo docente com as respectivas experiências profissionais FORA do magistério superior.

A IES considera a importância da relação entre a experiência profissional do corpo docente visto que tal conhecimento reflete diretamente no desempenho em sala de aula. Segue em anexo na pasta da dimensão 2, a relação dos docentes e as respectivas experiências profissionais fora do magistério superior.

2.6.2 Relação da experiência do corpo docente previsto e seu desempenho fora do magistério superior.

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC traça um relatório evidenciando a importância da experiência profissional do corpo docente para o bom

desempenho em sala de aula ao aplicar, analisar e exemplificar de forma contextualizada, problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional.

O referido relatório está em anexo na pasta da dimensão 2 do curso.

2.7 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Não se aplica.

2.7.1 Estudo que Demonstra e justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Educação Básica do Corpo Docente

Não se aplica

2.8 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE NA DOCÊNCIA SUPERIOR

2.8.1 Relação do Corpo Docente com as Respectivas Experiências no Magistério Superior

Considerando o perfil do egresso a IES ressignifica a relação entre a experiência no exercício da docência superior do corpo docente e seu desempenho em sala de aula, neste contexto as ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem adequada e apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, além de promover avaliações coerentes com os objetivos da aprendizagem.

A tabela com os docentes e as respectivas experiências no ensino superior serão apresentadas em anexo na pasta da dimensão 2.

2.9 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

2.9.1 Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância do Corpo Docente e seu Desempenho na Identificação das Dificuldades de Aprendizagem, Contextualização dos Conteúdos, Avaliação diagnóstica, formativa e somativa, Liderança e Produção reconhecida.

Abordar sobre saberes docentes é uma tarefa difícil devido à complexidade desta análise, uma vez que os saberes nascem de conhecimentos e experiências no decorrer de suas práxis educativas.

Tardif (2014), em seus estudos, considera dois importantes aspectos relacionados aos professores: o saber em seu trabalho e o saber em sua formação. Para o autor, não há como estudar o saber do docente sem fazer a relação com o contexto e com os condicionantes em que os professores estão inseridos. Portanto, os saberes só possuem sentido quando estão relacionados com o trabalho dos docentes. Tudo aquilo que já foi vivenciado como processo educativo faz parte e fará parte da prática profissional do docente, seja de forma positiva ou não. Quando o docente se deparar com as necessidades é quando ele fará sua atuação de fato.

> O saber não é uma coisa que flutua no espaço: o saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a experiência de vida e com a sua história profissional, com as suas relações com os alunos em sala de aula e com os outros atores escolares na escola, etc. Por isso, é necessário estudá-lo relacionando-o com esses elementos constitutivos do trabalho docente (TARDIF, 2014, p. 11)

A função do docente não está dissociada do saber docente. Todavia não há como dissociar estes papéis. Embora haja uma rotina de trabalho diferenciado na modalidade a distância, o trabalho acontece da mesma forma, de forma colaborativa e coletiva.

As experiências vivenciadas pelos docentes nas salas de aulas de cursos presenciais, no que diz respeito aos processos metodológicos, técnicas inovadoras, processos avaliativos serão de suma importância para aquele docente que vai atuar no ensino a distância, uma vez que o mesmo se depara com todas essas situações, seja através de um ambiente virtual, ou mesmo de encontros semipresenciais.

Para isso, é preciso que o docente além destas experiências desenvolva competências e habilidades inerentes a função de um docente EAD. Sobre esse contexto, afirma Masetto (2015, p.143):

> (...) compreende-se melhor a função docente do professor, “colocando-o na contingência de conhecer novos recursos tecnológicos, adaptar-se a eles, usá-los e compreendê-los em prol de um processo de aprendizagem mais dinâmico e motivador para seus alunos”.

Para Belloni (2015, p. 89), é crucial a redefinição do papel do docente para que ocorra o sucesso dos processos educacionais, tanto presencial como a distância. A atuação desse profissional na EaD passará do [...] monólogo sábio da sala de aula para o diálogo dinâmico dos laboratórios, salas de meios, e-mail, telefone e outros meios de interação mediatizada; do monopólio do saber à construção coletiva do conhecimento, por meio da pesquisa; do isolamento individual ao trabalho em equipes interdisciplinares e complexas; da autoridade à parceria no processo de educação para a cidadania.

Para Tenório, Santos e Tenório (2016), as competências impostas ao professor na modalidade presencial, igualmente, são imprescindíveis ao tutor na educação a distância, devendo ser adaptadas de acordo com as especificidades da modalidade. Com isso, percebe-se que as duas figuras, compartilham das mesmas competências, mesmo que com funções diferentes.

Desta forma, é possível perceber que é de suma importância os saberes e experiências dos docentes adquiridos durante sua trajetória, mas também é muito mais importante que ele inove e se renove a cada dia, principalmente no que diz respeito aos recursos tecnológicos.

2.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

2.10.1 Relação da experiência no exercício da tutoria na educação à distância do corpo tutorial e a capacidade de fornecer suporte às atividades dos docentes, realizar mediação pedagógica, relacionar-se com docentes, incrementar processos de ensino aprendizagem, orientar e sugerir atividades e leituras complementares.

A capacitação e preparação do tutor continuamente é primordial para o desenvolvimento de suas funções. Mesmo possuindo todos os pré-requisitos necessários para atuar com a tutoria, esse profissional passa por constante avaliação a fim de sejam verificados os pontos positivos de sua atuação e àqueles pontos que precisam ser trabalhados para que sua atuação mediante a aprendizagem do aluno, leve aos resultados e objetivos traçados. Essas atualizações são feitas por meio de treinamentos virtuais através de sites voltados à EAD assim como presencialmente em momentos com a coordenação pedagógica, por meio de estudos de casos, análise

de artigos e reflexão sobre as ações e desenvolvimento de habilidades e atitudes e estudo do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Para garantir a formação do corpo de tutores com o objetivo de formatar as atitudes e habilidades dentro das funções relacionadas, é necessário estabelecer características e perfis profissionais fundamentais para processo labutar do tutor. Para assegurar o cumprimento da qualidade e excelência já conhecidos desta IES são realizadas formações continuadas ao corpo tutorial.

Nessa perspectiva, para ter o seu corpo de tutoria atendidos com projetos de qualificação a IES busca promover;

- Ampliar os incentivos para participação em eventos científicos/técnicos e culturais.
- Promover Formação Continuada didático-pedagogicamente, no início de cada semestre com oficinas, palestras etc.
- Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de tutores;
- Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes.
- Disponibilizar acervo bibliográfico online aos tutores.
- Criar programa de Inter formação entre os tutores EAD e professores da graduação presencial.

Garantir expansão de domínio dos tutores de novas tecnologias e ferramentas para uso na modalidade EAD

- Disponibilizar ferramentas para aumento de interação com os alunos com a devida formação dos tutores para uso.
- Promover Formação específica por meio digital.
- Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do ambiente virtual de aprendizagem.

É importante ainda destacar que a IES busca correlacionar todas as experiências no exercício da tutoria para que estes profissionais se sintam valorizados e sobretudo aptos a desenvolver todas as atividades inerentes ao seu respectivo papel no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, assegurando a estes o pleno

desenvolvimento de suas competências e habilidades necessárias à sua formação. Nesse escopo, realizar mediação pedagógica, relacionar-se com Docentes, incrementar processos de ensino-aprendizagem, orientar e sugerir atividades e leituras complementares.

No anexo da pasta da dimensão 2 do curso está disposto a relação comprobatória da experiência do corpo docente na educação à distância.

2.11 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da IES, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.

O Conselho de Curso é o órgão colegiado da unidade do curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

- Coordenador, que o preside;
- Corpo docente do curso;
- Um representante do corpo discente.

Compete ao Colegiado de Curso:

I. aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo NDE;
II. aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo NDE;
III. acompanhar os resultados da auto avaliação do curso realizado pela CPA;
IV. colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;
V. articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;
VI. exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do NDE, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso.

O conteúdo das reuniões é registrado em ata e os pleitos encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Direção geral a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes as demandas do curso.

2.11.1 Institucionalização do Colegiado com Representatividade dos Segmentos e Periodicidade e Registro das Reuniões.

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da IES, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.

O Conselho de Curso é o órgão colegiado da unidade do curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

- Coordenador, que o preside;
- Corpo docente do curso;
- Um representante do corpo discente.

Compete ao Colegiado de Curso:

I. aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo NDE;

II. aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo NDE;

III. acompanhar os resultados da auto avaliação do curso realizado pela CPA;

IV. colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;

V. articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;

VI. exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do NDE, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso. Os conteúdo das reuniões são registrados em ata.

2.11.2 Fluxo para Encaminhamentos das Decisões, Encaminhamento e Execução.

Após o registro das reuniões em ata, os pleitos devem ser encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Direção geral a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes as demandas do curso, e assim responder também por meio de Comunicação Interna a decisão para execução por parte da coordenação e do colegiado.

2.11.3 Avaliação Periódica do Desempenho das Decisões Colegiadas para Implementação ou Ajuste de Práticas de Gestão

A avaliação periódica das decisões colegiadas e a implementação dos ajustes de práticas de gestão, dar-se-ão mediante os resultados apontados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pela autoavaliação do curso a partir de práticas democráticas de discussão e reflexão acerca dos resultados alcançados no período de um semestre. Essa avaliação alicerça a possibilidade de planejamento de ações futuras e ajusta a prática de gestão, sempre em busca da melhoria da qualidade de ensino e demais ações praticadas no interior do curso.

2.12 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES PRESENCIAIS E TUTORES A DISTÂNCIA

2.12.1 Demonstração que todos os Tutores são Graduados na Área da Disciplina e da Titulação da sua Maioria

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC, apresenta em anexo na pasta da dimensão 2, a relação do corpo de tutores presenciais e a distância com suas respectivas titulações e formação.

2.13 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES

2.13.1 Estudos que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência dos Tutores em Educação a Distância e seu Desempenho na Identificação de Dificuldades de Aprendizagem, Exposição do Conteúdo em Linguagem Aderente, Contextualização dos Conteúdos, Adoção de Práticas Exitosas ou Inovadoras

No que se refere ao trabalho do docente tutor Mill (2014, p. 26) o define como polidocência. “O termo [...] não é necessariamente novo e [...] poderia ser definido como uma docência coletiva, isto é, onde cada parte é realizada por um trabalhador distinto”. Nesta concepção, uma nova situação acontece no processo de ensino e de aprendizagem, sobretudo na educação a distância: o uso das TDIC. Para Masetto (2015), o desenvolvimento das TDIC impactou na educação, a partir do uso de computadores e da internet; do acesso em tempo real e imediato às informações, às experiências, ao conhecimento e projetos transformadores. Fica evidente que não é suficiente apenas conhecer as ferramentas, cabendo ao docente saber utilizá-los na prática.

Com o desenvolvimento da cultura digital, a mediação pedagógica, baseada no uso das TDIC, entra em discussão. Masetto (2015) entende por mediação pedagógica a atitude do professor que se posiciona como um facilitador, um motivador ou um incentivador da aprendizagem. Para o autor, esse comportamento se apresenta como uma ponte entre a aprendizagem e seu aprendiz, colaborando ativamente para o alcance dos objetivos do aluno. Suas experiências docentes, seja de saberes (conhecimentos), técnicas e metodologias diferenciadas, bem como suas experiências como um tutor, mediador e um “professor digital”, contribui

significativamente para sua atuação enquanto tutor, na interação com os estudantes, na exposição de conteúdos e consequentemente resultando em práticas exitosas e inovadoras para o processo de ensino e aprendizagem.

Contudo, muitos tutores encontram algumas dificuldades no desenvolvimento de seu fazer pedagógico. Oliveira e Santos (2013) verificaram em seus estudos, que muitos profissionais que atuam na EaD não possuem experiências nessa modalidade em sua formação. Configura-se, então, um ambiente de novos desafios e descobertas, porém com o enfrentamento de certas dificuldades. Cabe a Instituição, deixar claro o papel do tutor EAD, bem como do seu fazer pedagógico, promovendo reuniões periódicas para deixá-los a par de orientações gerais, bem como de alteração em documentos legais relacionados ao EAD e promovendo formações continuadas que desenvolvam habilidades no seu corpo docente.

> Quando o tutor possui habilidades desenvolvidas para a mediação pedagógica possibilita vivenciar aspectos que surgem do e no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), gerando situações em que o estudante seja capaz de realizar conexões entre os conhecimentos construídos e os conteúdos do curso, de modo que a aprendizagem seja realmente incorporada em diversos contextos, aponta Schlunzenet al. (2016).

Nessa perspectiva, fica evidente a necessidade de conhecer e entender as competências de um tutor. Por competência, Perrenoud (2000, p. 35) entende ser “[...] a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.), para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações”. Sobre as competências necessárias ao tutor, conforme os estudos de Maggio (2001, p. 41) aponta uma série de conhecimento necessários como: conhecimento de conteúdo e pedagógico, conhecimento do contexto educacional, bem como de valores educativos de suas raízes históricas e filosóficas.

Desta forma, para se desenvolver competências para a tutoria são necessárias situações e experiências que demonstrem a precisão de mobilizar o saber e executá-lo. Ao considerar o tutor como a figura fundamental na educação a distância, torna-se necessário falar sobre a sua capacitação e sua formação para atuar nos vários cursos disponibilizados pelas instituições. De acordo com Belloni (2015, p. 92) a formação inicial objetiva “[...] prepará-los para a inovação tecnológica e suas consequências pedagógicas e também para a formação continuada, numa perspectiva de formação ao longo da vida”.

REFERÊNCIAS

BELLONI, M. L. Educação a distância. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

MASETTO, M. T. Mediação Pedagógica e tecnologias de informação e comunicação. In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas Tecnologias e mediação Pedagógica. Campinas: Papirus, 2015.

MAGGIO, M. O tutor na educação a distância. In: LITWIN. Edith (org.). Educação a distância: temas para o debate de uma agenda educativa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

MILL, D. Sobre o conceito de polidocência ou sobre a natureza do processo de trabalho pedagógico na Educação a Distância. In: MILL, D.; RIBEIRO, L. R. C.; OLIVEIRA, M. R. G. (orgs) Polidocência na Educação a Distância: múltiplos enfoques. 2. ed. EdUFSCar: São Carlos, 2014.

PERRENOUD, P. “Construindo Competências”. In Revista Fala Mestre! Setembro de 2000.

SCHLUNZEN, E. T. M. et al. Mediação Pedagógica on-line em educação inclusiva. Journalof Research in Special Educacional Needs. v. 16, n. 1, 2016. Disponível em: Acesso em: 31 mai. 2018.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TENÓRIO, A.; SANTOS, A. dos; TENÓRIO, T. Levantamento de competências pedagógicas necessárias a tutores da educação a distância. RIED. v. 19, n. 1, p. 183-207, 2016. Disponível em: Acesso em: 31 mai. 2018.

2.14 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADOR DE CURSO

A interação entre os tutores presenciais, tutores a distância, docentes e coordenador de curso, ocorre de forma sistemática e programada tanto presencialmente quanto no AVA, com o objetivo de desenvolver estratégias e implementar ações que contribuam para o melhor andamento das disciplinas e conforme as DCNs do curso.

As tutorias *online* e as tutorias presenciais têm atribuições distintas com o objetivo de melhor apoiar o estudante no processo de ensino-aprendizagem. Contudo, ambas formas de tutorias são amparadas e estão sob responsabilidade de um professor denominado aqui, como docente responsável. Todos esses atores, envolvidos nesse processo são definidos de forma conjunta entre coordenador de curso e coordenação acadêmica e pedagógica do NEaD. A interação entre os tutores

presenciais, tutores a distância, docentes e coordenadores de curso, ocorre de forma sistemática e programada tanto presencialmente quanto no AVA, com o objetivo de desenvolver estratégias e implementar ações que contribuam para o melhor andamento das disciplinas e conforme as DCNs do curso.

A interação com o Estudante é potencializada de diversas formas, seja de forma presencial, via contato telefônico, e-mails e pelo uso criativo dos recursos do Ambiente Virtual de Aprendizagem. A proposta pedagógica do Ensino a distância da IES utiliza a Plataforma Moodle para gerenciar seu ambiente virtual de aprendizagem. O AVA é estruturado para atender os estudantes de forma que se sintam em uma sala de aula. Utiliza ferramentas síncronas e assíncronas. Cada participante desse cenário e que faz parte do processo de aprendizagem utiliza canais específicos de comunicação.

Os tutores EAD são responsáveis pelo gerenciamento da disciplina, pelo acompanhamento das atividades realizadas pelos estudantes no AVA, cria fóruns de discussão e interage nestes fóruns, aplica atividades avaliativas, interage com o estudante através de comunicação síncrona e assíncrona, orienta e tira dúvidas de forma *online* e presencial e realiza encontros presenciais. Estão divididos entre Tutores EAD e presenciais, interagindo de forma diferenciada.

2.14.1 Planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, é possível a cooperação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso o que possibilita um trabalho em equipe, com a finalidade de atingir a um objetivo comum. Academicamente essa cooperação é importante, porque tem o aluno como o objetivo principal de todo o processo ensino e aprendizagem.

Segundo a proposta da IES, o coordenador de curso é o responsável pelo acompanhamento das disciplinas quanto à adequação ao projeto pedagógico do curso. A interação entre coordenador de curso e tutores ocorre em vários momentos e de formas diferentes. A primeira forma a ser citada é através de reuniões presenciais para relato de problemas e soluções, assim como compartilhamento de experiências entre tutores.

O planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso ocorre de forma sistematizada e sempre voltado para a melhoria dos resultados e otimização dos processos em que esses atores atuam.

De forma síncrona, o meio de reuniões através de ferramentas específicas para tal, a exemplo do *meet* e do *jitsi*. Entretanto, para otimizar o fluxo de comunicação e oportunizar uma maior interação entre esses atores, a solução adotada foi a criação no *Moodle* de uma sala chamada “Sala Multidisciplinar”. Nesta sala estão inseridos tanto o coordenador do curso, coordenação acadêmica e pedagógica, tutores presenciais e de tutores EaD. Com base na atuação dos tutores na Sala Multidisciplinar, através da criação de fóruns e o registro das discussões, o processo de gestão das várias disciplinas e principalmente o acompanhamento das dificuldades enfrentadas pelos tutores presenciais e a distância, conseguem ser identificadas e sanadas a contento evitando maiores prejuízos para o aluno e garantindo a qualidade do acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem. Na Sala Multidisciplinar são disponibilizados além de fóruns outros recursos como arquivos para download, enquetes, questionários de avaliação, entre outros. A garantia da disponibilidade de material em um local único e a possibilidade de estabelecer troca de informações e compartilhar problemas e soluções é de grande valia como uma forma de garantir o alinhamento das informações, estabelecer um fluxo de comunicação e acompanhar as etapas do processo de ensino-aprendizagem do aluno.

2.14.2 Avaliação Periódica para Incremento na Interação entre os Interlocutores

Na contextualização da interação entre professores e tutores presenciais e a distância, são realizadas por meio de comunicação de grupos de estudos, sistema de comunicação interna, distribuição de materiais entre os mesmos sempre prezando pela qualidade de ensino em EAD. Neste sentido, a gestão do ensino a distância, é responsável pela promoção de planejamento de interação que possibilite condições de mediação e articulação entre tutores, docentes e coordenação do curso, considerando uma análise sobre a interação para encaminhamento de questões de gestão acadêmica do curso.

A interação garante a mediação e a articulação entre tutores, docentes e coordenador do curso, para a realização de avaliações periódicas para a identificação

de problemas ou incremento na interação entre os interlocutores. Os mecanismos de interações dos alunos com os docentes e tutores são pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), sala multiprofissional virtual e de forma oportuna, presencialmente. Nesses ambientes são criados links para facilitar os processos de comunicação multimídia em tempo real e off-line. Esses mecanismos permitem processos de interação com os professores e tutores em grupo e individual. Além disso, o serviço de tutoria acessa os mecanismos de interação periodicamente para realizar atendimento ao aluno. Os tutores têm a função de mediação pedagógica entre os alunos e os conteúdos com atendimento periódicos das demandas dos alunos em horário de trabalho pré-definido pela coordenação do curso. O serviço de tutoria também tem a função de animação pedagógica dos alunos com monitoria permanente para saber se estão participando ou afastados das atividades pedagógicas de ensino e aprendizagem.

2.15 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

2.15.1 Relação do Corpo Docente Previsto e suas Respectivas Produções

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC, apresenta em anexo na pasta da dimensão 2, a relação do corpo docente e suas respectivas produções.

DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA

3.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

O curso oferece gabinetes de trabalho equipados, na proporção de um gabinete de trabalho para cada professor de tempo integral lotado na respectiva unidade acadêmica. Esses gabinetes encontram-se equipados com internet, terminais de computador para livre acesso dos docentes e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.

3.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

A coordenação possui uma sala própria com condições adequadas em termo de dimensão, equipamentos e conservação para comportar o gabinete individual do coordenador e o gabinete para a funcionária auxiliar. A sala dispõe de arquivos e prateleiras para a organização da documentação do curso. O coordenador e a funcionária possuem acesso a impressora na própria sala e a internet irrestrita. As acomodações do espaço permitem o atendimento individualizado de discentes e docentes tanto pelo coordenador como pela funcionária que auxilia nos processos administrativos do setor.

3.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

As instalações para docentes (salas de professores) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade como mesas, cadeiras, sofás, bebedouro, necessária à atividade proposta.

3.4 SALAS DE AULA

As salas de aula estão equipadas, segundo a finalidade e atendem, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta e contém uma média de 50 cadeiras estofadas com braço, um quadro branco, ar condicionado, uma mesa de professore recursos pedagógicos à disposição.

3.5 ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A IES possui laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso à internet para o uso de professores e alunos mediante sistema de agendamento. Nos laboratórios os alunos contam com suporte de um técnico de informática que assessora a utilização dos mesmos.

Laboratório de Informática

LABORATÓRIO INFORMÁTICA MÓVEL		
Relação de Equipamentos		
Equipamento	**Quant.**	**Local**
Armário em aço inox escovado para acondicionamento Notebook	1	UNIDADE III
Carrinho de transporte	1	UNIDADE III
Notebook Positivo Master N170I	48	UNIDADE III
Suporte para notebook em madeira	48	UNIDADE III
Teclado em braille para PC adaptado com USB	1	UNIDADE III

3.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR

São 03 títulos por unidade curricular com exemplares na proporção de 01 exemplar para cada 09 vagas, atualizados e tombados junto ao patrimônio da IES.

3.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR

São 05 títulos por unidade curricular, com no mínimo 02 exemplares de cada título disponíveis**,** estando tombados e cadastrados junto ao patrimônio da IES e ao sistema da biblioteca.

Periódicos impressos

1. Revista Bonijuris
2. Revista Brasileira de Direito Civil (RBDC)
3. Revista Brasileira de Direito Previdenciário
4. Revista de Direito do Trabalho (RDT)
5. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais (RDB)
6. Revista de Direito Civil Contemporâneo (RDCC)
7. Revista de Direito Constitucional e Internacional (RDCI)
8. Revista de Direito do Consumidor (RDC)
9. Revista de Direito Empresarial (RDE)
10. Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal
11. Revista dos Tribunais (RT)
12. Revista de Direito Púbico da Editora Síntese

Periódicos online de livre acesso do curso

1. Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET)
http://www.abet-trabalho.org.br/revista.html

2. Revista Contexto Internacional
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-8529&nrm=iso&rep=&lng=pt

3. Revista Direito & Justiça da PUCRS
http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/fadir

4. Revista da Faculdade de Direito da UERJ - RFD
http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj

5. Revista Direito GV da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1808-2432&nrm=iso&rep=&lng=pt

6. Revista de Historia Del Derecho
http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_serial&pid=1853-1784&nrm=iso&rep=&lng=pt

7. Revista Novos Estudos Jurídicos
http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/nej

8. Revista Direito em Construção (Universidade Salgado de Oliveira)
http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=1direitoconstrucao3&page=index

9. Revista Jurídica CESUMAR de Mestrado
http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica

10. Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto
http://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=1308

11. Boletín Mexicano de Derecho Comparado (Instituto de Investigaciones Jurídicas da UNAM)
http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_serial&pid=0041-8633&nrm=iso&rep=&lng=pt

12. Revista Estudios Constitucionales (Universidade de Talca - Centro de Estudios Constitucionales - Chile)
http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_serial&pid=0718-5200&nrm=iso&rep=&lng=pt

13. Revista Prisma Jurídico (Universidade Nove de Julho)
http://www4.uninove.br/ojs/index.php/prisma

14. Revista Dat@venia (Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Estadual da Paraíba)
http://revista.uepb.edu.br/index.php/datavenia

15. Revista Direito Fundamentais & Democracia (UniBrasil)
http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd

16. Revista do Direito Público (Universidade Estadual de Londrina
http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub

17. Revista Direito, Estado e Sociedade (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home

18. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais
http://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/issue/view/35

19. RDAS - Revista Direito Ambiental e Sociedade (Universidade de Caxias do Sul)
http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental

20. Revista Eletrônica de Direito Processual (Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ)
http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp

3.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

3.8.1 Laboratórios Básicos do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura)

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso conta com laboratórios básicos e especializados, locais em que a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa.

Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regula disciplina e confere as normas de segurança para as atividades a serem realizadas. Essas informações estão à disposição em regulamento acessível para alunos e professores nos respectivos laboratórios.

Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com formação técnica para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

3.8.2 Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança

NORMAS GERAIS PARA DOCENTES E DISCENTES DURANTE AS AULAS PRÁTICAS NA ÁREA DA SAÚDE E TECNOLÓGICO.

Não se aplica

3.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

3.10 LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DE SAÚDE

Não se aplica

3.11 LABORATÓRIOS DE HABILIDADES

Não se aplica

3.12 UNIDADES HOSPITALARES E COMPLEXO ASSISTENCIAL CONVENIADOS

Não se aplica

3.13 BIOTÉRIOS

Não se aplica.

3.14 PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

O processo de produção de conteúdo e seu controle é realizado pela Gestão do NEAD seguindo os seguintes procedimentos operacionais:

- PROCEDIMENTO OPERACIONAL DE PRODUÇÃO DE MÍDIAS;
- PROCEDIMENTO OPERACIONAL DE ARMAZENAGEM DE CONTEÚDO;
- PROCEDIMENTO OPERACIONAL DE CONSTRUÇÃO DE DISCIPLINAS.

O processo de produção segue quatro fases distintas para seu desenvolvimento:

1) Planejamento;

2) Produção;

3) Validação;

4) Conclusão.

Em um total de 21 etapas entre a concepção da ideia até sua conclusão.

Fase	Etapa	Processo
PLANEJAMENTO	1	Demanda para desenvolvimento de uma nova disciplina
	2	A DIREÇÃO ACADÊMICA EÇÃO ACADÊMICA recebe a demanda e discute com a COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA e NEAD o desenvolvimento do projeto.
	3	A DIREÇÃO ACADÊMICA e COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA selecionam o professor para a produção do conteúdo.
	4	A DIREÇÃO ACADÊMICA solicita ao NEAD o início da produção do conteúdo.
	5	A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA se reúne com a COORDENAÇÃO DE CURSO, PROFESSOR e GESTOR DO NEAD para um breafing sobre o novo produto.
	6	O PROFESSOR recebe a capacitação necessária para a produção do material do NEAD.
	7	O EQUIPE DE APOIO DO NEAD libera acesso ao SYSEAD para acompanhamento da produção.
	8	A EQUIPE DE APOIO DO NEAD realiza o agendamento das gravações em estúdio junto à EQUIPE DE PRODUÇÃO DO NEAD.
	9	O GESTOR DO NEAD reúne EQUIPE DE PRODUÇÃO DO NEAD e PROFESSOR para iniciar processo AGILE.
PRODUÇÃO	10	O PROFESSOR elabora os OBJETOS ACADÊMICOS com apoio do COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, com supervisão do COORDENAÇÃO DE CURSO e COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.
	11	O PROFESSOR elabora os OBJETOS ACADÊMICOS com supervisão do COORDENAÇÃO DE CURSO e COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.
	12	Se houver a necessidade de adicionar objeto pedagógico complementar audiovisual.
	13	Validação do material pelo REVISOR.
	14	Finalizando o processo, a EQUIPE DE PRODUÇÃO DO NEAD encaminha o material para a diagramação.
	15	Finalizada a diagramação, o material é enviado para o programador web trabalha-lo e inseri-lo no AVA.
	16	A EQUIPE DE APOIO DO NEAD realiza testes e validação do material (qualidade final)
VALIDAÇÃO	17	Um teste piloto funcional é realizado no AVA e no conteúdo.
	18	Após conclusão dos testes relatórios são apresentados ao NEAD.
	19	Última validação é realizada pela COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA e DIREÇÃO ACADÊMICA.
CONCLUSÃO	20	Agendamento e liberação da sala de aula no AVA.
	21	Disponibilização do AVA para acesso dos TUTORES e ALUNOS.

Todo o processo é controlado de forma eletrônica pelo SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS DO NEAD – SYSEAD. Esta ferramenta foi desenvolvida para realizar o acompanhamento de produção e manutenção do processo de produção de mídias e conteúdo acadêmico para a modalidade EAD.

DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

A distribuição do material didático se dará em duas modalidades: impressa e digital.

Na modalidade impressa o aluno deverá solicitar junto ao NEAD, via sistema de suporte, a produção do “kit” didático da disciplina em curso. Neste material o aluno receberá o livro-texto, caderno de exercícios, apresentações (slides) e as anotações da disciplina de forma impressa. Além das impressões haverá um pen-drive personalizado com todo o material em mídia digital, 5 DVD´s com a vídeo aulas gravadas e 1 CD com a áudio aulas gravadas. Esta modalidade tem por finalidade garantir o acesso ao material didático ao aluno mesmo que este esteja impossibilitado de ter acesso ao ambiente virtual de aprendizagem por motivos técnicos ou por não cobertura momentânea de redes de acesso.

A modalidade digital consiste na disponibilização do material didático em nuvem para acesso restrito aos discentes. A nuvem utilizada é a disponibilizada pelo GSUITE da GOOGLE. Todo o material é disposto em pastas organizadas com a possibilidade de leitura online ou para download. Devido à forte integração entre as soluções disponibilizadas e os equipamentos móveis, o discente poderá dispor de forma rápida e segura todo o seu curso em qualquer dispositivo eletrônico com capacidade de acesso digital a estas redes sem a necessidade de instalação de aplicativos ou recursos além dos já disponíveis em seus equipamentos. Desta forma garante-se a disponibilidade sem custos adicionais ou preocupações com versões ou atualizações.

Sob o mesmo conceito de distribuição na modalidade digital a vídeo aulas são disponibilizadas utilizando as ferramentas em nuvem do pacote GSUITE, garantindo acessibilidade e segurança, assim como adaptabilidade e acessibilidade ao aluno. Disponibilizando o conteúdo em ferramentas comuns e de fácil acesso evita-se a necessidade de capacitação para uso ou equipamentos específicos, melhorando a experiência e usabilidade.

Os alunos terão total acesso ao conteúdo para uso acadêmico com permissões de download e compartilhamento. O objetivo desta garantia é que o conteúdo se torne de fácil acesso e uso sem barreiras digitais que possam dificultar sua compreensão ou manipulação.

3.15 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS

3.15.1 Regulamento do NPJ destinado à realização de práticas jurídicas simuladas e de arbitragem, negociação, conciliação, mediação, atividades jurídicas reais e oferta de visitas orientadas buscando interdisciplinaridade das matérias legais.

NÚCLEO JURÍDICO DO CURSO DE DIREITO

REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

O Coordenador do Curso de Direito

Faz saber que o Regulamento do Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito aprova o seguinte

Dos objetivos:

1.° São objetivos do Núcleo:

I- Tornar o estágio curricular de práticas jurídicas, consoante disposto na Lei n.11.788/08, o previsto na Resolução 005/18 do Conselho Nacional de Educação e o estágio extracurricular de caráter profissional, previsto no art. 9º, § 1º da Lei n.º 8.906/94, aos alunos matriculados no Curso de Direito da Instituição de Ensino;

II. Proporcionar aos discentes do Curso de Direito, através de atividades reais e simuladas, o contato com o universo das profissões jurídicas, tornando-o apto para inserção no mercado de trabalho;

III. Desenvolver no estagiário o senso ético-profissional com a compreensão da causalidade e finalidade das normas jurídicas.

IV. Desenvolver a formação humanística, técnico-jurídica e prática indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais.

V. Proporcionar assistência jurídica gratuita a quem dela necessite, observados os limites impostos pelo Regulamento do NPJ, no que tange aos parâmetros de gratuidade de justiça.

VI - Proporcionar oportunidade de estágio jurídico obrigatório para os acadêmicos do Curso de Direito;

VII - Prestar serviços de natureza jurídica à comunidade comprovadamente carente, da circunscrição da cidade.

VII – Desenvolver uma concepção reflexiva, crítica e criativa priorizando o exercício interdisciplinar do fenômeno jurídico.

§ 1° Na Unidade acima referida haverá, em princípio, o Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito, de acordo com a disponibilidade de recursos materiais e humanos,visando a atender aos acadêmicos a partir do 7º. Período do Curso de Direito;

Dos princípios

Art. 2°- As atividades e os serviços prestados pelo Núcleo atenderão aos princípios fundamentais da:

I – Cidadania;

II – Urbanidade;

III – Ética;

IV – Responsabilidade;

V – Função social, inerente ao exercício das profissões jurídicas.

Parágrafo único – A prestação da assistência jurídica no núcleo pautar-se-á de forma: interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, buscando agregar acadêmicos da IES de outros cursos/áreas, a fim de proporcionaruma prestação de serviço eficaz, integrando os diversos saberes acadêmicos.

Do Âmbito Material de Atendimento

Art. 3º O Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito atuará preferencialmente nas áreas cíveis, família, criminais, previdenciária, trabalhistas e outras a serem definidas oportunamente pela Coordenação de estágio, inclusive mediante convênios firmados entre o(s) outro(s) órgão(s)convenente(s) e a IES.

§ 1º Todas as modalidades acima descritas não excederão o limite de 60 salários mínimos para fins de valor de causa.

§ 2º Aos professores-orientadores, que atuam no Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito, é vedada a percepção de honorários, sendo lhes permitido a percepção da sucumbência, nos termos da legislação.

Da Distribuição de Vagas

Art. 4.º Serão oferecidas semestralmente por meio de edital vagas de estágio aos acadêmicos a partir do 7° período do Curso de Direito, distribuídas uma vez na semana, em dois turnos – manhã: 8 às 12 h, tarde: 14 às 18 h - de segunda a sexta, onde o estagiário cumprirá 4 horas semanais, limitando-se, criteriosamente as vagas ao espaço físico existente.

Art. 5.º Os estagiários serão distribuídos por grupo, de acordo com o número de professores orientadores, de acordo com o turno e dia da semana indicado no ato de efetivação da matrícula.

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO NÚCELO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

Art. 6º - O Núcleo de Prática Jurídica compreende:

I- Coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas;

II-. Professores-Orientadores;

III - Secretaria ;

IV-. Secretária;

V- Professor do Curso de Psicologia e do Curso de Serviço Social, indicados pela IES que atuem no NPJ;

Parágrafo Único – Os Serviços de Psicologia e Serviço Social serão realizados no NPJ por estagiários sob orientação dos professores que deverão apresentar a Coordenação do Núcleo, semestralmente, relação dos alunos que prestarão atendimento, bem como projetos a serem desenvolvidos no Núcleo, sujeitos ao deferimento da Coordenação do NPJ. Os professores e os estagiários de Psicologia e Serviço Social estarão subordinados pedagogicamente à Coordenação dos respectivos cursos e administrativamente a Coordenação do NPJ para os casos que forem originados no Núcleo. As questões disciplinares seguirão as disposições contidas no Regulamento geral da IES e por este Regulamento.

DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR

Art. 7º O estágio terá um Coordenador, designado pelo Coordenador do Curso de Direito, ao qual competirão as seguintes atribuições:

I - Coordenar as atividades do Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito inerentes às questões pedagógicas e administrativas do estágio, reportando-se ao Coordenador Geral do Curso de Direito;

II - tomar as providências necessárias para a apuração de fatos ocorridos no estágio, quer na esfera administrativa, quer pedagógica, comunicando- os à autoridade superior quando não for competente para solucioná-los;

III - emitir pareceres, sem cunho decisório, objetivando preservar as normas contidas neste Regulamento e no Manual do Estágio, além das normas constantes do manual do aluno da IES;

IV - emitir circulares e portarias dentro de sua esfera de sua competência objetivando o fiel cumprimento das normas e da atividade fim praticada pela NPJ;

V- desenvolver projetos que visem o aperfeiçoamento e melhoria dos serviços prestados pelo Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito;

VI - selecionar os professores que orientarão os estagiários do Núcleo;

VII - Prestar mensalmente ao Coordenador do Curso de Direito relatório acerca do número de atendimentos prestados, audiências realizadas e conteúdo prático ministrado.

VIII - Coordenar e acompanhar todas as atividades do estágio na forma deste regulamento e da legislação vigente;

IX- Implementar, coadjuvado pelos professores-orientadores, os objetivos elencados neste Regulamento;

X- Propor à Coordenação do Curso modificações neste Regulamento;

XI- Implementar as decisões da Coordenação do Curso, referentes ao estágio;

XI-. Enviar à Secretaria Acadêmica, sempre que solicitado, informações para expedição de certidões e declarações referentes ao Estágio Curricular, via Coordenação do Curso;

XIII- Propor ao Coordenador do Curso modificações nos diversos formulários utilizados no Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito;

XIV- Coordenar, orientar, supervisionar e acompanhar a execução das atividades dos professores-supervisores, alunos-estagiários e funcionários do NPJ, no que tange a operacionalização das práticas simulada e real;

XV- encaminhar, via Coordenação aos órgãos competentes da Faculdade, na formada legislação vigente, as propostas de convênios aprovados pela Direção do Curso, bem como os critérios e condições a serem apresentados para a celebração dos convênios;

XVI- Autorizar a atividade de práticas jurídicas conveniada com critérios estabelecidos pelo Coordenador do Curso, na forma do artigo 7º, § 1º, da Resolução 009 CNE/CES,de 29 de setembro de 2004;

XVII- Visitar os escritórios de advocacia, órgãos, entidades e empresas conveniadas, para supervisionar, avaliar e informar ao Coordenador do Curso como está se desenvolvendo o estágio de práticas jurídicas conveniada;

XVII- cumprir e fazer cumprir este Regulamento;

XIX- apresentar, semestralmente, relatório do trabalho desenvolvido no exercício da Chefia do Núcleo de Prática Jurídica ao Coordenador do Curso de Direito.

Parágrafo Único - O Coordenador do NPJ deve dar ciência de todos os seus atos à Coordenação Geral do Curso de Direito.

Das atribuições do professor-orientador:

Art. 8.° Aos professores-orientadores compete:

I- orientar, supervisionar e avaliar os atendimentos aos clientes do NPJ, as atividades simuladas ou reais das equipes de estagiários sob a sua responsabilidade;

II- efetuar o controle de frequência dos estagiários pertencentes às equipes pelas quais for responsável;

III- visitar os diversos órgãos do Poder Judiciário, Procuradorias, estabelecimentos penitenciários, e outras instituições que desenvolvam atividades jurídicas (Judiciárias e não Judiciárias);

IV- desempenhar todas as demais atividades decorrentes de sua função;

V- apresentar à Coordenação do NPJ, para análise, proposta de projetos inter, multi e transdisciplinares, alterações de pauta de pesquisas, seminários e trabalhos simulados, a serem desenvolvidos após aval da Coordenação do NPJ, devendo seguir a tramitação prevista neste Regulamento e na legislação vigente;

VI- preencher documentos necessários que atestem a frequência e comprovem as atividades realizadas;

VII- Selecionar, em conjunto com o Coordenador do Núcleo e do Curso de Direito os estagiários que deverão representar a Instituição no Júri Simulado das diversas Instituições, bem como indicar professor da disciplina que seja do corpo docente da IES, cuja orientação será supervisionada pelo Coordenador do Núcleo;

VII - Os professores orientadores responsabilizar-se-ão profissionalmente pelo acompanhamento de todos os processos patrocinado pelo Núcleo - judicial e extrajudicial - inclusive praticando atos exclusivos de advogados;

VIII- Avaliar a triagem inicial do pretenso cliente, deferindo, ou não, o patrocínio. O deferimento do patrocínio implicará na assunção imediata da defesa dos interesses do assistido;

IX - Previamente a propositura de qualquer medida judicial deverá envidar esforços em prol da conciliação das partes e elaborar peça correspondente;

X - Fica vedada aos professores orientadores, funcionários e estagiários a prática de qualquer ato que implique captação de clientela, tal como a indicação de qualquer escritório de advocacia, sob pena de aplicação das sanções disciplinares ou exclusão.

Parágrafo único- Todas as atividades de orientação, supervisão, acompanhamento judiciais ou extrajudiciais, avaliação e coordenação atinentes ao NPJ, são consideradas atividades docentes.

Das Atribuições da Secretária do Núcleo de Práticas Jurídicas

Art. 9º. - A Secretária do NPJ tem como principal função prestar o apoio logístico e administrativo a Coordenação do Núcleo, Professores-Orientadores e alunos estagiários, possibilitando otimizar o funcionamento do NPJ;

Art. 10º - São atribuições específicas da Secretária do NPJ:

I- Atender o cliente/usuário dos serviços do NPJ com presteza;

II- manter os arquivos de toda a documentação e legislação atinentes ao NPJ;

III- manter o controle da agenda de audiências e de todas as correspondências recebidas e expedidas pelo NPJ;

IV- manter a pasta de registro do estagiário com consignação das observações e avaliações realizadas pelo professor-orientador, bem como das horas de estágio acumuladas;

V- gerir os recursos materiais para o bom funcionamento do NPJ;

VI- desempenhar as demais atividades decorrentes de suas atribuições;

VII- Não permitir a entrada de alunos e pessoas estranhas nas dependências da secretaria do NPJ;

VIII- Fica vedada a saída de qualquer documentação pertinente ao NPJ, salvo após autorização da Coordenação e ou professores orientadores, devendo sempre ser registrada em livro de protocolo.

Do arquivamento e controle de documentos

Art. 11.° O Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito contará com pessoa designada especificamente para se responsabilizar pelo arquivo de documentos, só podendo permitir a saída de documentos mediante carga em livro em nome do Estagiário, se autorizado pela Coordenação e ou professores orientadores.

Art. 12°. Os documentos somente poderão ser retirados em carga na sua totalidade, sendo vedada a saída de documentos avulsos.

Art. 13°. Os estagiários estão proibidos de receber documentos originais dos clientes,devendo solicitar cópia reprográfica ou autenticada, quando necessário, devendo estes serem entregues na sua totalidade de acordo com lista de documentos disponibilizadas no ato do atendimento;

Art. 14.° Os documentos recolhidos dos clientes serão listados, organizados, conferidos, numerados e arquivados pelo estagiário responsável pelo atendimento.

Da inscrição dos estagiários e preenchimento de vagas:

Art. 15º. As vagas são destinadas aos acadêmicos regularmente matriculados na IES a partir do 7.° período do Curso de Direito da IES.

Art. 16°. O acadêmico efetuará sua inscrição para matrícula de acordo com as normas vigentes na IES e o número de vagas existentes para cada dia e turno,disponibilizadas pela Coordenação do Núcleo Jurídico.

Art. 17. A inscrição de estagiários ocorrerá de forma semestral, obedecendo ao disposto em Edital, delimitando-se criteriosamente, as vagas ao espaço físico existente para cada turno.

Art. 18. Serão inscritos para estagiar no Núcleo de Práticas Jurídicas, tão-somente, acadêmicos que frequentem o Curso de Direito da IES, respeitando-se o número de vagas disponíveis para cada dia e turno.

Art. 19. O acadêmico inscrito deverá comparecer ao Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito no dia e turno de estágio, o qual se obrigou a cumprir, no ato de sua inscrição, não sendo permitida a troca de horários entre alunos, salvo solicitação deferida pela Coordenação do NPJ por meio de requerimento próprio.

Do Número de Vagas:

Art. 20. O número de vagas a serem ofertadas poderá variar em cada período, sendo previamente informadas quando da publicação do Edital;

Do atendimento ao usuário dos serviços do Núcleo de Práticas Jurídicas

Art. 21. O Núcleo de práticas Jurídicas do Curso de Direito prestará serviços à população carente do município que atendam os seguintes requisitos:

I- Residência fixa no Município, de acordo com os critérios de organização judiciária, salvo atendimentos em parcerias com Instituições ou órgãos em Municípios vizinhos.

II- Renda até o limite de 03 (três) salários mínimos, respeitados os critérios da Lei Nº 1.060, de 05 de fevereiro de 1950;

III- não possuírem amplo patrimônio, ainda que sob litígio.

Parágrafo único. Não haverá óbice ao atendimento de parentes de funcionários da Instituição ou estagiários desde que atendidos os requisitos do *caput* deste artigo.

Das Atribuições dos Estagiários

Art. 22. Para atuar junto ao Núcleo de práticas jurídicas do Curso de Direito, os estagiários serão divididos em grupos, de acordo com o número de professores orientadores.

Art. 23. Os estagiários deverão comparecer semanalmente aos plantões de estágio e desenvolver todas as atividades atribuídas pelo professor orientador necessárias ao andamento dos processos, respeitadas as diretrizes dos planos de ensino, disposições gerais, orientações circulares e portarias do Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito, devendo fornecer, quando solicitado, relatório dos processos que lhe forem atribuídos no plantão, sob pena de sanção.

Art. 24. Os estagiários inscritos deverão comparecer no dia da semana e turno designado para seu plantão, sob pena de exclusão por faltas injustificadas;

Art. 25. Dentre as atividades dos estagiários, estão compreendidas redação de peças processuais, comparecimento ao fórum ou outros órgãos públicos para acompanhamento de processos e inquéritos, cartório virtual, cumprimento de prazos e intimações, acompanhamento de audiências e outras atividades constantes das recomendações gerais e/ou necessárias ao impulso processual e a formação acadêmica.

Art.26. Ao final de cada semestre haverá integralização parcial das horas de estágio obrigatório e ao cumprimento das 300 horas os alunos deverão produzir e encaminhar relatório das atividades desempenhadas ao professor orientador, para fins de averbação, sob pena de não estar apto à colar grau.

Da Ética do Estagiário

Art. 27. Ao estagiário do Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito aplicam-se as normas previstas no Código de Ética do Advogado, a este Regulamento e ao regimento Geral do Curso de Direito.

Das demais obrigações dos estagiários:

Art. 28 - São obrigações do estagiário:

I - cumprir a carga horária de 300 horas de estágio obrigatório, a partir do 7º. período, sendo facultado a este o cumprimento de metade das 300 horas, ou seja, 150 h (cento e cinquenta) em Órgãos e ou Instituições, escritórios Jurídicos conveniados com a OAB/AM ou IES, entre outros, além das audiências de Instrução e Julgamento apresentadas em relatório próprio que deverá ser retirado nas dependências do NPJ.

II- O estagiário além das 300 horas de estágio obrigatório deverá apresentar ao professor orientador, no decorrer do estágio, cópias de atas de audiências de Instrução e ou Instrução e Julgamento, constando nome e assinatura do estagiário e partes litigantes, num total de: 2 audiências Cíveis; 2 audiências Criminais; 2 audiências Trabalhistas; 1 Tribunal do Júri ou 1 Câmara Cível, sob pena de não ter seu relatório final avaliado e por consequência estar inapto a colar grau.

III – proceder com responsabilidade e diligência no desenvolvimento das atividades práticas simuladas e reais.

IV – comparecer às visitas e ou mutirões assistenciais agendados pelo professor- orientador;

V – comparecer ao estágio, às audiências, sessões e julgamentos, devidamente trajados.

VI – apresentar certidões e relatórios das atividades extraclasse;

VII– atender com presteza as orientações dadas pelo professor-orientador;

VIII – elaborar, em ambiente interno, as peças judiciais e extrajudiciais solicitadas;

IX – analisar os autos de processos findos, apresentando os relatórios pertinentes para fins de arquivamento;

X – Participar das atividades que simulem atos processuais, cartório virtual, audiências, sessões simuladas de Júri realizadas pela IES ou outros órgãos.

XI- Atender os clientes usuários do serviço do NPJ, sempre com urbanidade, ética e sigilo, respeitando os acessos restritos ao decoro da profissão, estendendo o mesmo tratamento aos funcionários, professores e demais estagiários do NPJ

Das Infrações e Das Penalidades

Art. 29. Em caso de descumprimento deste Regulamento, o estagiário será submetido ao devido processo disciplinar e estará sujeito às penas de advertência, suspensão ou exclusão do quadro, conforme a gravidade de sua infração disciplinar, observado este Regulamento e o Regimento Geral da IES. Devendo ainda, o Coordenador após a aplicação da penalidade interna encaminhar cópia à subseção da OAB, onde o estagiário esteja inscrito para que o órgão cientificado do ocorrido tome as medidas cabíveis.

Art. 30. O estagiário será automaticamente excluído do Núcleo de Práticas Jurídicas se não obtiver 75% (setenta e cinco por cento) de frequência no semestre, sob pena de não poder realizar nova inscrição no mesmo semestre, caso haja disponibilização de vagas.

Parágrafo único. O acadêmico ocupante de vaga remanescente será automaticamente excluído se não obtiver 75% (setenta e cinco por cento) da frequência, a ser computada do início de suas atividades no NPJ, ficando sujeito a penalidade transcrita no caput do artigo.

Art. 31 É vedado aos professores orientadores, funcionários e estagiários, sob pena de desligamento por justa causa ou automática exclusão dos quadros do NPJ,respectivamente, sem prejuízo de ação civil ou penal eventualmente cabíveis:

I - o fornecimento de informações processuais, de caráter sigiloso, por qualquer meio que não seja pessoalmente ao respectivo cliente;

II- fornecimento de informações e/ou documentos sobre as causas patrocinadas pelo Núcleo de Práticas Jurídicas do curso de Direito a pessoa estranha ao serviço, inclusive professores e alunos não pertencentes ao respectivo quadro;

III - prática de qualquer ato que implique captação de clientela

IV - É vedado aos professores orientadores, funcionários e estagiários a cobrança pelos serviços executados ou pela orientação jurídica. Sendo vedado ainda : receber qualquer ajuda espontânea oferecida pela parte e indicar advogados ou desviá-los do Núcleo de Práticas Jurídicas para escritórios particulares, sob pena de punição;

Art. 32. Ao estagiário do NPJ do Curso de Direito, que cometer infração disciplinar, são aplicáveis as normas estabelecidas neste Regimento e no Regimento Geral da IES.

Art 33. Fica vedado o uso dos equipamentos da SECRETARIA (incluindo materiais de expediente) ou SALA DE DESENVOLVIMENTO, para qualquer fim, salvo se houver autorização expressa da pessoa responsável pelo NPJ.

Art. 34. Fica vedado deixar qualquer documento (petições, relatórios, trabalhos) sobre a mesa dos Orientadores, Coordenação, Secretaria do NPJ ou Recepção da IES, sem prévia autorização.

Parágrafo único. Além das infrações disciplinares definidas neste Regulamento e no Regimento da IES, constitui infração disciplinar a prática de qualquer conduta definida como tal no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Das atividades do Núcleo de Práticas Jurídicas

Art. 35 - As atividades do NPJ são desenvolvidas nas áreas cíveis, família, penal, previdenciária e trabalhista, bem como outras necessárias à formação acadêmica e devem perfazer uma carga horária de 300 horas compreendendo as atividades simuladas realizadas no NPJ bem como na disciplina de Prática Jurídica, conforme indicação da matriz curricular do curso e reais realizadas no núcleo de práticas jurídicas, previstas na matriz curricular.

Art. 36 - Consoante disposto no art. 7º da Resolução 009/04 CNE/CES o estágio é componente curricular obrigatório. Sendo assim, nenhum aluno, mesmo os impedidos de exercer a advocacia por força do dispositivo legal inserto no art. 28 e incisos da Lei 8906/94, poderá eximir-se da prática jurídica, por se tratar de disciplina integrante do currículo pleno do

Curso de Direito. Contudo, não se confunde com o Estágio Profissional da Advocacia, este sim, regido pela supramencionada Lei Federal e de caráter optativo.

Art. 37- O Estágio de Prática Jurídica deverá ser cumprido pelo bacharelando a partir do 7.° período, compreendendo entre outros, pesquisa doutrinária e jurisprudenciais, e, constará, ainda, da análise crítica de autos findos, audiências, redação de peças profissionais (informações, pareceres), visitas programadas a órgãos judiciários e penitenciários e a órgãos de funções essenciais à justiça, bem como de outras atividades práticas e simuladas a critério do orientador respectivo.

Art. 38 - O Estágio de Prática Jurídica é cumprido por alunos a partir do 7.°período, que poderão inscrever-se na OAB como estagiários, salvo a hipótese prevista no § 3º da Lei nº 8.906/94, e abrange todas as áreas de estudo adotadas pelo bacharelando.

Da prática jurídica

Art. 39 - As atividades de práticas jurídicas devem proporcionar ao estudante a participação em situações reais ou simuladas de vida e trabalho, bem como a análise crítica dos mesmos, de maneira que possa visualizar o contexto do universo de profissões jurídicas.

Art. 40 - As atividades práticas devem buscar, em todas as variáveis, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, respeitado o campo de atuação do Núcleo de Pesquisa da Instituição.

Art. 41- O estudo da ética profissional e sua prática devem perpassar todas as atividades vinculadas ao estágio obrigatório no NPJ.

Art.42 - As atividades de Práticas Jurídicas se desenvolverão, indispensavelmente, em duas vertentes:

I. Seminários, mutirões jurídicos, trabalhos simulados das peças e práticas profissionais processuais e não processuais dos diversos agentes jurídicos, abrangendo as várias áreas do Direito, e desenvolvidas sob a supervisão prevista neste Regulamento e na legislação vigente;

II. Atendimento a clientes, pesquisas e elaboração de peças processuais e acompanhamento dos respectivos processos no Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, bem como nos demais Órgãos e Instituições.

Da prática jurídica simulada e real :

Art. 43 - A Prática Jurídica que compreende a Simulada e a prática real, serão desenvolvidas no NPJ a partir do 7.° (sétimo) período do curso de Direito, com a carga de 150 horas para integralização das 300 horas de práticas jurídicas.

Art 44 - A Prática Jurídica é desenvolvida em ambiente interno, nas dependências do Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, tendo como atividades principais:

I – prática de atividades jurídicas,através de elaboração de peças processuais e profissionais, assim como a criação de processos simulados denominados de cartório virtual;

II – estudo e discussão da ética profissional e de casos simulados;

III – análise de autos findos (processos cíveis, trabalhistas e criminais);

IV – prática de atividades de arbitragem;

V – prática de atividades de negociação, conciliação e mediação;

VI – prática de atuação jurídica oral (sustentações orais em audiências, sessões e plenários – júri);

VII – elaboração de textos legais;

VIII – visitas orientadas em órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, estabelecimentos prisionais, delegacias, etc.

IX – audiências e sessões plenárias.

Art. 45 - As atividades de prática jurídica simulada são implementadas por professor orientador, que tem como atribuições, dentre outras:

I – executar com liberdade de cátedra atividade de prática simulada, observando a carga horária prevista;

II – distribuir casos ou questões simulados para serem examinados e desenvolvidos pelo estagiário, prestando as orientações coletivas e individuais necessárias;

III – com base em situações simuladas, orientar o estagiário na elaboração de petições, defesas, recursos, memoriais e outras peças processuais;

IV – orientar a análise e a elaboração de pareceres próprios da advocacia consultiva;

V – instruir acerca da implementação do processo simulado, com tramitação no cartório simulado, a partir da apresentação de situações ou casos hipotéticos;

VI – orientar a análise de autos de processos findos;

VII – desenvolver técnicas de mediação, conciliação, negociação coletiva e arbitragem;

VIII – orientar a sustentação oral em audiências, sessões do Tribunal do Júri e plenários;

IX – realizar a exegese das legislações cível e penal, orientando a elaboração de textos legais;

X – acompanhar o estagiário em visitas orientadas a órgãos do Poder Judiciário ,Ministério Público ou outros de interesse para a prática jurídica simulada;

XI – orientar os roteiros de audiências e sessões a serem presenciadas pelo estagiário;

XII – presidir e orientar as audiências e sessões no processo simulado, com a participação do estagiário;

XIII – certificar as atividades executadas, a freqüência e carga horária cumprida pelo estagiário;

XIV – promover constantemente a discussão sobre os aspectos éticos das profissões jurídicas.

Art. 46 - A Prática Jurídica Real é desempenhada no Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ, Órgão integrante do curso de Direito, onde há a prestação de serviços jurídicos prestados exclusivamente de forma gratuita à comunidade carente assim definida por Lei, de modo a efetivar a solução de conflitos e viabilizar o acesso à justiça, primando sempre pela conciliação dos litigantes.

Parágrafo Único - O NPJ, tem regulamento próprio, sendo responsável pela indicação de professores/advogados orientadores para acompanhar os procedimentos judiciais que lhe são inerentes.

Art. 47 – Os discentes realizarão a Prática Jurídica Real, devendo:

I – cumprir a carga horária no estágio com assiduidade e pontualidade;

II – proceder com responsabilidade e diligência no desenvolvimento das atividades Práticas reais ou simuladas apresentadas;

III – comparecer às visitas agendadas pelo professor- orientador;

IV – comparecer às audiências, sessões e julgamentos determinadas pelo professor orientador;

V – apresentar certidões e relatórios das atividades extraclasse;

VI – atender as orientações dadas pelo professor-orientador;

VII – elaborar, em ambiente interno, as peças processuais judiciais e extrajudiciais solicitadas;

VIII – analisar os autos de processos findos apresentados, apresentando os relatórios pertinentes;

IX – Participando dos atos processuais, das sessões e audiências realizadas no NPJ ou nos Fóruns da Capital.

Art. 48 - São obrigações do professor-orientador:

I – acompanhar, orientar e supervisionar o estagiário em suas atividades jurídicas;

II – assinar juntamente com o estagiário, dependendo das circunstâncias fáticas, as peças jurídicas necessárias;

III – elaborar a escala de plantão do estagiário;

IV – controlar a entrega do relatório final das atividades jurídicas executadas pelo estagiário, assim como as peças elaboradas;

V – acompanhar o desempenho do estagiário;

VI – elaborar relatório semestral das atividades realizadas, certificando a carga horária cumprida de forma parcial ou total pelo estagiário;

VII – desempenhar todas as demais atividades decorrentes de sua função.

Art. 49 - O relatório apresentado pelo estagiário para integralização (parcial ou total) das horas de estágio obrigatório deverá ser apresentado em duas vias contendo os controles de horas originais e demais documentos indicados pela Coordenação do NPJ nos casos de estágio em Órgãos, Instituições ou escritórios conveniados, sendo objeto de avaliação pelo professor-orientador, que ao final do semestre informará a Coordenação do NPJ o total de horas cumpridas pelo aluno e a respectiva integralização.

Da prática jurídica conveniada:

Art. 50- O Estágio de Prática Jurídica pode ser cumprido, também, por meio de programas de extensão e convênios com os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com escritórios de advocacia credenciados junto a OAB ou IES e órgãos de funções essenciais à Justiça ou com entidades públicas, empresariais, comunitárias e sindicais, desde que devidamente precedidas de convênio, ou de forma voluntária mediante critério de documentações comprobatórias indicadas pela Coordenação do NPJ.

§ 1º - Os convênios têm como objetivo propiciar aos alunos regularmente matriculados e que estiverem frequentando efetivamente, o desenvolvimento de experiências práticas relacionados com o direito, propiciando-lhes a complementação do ensino e da aprendizagem em termos de treinamento prático, com o aperfeiçoamento técnico jurídico necessário.

§ 2º - Os escritórios de Advocacia mencionados no caput deste artigo devem estar credenciados junto ao Conselho Seccional da OAB.

§ 3º - O estagiário assinará um termo de compromisso com o órgão ou o escritório convenente, sempre com a interveniência da Coordenação do NPJ, sob pena de não aproveitamento, devendo apresentá-lo, de forma original ou mediante cópia autenticada, quando da averbação das horas finais juntamente com no mínimo as 3 ultimas folhas de frequências originais ou autenticadas, declaração da unidade concedente indicando a quantidade de horas de estágio semanal/total e a atividade desenvolvida pelo estagiário (original), todas carimbadas e assinadas pelo supervisor da unidade concedente. Se for o caso o aluno deverá apresentar declaração de origem.

§ 4º - A duração do período do estágio observará o limite estabelecido em Legislação própria.

Art. 51 – Compete ao discente que realiza a complementação do estágio de prática jurídica sob a forma conveniada, além das atribuições previstas neste Regimento, cumprir as condições fixadas e as normas internas do órgão ou escritório convenente.

Parágrafo único - Fica desde já expresso que somente 50% (cinquenta por cento) da carga horária obrigatórias para o estágio supervisionado poderão ser aproveitadas de Instituições conveniadas. No que pertine aos 50% (cinquenta por cento) de horas restantes, estas deverão ser cumpridas no núcleo de práticas jurídicas da IES;

Da Avaliação e Da Frequência

Art. 52 - É considerado apto à colar grau o aluno que cumprir as 300 horas de estágio obrigatório, que deverão ser integralizadas mediante apresentação de relatório das atividades desenvolvidas e documentação necessária, obedecendo o disposto no Art 49 deste Regulamento.

Art. 53 - Nas atividades de Prática Jurídica a frequência do aluno é supervisionada pelo professor-orientador, que certifica as atividades executadas no plantão de estágio e a carga horária cumprida, devendo o estagiário atingir a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), sob pena de exclusão.

Parágrafo Único – Nos plantões de estágio obrigatório, o aluno deverá apresentar ao professor orientador as atividades atribuídas, devidamente cumpridas, sob pena de não lhe serem averbadas integralmente as horas correspondentes ao plantão. Todo o tempo despendido pelo aluno-estagiário em atividades de estágio deve ser comprovado por meio dos documentos hábeis, tais como relatórios de audiências feitos em documento próprio do NPJ, devidamente assinados e carimbados pelo juiz do feito, apontando a duração da audiência, certidões no caso de Tribunal de Júri ou Sessão da Câmara Cível, entre outros, não podendo exceder o limite total de 20 (vinte), e tampouco serem apresentadas como audiências obrigatórias.

Art. 54 - A avaliação das atividades no NPJ é efetuada de acordo com a legislação vigente, por este Regulamento e Regimento Geral da IES.

Art. 55 - A avaliação do estagio em órgãos conveniados deverá ser feita observando a formação cognitiva do aluno, sua atitude ética-profissional e as habilidades indispensáveis ao exercício das profissões jurídicas.

Das disposições gerais:

Art. 56.Após a constituição do patrocínio, antes de qualquer procedimento judicial, o professor orientador deverá primar pela via conciliatória entre as partes.

Art. 57 Os estagiários poderão comparecer às audiências dos clientes patrocinados pelo NPJ, sempre acompanhado do professor orientador responsável pela realização de cada audiência.

Art. 58. Os professores orientadores organizar-se-ão para a eventualidade de haver mais de uma audiência simultaneamente, devendo existir, para tanto, uma flexibilidade nas exigências de horários a serem cumpridos na função, competindo ao Coordenador do Núcleo ajustar eventuais trocas de horário, sempre que necessário.

Art. 59. A IES será responsável por todas as despesas necessárias ao bom funcionamento do Núcleo, tais como material de escritório, apoio logístico e de pessoal, fornecimento, manutenção de equipamentos, dentre outras necessidades a fim de otimizar o desempenho da atividade fim.

Art. 60. Os acadêmicos que ingressarem na IES por meio de transferência e desejarem aproveitamento das horas de estágio obrigatório cumpridas na IES de origem deverão solicitar o aproveitamento, por meio de requerimento próprio, junto à Secretaria Acadêmica desta IES, que o encaminhará à Coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas para análise e elaboração de parecer deferindo de forma total, parcial ou indeferindo o aproveitamento.

Parágrafo único. À Coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas cientificará a Coordenação do Curso de Direito do parecer emitido conforme art. 7º, parágrafo único deste Regulamento.

Disposições Transitórias

Art. 61. Os casos omissos serão solucionados pelo Coordenador do Núcleo de práticas Jurídicas, o qual providenciará a elaboração de Manual do Estagiário, com a finalidade de explicitar o presente Regulamento e orientar as atividades a serem desenvolvidas no estágio,competindo ao Corpo Docente do Núcleo Jurídico, em conjunto, dirimir dúvidas referentes à interpretação deste Regulamento, bem como suprir as lacunas, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

Art. 62. Este Regulamento poderá ser alterado a qualquer momento, pela Coordenação do Núcleo em harmonia com a Coordenação do Curso de Direito, após reunião de Colegiado da IES;

Art. 63. O presente regulamento entra em vigor nesta data, revogadas as disposições contrárias.

Local, de 2020.

Coordenação do Curso de Direito

3.15. 2 Práticas Jurídicas Simuladas, Arbitragem, Negociação, Conciliação, Mediação

Dada a necessidade de proporcionar aos alunos conhecimentos práticos das formas amigáveis para a resolução de conflitos, o NPJ trabalhará com os acadêmicos finalistas as técnicas de solução de conflitos diversas da via judicial, despertando com isso no acadêmico uma atuação profissional diferenciada.

Alunos finalistas supervisionados pelos professores deverão utilizar as técnicas para resolução de conflitos com os assistidos, primando pela tentativa de acordo entre assistido e parte contraria. Desta forma, caso haja consentimento, as partes serão convidadas para sessões de conciliação, inicialmente de forma separada e, após, em conjunto.

A prática ajudará a reduzir a sobrecarga atual do Poder Judiciário, pois o assistido terá a possibilidade de celebrar acordo e este ser levado para homologação judicial, que é atividade também realizada pelo NPJ e acompanhada pelo aluno estagiário.

Os acadêmicos do NPJ deverão participar de audiências programadas nas câmaras arbitrais e o desenvolvimento desta técnica de arbitragem, assim como a negociação, a conciliação e a mediação serão trabalhadas pelos professores orientadores e ou professores convidados com os alunos finalistas.

No que tange a Prática Jurídica Simulada, esta será desenvolvida em ambiente interno, nas dependências do Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, através de elaboração de peças processuais e profissionais, assim como a criação de processos simulados, bem como o Cartório Virtual, que trabalha a montagem de processos fictícios; estudo e discussão da ética profissional e de casos simulados, que serão trabalhados pelos alunos, e aplicados na prática simulada de forma supervisionada.

3.15.3 Atividades Jurídicas Reais

Os acadêmicos finalistas deverão realizar atividades de atendimentos voltados à comunidade, desenvolvendo a prática real na sede do Núcleo de Práticas Jurídicas da Instituição e nos atendimentos propostos pela coordenação e professores junto às comunidades, através de mutirões sociais, sendo vedada a percepção de honorários.

O Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito atuará preferencialmente nas áreas cíveis, família, criminais, previdenciária, trabalhistas e outras que poderão ser definidas oportunamente pela Coordenação de estágio, inclusive mediante convênios firmados entre órgãos convenentes e a IES.

Os acadêmicos desenvolverão suas atividades por 4 (quatro) horas semanais, através de plantões que ocorrerão na sede do NPJ. No dia correspondente ao plantão o estagiário será supervisionado por um professor orientador que ficará responsável pelo desenvolvimento das atividades do plantão, auxiliando o aluno na elaboração das atividades como: atendimentos supervisionados, audiências extrajudiciais, pesquisas e consultas processuais junto ao site do Tribunal de Justiça, correções de peças e de processos findos.

Durante a atividade de prática real, o professor orientador deverá direcionar todos os atendimentos dos assistidos ao aluno supervisionado, que seguirá a rotina de procedimentos institucionais durante o atendimento.

De forma interdisciplinar haverá atendimento da psicologia e do serviço-social para os atendimentos reais na sede do NPJ.

A prática real através de estágio externo é obrigatória, podendo ser desenvolvida pelos acadêmicos através de estágio em departamentos jurídicos de empresas públicas e privadas; nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais departamentos jurídicos oficiais; em escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas, mediante parcerias ou convênios firmados pelas IES.

3.15.4 Visita Orientadas

O NPJ além da finalidade de supervisionar, articular e promover atividades de prática jurídica, todas realizadas pelos alunos finalistas e supervisionadas de forma obrigatória pelos professores orientadores, sob a ótica da forma real de prestação de assessoria jurídica gratuita à comunidade carente, também tem o dever de colocar o aluno em contato com a realidade vivenciada através da advocacia e dos demais ramos que o curso de direito proporciona.

Dessa forma o NPJ realizará visitas orientada com os alunos, proporcionando um contato mais estreito com todas as práticas dos diferentes setores e dos diversos órgãos do Poder Judiciário, como :Fórum, Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Procuradorias Estaduais, Municipais, estabelecimentos Penitenciários, Delegacias e demais instituições que desenvolvam atividades jurídicas e Câmaras Arbitrais;

A atividade de visita orientada também englobará a participação dos alunos em audiências e sessões realizadas pelas Câmaras reunidas cíveis e criminais do Tribunal de Justiça.

Durante a visita, os alunos finalistas, acompanhados de seus professores supervisores serão recepcionados pelos titulares e ou auxiliares designados pelo Órgão do Poder Judiciário visitado, e receberão as devidas orientações e esclarecimento das funções desempenhadas pelo setor.

Após as visitas, seja ela com as sessões de julgamento, participações em audiências, ou apenas esclarecimento de funcionamento dos setores, o aluno apresentará um relatório expondo o aprendizado, devendo o professor orientador efetuar o lançamento das horas correspondentes a atividade desenvolvida na pasta do aluno.

3.15.5 Interdisciplinaridade das Matérias Legais

Tendo em vista o universo do Ordenamento Jurídico Brasileiro, o NPJ tem como objetivo trabalhar na prática com diversos temas, acrescentando aos alunos, futuros operadores do direito conhecimentos diversificados acerca da interdisciplinaridade tais como: **Direito Público e Privado, Direito Civil, Direitos Humanos** que lidam com as relações jurídicas, como por exemplo os direitos e as obrigações de pessoas físicas e jurídicas dentro da esfera civil.

A importância da interdisciplinaridade do Direito Penal que regula o poder de punir do Estado, estabelecendo por pressupostos o crime como fato e uma pena como consequência, serão presenciadas pelos acadêmicos em sessão de julgamento, por exemplo.

Ainda na vivencia real durante os atendimentos os alunos utilização o aprendizado das matérias ligadas às ciências sociais e ciências jurídicas em relação ao público alvo, ou seja, a comunidade carente em si aplicando na pratica solução real dos problemas social apresentado durante atendimento;

Direitos Humanos inerentes ao público alvo, recepcionados pelo NPJ que atende todos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.

Por fim, o **Direito Processual**, conhecido como direito adjetivo, ramo do Direito que se ocupa do processo, visa série de atos com finalidade definida, regras que dispõem sobre a jurisdição e constantemente aplicado nas demandas diárias do NPJ.

O NPJ contribui para uma formação humanística e cidadã do aluno acadêmico, a aplicação das matérias legais de forma interdisciplinar tem o condão que ajudar na resolução mais assertiva das demandas do núcleo de práticas jurídicas. A interdisciplinaridade ajuda o aluno a desenvolver suas habilidades e a capacidade de resolver situações conflitantes no cotidiano com exposição de diversos assuntos sob múltiplos pontos de vista.

3.15.6 Avaliação Periódica do Atendimento da Demanda

Avaliação Periódica do Atendimento da Demanda

O instrumento busca fazer uma avaliação periódica do núcleo de práticas jurídicas, quanto às demandas do curso de direito, objetivando o melhor aproveitamento e desenvolvimento das atividades básicas proposta pelo NPJ.

visando adequar os atendimentos a demanda do Núcleo de Práticas Jurídicas, a Coordenação do NPJ deverá realizar anualmente estudo que aponte os pontos positivos e negativos das atividades desenvolvidas pelo núcleo de práticas jurídicas, levando em consideração infra-estrutura, parcerias/convênios e as questões pedagógicas voltadas as atividades do NPJ e inovações no aprendizado.

O processo de avaliação periódica do NPJ será composto de 05 etapas:

1º) Sensibilização do público-alvo do NPJ (docentes,discentes,administrativo e assistidos)

2º) Aplicação do questionário de avaliação aos público-alvo do NPJ

3º) Tabulação do resultados encontrados na pesquisa

4º) Divulgação dos resultados

5º) Análise dos resultados

6º) Elaboração do plano acadêmico administrativo de melhoria de gestão das atividades do NPJ.

A Coordenação do NPJ deverá preparar ação de sensibilização voltada para o público- alvo do NPJ, divulgando na sede do NPJ, nas redes sociais e grupos da IES a importância da avaliação para melhoria dos serviços prestados à comunidade acadêmica e sociedade, buscando com o feito o maior quantitativo de participantes da pesquisa.

A aplicação do questionário ocorrerá por meio de link no sistema de gestão acadêmico, e na impossibilidade de acesso ao link, será disponibilizado questionário na sede do NPJ. O questionário será aplicado com à comunidade acadêmica e assistidos, portanto o público-alvo da pesquisa serão: discentes, docentes, assistidos e administrativos.

O questionário será composto de perguntas objetivas sobre os indicadores abaixo para as quais o respondente irá avaliar as atividades básicas do NPJ de acordo com uma escala de Likert de 5 pontos, com a legenda:

5-muito satisfeito;

4- satisfeito;

3- indiferente;

2- pouco satisfeito;

1- insatisfeito.

Os itens abaixo deverão fazer parte da pesquisa e serão pontuados conforme a escala de Likert proposta acima :

- Atendimento e orientação dos docentes aos alunos;
- Nível de entendimento dos discentes as atividades propostas pelos docentes;
- Infraestrutura e acomodações do Núcleo de Práticas Jurídicas;
- Alcance e relevância das atividades sociais do NPJ junto as escolas e comunidades da Capital;
- Contribuição do estágio na formação prática do aluno como futuro operador do direito, considerando itens como: preparo no atendimento ao cliente, comunicação escrita e oral, prática do aluno com as técnicas de resolução de conflitos (negociação, mediação, conciliação e arbitragem).
- Equipamentos e salas adequados às aulas práticas para a quantidade de alunos;
- Expansão de atuação do estágio real;

- Expansão e fortalecimento em projetos voltados ao Tribunal do júri, jogos jurídicos, audiências simuladas, cartório virtual e
- Manutenção do atendimento diário à comunidade na sede no NPJ;
- Inovações nas atividades desenvolvidas junto às escolas e comunidade;
- Ampliação de projetos institucionais desenvolvidos pelo NPJ;
- Sugestões apresentadas por docentes e discentes com cronograma para cumprimento e implantação de forma imediata dos itens avaliados .

MODELO DE QUESTIONÁRIO/NPJ

QUESTIONÁRIO DISCENTE							
ATIVIDADES BÁSICAS DO NPJ:	PERGUNTAS:	AVALIAÇÃO:					
		1	2	3	4	5	
Prática jurídica simulada	As práticas simuladas apresentadas pelos docentes atendem a expectativa do acadêmico no que tange a: A) Peça proposta B) Correção da atividade proposta						
Prática de arbitragem, negociação, conciliação e mediação (simuladas e reais)	1- Qual o grau de satisfação com as métodos alternativos de resolução de conflitos trabalhado pelo NPJ?						
Infraestrutura e acomodações do NPJ	Qual a sua avaliação para a infraestrutura e acomodações do NPJ, levando em consideração o público-alvo (discentes e assistidos)?						
Contribuição do Estágio na formação do acadêmico.	As atividades desenvolvidas na sede do NPJ contribuem com a sua formação acadêmica, agregando conhecimento prático?						
Projetos institucionais desenvolvidos pelo NPJ junto Às comunidades e escolas	1- Como discente, qual seu grau de satisfação com as atividades propostas pelo NPJ? 2- Como discente você julga ter disponibilidade fora do seu plantão como estagiário do NPJ para participar de todas as atividades propostas?						
Atividades jurídicas reais	1- Julga satisfatório o número de assistidos atendidos pelo NPJ diariamente? 2- Considera satisfatória a quantidade de docentes para as práticas reais no NPJ?						
Visitas orientadas	1- As visitas orientadas atendem suas expectativas? 2- Como discente você acredita que teria mais disponibilidade para realizá-las fora do seu plantão no NPJ?						

QUESTIONÁRIO DOCENTE						
ATIVIDADES BÁSICAS DO NPJ:	PERGUNTAS:	AVALIAÇÃO:				
		1	2	3	4	5
Prática jurídica simulada	1- As atividades propostas aos discentes são satisfatórias					
Prática de arbitragem, negociação, conciliação e mediação (simuladas e reais)	1- Qual o grau de dificuldade para realização das práticas reais dentro do NPJ? 2- Considera as parcerias institucionais para os métodos alternativos de solução de conflito satisfatórios? 3- Considera a quantidade de audiências de conciliação extrajudiciais satisfatórias para o aprendizado dos discentes?					
Infraestrutura e acomodações do NPJ	1- Considera satisfatória a acomodação do NPJ para os discentes ?					

	2- E para os docentes ? 3- Considera satisfatória a infraestrutura geral do NPJ ? 4- As salas de atendimento e conciliação são satisfatórias aos atendimentos jurídicos?	
Contribuição do estágio na formação do acadêmico	1- As atividades propostas pelo NPJ atendem as expectativas dos discentes como futuros profissionais?	
Projetos institucionais desenvolvidos pelo NPJ nas comunidades e escolas	1- As sugestões propostas pelo docente são atendidas e acatadas pela coordenação do NPJ? 2- O numero de docentes dentro do NPJ é satisfatório para atendimento das demandas?	
Atividades jurídicas reais	1- Considera o acompanhamento processual por parte dos assistidos satisfatória? 2- Os discentes conseguem cumprir as diligências reais conforme determinação dos docente? 3- Índice de acompanhamento processual por parte dos assistidos?	
Visitas orientadas	1- Considera importante para a formação dos acadêmicos as visitas orientadas? 2- Qual o grau de participação dos discentes nas visitas orientadas em dias distintos ao seu plantão ?	

QUESTIONÁRIO ASSISTIDOS e ADMINISTRATIVO

ATIVIDADES BÁSICAS DO NPJ:	PERGUNTAS:	AVALIAÇÃO:				
		1	2	3	4	5
Atendimento e orientação	1- Qual o seu grau de satisfação com o atendimento da secretaria do NPJ? 2- Qual seu grau de satisfação com a orientação recebida pelos profissionais e estagiários do NPJ?					
Infraestrutura e acomodações do NPJ	1- Qual seu grau de satisfação com as acomodações e infraestrutura do NPJ?					
Audiência na sede do NPJ	1- Considera satisfatória a realização de audiência extrajudicial na sede do NPJ?					
Acompanhamento de processo e audiências processuais	1- Qual o grau de sua satisfação com o acompanhamento do seu processo e audiências judiciais por parte dos profissionais do NPJ?					
Atendimento diário ao público	1- O horário de atendimento proposto pelo NPJ para atendimento diário ao público é satisfatório?					

MODELO DE QUESTIONÁRIO/NPJ

QUESTIONÁRIO DISCENTE							
ATIVIDADES BÁSICAS DO NPJ:	PERGUNTAS:	AVALIAÇÃO:					
		1	2	3	4		5
Prática jurídica simulada	As práticas simuladas apresentadas pelos docentes atendem a expectativa do acadêmico no que tange a: C) Peça proposta D) Correção da atividade proposta						

Prática de arbitragem, negociação, conciliação e mediação (simuladas e reais)	2- Qual o grau de satisfação com as métodos alternativos de resolução de conflitos trabalhado pelo NPJ?	
Infraestrutura e acomodações do NPJ	Qual a sua avaliação para a infraestrutura e acomodações do NPJ, levando em consideração o público-alvo (discentes e assistidos)?	
Contribuição do Estágio na formação do acadêmico.	As atividades desenvolvidas na sede do NPJ contribuem com a sua formação acadêmica, agregando conhecimento prático?	
Projetos institucionais desenvolvidos pelo NPJ junto Às comunidades e escolas	3- Como discente, qual seu grau de satisfação com as atividades propostas pelo NPJ? 4- Como discente você julga ter disponibilidade fora do seu plantão como estagiário do NPJ para participar de todas as atividades propostas?	
Atividades jurídicas reais	3- Julga satisfatório o número de assistidos atendidos pelo NPJ diariamente? 4- Considera satisfatória a quantidade de docentes para as práticas reais no NPJ?	
Visitas orientadas	3- As visitas orientadas atendem suas expectativas? 4- Como discente você acredita que teria mais disponibilidade para realizá-las fora do seu plantão no NPJ?	

QUESTIONÁRIO DOCENTE

ATIVIDADES BÁSICAS DO NPJ:	PERGUNTAS:	AVALIAÇÃO:				
		1	2	3	4	5
Prática jurídica simulada	2- As atividades propostas aos discentes são satisfatórias					
Prática de arbitragem, negociação, conciliação e mediação (simuladas e reais)	4- Qual o grau de dificuldade para realização das práticas reais dentro do NPJ? 5- Considera as parcerias institucionais para os métodos alternativos de solução de conflito satisfatórios?					

	6- Considera a quantidade de audiências de conciliação extrajudiciais satisfatórias para o aprendizado dos discentes?	
Infraestrutura e acomodações do NPJ	5- Considera satisfatória a acomodação do NPJ para os discentes ? 6- E para os docentes ? 7- Considera satisfatória a infraestrutura geral do NPJ ? 8- As salas de atendimento e conciliação são satisfatórias aos atendimentos jurídicos?	
Contribuição do estágio na formação do acadêmico	2- As atividades propostas pelo NPJ atendem as expectativas dos discentes como futuros profissionais?	
Projetos institucionais desenvolvidos pelo NPJ nas comunidades e escolas	3- As sugestões propostas pelo docente são atendidas e acatadas pela coordenação do NPJ? 4- O numero de docentes dentro do NPJ é satisfatório para atendimento das demandas?	
Atividades jurídicas reais	4- Considera o acompanhamento processual por parte dos assistidos satisfatória? 5- Os discentes conseguem cumprir as diligências reais conforme determinação dos docente? 6- Índice de acompanhamento processual por parte dos assistidos?	
Visitas orientadas	3- Considera importante para a formação dos acadêmicos as visitas orientadas? 4- Qual o grau de participação dos discentes nas visitas orientadas em dias distintos ao seu plantão ?	

QUESTIONÁRIO ASSISTIDOS e ADMINISTRATIVO

ATIVIDADES BÁSICAS DO NPJ:	PERGUNTAS:	AVALIAÇÃO:				
		1	2	3	4	5

Atendimento e orientação	3- Qual o seu grau de satisfação com o atendimento da secretaria do NPJ? 4- Qual seu grau de satisfação com a orientação recebida pelos profissionais e estagiários do NPJ?	
Infraestrutura e acomodações do NPJ	2- Qual seu grau de satisfação com as acomodações e infraestrutura do NPJ?	
Audiência na sede do NPJ	2- Considera satisfatória a realização de audiência extrajudicial na sede do NPJ?	
Acompanhamento de processo e audiências processuais	2- Qual o grau de sua satisfação com o acompanhamento do seu processo e audiências judiciais por parte dos profissionais do NPJ?	
Atendimento diário ao público	2- O horário de atendimento proposto pelo NPJ para atendimento diário ao público é satisfatório?	

PROCESSO DE PLANEJAMENTO PARA O ADEQUADO ATENDIMENTO DA DEMANDA EXISTENTE

Após a aplicação dos questionários, conhecendo as respostas, a coordenação do NPJ efetuará a tabulação dos dados e posteriormente a divulgação dos resultados por meio de link que será disponibilizado no site institucional.

Na sequência haverá a análise dos resultados da avaliação pela coordenação do NPJ junto à coordenação do Curso de Direito.

Por fim, a coordenação do NPJ irá apresentar plano de melhoria de gestão das atividades acadêmico- administrativo para atendimento adequado da demanda existente, levando ao conhecimento da coordenação do curso de direito e gestores, seguindo a sugestão do quadro abaixo:

MODELO DE PLANO ACADÊMICO ADMINISTRATIVO DE MELHORIA DE GESTÃO DAS ATIVIDADES DO NPJ				
ATIVIDADES BÁSICAS DO NPJ	PROPOSTA DE AÇÃO DE MELHORIA	LOCAL	RESPONSÁVEIS	PRAZO
Prática jurídica simulada		Sede NPJ		

Prática de arbitragem, negociação, mediação e conciliação		Sede do NPJ e externo		
Infraestrutura e acomodações do NPJ		Sede do NPJ		
Projetos institucionais realizados nas comunidades e escolas		Em comunidades e escolas da capital		
Atendimento jurídico e orientação		Na sede do NPJ e externo em comunidades		
Atividades jurídicas reais		Na sede do NPJ		
Visitas orientadas		Órgãos e institutos parceiros		

Através do estudo, a Coordenação do NPJ planejará as melhorias e enfatizará os pontos positivos, contribuindo para o desenvolvimento atual e futuro do NPJ, efetivando e implantando itens que melhorem a prática da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, atentando sempre para as inovações sugeridas pelos participantes colaboradores do estudo (discentes, docentes, administrativos e assistidos).

3.16 AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO

A IES possui plataforma EAD que é um sistema de gestão de aprendizagem desenvolvido a partir de uma metodologia pedagógica para promover o ensino online de forma eficiente e bem estruturada, foi desenvolvida para oferecer toda uma estrutura necessária para a criação de cursos online. Esta plataforma EAD é possível criar cursos ou disciplinas online, para cursos 100% ou com até 40% em EaD, personalizados de acordo com o interesse da IES em potencial, além de fazer uma gestão pedagógica, acadêmica, financeira completa e eficiente do ensino da instituição.

Na IES contamos com a plataforma do AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) um software que proporciona ao desenvolvimento e distribuição de conteúdo diversos para cursos e disciplinas online para discentes. Trata-se de um ambiente virtual desenvolvido com o objetivo de auxiliar os docentes e tutores no gerenciamento disciplinas, projetos para os seus discentes e na gestão completa. Este ambiente, é possível acompanhar o processo de aprendizagem dos discentes, além de gerar relatórios sobre performance e progresso do curso online. Portanto, é possível trabalhar de forma assertiva em cima de possíveis problemas que possam ocorrer garantindo a eficácia do processo e do ambiente virtual de aprendizagem como um todo. Além disso, é em um plataforma EAD que o discente será apresentado a toda a estrutura de cursos, bem como os conteúdos, aulas, módulos e avaliações.

O AVA será usado como ferramenta para EAD (educação a distância), e em alguns casos para complementar aulas presenciais com conteúdo virtuais.

Nesta modalidade o discente terá seus componentes curriculares oferecidos em plataforma digital totalmente online denominada AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) em formato modular do tipo carrossel.

Na IES iremos utilizar o formato modular carrossel que consistira na oferta e componentes curriculares agrupados em blocos, ou seja, um bloco após o outro seguindo sequência pré-definida.

Na modalidade EaD 100% online, o discente terá obrigatoriamente apenas os encontros presenciais relacionados às atividades avaliativas, conforme previsto na legislação proposta pelo MEC (Ministério da Educação), que são elas:

a) Avaliações de estudantes;

b) Estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;

c) Defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e

d) Atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

Os materiais didáticos, assim como todas as mídias referentes aos estudos, ficam disponíveis para o discente em seu AVA com possibilidade de Downloads ou impressão.

Neste formato existirão as aulas online em cursos presenciais cujo discentes poderão interagir com seus colegas de cursos, professores e tutores. Nas aulas presenciais serão aplicadas metodologias ativas, aulas de laboratório, visitas técnicas ou outras atividades cuja presença do acadêmico seja imprescindível.

3.16.1 Atendimentos aos Objetivos do PPC para Complementação de Práticas Laboratoriais e/ou Profissionais

O AVA será usado como ferramenta para EAD (educação a distância), e em alguns casos para complementares aulas presenciais com conteúdo virtuais. Nesta modalidade o discente terá seus componentes curriculares oferecidos em plataforma digital totalmente online denominada AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) em formato modular do tipo carrossel.

Na modalidade EaD 100% online, o discente terá obrigatoriamente apenas os encontros presenciais relacionados às atividades avaliativas, conforme previsto na legislação proposta pelo MEC (Ministério da Educação), que são elas:

a) Avaliações de estudantes;

b) Estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;

c) Defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e

d) Atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

3.16.2 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem

Na IES utilizaremos o formato modular carrossel que consistira na oferta e componentes curriculares agrupados em blocos, ou seja, um bloco após o outro seguindo sequência pré-definida.

Os materiais didáticos, assim como todas as mídias referentes aos estudos, ficam disponíveis para o discente em seu AVA com possibilidade de Downloads ou impressão. Neste formato existirão as aulas on-line em cursos presenciais cujo discente poderão interagir com seus colegas de cursos, professores e tutores. Nas

aulas presenciais serão aplicadas metodologias ativas, aulas de laboratório, visitas técnicas ou outras atividades cuja presença do acadêmico seja imprescindível.

3.16.3 Avaliação Periódica Documentada e Ações de Melhoria

A plataforma do AVA (AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM) proporciona ao desenvolvimento e distribuição de conteúdo diversos para cursos e disciplinas online para discentes. Trata-se de um ambiente virtual desenvolvido com o objetivo de auxiliar os docentes e tutores no gerenciamento disciplinas, projetos para os seus discentes e na gestão completa. Este ambiente, é possível acompanhar o processo de aprendizagem dos discentes, além de gerar relatórios sobre performance e progresso do curso online. Portanto, é possível trabalhar de forma assertiva em cima de possíveis problemas que possam ocorrer garantindo a eficácia do processo e do ambiente virtual de aprendizagem como um todo.

APÊNDICES DO PPC - TOMO II DO PPC

Apêndice I – Infraestrutura

EIXO 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA

5.1 Instalações administrativas

As instalações administrativas prevista para o funcionamento da IES, atendem de maneira excelente as demandas institucionais, considerando os aspectos de quantidade, dimensão, limpeza, conservação, iluminação, acústica, climatização, segurança, acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento de manutenção patrimonial e a proposição de recursos tecnológicos especifico para cada funcionalidade

administrativa e acadêmica da IES. Os setores administrativos dispõem de estações de trabalho, computadores ligados a internet banda larga, software especifico, arquivo, armário, telefone. A Descrição das dependências completas desta IES encontra-se anexa a este documento.

5.2 Salas de aula

As salas de aula da IES possuem capacidade para atender grupos de 30 a 80 alunos, as mesmas atendem as necessidades institucionais, considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de recursos tecnológicos. Todas as salas tem a sua disposição kit multimídia, quadro branco e Datashow.

5.3 Auditório

Para reunião de grupo e atividades acadêmicas de caráter solene, a IES tem a sua disposição o mini auditórios com capacidade para 200 pessoas, equipado com projetor multimídia e aparelhagem de som compatível com o tamanho do ambiente e acesso a internet por rede wifi. Já consta no seu plano de expansão a construção de segundo auditório com capacidade para 500 pessoas.

5.4 Sala de professores

A IES oferece salas de professores, com gabinetes e/ou estações de trabalho para os professores integrais da IES. A sala atende de maneira excelente as demandas institucionais considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de recursos tecnológicos. A sala dos professores dispõe de estações de trabalho individual com computadores ligados a rede de internet banda larga, mesa de reunião e mesas para trabalho em equipe, área de conforto e copa.

5.5 Espaços para atendimento dos alunos

Para o atendimento aos alunos, a IES oferece uma secretaria acadêmica com diversos serviços acadêmicos e financeiro, a qual atende de maneira excelente as demandas institucionais, considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de implementação de variadas formas de atendimento. A Unidade contem recepções, sala de atendimento individualizado, sala de multimeios, lanchonetes e reprografia.

5.6 Espaço de convivência e de alimentação

Os espaços de convivência e de alimentação existentes na IES, atendem de maneira excelente as demandas institucionais, considerando os aspectos de quantidade, dimensão, limpeza, conservação, iluminação, acústica, climatização, segurança, acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento de manutenção patrimonial. As áreas de convivências e de alimentação dispõe de assentos, jogos de mesa e espaço para exposição cultural.

5.7 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas

A infraestrutura física dos laboratórios da IES, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, a sua adequação as atividades, os equipamentos disponíveis em cada laboratório acessibilidade, climatização, as normas de segurança, o plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados. A IES dispõe de inúmeros laboratórios divididos em fixos e volantes, garantindo assim a qualidade das aulas práticas em acordo com o curso, matriz curricular e número de alunos. Anexo a este documento encontram-se a relação detalhada de infraestrutura.

5.8 Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA

A IES dispõe de um espaço de trabalho de uso privativo da CPA, que atendem as necessidades institucionais, considerando o espaço de trabalho para os membros, as condições físicas e tecnologia da informação para a futura coleta e análise de dados, os recursos tecnológicos para implantação de metodologias escolhida para o processo de autoavaliação. A sala da CPA contem estação de trabalho, computadores ligados a internet banda larga, software especifico, arquivos, armários e telefone.

5.9 Biblioteca

A Biblioteca da IES tem como missão atender a comunidade acadêmica, identificando-se com as suas necessidades, sendo responsável pelo provimento de informações, procurando manter-se atualizada, visando o aprimoramento dos serviços, disponibilizando novas técnicas, capacitando intelectualmente os usuários de forma a torna-los sujeitos independentes e críticos em suas pesquisas, atuando como instrumento de apoio dinâmico no processo de ensino/aprendizagem e, por fim, estimulando o estudo, a pesquisa e a cultura. Dentro de suas possibilidades, como extensão de suas atribuições, a biblioteca atende, também, a comunidade externa. É de fundamental importância o bom atendimento aos

usuários, por isso a cada ano procura-se inovar nos serviços buscando sempre os mais variados recursos para garantir a satisfação total no processo de busca pela informação.
Para atender às necessidades de informação, estudo, pesquisa e extensão dos seus usuários, a Biblioteca dispõe de infraestrutura de mesas para estudo coletivos e individuais, sofás, poltronas energizadas e conta com acervo de, aproximadamente, 71.685 (setenta e um mil, seiscentos e oitenta e cinco) livros, 120 títulos de periódicos assinados e 830 títulos de periódicos disponíveis online de livre acesso, voltados para as áreas de interesses específicos dos cursos oferecidos presencial e a distância, composto a partir de listas de indicações de títulos fornecidas pelos professores e coordenadores dos cursos. Com objetivo de proporcionar aos usuários/alunos acesso à informação de interesse da sua área de formação específica e/ou áreas afins. O sistema de biblioteca conta com informatização do acervo que possibilita os usuários consultar, reservar e renovar o empréstimo de obras através do portal institucional de forma remota.

5.10 Biblioteca: Plano de atualização do acervo

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo está baseada nas necessidades dos cursos, seguindo as indicações de aquisição de bibliografia do corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção e funcionários, com base na bibliografia básica e complementar das disciplinas que integram a matriz curricular dos cursos.

A aquisição do material bibliográfico ocorre de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da equipe da biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Instituição.
A biblioteca solicita, semestralmente, ao corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção, e funcionários, indicação de publicações e materiais especiais, para atualização e expansão do acervo. Os professores recebem um impresso com dados a serem preenchidos, indicando a bibliografia básica e complementar a ser adotada durante o semestre letivo seguinte, em conformidade com os programas previstos. A equipe da biblioteca atualiza, também, o acervo através de consultas em catálogos de editoras, sites de livrarias e editoras, visitas em livrarias e bibliotecas, com finalidade de conhecer os novos lançamentos do mercado nas diversas áreas de especialidade do acervo.

5.11 Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente

A infraestrutura das salas de TI, assim como os laboratórios de informática atendem as necessidades institucionais, considerando as estações de trabalho, meios de comunicação com as demais áreas, os equipamentos, a estrutura de rede cabeado e wifi com internet banda larga, as normas de segurança da informação, as políticas de acesso aos sistemas,

acessibilidade, plano de atualização dos softwares, as normas de segurança, suporte técnico e recursos tecnológicos inovadores.

5.12 Instalações sanitárias

As instalações sanitárias atendem, de maneira excelente, às necessidades institucionais, considerando a sua adequação as atividades, as condições de limpeza e segurança, acessibilidade, o plano de avaliação periódica do material, espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, dispõe de banheiro familiar com fraldário.

5.13. Estrutura dos polos EAD

Não se aplica para a vigência desde PDI

5.14 Infraestrutura tecnológica

A IES é dotada de meios tecnológicos que atende as necessidades institucionais, considerando a adequação as atividades acadêmicas e administrativas, possui infraestrutura de rede logica cabeada e via wifi, maquinas e equipamentos compatível para o melhor desempenho das suas ações. Periodicamente toda a infraestrutura no que tange ao parque de máquinas, as licenças, os softwares e as políticas de uso e segurança na informação passam por atualização em acordo com as normas exigidas. O parque tecnológico possui um plano de contingência, considerando a capacidade e a estabilidade da energia elétrica e a rede logica em acordo com o nível de serviços oferecidos. Os equipamentos, normas de segurança, contratos com fornecedores, atualização de software e plano de manutenção encontram-se detalhadas na relação de infraestrutura anexa a este PDI.

5.15. Infraestrutura de execução e suporte.

O Departamento de Tecnologia da Informação – DTI, possui infraestrutura de execução e suporte técnico capacitado para atender de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços previstos e meios apropriados para sua oferta, atender as demandas administrativas e acadêmicas, bem como implementar soluções de processos para redução de operações manual e minimizar erros de execuções. O DTI institucional recebe as demandas por chamadas telefônicas e GLPI, atendendo conforme ordem de abertura de chamado ou prioridade de urgência setorial, o DTI possui um plano de contingência, redundância e expansão da área, em acordo com o que preconiza os indicadores de qualidade oficiais.

5.16. Plano de expansão e atualização de equipamentos.

A IES possui no seu plano de expansão todo o planejamento e a previsão de ações que assegurem a expansão tecnológica dos serviços educacionais ofertados na modalidade Presencial e a Distância. Neste sentido, a aquisição, manutenção e ampliação do parque tecnológico da faculdade, acompanha as metas e objetivos previstos para a IES, em consonância com os indicadores de desempenho apurados. O plano de expansão e atualização de equipamentos faz parte do Plano de Desenvolvimento Institucional da IES.

5.17 Recursos de tecnologias de informação e comunicação

A IES conta com recursos de tecnologias de informação e comunicação para atender de maneira excelente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, corpo técnico, estudantes e a sociedade civil.

5.18 Ambiente Virtual da Aprendizagem AVA.

Para atender as disciplinas na modalidade Ensino a Distância, a FA adota o sistema Moodle como Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. A plataforma atende de maneira excelente as necessidades da comunidade acadêmica da instituição, o sistema foi customizado de modo a disponibilizar os recursos necessários para a qualificação do processo de ensino e aprendizado dos usuários e está totalmente integrado ao RM sistema acadêmico institucional, seu acesso se dá pelo endereço eletrônico digital.FA.edu.br ou pelo portal RM do aluno.

Apêndice II – Planilha de docentes do Curso de Direito

AUTORIZAÇÃO - CURSO DE DIREITO - FA													QUANTIDADE DE PRODUÇÃO DOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS					PAPEERI- Programa de articulação pesquisa, ensino, extensão e responsabilidade social				
Nº	Docente	FUNÇÃO	Formação (Graduação)	Titulação Máxima	Regime	Experiência DENTRO do Magistério Superior	Experiência FORA do Magistério Superior	Experiência na Docência em Educação a distância	Experiência na Tutoria em Educação a distância	Data de Admissão	Tempo na IES	Data do Termo de Compromisso	Artigos, livros, capitulos e traduções, traduções ou resumos	Projetos e produções técnicas ou artisticas e culturais	Propriedade intelectual resgitrada ou depositada	Produção didatico pedagógica reçevante publicada ou não	Total de Produções	C.H. TOTAL NA IES	C.H COM PROJETOS	C.H EM SL.DE AULA DO CURSO	C.H EM SL. DE AULA EM OUTROS CURSOS	DISCIPLINAS MINISTRADAS NO CURSO
1	ALESSANDRA CONTIEIRO -	DOCENTE	DIREITO	ESPECIALIZAÇÃO	PARCIAL	11 ANOS E 9 MESES	9 ANOS E 3 MESES			X	X	16/03/2018	0	0	0	0	0					

2	ANA AUGUSTA OLIVEIRA SIMAS -	DOCENTE	LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA	MESTRADO	PARCIAL	5 ANOS	4 ANOS E 2 MESES			X	X	16/03/2018	0	10	0	0	10					
3	ANDREA CLAUDIA SALES SILVA	DOCENTE	DIREITO	MESTRADO	PARCIAL	20 ANOS E 2 MESES	1 ANO			05/08/2019	1 ANO E 8 MESES	X	0	0	0	0	0					
4	ANDRE VIGILIO BELOTA	DOCENTE	DIREITO	MESTRADO	PARCIAL	7 ANOS E 2 MESES	19 ANOS E 9 MESES			X	X	16/03/2018	0	0	0	0	0					
5	ANTONIO LUCENA BITTENCOURT NETO -	DOCENTE	DIREITO	MESTRADO	PARCIAL	23 ANOS E 8 MESES	0			X	X	16/03/2018	0	0	0	0	0					

6	ARTUR FREITAS HIDALGO -	DOCENTE/ TUTOR	DIREITO/ FILOSOFIA	ESPECIALIZAÇÃO	HORISTA	20 ANOS E 2 MESES	15 ANOS E 4 MESES			X	X	04/02/2019	0	0	0	0	0					
7	CRISTIANO DOS REIS CARVALHO FERNANDES -	DOCENTE	DIREITO/ FILOSOFIA	MESTRADO	PARCIAL	8 ANOS E 2 MESES	14 ANOS E 4 MESES			X	X	04/02/2019	0	0	0	0	0					
8	DAVID JORGE GOMES REZENDE -	DOCENTE	FILOSOFIA	ESPECIALIZAÇÃO	PARCIAL	10 ANOS E 1 MÊS	4 ANOS E 8 MESES			X	X	04/02/2019	0	0	0	0	0					
9	EDUARDO DE MORAES SABBAG -	DOCENTE	DIREITO	DOUTORADO	HORISTA	7 ANOS E 8 MESES	12 ANOS E 6 MESES			X	X	16/03/2018	19	51	0	0	78					
10	FABIO AGUSTINHO DA SILVA	DOCENTE	DIREITO	MESTRADO	PARCIAL	17 ANOS E 9 MESES	18 ANOS E 11 MESES			X	X	16/03/2018	0	0	0	0	0					
11	JOSÉ HENRIQUE MOUTA	DOCENTE	DIREITO	DOUTORADO	PARCIAL	17 ANOS E 2 MESES	23 ANOS E 1 MÊS			X	X	16/03/2018	57	0	0	0	57					

	ARAÚJO -																				
12	JULIANA COUTINHO BORGES -	DOCENTE	PSICOLOGIA	MESTRADO	PARCIAL	21 ANOS E 1 MÊS	1 ANO E 5 MESES			X	X	02/02/2016	1	1	0	0	2					
13	MARIA DO PERPETUO SOCORRO OLIVEIRA DE SOUZA -	DOCENTE	DIREITO/ ADMINISTRAÇÃO	MESTRADO	PARCIAL	8 ANOS E 8 MESES	31 ANOS E 3 MESES			16/03/2018	3 ANOS E 1 MÊS	X	0	0	0	0	0					
14	MYRIAN BENARROS CLEMENTONI -	DOCENTE	DIREITO	DOUTORADO	INTEGRAL	9 ANOS E 2 MESES	18 ANOS E 9 MESES			16/03/2018	3 ANOS E 1 MÊS	X	5	1	0	0	6					
15	RENATA DA SILVA BRITO -	DOCENTE	DIREITO/LIC. ESTUDOS SOCIAS	MESTRADO	PARCIAL	24 ANOS E 8 MESES	5 ANOS E 2 MESES			X	X	04/02/2019	0	0	0	0	0					
16	RENZZO FONSECA ROMANO -	DOCENTE/ TUTOR	DIREITO/ECONOMIA	ESPECIALIZAÇÃO	HORISTA	9 ANOS E 3 MESES	22 ANOS			X	X	04/02/2019	2	0	0	0	2					

17	ROBERTA KARINA CABRAL KANZLER	DOCENTE	DIREITO/ TURISMO	MESTRADO	PARCIAL	7 ANOS E 8 MESES	9 ANOS E 5 MESES			02/02/2016	5 ANOS E 2 MESES	X	0	0	0	0	0					
18	SANDRO NERY SIMÕES -	DOCENTE	DIREITO/MÚSICA	MESTRADO	PARCIAL	2 ANOS E 8 MESES	6 ANOS E 6 MESES			16/03/2018	3 ANOS E 1 MÊS	X	2	34	0	0	36					
19	VALÉRIA DA ROCHA BREVES DE SOUSA -	DOCENTE/ TUTORA	LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA	MESTRADO	PARCIAL	5 ANOS E 1 MÊS	2 ANOS E 8 MESES			X	X	16/03/2018	0	2	0	0	2					
20	WANILCE DO SOCORRO PIMENTEL DO CARMO -	DOCENTE	FILOSOFIA / ADMINISTRAÇÃO	MESTRADO	PARCIAL	18ANOS	12 ANOS E 3 MESES			X	X	02/02/2016	0	0	0	0	0					

Apêndice IV – Núcleo Docente Estruturante (NDE)

NDE		
Docentes	**Titulação**	**Regime**
Andrea Claudia Sales	mestrado	Parcial
Maria do P. S. oliveira de Souza	Mestrado	parcial
MyriamBenarros Clementoni	doutorado	integral
Roberta Karina Cabral Kanzler	Mestrado	integral
Sandro Nery Simões	Mestrado	Parcial